



Margarida Maria Neves de Jesus Simão

**Viver a conta-gotas: um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos  
que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Paulo Peixoto,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Margarida Maria Neves de Jesus Simão

**Viver a conta-gotas: um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos  
que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Paulo Peixoto

Coimbra, 2016

Imagem da Capa: "Karinecyril coimbra cathedrale 1". Licensed under CC BY-SA 2.0 via Wikimedia

Commons -

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karinecyril\\_coimbra\\_cathedrale\\_1.jpg#mediaviewer/File:Karinecyril\\_coimbra\\_cathedrale\\_1.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karinecyril_coimbra_cathedrale_1.jpg#mediaviewer/File:Karinecyril_coimbra_cathedrale_1.jpg)

## **Pela janela**

Imerso na solidão do teu quarto  
olhas pela janela fechada sobre a tua vida,  
em busca de um rasgo de luz  
que te traga à lembrança  
a felicidade dos momentos que todos os dias recordas  
com a raiva de quem já não sabe ser feliz!  
O suspiro que não conténs  
denuncia a desesperança,  
e a janela que não abres,  
por onde não permites que a vida entre,  
deixa vislumbrar a vida que fervilha lá fora.  
Talvez pudesses abrir essa janela...  
Talvez pudesses sair desse quarto...  
Talvez pudesses tomar nas tuas mãos  
o que resta do teu tempo,  
e deixar-te levar pela brisa que passa suavemente pelos teus cabelos brancos;  
pela luz que descobre os sulcos que vincam a tua face;  
pelo sol que aquece as tuas mãos trémulas e inseguras;  
sem ter pena de ti próprio porque és velho!

Pimentel, Luísa (2001: 238)

## Agradecimentos

O espaço limitado desta secção, seguramente, não me permite agradecer como deveria a todas as pessoas que, ao longo da elaboração desta dissertação, me ajudaram, direta ou indiretamente, a cumprir os meus objetivos e a concretizar mais esta etapa da minha formação académica. Apesar da elaboração de uma dissertação ser um processo solitário a que qualquer investigador está destinado, o seu apoio permitiu que esta investigação se tornasse possível. A todos deixo apenas algumas palavras, poucas, mas com um sentimento profundo de reconhecido agradecimento.

Ao Professor Doutor Paulo Peixoto, orientador da dissertação, agradeço o apoio, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho, assim como as críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Acima de tudo, obrigado por me ter acompanhado nesta jornada e por estimular o meu interesse pelo conhecimento.

Nos SMTUC, ao Engenheiro Óscar Carvalho Pinto Carneiro, Chefe da Divisão de Serviços de Produção, ao Engenheiro Luís Artur Leite Coelho Santos, do Gabinete de Estudos e Projetos e ao Doutor Jaime Hall Themido Silva Pereira, do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, pela disponibilidade manifestada e pelos dados que me facultaram, que enriqueceram, seguramente, esta dissertação. No Setor de Venda de Títulos, à Bertina, à Catarina Rodrigues, à Licínia, à Célia Batista, à Célia Cortes, à Anabela, à Sofia, à Carla, à Mara, à Ângela, à Teresa, à Natália, à Catarina Fonseca, ao Nuno Lucas, ao Sandro, ao David, ao Carlos Redondo e ao Carlos Santos, pelo jantar surpresa que me deu alento para levantar a cabeça num período tão difícil da minha carreira laboral e ter vontade de seguir em frente. No Serviço Comercial e de Promoção ao João Silvano pelo tratamento da fotografia da capa, que melhorou substancialmente. Na Secção de Expediente Documentação e Arquivo ao meu chefe Dr. António Soares, ao Vitito, ao Nelson e Ferraz ao pela partilha de bons momentos que me estimularam nos momentos de desânimo.

Ao Mário Eliseu pela tradução do resumo.

À Cila e ao Nuno Duarte pela amizade e companheirismo, por me apoiarem incondicionalmente e estarem sempre presentes quando necessitei de apoio.

À Rosita, à Fati, à Paula e à Teresa por todo o carinho e amizade que sempre manifestaram.

Na Câmara Municipal de Coimbra, ao Senhor Vereador Doutor Jorge Manuel Maranhães Alves, pela sua valiosa ajuda que me permitiu reunir as condições para realizar as entrevistas. À Doutora Rita Fernandes e ao Doutor Filipe Silva, da Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, pela forma bastante informal e profissional como fui recebida e pela disponibilidade manifestada.

À Doutora Ana Pinto, do ATENEU de Coimbra, pela sua simpatia, pela sua disponibilidade, pelo seu grande profissionalismo, pelo incansável acompanhamento e tempo precioso despendido no agendamento das entrevistas.

A todos os idosos que, embora no anonimato, prestaram uma contribuição fundamental para que este estudo fosse possível e para o avanço da investigação científica nesta área, sem eles esta dissertação estaria incompleta.

A todos os meus familiares, sem exceção, pelo incentivo que me deram, em especial ao meu sobrinho João Moreira pela força que sempre me soube dar.

Ao meu marido Simão, meu companheiro de há longa data e meu colega de carteira do 10.º ano ao termo da licenciatura, que sempre me estimulou a crescer científica e pessoalmente, pelas inúmeras trocas de impressões, correções, comentários ao trabalho, sem ele jamais teria entrado no ensino superior e tido coragem de ir mais longe.

À minha filha Ana Sofia por ser quem é, sem ela a minha vida não faria sentido. Pela compreensão e ternura que sempre manifestou, pelo apoio incondicional que sempre me deu, pelo orgulho com que sempre reagiu aos meus resultados académicos ao longo dos anos.

A meus pais, estou certa que, se ainda fossem vivos, ficariam muito orgulhosos do meu percurso académico. Uma palavra muito especial à minha mãezinha que me ensinou que o saber não ocupa lugar, porque apesar da vida dura que sempre teve nunca desistiu de alargar o seu conhecimento. Ela foi e sempre será um exemplo a seguir.

## **Resumo**

Esta dissertação analisa a qualidade de vida dos idosos residentes na Alta e na Baixa de Coimbra no que respeita às condições de habitabilidade e à utilização de edifícios públicos, à (in)segurança, à vida familiar e às relações de vizinhança e laços de solidariedade, à mobilidade e à relação que mantêm com os espaços exteriores à habitação, aos transportes e às iniciativas de Organizações Públicas ou IPSS que desenvolvem respostas nos Centros de Dia, Centros de Convívio, Lares ou Serviço de Apoio Domiciliário.

Procura compreender as motivações que os levam a frequentar (ou não) estes locais. Neste estudo utilizou-se uma metodologia qualitativa, recorrendo a entrevistas semidiretivas, privilegiando-se uma abordagem micro. Pretendeu dar-se voz às histórias de vida dos idosos e construir a análise a partir das suas narrativas. O trabalho realizado revela impactes profundos na vida dos idosos e na sua qualidade de vida, essencialmente no que respeita à diferença verificadas entre as zonas da Baixa e da Alta e à substituição dos laços de solidariedade.

## **Abstract**

This paper analyzes the quality of life of elderly residents in uptown and downtown Coimbra, regarding the quality of their living conditions, the use of public buildings, the (in)security conditions, family life, neighbour interaction and ties of solidarity, mobility, relation with surrounding outer spaces, transport, and initiatives promoted by public organizations or social security entities that develop care responses in Day Centres, Social Centres, Homes for the Elderly or homecare services.

It tries to understand the motivations that lead them to attend (or not) these places and services. For this purpose, it was used a qualitative methodology, using semi-directive interviews, giving priority to a micro approach. It was intended to give voice to the elderly life stories and build the analysis from their narratives. The work reveals that there is deep impact on the lives of older people and their quality of life, when comparing the differences between the areas of uptown and downtown Coimbra and the replacement of solidarity bonds.

## Lista de siglas

- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CMC – Câmara Municipal de Coimbra
- CTT – Correios, Telégrafos e Telefones
- GTL – Gabinetes Técnicos Locais
- HIV – Human Immuno Deficiency Virus
- INE – Instituto Nacional de Estatísticas
- IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONG – Organização não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDM – Plano Diretor Municipal
- POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
- PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
- PRAUD-GTL's – Gabinetes Técnicos Locais
- PRID – Programa Especial para Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação
- PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais
- RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
- RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
- REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
- SAAL – Serviço de Ambulatório de Apoio Local
- SMTUC – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra
- SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação
- UC – Universidade de Coimbra
- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNFPA – United Nations Population Fund



## **Lista de figuras**

Anexo 1: Fotografia noturna de Portugal

Anexo 7: Estrutura etária da população residente em Portugal, de 1991, 2001 e 2011

Anexo 8: Projeções da estrutura etária da população residente em Portugal, em 2040

Anexo 9: Projeções da estrutura etária da população residente em Portugal, em 2060

Anexo 28: Máquina que retrai os pilares

Anexo 30: Rampa de acesso ao “Pantufinhas”

Anexo 31: Fixação das cadeiras e comandos nos “Pantufinhas”

Anexo 35: Elevador da encosta

Anexo 35: Elevador vertical

Anexo 37: Viatura sem degraus de piso rebaixado (Low-Floor)

Anexo 38: Rampa de acesso em autocarro Cito

Anexo 39: Sistema de ajoelamento

## Lista de tabelas

- Anexo 2: População residente por grandes grupos etários, de 2001 a 2011
- Anexo 3: Índice sintético de fecundidade, de 2001 a 2011
- Anexo 4: Óbitos por grupos etários e sexo, de 2001 a 2011
- Anexo 5: Esperança média de vida aos 65 anos, por sexo, de 1999 a 2011
- Anexo 6: Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez, de 2001 a 2011
- Anexo 10: Índice de envelhecimento, de 2001 a 2011
- Anexo 13: População residente nas Freguesias do Concelho de Coimbra, de 1920 a 2011
- Anexo 14: População residente segundo grupos etários e sua evolução, entre 2001 e 2011
- Anexo 15: População residente segundo grupos etários e sua evolução, entre 2001 e 2011
- Anexo 16: População residente segundo índice de envelhecimento, longevidade e dependência, em 2011
- Anexo 17: População residente e presente, em 2011
- Anexo 18: População residente segundo o principal meio de vida, em 2011
- Anexo 19: População residente segundo o estado civil, em 2011
- Anexo 20: População residente segundo o sexo e nível de escolaridade atingido, em 2011
- Anexo 21: População residente segundo o nível de escolaridade atingido com 65 anos ou mais, em 2011
- Anexo 22: Alojamentos familiares clássicos por época de construção, de 1919 a 2011
- Anexo 23: Alojamentos familiares clássicos, segundo existência de retrete, dispositivo de descarga, água canalizada e instalação de banho ou duche, em 2011
- Anexo 24: Forma de ocupação dos edifícios, em 2011
- Anexo 25: Edifícios ocupados e vagos, em 2001 e 2011
- Anexo 26: Alojamentos familiares de residência habitua, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, em 2011
- Anexo 27: População residente segundo a dificuldade em andar ou subir degraus, por grupos etários, em 2011
- Anexo 32: Resumo dos resultados dos inquéritos dos utilizadores da “Linha Azul”
- Anexo 34: Passageiros transportados com pré-comprados, passes, bilhetes de bordo e cartões de residente

## **Lista de mapas**

Anexo 11: Zonas de proteção, edifícios/zonas de proteção e zonas especiais de proteção de edifícios classificados ou em vias de classificação e graus de proteção

Anexo 12: Freguesias do Concelho de Coimbra

Anexo 29: Flayer informativo do percurso do “Pantufinhas”

Anexo 36: Movimentos pendulares da população na cidade de Coimbra

## **Lista de gráficos**

Anexo 33: Repartição de entrada de passageiros por zona

Anexo 33: Repartição de saída de passageiros por zona

## Índice

Ficha Técnica	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Lista de siglas	
Lista de figuras	
Lista de tabelas	
Lista de mapas	
Lista de gráficos	
Introdução.....	1
1. É ESTA A CIDADE QUE DESEJAMOS?.....	6
1.1. Crescimento planetário das cidades.....	6
1.2. Cidade: novos ou velhos paradigmas? .....	7
1.3. A nova (re)configuração da cidade.....	11
1.4. Centro histórico: constrangimento ou oportunidade?.....	16
2. E EM PORTUGAL?.....	21
2.1. O crescimento das cidades: o caso português .....	21
2.2. Viver na cidade: os desafios das políticas públicas urbanas .....	32
3. PODEMOS CONTINUAR A CRESCER E ENVELHECER A ESTE RITMO? .....	40
3. 1. Demografia: crescimento e envelhecimento planetário .....	40
3. 2. O envelhecimento da população portuguesa .....	43
3. 3. Ser velho não é fácil .....	51
3. 4. Fatores de risco na terceira idade .....	58
4. COIMBRA CIDADE COM PATRIMÓNIO .....	67
4. 1. Uma visita do passado ao presente.....	67
4. 2. Coimbra em números .....	71
4. 3. Uma obra inacabada .....	82
4. 4. A importância que os SMTUC assumem na mobilidade da população .....	87
5. PROBLEMÁTICA .....	92
5. 1. Fundamentação.....	92
5. 2. Caracterização dos entrevistados .....	97
5. 3. Análise e discussão das entrevistas .....	98
Conclusão .....	127
Referências Bibliográficas.....	131

## Introdução

Nunca na já tão longa história da vida humana se atingiram níveis de longevidade tão pronunciados. Nunca as cidades tiveram números tão consideráveis de habitantes e nunca o ser humano viveu até idades tão tardias. Quer em termos espaciais, quer em termos populacionais os números são extraordinários.

O número de cidades aumentou exponencialmente, o mesmo sucedeu quanto às suas áreas habitacionais e ao número de habitantes. A (re)organização da cidade foi a maior em termos espaciais e a mais acelerada da sua história, provocando uma crescente degradação das áreas urbanas antigas. Um dos grandes desafios da atualidade é a (in)capacidade de encontrar respostas para atender a esta adversidade. Adotaram-se medidas para tentar resolver os problemas destas áreas, através de uma panóplia de programas e instrumentos para a área da habitação, reabilitação e arrendamento, nas principais políticas públicas desenvolvidas. No entanto, parece nunca ter existido uma verdadeira política habitacional, definida de forma explícita e coerente, já que em pleno século XXI existem ainda no país habitações que não possuem os equipamentos básicos para uma habitabilidade condigna dos cidadãos. São manifestas as ambiguidades em matéria de legislação e as dificuldades na articulação entre o Poder Central e o Poder Local que se repercutem na concretização das medidas implementadas ou a implementar, assim como na (in)capacidade de envolvimento com as comunidades locais, que em nada contribuem para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que habitam nas zonas históricas das cidades.

Mas se os edifícios e as habitações que estes acolhem, os equipamentos, as infraestruturas e a morfologia urbana envelhecem, o mesmo aconteceu aos seus habitantes. Tal como as cidades, também o envelhecimento e a velhice foram gradualmente assumindo um papel central como questão social na atualidade. Com o substancial aumento da esperança de vida que se verificou no decurso da segunda metade do século XX, as atuais gerações idosas são as primeiras a experienciar as alterações da sociedade. Desta forma, os idosos que vivem hoje a sua velhice estão a sofrer impactes ainda mal conhecidos ou não esperados. O aumento da população idosa e a crise dos últimos anos, que originaram um aumento do peso socioeconómico e a (in)sustentabilidade financeira do Estado Social, assistindo-se a

uma insuficiência ou inadequação de respostas por parte da organização social para dar respostas às necessidades a este estrato da população. Na atualidade na falta de um Estado-Providência eficaz, é a Sociedade-Providência que o substitui, é essencialmente a família que procura dar resposta às necessidades dos mais velhos. A globalização e a(s) crise(s) que assolam muitos países na atualidade, provocam uma desterritorialização das relações sociais que ultrapassam fronteiras e transformam significativamente o alcance e a eficácia dos costumes tradicionais, afastando os indivíduos dos contactos afetivos (Boaventura de Sousa Santos, 1993). Nos últimos anos assiste-se a uma crescente mobilidade geográfica, que contribui para o afastamento dos potenciais elementos de solidariedade primária, dificultando os contactos frequentes e a construção de novos apoios afetivos em caso de necessidade. Consequentemente, a crise do Estado Providência e das redes familiares traduzem-se numa retração do apoio direto do Estado e das famílias, gerando uma nova estratégia de Ação Social. Esta estratégia passa pela transferência das responsabilidades sociais para as organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor, que surge como uma alternativa ao Estado. Desta forma, o quotidiano do idoso pode desembocar numa de três situações: isolamento social, institucionalização moderada (Centros de Dia e Apoio Domiciliário) ou institucionalização total (internamento em instituições de apoio social como Lares ou Residenciais para idosos).

Neste contexto, considerámos pertinente colocar algumas questões que assentam num quadro de preocupações que estão na base do estudo desenvolvido nesta dissertação. Partimos de algumas interrogações que decorrem de lacunas de conhecimento sobre a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade: Será Coimbra uma *cidade amiga dos idosos*? Que configuração e conteúdo têm as políticas locais direcionadas para os idosos? Que alterações ocorreram no quotidiano dos idosos após a implementação de diversos programas pela CMC quanto à sua qualidade de vida? Viver a conta-gotas significa que todos os dias estes idosos procuram contornar as suas dificuldades financeiras, familiares, de mobilidade, das condições habitacionais, de isolamento, entre outras, significa que vivem um dia de cada vez, não fazendo planos para o futuro ainda que a curto prazo.

Este trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos, seguidamente apresentá-los-emos em linhas gerais. No primeiro capítulo abordaremos o tema das cidades. Numa primeira fase, apresentamos o crescimento dos aglomerados ao nível mundial quanto ao número de habitantes. Numa segunda fase, recuamos um pouco na história das cidades e focaremos a industrialização e os motivos que estão na base do seu crescimento. Apresentaremos ainda os modelos em que assentou a (re)organização das cidades identificados por Françoise Choay. Numa terceira fase, discutimos a nova (re)configuração da cidade, salientando as desiguais formas de a habitar e o novo modo de organização social e espacial. Na quarta e última fase, apresentaremos os centros históricos como constrangimento ou oportunidade. Pretende-se neste ponto debater o dinamismo económico destas zonas, como local de serviços ou pelas suas qualidades estéticas na promoção do turismo de massas, em contraponto com o avançado estado de degradação do tecido edificado.

O segundo capítulo foca, num primeiro momento, o crescimento das cidades em Portugal, quanto ao número de habitantes e à densidade populacional. Nele, salienta-se ainda a implementação de diversos Programas, Planos, Projetos e Gabinetes Técnicos Locais que visavam, em traços gerais, reparar, conservar, reabilitar, renovar e beneficiar o parque habitacional. Apresentaremos de seguida dados do INE referentes ao estado de conservação dos edifícios. Num segundo momento, discutiremos os desafios das políticas públicas urbanas e a necessidade de (re)pensar e (re)adaptar as capacidades técnicas capazes de “ler” e de “interpretar” as dinâmicas no terreno e de identificar os elementos fundamentais que estruturam a cidade. Evidenciamos a falta de articulação entre o Poder Central e o Poder Local e a falta de participação dos cidadãos. Finalmente, defendemos uma maior coordenação e articulação entre os diferentes níveis de poder e saberes disciplinares, e entre estes e as populações, para se poder minimizar os desequilíbrios existentes e adaptar o espaço urbano de forma a responder às necessidades e problemas crescentes com que este se debate.

No terceiro capítulo abordaremos, num primeiro momento, o tema do crescimento e envelhecimento planetário em números. Procuraremos ainda, assinalar os motivos que estão na base do envelhecimento demográfico. Num segundo momento, apresentaremos os dados referentes à evolução demográfica e ao envelhecimento da população portuguesa. Num



terceiro momento, discutiremos os problemas associados aos idosos, numa época em que o aumento do número de idosos com mais de 80 anos aumenta significativamente, que potencia “a probabilidade de ocorrência de situações patológicas complexas suscetíveis de virem a desencadear incapacidades e dependência (...) e a insuficiência de ajudas disponíveis sejam elas formais ou informais” (Quaresma, 2004: 30 – 32). Focaremos também a redefinição de costumes e comportamentos que desembocam no estabelecimento de novos paradigmas das relações humanas, desencadeados pela globalização e pela revolução tecnológica. Salientaremos, ainda que brevemente, as preocupações internacionais em torno do envelhecimento ativo através de diversas Agendas que apresentam um tema de enquadramento para a compreensão da evolução que as políticas devem assumir nesta área. Num quarto momento, focaremos os fatores de risco na terceira idade, nas dificuldades colocadas às famílias para a manutenção no lar dos seus elementos mais vulneráveis e no papel desempenhado pela mulher. Evidenciaremos também a desterritorialização das relações sociais assinaladas por Boaventura de Sousa Santos (1993), que desemboca no isolamento social, na institucionalização moderada (Centros de Dia e Apoio Domiciliário) ou institucionalização total (internamento em instituições de apoio social como Lares ou Residências para idosos). Finalmente, focaremos os maus-tratos a que os idosos estão sujeitos no seio da família.

O quarto capítulo, num primeiro momento, visita a cidade de Coimbra desde o ano 714 até à atualidade. Num segundo momento, apresentaremos a cidade em números quanto à sua população e alojamentos. Num terceiro momento, focaremos um conjunto de intervenções urbanísticas e iniciativas direcionadas aos idosos e/ou à população em situação de vulnerabilidade social, promovidas pelo Município de Coimbra. Num quarto momento, salientaremos a importância que os SMTUC assumem na mobilidade da população idosa com a implementação do Pantufinhas e do Elevador do Mercado essencialmente vocacionados para uma população envelhecida com problemas de locomoção, como é o caso da população residente na zona da Alta, em particular da população idosa que aí habita. Salientaremos igualmente a importância que os SMTUC assumem para a população em geral, tendo em vista a melhoria dos padrões de mobilidade de uma população muito heterogénea.

O quinto e último ponto é dedicado à problemática. Num primeiro momento são analisadas as escolhas epistemológicas que irão orientar toda a pesquisa e apresentar as técnicas de recolha da informação empírica, privilegia-se uma abordagem qualitativa da problemática em estudo. Partindo de um ponto de vista interpretativo, optar-se-á por recorrer a entrevistas semidiretivas, privilegiando-se uma abordagem micro, utilizando-se uma metodologia qualitativa, com a pretensão de se dar voz às histórias de vida dos idosos e construir a análise a partir das suas narrativas. Seguidamente apresentam-se os objetivos e as hipóteses de investigação. Num segundo momento, é feita a caracterização da população em estudo. Por último, num terceiro momento, analisam-se as entrevistas e discutem-se os resultados.

Na conclusão será efetuada uma reflexão global e serão destacados os elementos mais importantes da pesquisa.

## **1. É ESTA A CIDADE QUE DESEJAMOS?**

### **1. 1. Crescimento planetário das cidades**

O crescimento das cidades, no último século, quer demograficamente, quer em termos de alargamento da malha urbana, alterou a fisionomia do Globo Terrestre mais do que qualquer outra atividade humana em toda a sua história. Como afirma Herbert Girardet “no início do século XXI, a humanidade encontra-se envolvida numa experiência sem precedentes: estamos a transformar-nos numa espécie urbana” (Girardet, 2007: 12). Se nos anos 1970 os aglomerados a nível mundial com mais de dez milhões de habitantes eram apenas 2 (Tóquio e New York), passando a 10 em 1990, no século XXI esse número aumentou largamente, como confirmam os dados avançados pelas Nações Unidas (2011). Em 2011 existiam já 23 cidades com um número superior a 10 milhões de habitantes, destacando-se Tóquio com um extraordinário número de 37.2 milhões de habitantes, segundo a mesma fonte, contabilizando-se ainda 449 cidades com um número superior a um milhão de indivíduos. Segundo as projeções avançadas no mesmo relatório, estima-se que o número de cidades com um número superior a 10 milhões de habitantes seja 37 em 2025.

Globalmente, pode afirmar-se que a humanidade, no ano de 2011, tinha aproximadamente 3,63 biliões de indivíduos a viver em cidades e 3,34 biliões de indivíduos a viver em áreas rurais, o que corresponde a 52% de indivíduos a viver em cidades. Isto é, existem cerca de mais 290 milhões de indivíduos a viver em cidades, do que aqueles que vivem em áreas rurais, o que vem confirmar as projeções efetuadas pelas Nações Unidas, que previam, na primeira década do século XXI, que a população urbana ultrapassaria largamente os efetivos da população rural (2005), estimando ainda que, em 2030, cerca de 61% de pessoas vivam em cidades.

Esta realidade levanta uma série de questões para as quais é necessário encontrar respostas. Ainda que essas respostas não sejam dadas no âmbito desta dissertação, importa formular algumas questões que as enquadram: Que razões têm levado, ao longo dos tempos, à concentração populacional nas cidades, e porque se tem intensificado ultimamente este fenómeno? Trará a cidade mais e melhores oportunidades no que respeita à qualidade de

vida dos indivíduos? Se não for o caso, já que entre as maiores cidades se encontram muitas localizadas no terceiro mundo, onde a qualidade de vida é quase inexistente ou bastante precária, o que leva as pessoas a permanecer nesse local?

A resposta a estas questões, no âmbito desta dissertação, pode fornecer um importante contributo para a compreensão da cidade no seu todo e não apenas nos centros históricos, como é o caso. Porque, habitar a cidade é (con)viver com a complexidade e com a diversidade, sendo natural que o seu funcionamento e as suas dinâmicas de transformação, a que se assiste nas últimas décadas, alimentem toda uma série de análises efetuadas a partir dos mais diversos ângulos. Uma leitura mais abrangente da cidade pode ser um importante contributo para a compreensão dos fenómenos que se vivenciam na cidade, o da urbanização e o dos cidadãos que, podendo não ser complementares também não devem ser excludentes, pois tendem a encontrar-se cada vez mais no espaço e no tempo da sociedade contemporânea, não se reduzindo um ao outro.

## **1. 2. Cidade: novos ou velhos paradigmas?**

Recuando um pouco na história, apercebemo-nos que estas tendências nos permitem lembrar que o movimento contemporâneo de crescimento das cidades se fez acompanhar, pelo menos no seu início, por uma concomitante disseminação da ideologia do desenvolvimento. Este, por sua vez, encontra-se historicamente ligado à industrialização, e está associado a um crescimento demográfico sem precedentes na história da humanidade. Podemos afirmar que este processo ocorreu em simultâneo na cidade e no campo. Se existiu um forte incremento da industrialização na cidade, na verdade, também ocorreu, na mesma época, o que podemos apelidar de uma revolução agrícola, que originou a “mudança social mais impressionante de mais longo alcance da segunda metade [do século XX], e que nos isola para sempre do mundo do passado (...) a morte do campesinato” (Hobsbawm, 1998: 286). Nos países desenvolvidos é colocada à disposição dos agricultores uma expressiva quantidade de maquinaria e avanços tecnológicos no campo da química agrícola, que vem facilitar o trabalho, libertando um grande número de trabalhadores, que irá dar origem ao êxodo rural de milhares de indivíduos em direção à cidade em busca do trabalho que já não encontravam no campo.

A invenção da máquina a vapor e de outros equipamentos industriais impulsionam a Revolução Industrial e em torno dos núcleos das cidades proliferaram bairros industriais. A cidade estendeu-se, cada vez mais, para as margens circundantes, aglutinando povoações contíguas. O papel que o transporte público vem desempenhar na época é decisivo, pois permite a mobilidade de um grande número de trabalhadores para o seu local de trabalho. Relevante, também, é o desenvolvimento das linhas de caminho-de-ferro e, posteriormente, a disseminação do automóvel, que permitiu a milhões de pessoas viver cada vez mais longe do local de trabalho.

Esta foi, sem dúvida, a mudança social mais impressionante que ocorreu no último século e que originou grandes modificações na vida urbana. Ela fica a dever-se ao rápido crescimento territorial das cidades associado à industrialização, já que a maioria das fábricas se localizavam dentro do perímetro urbano, dando origem a graves problemas de higiene e de salubridade, como a poluição, a falta de condições sanitárias (falta de água potável e tratamento dos esgotos) e a desorganização espacial. Gradualmente, as indústrias foram sendo relegadas para o exterior do perímetro e a cidade foi-se (re)organizando, dando origem ao que François Ascher (2010: 26) apelida de uma verdadeira *revolução urbana*. Segundo o autor, é neste período que da *cidade medieval* se passa a uma *cidade clássica*, traçam-se “avenidas, praças e jardins urbanos que acabam com a amálgama de ruelas, vielas e hortas, afasta e transforma as muralhas, redefine e separa o público do privado, os espaços interiores e exteriores, afeta-lhe funções, inventa os passeios e as montras” (*ibidem*).

De assinalar que esta (re)organização foi, sem sombra de dúvida, a maior em termos espaciais e a mais acelerada na história das cidades, provocando uma crescente degradação das áreas urbanas antigas e criando “vazios urbanos” associados ao legado deixado pela deslocalização da indústria para a periferia que as diversas etapas da indústria haviam erigido. No presente, os testemunhos edificadas relacionados com a atividade industrial podem ainda encontrar-se na maioria das cidades. Os edifícios, de diversas tipologias e escalas, encontram-se atualmente obsoletos e em crescente estado de degradação, deteriorando a qualidade urbana, social, paisagística e ambiental do tecido onde se inserem. Para Carlos Fortuna e Cristina Meneguello, independentemente da tipologia da ruína, esse

elemento das paisagens urbanas representam “traços de uma história social suspensa” (Fortuna e Meneguello, 2013: 233), pois estas estruturas constituem no presente uma fonte de conhecimento sobre a sociedade e a sua evolução, revelando os materiais, as texturas, os espaços, as técnicas de produção e os modos de vida do passado.

Mas o crescimento geográfico das cidades não foi nem idêntico nem linear. Porque cada cidade tem particularidades intrínsecas e ritmos de crescimento distintos, ocupando cada uma um espaço de modo singular e diferenciado. Segundo Françoise Choay, a desordem expressa pela cidade industrial apela à sua “antítese”. No entanto, para a autora, a disposição para regular o crescimento da “cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reproduzível” (Choay, 1997: 14). Ou seja, a cidade que resulta da era da industrialização passa a ser vista como objeto de estudo científico, de consideração teórica singular, sujeita a planos de ordenamento, teóricos e desenhados. Partindo desta premissa, a autora identifica três tipos de modelos em que assentou a (re)organização das cidades: no século XIX o *modelo progressista* e o *modelo culturalista*<sup>1</sup> e no século XX o *modelo naturalista*.

Para Françoise Choay, o modelo progressista revela uma postura racional que assenta na ciência e na técnica, movendo-se, de acordo com o espírito iluminista, por uma ideia de progresso, pelo ideal de um homem-tipo com necessidades-tipo, que seriam possíveis de ser alteradas por soluções-tipo. Esta tipologia materializava-se no espaço urbano em habitações coletivas ou individuais, separadas por espaços abertos, vazios e áreas verdes, numa clara separação das funções (trabalho, habitação e lazer) e numa preocupação estética com as linhas retas. Esta homogeneidade obedece a uma lógica padrão, sinónimo de uma ordem positivista que levaria ao progresso. Na verdade, procurava-se assegurar as condições gerais de produção capitalista de forma autoritária. Como afirma Françoise Choay, “o

---

<sup>1</sup> Françoise Choay inicia a análise dos modelos urbanísticos em relação ao que apelida de *pré-urbanismo*. Para a autora os modelos pré-urbanistas, apesar de apresentarem preocupações e tendências que serão recuperadas pelos seus sucessores, ainda não se enquadram na designação de urbanismo porque o pré-urbanismo é “obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos)”, já o urbanismo é “o apanágio de especialistas, geralmente arquitetos” (Choay, 1997: 18). Além disso, enquanto “o urbanismo deixa de inserir-se numa visão global da sociedade (...) [e] é despolitizado», o pré-urbanismo está «ligado a opções políticas” (*ibidem*) e sociais fundamentais e reguladoras das propostas.

autoritarismo político de fato, que dissimula, em todas essas propostas, uma terminologia democrática, está ligado ao objetivo comum, mais ou menos bem assumido, do *rendimento máximo*” (*idem*: 11).

Já o modelo culturalista, apesar de demonstrar igualmente uma preocupação com o verde, com a preservação da natureza na cidade, com a higiene e com a limpeza, tem aspetos que o diferenciam do modelo progressista. Segundo a autora, este modelo assenta na ideia de que as cidades deveriam ter novamente limites precisos tal como nas urbes medievais (ruas tortuosas, topografia e linhas assimétricas deveriam ser mantidas) e não deveria partir de padrões e/ou protótipos. A população deveria ser descentralizada e concentrada apenas em alguns locais (prédios comunitários e culturais). Este modelo exalta o conceito de cultura em contraposição ao do progresso, que para Françoise Choay consistia num avanço político, mas de alcance reduzido por estar ancorado numa visão nostálgica e romântica que teima em negar o presente.

A autora identifica ainda um terceiro modelo, o naturalista. Segundo Françoise Choay, o espaço do modelo naturalista “é complexo; certas características suas aparentam-no com o modelo progressista, outras com o modelo culturalista. Ele é ao mesmo tempo aberto e fechado, universal e particular. É um espaço moderno que se oferece generosamente à liberdade do homem” (*idem*: 31). Este modelo, em que se inspira Frank Lloyd Wright, e que se desenvolve na sua proposta de Broadacre City, concretiza-se em função do passado e do futuro, entre um mito nostálgico pela natureza virgem e uma vontade futurista ancorada na velocidade, no movimento e no desejo de uma vida vivida conforme as potencialidades técnicas da modernidade. Neste sentido, se por um lado se apoia na «crítica nostálgica» do modelo culturalista para apresentar os seus sentimentos e as suas preocupações relativamente à cidade da era industrial, por outro lado, seguindo a linha das ideias progressistas, tem na máquina um aliado e um colaborador quando se trata de encontrar uma nova ordem e estética que se oculta por detrás do ambiente reprimido e alienado da sociedade nas cidades atuais. Desta forma, Françoise Choay não coloca o modelo de Wright nem do lado dos progressistas, nem do lado culturalistas, o que revela, de facto, a singularidade e mesmo a excentricidade da proposta.

Segundo a autora, estes três modelos não tiveram o mesmo acolhimento na remodelação e no crescimento das cidades, existindo uma clara aceitação do modelo progressista, embora com algumas adaptações, pelos “regimes económicos e políticos mais diversos [tomando] formas diferentes à mercê dos particularismos culturais (...) assumida pelo capitalismo privado, o capitalismo de Estado ou o Estado produtor” (*idem*: 33-34). O modelo naturalista só se manifestou muito tenuemente em «formas suburbanas», sobretudo nos Estados Unidos. E o modelo culturalista só foi implementado nalgumas cidades novas em Inglaterra. Noutros países, restringiu-se a “experiências limitadas (certas reconstruções e algumas estações turísticas)” (*idem*: 33).

Independentemente do modelo apadrinhado por cada cidade, não esquecendo que os modelos não se concretizaram de forma pura, o crescimento territorial intensifica-se e assiste-se a uma diferenciação funcional por atividades e grupos sociais que as mudanças económicas ao nível dos processos de produção, distribuição e consumo vêm consolidar. Desta forma, as cidades registam inúmeras transformações na estrutura espacial e na própria forma que resultaram em contínuos acrescentos ao já existente, dado origem a profundas alterações no plano económico, social e cultural. Segundo Teresa Barata Salgueiro, esta alteração acompanha o desenvolvimento da cidade industrial para a pós-industrial, traduzindo-se “numa fragmentação sócio-espacial por perda de unidade funcional baseada nas interdependências entre áreas especializadas, e no crescimento de uma pluralidade de grupos sociais cuja identidade se constrói e revela nos objetos, nos sítios e, principalmente nos símbolos” (Salgueiro, 1997: 179). Assim, através de um processo de “desolação paradoxal”, as cidades vão-se suburbanizando e colonizando desde os seus arredores até limites cada vez mais vastos.

### **1. 3. A nova (re)configuração da cidade**

Com o crescimento geográfico das cidades, é fácil constatar que o processo de organização sócio-espacial passa a ser condicionado quase exclusivamente pelas leis do mercado, acentuando as polarizações sociais e territoriais quer no interior da cidade, quer nas áreas envolventes. Este processo relaciona-se, claramente, com um processo de centrifugação para a periferia da vida económica e social, que envolve um vasto setor da população.



Sobretudo nas grandes cidades, passa a existir um parque habitacional devoluto e degradado, principalmente nos centros históricos e nos bairros sociais que nasceram e cresceram na periferia. Assim, o centro da cidade passa a ser habitado maioritariamente por idosos em casas degradadas e sem condições de salubridade, vivendo isoladas com poucos rendimentos e votados ao abandono e ao esquecimento. A inacessibilidade económica dos espaços residenciais no centro das cidades agrava ainda mais os desequilíbrios geracionais destas áreas, empurrando os jovens para a periferia ou para concelhos limítrofes.

A conjugação da periferização dos bairros sociais e a homogeneidade socioeconómica dos grupos que neles habitam vota estes espaços a uma condição de segregação quer em relação ao centro urbano, quer às atividades da cidade. “A reconfiguração espacial da cidade reflete a estrutura social que a suporta, [podendo] identificar-se diferenças espaciais em termos de posição social ou de origem étnica dos grupos que persistentemente procedem à (re)construção simbólica da cidade” (Gonçalves, 2006: 53), manifestando-se igualmente na estandardização dos modelos arquitetónicos. A esta homogeneidade arquitetónica e socioeconómica, contrapõe-se uma forte heterogeneidade relativamente a outros espaços que constituem o tecido urbano. Idênticos entre si, os bairros sociais distinguem-se dos restantes espaços da cidade, quer pelos grupos sociais que neles habitam, quer pela sua arquitetura ou mesmo pela sua localização no tecido urbano e estes espaços exibem facilmente situações de segregação urbana. Esta espacialização da pobreza contribuiu para uma diferenciação social da cidade que, em vez de fomentar uma dinâmica interna do espaço urbano, se converteu, acima de tudo, num instrumento de segregação e de guetização, o que leva Mike Savage e Alan Warde a afirmar que “o subúrbio, o gueto e o enclave nobilitado são, todos eles por efeito da segregação, expressões de desigualdade” (Savage e Warde, 2002: 65).

Os habitantes dos bairros sociais são, por norma, realojados de casas velhas dos centros das cidades, dos bairros de lata ou de construção precária, dos bairros degradados de alvenaria e de recém-chegados à cidade provenientes das zonas pobres do interior do país, que viviam quase exclusivamente da agricultura em busca de melhores condições de vida. Para Flávio Paiva este “modelo massificador de realojamento que tem sido utilizado pelos promotores públicos provoca a rápida degradação física e social dos bairros [e] a sua reabilitação exige

(...) investimentos inoportunos” (Paiva, 1997: 233). Ainda segundo o autor, a par das “deficientes condições de habitabilidade [ocorre também uma] deficiente inserção dos residentes ativos no mercado de trabalho, os baixos rendimentos familiares, [o] reduzido nível de instrução e [as] fracas perspectivas de mobilidade social e residencial” (*idem*: 231).

Segundo José Machado Pais “Se a *mobilidade* é um atributo do modo de vida urbana, o seu correlato é o *fechamento*” (Pais, 2010: 54). O autor salienta que existe uma propensão para a segregação residencial como estratégia de fuga à concentração multicultural, porque a cidade é um território polifónico aberto à complexidade, ao hibridismo e à diversidade. Este *fechamento*, fruto do esvaziamento populacional e da estagnação do mercado imobiliário de moradias nas áreas residenciais centrais, revela uma nova dinâmica de enclaves residenciais com preços elevados, que se transforma num processo de autosegregação das elites. A estagnação do mercado e o aumento da violência nas cidades desencadeia uma procura crescente de novas formas de habitar as cidades para as elites, que lhes proporcione uma melhor qualidade de vida e a (re)produção de uma diferenciação social que simbolicamente se revela num referencial no espaço a partir da apropriação desigual da cidade, que produzida e reproduzida e esteticamente adaptada, se torna sinónimo de *status* e distinção social por parte dos seus consumidores. Para José Machado Pais existem cada vez mais condomínios privados que promovem a “incomunicabilidade, [os] vidros duplos e outros sistemas criam cidades silenciadas dentro da cidade” (*ibidem*), condiciona-se a vida pública e os letreiros desmobilizam ou interditam a circulação do estrangeiro nesses locais. “Os condomínios (...) isolam-se e protegem-se com cercas, muros, arames farpados, câmaras de vigilância, guardas privados” (*ibidem*). Segundo o autor “assiste-se a uma fragmentação urbana que leva à coexistência de várias cidades na mesma cidade” (*ibidem*).

Desta forma, constatamos que na atualidade, vivemos e convivemos com uma nova urbanidade que se manifesta num novo modo de organização social e espacial. Nas cidades, vivem e convivem diversas formas pelas quais um duplo processo de isolamento se materializou, existindo, como salienta Luiz César de Queiroz Ribeiro um “afastamento territorial (processo de periferização das classes sociais), pela construção de enclaves territoriais (condomínios fechados), pela construção de barreiras simbólicas (...) e dos seus territórios, nos quais [os excluídos e marginalizados] são concentrados na forma de guetos

urbanos” (Ribeiro, 2005: 50). Assim, apercebemo-nos que no espaço urbano existe uma polarização que deriva da estrutura social em que os indivíduos se inserem. Por um lado, verifica-se a existência cada vez mais exclusiva de espaços mais valorizados, que se deve à concentração de atividades de ponta e moradias de luxo e, por outro lado, um espaço fragmentado utilizado essencialmente por pobres e excluídos. Para Mike Savage e Alan Warde “quanto maior for o núcleo urbano, mais elevado será o grau de segregação provável” (Savage e Warde, 2002: 69), pois tratando-se, por norma, de enclaves onde habitam os grupos sociais mais desfavorecidos, podemos estar perante zonas geográficas onde os seus habitantes, como François Ascher enfatiza, “se tornam prisioneiros dos seus bairros” (Ascher, 2010: 64).

O rápido crescimento e os discursos negativos mais ou menos generalizados parecem conduzir as cidades a uma crise há muito anunciada, que se fica a dever à crescente “concentração da população nas cidades, [ao] crime e [à] violência, [à] degradação paisagística e ambiental, [à] decadência das infraestruturas, [ao] declínio da economia industrial, [ao] aumento do desemprego, [ao] trânsito e [ao] estacionamento, [à] falta de habitação e [à] marginalidade” (Peixoto, 2006: 226). Segundo o autor, estes discursos negativistas e a retórica política dos governantes locais reproduzem-se dual e contraditoriamente em relação às cidades atuais, como se as cidades tivessem duas faces de uma mesma moeda. Se por um lado “esses discursos balançam entre uma exacerbação do sentimento de crise e de insegurança [por outro lado, parece existir] a necessidade em desenvolver estratégias sustentáveis de combate ao declínio, encarando o ambiente e a paisagem física e social como um património e um recurso não renovável” (*ibidem*).

Tal como a cidade, também o *espaço público* está em crise. Longe vai o tempo em que o *espaço público* era acessível a todos sem distinção de classe, etnia, religião, ou o que quer que seja. Terminaram as brincadeiras das crianças nas ruas e nas praças, em que os pais apenas se preocupavam com um joelho esfolado ou uma cabeça partida, em que os idosos se encontravam para recordar velhos tempos e jogar às cartas e as famílias e vizinhos se reuniam para confraternizar, este é um claro sinal que as cidades se têm alterado nas últimas décadas. Ainda que esta perspetiva tenha o seu quê de romântico, a verdade é que a transformação urbana que se fez acompanhar pela individuação das dinâmicas sociais e

pela domesticação das práticas alterou profundamente as sociabilidades. O crescimento e consequente fragmentação da cidade que concentrou a população em áreas distantes das zonas centrais, o aumento da violência nas cidades, particularmente nas cidades de grande dimensão, a construção de grandes infraestruturas de circulação intraurbanas, os avanços tecnológicos na área das telecomunicações, estão na génese do retraimento do espaço público, essencialmente no que respeita à sua componente física, difundindo aos seus utilizadores uma sensação de insegurança na presença de espaços amplos e pouco controlados, que revelam uma crescente agorafobia urbana.

Como defende Henri Lefebvre “a vida urbana supõe que aconteçam encontros, confrontos e diferenças, conhecimento e reconhecimento recíproco” (Lefebvre, 2012: 28). Mas, longe do século XIX, dos combates ideológicos e políticos e da revolução que levou à destruição da urbanidade, na atualidade, “a vida urbana é movida por estranhos entre estanhos” (Bauman 2007:133). O encontro e o convívio em estreita proximidade, ainda que por brevíssimos instantes, pode transformar-se numa fonte de angústia para os indivíduos materializando-se na morte do espaço público, tornando profética a antevisão da urbanidade preconizada por Lefebvre.

Se por um lado a cidade está em crise, por outro lado a privatização do espaço público tem, na atualidade, efeitos dramáticos, pois para a cidade e para os seus habitantes “a complexidade da organização dos espaços está diretamente associada à dinâmica dos grupos sociais que utilizam e gozam esses espaços. Ou seja, o que caracteriza uma cidade é, precisamente, o facto de haver espaços públicos que permitam o encontro com a diferença e o inesperado” (Gonçalves, 2006: 53). Para o autor a “fragmentação social [conduz a um] empobrecimento da vida urbana porque encapsula as relações entre os indivíduos” (*idem*: 52-53). A nova configuração das cidades espelha a estrutura social que a suporta, sendo visíveis as diferenças espaciais pela diferenciação da posição social da população que nela habita. Para o autor, ao somatório do crescimento das cidades, associam-se “os estilos de vida dos grupos que nela habitam, demonstrando a realidade que os indivíduos tendem a organizar-se em grupo, em função do meio social, cultural, étnico ou económico a que pertencem, num claro processo de neotribalização” (*idem*: 53-54).

#### **1. 4. Centro histórico: constrangimento ou oportunidade?**

No final do século XX, as cidades atingiram dimensões nunca antes alcançadas, quer pelo crescimento numérico das urbes, quer pelo crescimento populacional, quer pela ocupação territorial, assistindo-se a alterações tanto no modo de funcionamento como no próprio conceito de cidade. As funções urbanas segmentaram-se e, conseqüentemente, muitas das atividades realizadas no interior das cidades saíram da malha cidadina provocando o que se apelida de fenómeno de desurbanização, principalmente nos espaços centrais das cidades. Como constata Teresa Barata Salgueiro (1996: 155) a cidade torna-se o centro de uma área de grande dinamismo económico e assiste-se ao aumento da procura de serviços, nos centros urbanos renovam-se bancos e seguradoras, tribunais, hospitais e escolas, aumentam em número e em qualidade os estabelecimentos comerciais, os escritórios de várias companhias, rasgam-se novas avenidas que os edifícios mais altos marginalizam, crescem em grande número habitações, consultórios e centros comerciais.

Esta “explosão” da cidade quase originou a dissolução de alguns núcleos urbanos de origem medieval. Os que não desapareceram, de alguma forma, tornaram-se invisíveis. Apesar disso, eles tenderam a persistir protegendo e perpetuando, pelo menos no plano simbólico, a sua imagem de centralidade. Segundo Henri Lefebvre os núcleos urbanos transformaram-se resistindo, utilizando as suas qualidades estéticas como centros de consumo de alta qualidade direcionados ao turismo, organizando festas, desfiles, passeios e diversões, assim “o núcleo sobrevive devido a esse duplo papel: como lugar de consumo e mediante o consumo do lugar” (Lefebvre, 2012: 25). Desta forma, assiste-se a uma crescente massificação do turismo e esta procura deve-se, não só à historicidade e à patrimonialização dos lugares, mas também à estetização das cidades que retratam os estilos de vida, o quotidiano e os espaços urbanos promovidos e comercializados pela «indústria turística e do lazer». A encenação que ocorre através de eventos atrativos, da ornamentação das fachadas, da estrutura das cidades é o resultado mais visível da estetização. Assim, nas cidades, os projetos multiplicam-se tendo em vista oferecer “uma cultura urbana baseada no usufruto do espaço público e na promoção de uma cidadania que depende da capacidade em fazer assentar a vida quotidiana em atividades de natureza lúdica” (Peixoto, 2003: 219). No entanto, para o autor, estas exposições longe de refletirem o

quotidiano dos seus habitantes, apenas fazem parte da criatividade de cenógrafos turísticos. O autor refere ainda que este “processo de estetização” se prende com o facto de o “campo patrimonializável” ser incomensurável, pois, “tudo pode ser ‘património’: práticas, lugares, edifícios, natureza, gastronomia, etc.” (*ibidem*).

Nas duas últimas décadas do século XX assistiu-se à espetacularização dos centros históricos tendo em vista a sedução dos visitantes. Assim, “cada boutique, cada praça, cada café é, hoje em dia, concebido para se tornar uma «experiência ativa»” (*idem*: 220). Isso significa que os centros históricos podem conceber-se como espaços de arte que, uma vez estetizados, se transformam em itinerários obrigatórios para os indivíduos que procuram “experiências hedonistas”, adquirindo, cada vez mais, um “valor de troca” que quase anula o seu “valor de uso” e a sua crise há tanto anunciada faz-nos pensar que

“Na pática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito de cidade) quebra-se e, todavia, mantém-se; a transbordar, frequentemente deteriorado, por vezes em dissolução, o núcleo urbano não desaparece. Se alguém proclama o seu fim e a sua absorção no tecido, trata-se de um postulado e de uma afirmação sem provas. Do mesmo modo, se alguém proclama a urgência de sua restituição ou reconstituição dos núcleos urbanos, tal constitui ainda um postulado e uma afirmação sem provas. O núcleo urbano não deu lugar a uma “realidade” nova e bem definida, tal como a aldeia deu lugar à cidade. E no entanto, o seu reino parece estar a acabar. A menos que ele se afirme ainda mais fortemente, como centro de poder...” (Lefebvre, 2012: 26).

Na verdade, nos centros históricos o tecido edificado existente está, por norma, num avançado estado de degradação permanente “com uma série de deficiências funcionais: falta de casa de banho, de cozinha, de luz e água, e exiguidade de espaço interior, não se compatibilizando com as dimensões dos agregados familiares” (Menezes, 1994: 5), que se constitui como um problema urbanístico, exigindo fortes intervenções de reabilitação do tecido construtivo e de recentramento funcional. Para a autora “a reabilitação urbana evoca uma prática com vista à melhoria das condições de habitabilidade, a criação e requalificação de equipamentos comunitários e de infraestruturas, instalações e espaços livres de uso público” (*ibidem*). Desta forma, “olhar e produzir conhecimento sobre a cidade surge quase como um processo de “descoser” e “coser” de uma enorme “manta de retalhos” que, entretanto, se constitui a partir de uma lógica mais abrangente e que não se limita à(s) peça(s) que visualizamos” (Menezes, 2000: 156).

Ora, numa sociedade onde os grupos sociais são dinâmicos, continuam a preservar-se algumas características ligadas ao seu passado social e os habitantes mais antigos retêm na memória acontecimentos de outrora através de eventos sócio-culturais ou dos objetos arquitetónicos. Desta forma, a reabilitação destes locais pode interferir com os processos de dinamização social, pois se por um lado pode “reforçar a dinâmica endógena da população dos centros históricos” (Menezes 1994: 18) dificultando a renovação natural da população, que se traduz “no despovoamento e na perda da função residencial destes centros históricos (...). Por outro lado (...) pode reforçar os processos exógenos de dinamização social através de uma política de regeneração absoluta ou regeneração parcial da população” (*ibidem*). Para a autora, a regeneração absoluta implica uma expulsão da população residente, quer pela especulação imobiliária que atrai outros estratos sociais, quer pela substituição da ocupação do lugar assumindo uma função terciária. Quanto à regeneração parcial pode resultar num de dois processos: o primeiro pretende fixar a população residente, dando possibilidade aos seus filhos de também se manterem nesses locais, através de medidas políticas do controlo das rendas; e segundo resulta num processo de gentrificação<sup>2</sup>. Para Mike Savage e Alan Warde “trata-se de um processo de substituição da classe trabalhadora pela classe média, do aumento dos valores de propriedade, da alteração de forma do espaço edificado e do aparecimento de um novo estilo de vida urbano” (Savage e Warde, 2002: 83).

Como Neil Smith evidencia, o processo de gentrificação inicia-se nos anos setenta e perdura até à atualidade, para o autor a “gentrificação evoluiu rapidamente em importância e diversidade, a ponto de fazer pitorescos os simples projetos de reabilitação residencial (...) na paisagem urbana” (Smith, 2006: 62). A evolução da gentrificação propagou-se de duas formas: verticalmente – a todas as cidades independentemente da sua dimensão; e horizontalmente – disseminou-se geograficamente, tornando-se prática corrente nos centros

---

<sup>2</sup> Na perspetiva de Ruth Glass (1964), que ao analisar as alterações efetuadas nos bairros operários de Londres, constatou que estes foram invadidos pela classe média alta e baixa e que a maioria ou todos os ocupantes da classe trabalhadora, que originalmente habitavam esses bairros, foram deslocados. Ou seja, para a autora, este é um processo de valorização do solo, que desloca um segmento da população para os subúrbios e atrai outro segmento da população de *status* mais elevado e que leva a que os bairros alterem o seu caráter social.

de muitas cidades. Para Rogério Proença Leite<sup>3</sup> este “modelo reproduz (tardiamente) o princípio da higienização social de Paris de Haussemann, agora de forma alterada e adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea” (Leite, 2010: 75).

Rogério Proença Leite pensa que esta forma de intervenção não é sustentável porque

“Uma das principais ressonâncias negativas das intervenções urbanas enobrecedoras e que afeta a sua sustentabilidade é inerente à sua própria estratégia urbanística: a criação de uma forte demarcação socioespacial dos usos do espaço. É um dilema insolúvel. Para reativar o uso do local e restabelecer nichos de consumo diferenciado para atribuir consumidores, essas intervenções apostam na “requalificação” dos espaços, criando fronteiras relativamente bem demarcadas entre diferentes usuários. Não raramente, excluindo parte significativa da população local, impossibilitada de interagir nesses espaços, em virtude da forte inflexão mercadológica que os elitiza. Em consequência, são criados pelos não-usuários zonas de instabilidade que circundam esses espaços, ou neles adentram, instituindo pontos de tensão pela disputa prática e simbólica da cidade” (*idem*: 83).

Para Marluci Menezes é justamente a fixação e a reabilitação social dos habitantes originais na mesma residência intervencionada que permite “a conservação do edificado; e o significado positivo do bairro para a população” (Menezes, 1994: 19). No entanto, para a autora, para além de reabilitar a cidade é necessário também implementar novas formas de higienizar os espaços. Como afirma Jorge Manuel Gonçalves, se no decorrer do século XIX, “na sequência da turbulência introduzida pela Revolução Industrial, a cidade se organizou e se transformou de acordo com os princípios higienistas em voga na altura [e] foi exigido aos espaços urbanos novas práticas de higiene, as ruas tornaram-se mais limpas e, por baixo delas, os esgotos substituem os canais a céu aberto” (Gonçalves, 2006: 76), hoje, higienizar não é apenas “limpar” a cidade, é remodelar e dar mais qualidade de vida às pessoas que nela habitam.

Para Paulo Peixoto, se, por um lado, a imagem que se transmite dos centros históricos é negativa devido à sua degradação, servindo como justificação para os encargos financeiros que são necessários à renovação desses espaços, por outro, pretende-se que os centros históricos transmitam uma representação positiva através de condutas simbólicas. Para o

---

<sup>3</sup> O autor destaca três etapas para o processo inicial de enobrecimento (tradução de Carlos Fortuna do termo original *gentrification* cunhado por Ruth Glass) para a reconversão dos centros históricos: 1) existência de um centro estruturador funcionalmente da vida urbana agregador das primeiras manifestações de uma cultura urbana; 2) locais que por fatores inerentes ao crescimento da urbanização se tornaram pouco dinâmicos socioeconomicamente, estigmatizados e desvalorizados socialmente; 3) locais que “reclamam e adquirem identidade patrimonial, inserindo-se na pauta das políticas urbanas” (Leite, 2010: 76).



autor, “esta dissonância de imagens gerada, muitas vezes, por organismos de gestão locais com interesses divergentes, configura, desde logo, um quadro de insustentabilidade cultural” (Peixoto, 2003: 216). A articulação entre estas três perspetivas leva o autor a interrogar-se quanto à sustentabilidade cultural destes locais, pois, frequentemente “não são centrais nem históricos” (*ibidem*), nesta ótica, o autor considera que é paradoxal as cidades, que se apelidam de históricas, se queiram modernizar utilizando o passado. Nas cidades convivem concomitantemente a modernidade e a antiguidade, ainda que a paisagem histórica não domine os centros históricos, eles dão, pelo seu valor simbólico, a identidade à cidade. Para o autor, esta sincronia arquitetónica pode ser uma conjuntura essencial para garantir a “sustentabilidade cultural”, pois a conjugação de elementos antigos e atuais permite, não só coabitar com o passado, mas também com o futuro.

Nos centros históricos existe um pequeno comércio pouco dinâmico que devido às oscilações inerentes à sazonalidade apresenta grandes dificuldades em subsistir e que põe em causa a sustentabilidade financeira desses estabelecimentos. Longe de ser consensual devido à sua enorme vulnerabilidade a efeitos de oportunidade, a animação noturna, quando não instalada em locais de retraimento ou desocupação residencial, pode levar a que surjam conflitos, essencialmente porque esses locais são habitados, na maioria das vezes, por idosos. Como afirma Paulo Peixoto para os habitantes, os centros históricos associam-se a “práticas ilícitas” e a “imagens estigmatizantes”, “os descatos e o banditismo associados ao consumo excessivo de álcool, assim como a presença de traficantes e consumidores de estupefacientes são algumas das situações (...) que contribuem para o aumento de insegurança entre os residentes e que configuram outras tantas situações de risco” (Peixoto, 2006: 188).

## **2. E EM PORTUGAL?**

### **2. 1. O crescimento das cidades: o caso português**

Não obstante as diferentes dinâmicas dos territórios metropolitanos, tendencialmente verifica-se a concentração da população portuguesa em lugares urbanos. Em 2011 a população que residia em lugares com dois mil ou mais habitantes era de 61%. Esta tendência tem vindo a intensificar-se nas últimas décadas: em 1981 cifrava-se em cerca de 43% de indivíduos; em 1991 eram já 48% de indivíduos; e em 2001 o número cresceu para 55% de indivíduos. Esta evolução da estrutura territorial de distribuição da população entre 1981 e 2011 reforça a concentração populacional que já se verificava nas décadas precedentes no sistema urbano nacional, pois em apenas 3 décadas a população a residir em cidades aumentou 18%.

Analisando a densidade populacional à escala local, este fenómeno torna-se ainda mais evidente. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, através dos dados recolhidos pelo Recenseamento Geral da população em 2011, residiam no país 114,5 indivíduos por km<sup>2</sup>, verificando-se que das 4.260 freguesias nacionais apenas 1.756 (41%) patenteavam densidades populacionais superiores à média nacional. Com uma densidade populacional muito intensa no Litoral, numa faixa que se situa entre Viana do Castelo e Setúbal e, a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, sendo perceptível duas áreas de densidade particularmente elevadas nas freguesias das metrópoles de Lisboa e do Porto. Com efeito, das 371 freguesias nacionais que apresentavam uma densidade populacional superior a mil habitantes por km<sup>2</sup>, 143 freguesias localizam-se na Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se as freguesias de São Miguel e do Socorro no município de Lisboa com mais de 20 mil habitantes por km<sup>2</sup> e 85 freguesias na Área Metropolitana do Porto, destacando-se as freguesias de Perafita e de Santa Cruz do Bispo no município de Matosinhos e a freguesia de Nogueira no município da Maia com mais de 1.500 habitantes por km<sup>2</sup>. As freguesias da Sé em Braga, da Conceição em Peniche, do Coração de Jesus em Viseu, da Sé Nova em Coimbra, de São Mamede em Évora constituíam exemplos de exceções relativamente a este padrão metropolitano, tendo mais de 4 mil habitantes por km<sup>2</sup>.

No Algarve, identificavam-se igualmente um contínuo de municípios com freguesias com densidades elevadas face ao contexto nacional. Freguesias que concentravam mais de mil habitantes por km<sup>2</sup>, salientando-se as freguesias de Parchal em Lagoa, de São Pedro em Faro, da Fuseta em Olhão e de Vila Real de Santo António. Inversamente, o Interior do Continente apresentava densidades populacionais reduzidas, em consequência do processo de despovoamento que se tem verificado nas últimas décadas.

Consequentemente, esta densidade populacional vai dar origem ao crescimento das cidades do Litoral, não só no número de habitantes, mas também no alargamento da malha urbana. Assim, em 2011, constata-se que o sistema urbano português se caracterizava pela existência de sete lugares com dimensão igual ou superior a 100 mil habitantes, onde se concentravam cerca de 14% da população total. Para além dos centros metropolitanos de Lisboa com 548 mil habitantes e do Porto com 238 mil habitantes, destacavam-se ainda dois lugares de áreas metropolitanas, Vila Nova de Gaia com 187 mil habitantes e a Amadora com 175 mil habitantes e duas cidades capitais de distrito, Braga com 137 mil habitantes e Coimbra com 106 mil habitantes.

Desta forma, é possível verificar que as transformações ocorridas na sociedade portuguesa, ao longo das últimas décadas, originaram alterações profundas na configuração do país e das cidades. Esta evolução, em termos espaciais, “pode caracterizar-se por uma tripla evolução: concentração da população no litoral, crescimento urbano e despovoamento do interior do país” (Costa e Machado, 1998: 18), como é possível verificar na imagem que se apresenta no anexo 1.

Esta concentração populacional junto à faixa litoral cria, em geral, grandes desequilíbrios e assimetrias regionais, já que as estas áreas se opõem extensas áreas desertificadas no que se refere à ocupação humana. No período que se situa entre a década de 1960 e 2005 uma parte significativa da população portuguesa mudou de local de habitação, abandonando os campos e as aldeias para viver em pequenas vilas e cidades, sobretudo nas duas áreas metropolitanas da Grande Lisboa e do Grande Porto. Desta forma, podemos afirmar que se assistiu a uma bipolarização. Ou seja, juntas, estas duas metrópoles têm praticamente metade de toda a população que reside no continente português.

Analogamente a este processo de litoralização, e em boa parte sobreposto a ele, a urbanização cresce regularmente. Ao redor das cidades formam-se manchas urbanas e as cidades modificam-se, enquanto nos centros das cidades se assiste a um progressivo envelhecimento da população, nos subúrbios aumenta uma população maioritariamente jovem. A suburbanização liga-se, “ao florescimento da cidade central de população que vai viver nas faixas exteriores, a maior ou menor distância do centro” (Mela, 1999: 168), acentuando-se, desta forma, uma forte dicotomia entre a cidade consolidada, mais ou menos histórica, e a urbanização resultante da expansão recente, cujo défice de desenho e qualidade urbana resultou da ausência, da desadaptação ou do desajustamento dos traçados previstos nos planos e noutros instrumentos de regulação urbanística.

Segundo Teresa Barata Salgueiro, a expansão suburbana, a partir da segunda metade do século XX, fez-se essencialmente por via da construção vertical, ainda que com pouca qualidade, em detrimento das construções antigas, mesmo que com algumas pequenas obras de melhoramento ainda permitissem uma habitação de qualidade. Este tipo de construção reificou a importância da promoção imobiliária especulativa, que procurava minimizar a subida do preço dos terrenos e que visava a obtenção de maiores lucros. Nos anos 1960, essencialmente na região de Lisboa, mas ocorrendo igualmente uma relativa dispersão do fenómeno à escala do continente, em simultâneo com o desenvolvimento das urbanizações, assiste-se ao loteamento ilegal de grandes áreas da periferia urbana com poucas probabilidades de virem a ser urbanizadas, por possuírem poucas acessibilidades, pelas más condições topográficas e de exposição, ou por qualquer entrave urbanístico. Neste período existia um forte incremento demográfico, o que vem condicionar o mercado habitacional e de “acentuada especulação, muitos desses lotes serão utilizados para construção neles surgindo prédios de elevado número de andares, em resultado de práticas de corrupção, suborno e especulação. Nascem, assim, os bairros clandestinos, que se multiplicam como cogumelos nos anos seguintes.” (Salgueiro, 1992: 202).

Com a revolução de abril restitui-se aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais que lhes haviam sido negados até então, e a partir do dia 25 de abril de 1974, assiste-se às maiores e mais rápidas transformações em praticamente todos os níveis na sociedade portuguesa, relativas essencialmente ao apelidado processo de modernização económico,

social e político. De 1974 a 1975 a população portuguesa conhece uma dinâmica nunca antes vivenciada. A população ativa já não se sente constrangida pela necessidade de emigrar<sup>4</sup>, a desmobilização dos militares motivada pelo fim da guerra colonial, o regresso à pátria de muitos emigrantes<sup>5</sup> e a vinda, de certa forma precipitada, dos repatriados (ou retornados) que somam cerca de 700.000 indivíduos, aproximadamente 7% da população, que vem agravar as condições sociais e de habitabilidade já existentes.

No decorrer dos anos de 1974 a 1976, assiste-se uma evidente preocupação do Estado na intervenção de forma direta ou indireta com o apoio e incentivo à promoção privada tendo em vista o melhoramento do parque habitacional. No entanto, a situação conjuntural foi altamente favorável ao surto de habitação clandestina devido à escassez de habitação e ao crescimento dos rendimentos reais das famílias.

No dia 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova e decreta a Constituição da República Portuguesa<sup>6</sup> onde estão consagrados os direitos fundamentais de todos os portugueses, bem como os princípios pelos quais se rege o Estado português e as regras de organização do poder político. Após esta data adotam-se medidas para dinamizar a promoção privada, orientando-lhe a procura através da criação do Sistema de Crédito Bonificado para Aquisição de Casa Própria, os municípios são contemplados com legislação que lhes permite adquirir terrenos e atuar sobre os clandestinos, transferindo-se

---

<sup>4</sup> Na tentativa de encontrar melhores condições de vida com a obtenção de um emprego melhor remunerado, ou como fuga ao ingresso na vida militar e à guerra colonial imposta pelo Estado Novo, ou ainda por razões políticas e ideológicas.

<sup>5</sup> Motivados pelo final da guerra colonial e pela instauração de um regime livre, noutros casos pelo anseio à pátria devido às poupanças acumuladas.

<sup>6</sup> Focaremos apenas o Artigo 65.º, que diz respeito à habitação porque se insere no âmbito desta dissertação. 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar; 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. 3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

dos programas do Serviço de Ambulatório de Apoio Local (SAAL) para os municípios e a criação dos serviços municipalizados de habitação. No entanto, para Nuno Portas (1986) é a arquitetura que leva a cabo uma viragem mais duradoura através de iniciativas de reabilitação de bairros degradados e de construção de habitação social, como é o caso do SAAL e inicia-se a construção de casas novas em autoconstrução, substituem-se barracas de madeira. Nuno Portas, então secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, no I Governo Provisório, apoiando as autarquias e as populações interessadas, procurou resolver os problemas da habitação das populações mais carenciadas, que viviam em barracas e bairros de lata. Muitos outros programas se seguiram no quadro de construção de novas moradias, de recuperação e de requalificação em zonas urbanas, marcados na sua génese e na sua evolução por tendências internacionais maioritariamente direcionados para os centros urbanos. Na impossibilidade de focar a totalidade dos programas, ainda que parcialmente, centraremos a nossa análise nos programas que consideramos inserirem-se no âmbito desta dissertação.

Após o 25 de abril de 1974, concretizaram-se algumas medidas isoladas e localizadas, tendo sido lançado, em 1976, o primeiro instrumento destinado a impulsionar uma política de reabilitação urbana. Tratou-se do Programa Especial para Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação (PRID)<sup>7</sup>, que tinha como objetivo reparar, conservar e beneficiar o património habitacional público e privado, rural e urbano, onde se incluíam as obras de ligação a redes de água, eletricidade e esgotos. O insucesso do PRID, num período em que se mantinha o congelamento de rendas, fomenta o aparecimento do programa de Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA)<sup>8</sup>. O programa RECRIA destinava-se a apoiar financeiramente parte de obras vocacionadas à conservação e beneficiação em imóveis arrendados, realizadas quer por inquilinos, quer por

---

<sup>7</sup> O PRID entrou em vigor em 1976 com o Decreto-Lei n.º 704/76, revisto com o Decreto-Lei n.º 449/83 e, novamente revisto, no Despacho Normativo 50/77.

<sup>8</sup> O RECRIA passou a vigorar em 1988 com o Decreto-Lei n.º 4/88 que surge na sequência da promulgação do novo regime de arrendamento urbano, tendo sido revisto em 1989, 1992 e 1996. Em 2000 são decretadas novas regras previstas nos Decretos-Lei n.ºs 329-B/2000 e 329-C/2000. Em 2006 na sequência da homologação do novo Regime de Arrendamento Urbano pela Lei 6/2006, de 27 de fevereiro, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que se destinava a aprovar o regime jurídico das obras em prédios arrendados, de forma a regular novos contratos de arrendamento, mas essencialmente pela urgência em enfrentar a degradação urbanística.

senhorios ou municípios em substituição destes. Em 1996 é criada uma extensão ao programa RECRIA, que se apelida de Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA)<sup>9</sup> exclusivamente destinado às zonas mais antigas da cidade com uma dupla vertente: por um lado, visa fomentar o melhoramento das condições de habitabilidade das famílias que vivem em edifícios antigos e, por outro lado, contribuir para a melhoria da imagem visual. Nova extensão é criada, desta vez ao REHABITA, apelidado de Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH)<sup>10</sup>, destinado, tal como o nome indica, a apoiar financeiramente a realização de obras nas zonas comuns e frações autónomas em edifícios urbanos em regime de propriedade horizontal, pelos condóminos proprietários. Destinado a apoiar pessoas com poucos recursos económicos para efetuar obras de recuperação dos fogos, sob a forma de empréstimo sem juros, é criado em 1999 o Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH)<sup>11</sup>, estendendo-se igualmente, após revisão no ano 2001 a senhorios, às IPSS e às cooperativas de habitação.

A partir de meados dos anos 1980, surgem novos instrumentos exclusivos da área de intervenção de requalificação no espaço público dos centros históricos, através dos Planos Diretores Municipais<sup>12</sup>. O primeiro plano é coincidente com a promulgação da Lei de Bases do património, denominado Programa de Reabilitação Urbana<sup>13</sup>. Na prática tratou-se de um programa que procurou apoiar as autarquias locais, na conceção de apoios financeiros à reabilitação e na celebração de contratos de assistência técnica. Desta forma, o Estado deixa de ter uma intervenção direta na promoção da habitação, passando esta a ser da competência dos municípios, que passam a ter a responsabilidade de alojar a população de baixos recursos. No decurso da década de “1980, a noção de centro histórico vai-se

---

<sup>9</sup> A vigorar pelo Decreto-Lei 105/96, de 31 de julho, o REHABITA é “exclusivamente aplicável aos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística”, nos termos do artigo 41 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, revisto no ano 2000 pelo Decreto-Lei n.º 329B/2000.

<sup>10</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de julho.

<sup>11</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de janeiro e revisto pelo Decreto-Lei n.º 39/2001.

<sup>12</sup> Introduzidos pela Lei 79/77, de 25 de outubro.

<sup>13</sup> Criado através do Despacho 4/SEHU/85.

afirmando como uma componente lexical incontornável dos instrumentos de reabilitação e de requalificação e de requalificação urbanas” (Peixoto, 2006: 155).

O Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)<sup>14</sup>, que vem substituir o Programa de Reabilitação Urbana, tem na sua génese a elaboração de Planos de Salvaguarda e Valorização para intervenções diretamente vocacionadas nos centros históricos. Este Programa aposta no desenvolvimento de estratégias e planos que privilegiem a requalificação de espaços públicos, revitalização e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, na Constituição de Gabinetes Técnicos Locais (GTL), nas Operações de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas, tendo como objetivo promover, em parceria com as autarquias locais, operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, através de auxílios técnicos/financeiros. Desenvolve-se em duas vertentes: a primeira assenta no apoio à constituição e funcionamento de Gabinetes Técnicos Locais (PRAUD-GTL's) formados por equipas pluridisciplinares, que na dependência das câmaras municipais asseguram a elaboração de estudos, projetos e ações que preparam e antecedem as operações de reabilitação e conservação abrangidas pelo programa; a segunda prende-se com o apoio direto a projetos de requalificação de espaço público e de imóveis, nas áreas urbanas carecidas de reabilitação, ou seja, relativa a operações materiais de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas que se designa por PRAUD-OBRAS, traduzida numa comparticipação dos custos da operação, suportados pela autarquia (DGOTDU, 2007).

A entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE), na segunda metade da década de 1980, revelou que as políticas de reabilitação tinham um atraso de cerca de uma década relativamente à realidade europeia, o que leva a uma mudança de estratégia. A partir da década de 1990, assiste-se a uma valorização das cidades nas políticas de ordenamento regional e local, seguido o exemplo das cidades europeias que inverteram as

---

<sup>14</sup> Criado pelo Despacho 1/88, de 20 de janeiro, emanado pelo Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, posteriormente atualizado pelos Despachos 23/90, de 21 de novembro (que origina os Gabinetes Técnicos Locais de segunda geração), 19/93, de 21 de maio, emitido pela Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, 25.113/2000, de 9 de dezembro (2.ª Série), do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e 42/2003 (2.ª Série) do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território.



políticas urbanas dominantes, privilegiando a reabilitação de áreas urbanas consolidadas em vez de promover a urbanização de novos espaços. Neste sentido, foi dado um passo importante com a aprovação, em 1994, do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos PDM, genericamente designado por PROSIURB<sup>15</sup>, que tinha como objetivo promover o crescimento e consolidação das aglomerações urbanas não metropolitanas que desempenhavam um papel estratégico no sistema urbano. O PROSIURB era composto por dois sub-programas: o primeiro tinha em vista a valorização das cidades médias e o segundo a complementaridade da rede urbana e tinha como objetivos, entre outros: “i) reestruturar e modernizar o sistema urbano; ii) apostar na integração nacional e internacional das áreas urbanas promovendo a consolidação de uma rede de equipamento de carácter estratégico; iii) fomentar a melhoria do ambiente urbano; iv) salvaguardar o património construído” (Peixoto, 2006: 179). Os eixos de intervenção incidiam sobre as infraestruturas básicas, equipamentos de apoio à atividade económica, equipamentos de utilização coletiva, reabilitação e renovação urbana e valorização da imagem e do *marketing* urbano. Maioritariamente, os investimentos foram canalizados para a reabilitação e renovação urbana, o que demonstra não apenas um esforço de reabilitar o património histórico, como também renovar os centros históricos com a renovação do parque habitacional.

De certa forma, o PROSIURB, funcionou como antecâmara do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, abreviadamente designado por POLIS<sup>16</sup>. Este Programa teve como objetivo primordial melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de pólos urbanos que possuem um papel importante na estruturação do sistema urbano nacional. É este instrumento que vai permitir aos municípios, através de parcerias com a Administração Central, desenvolver projetos de requalificação urbana, contemplando a multifuncionalidade, a melhoria do ambiente urbano e novas formas de circulação pedonal e viária. O Programa POLIS estrutura-se em quatro componentes: 1)

---

<sup>15</sup> Criado pelo Despacho 6/94, de 10 de janeiro e pelo Despacho 7/94, de 26 de janeiro, do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

<sup>16</sup> Criado através do Despacho 47/A/MAOT/99, de 18 de novembro, exarado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental; 2) intervenções em cidades com áreas classificadas como património mundial; 3) valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento; 4) medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades (apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano; apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental; apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino; apoio a ações de educação ambiental no espaço urbano; apoio a outras ações com impacto positivo na qualidade de vida urbana).

Não obstante a panóplia de programas e instrumentos criados para a área da habitação, reabilitação e arrendamento, das principais políticas públicas de habitação desenvolvidas, parece nunca ter existido uma verdadeira política habitacional, definida de forma explícita e coerente, como se pode verificar pelos dados apresentados de seguida. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (2013), a distribuição territorial do parque edificado e da habitação acompanhou a evolução da dinâmica demográfica, ou seja, mais de metade dos edifícios e dos alojamentos concentram-se em regiões do litoral. Os alojamentos de residência habitual constituem 68,1% do parque habitacional e os alojamentos de residência habitual vieram a perder importância relativa, devido ao sobreendividamento das famílias e à crise que se vive atualmente, com a perda de poder de compra das famílias e as elevadas taxas de desemprego. Entre 1991 e 2011, os alojamentos de residência secundária ou de uso sazonal e os alojamentos vagos aumentaram proporcionalmente, cerca de 22,4% dos alojamentos vagos encontravam-se no mercado sobretudo para venda e 15,0% de alojamentos para arrendamento. Ainda assim Portugal encontra-se entre os países com maior proporção de alojamentos ocupados por proprietários na União Europeia, ou seja, 3%, acima da média da UE que foi de 70%.

Segundo a mesma fonte, em 2011 cerca de 71,1% dos edifícios do parque habitacional português não apresentavam necessidade de reparação e entre os anos de 2001 e de 2011 verificou-se uma melhoria generalizada do estado de conservação dos edifícios, destacando-se a diminuição de 40,4% nos edifícios com necessidade de grandes reparações e de 36,0% nos edifícios muito degradados. Apesar da melhoria do estado de conservação, em 2011 subsistiam ainda cerca de 1 milhão de edifícios do parque habitacional que

necessitavam de intervenção e menos de metade dos edifícios (39,5%) era acessível a pessoas em cadeira de rodas.

Em 2011, a carência habitacional quantitativa pode ser considerada residual, devido ao número de alojamentos vagos disponíveis no mercado exceder o número de alojamentos necessários para a solucionar e o número de alojamentos sublotados aumentou 28,2% entre 2001 e 2011, a classe onde se observou a maior variação foi na dos alojamentos que apresentavam um excedente de três ou mais divisões em relação à dimensão da família que aí habitava, verificando-se um aumento de 60,7%.

Entre 2001 e 2011, verificou-se uma diminuição substancial do número de alojamentos familiares clássicos em 67,8%, ocupados como residência habitual, situados em edifícios muito degradados. Em 2011, existiam 18.297 alojamentos nessas condições e dos cerca de 4 milhões de alojamentos familiares clássicos de residência habitual 76.581 (1,9% do total) apresentavam carência de uma ou mais infraestruturas básicas, sendo a falta de instalações de banho ou duche a maior carência verificada. Ainda em 2011, 325.767 dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, eram ocupados por pessoas com dificuldade em andar ou subir escadas e situavam-se em edifícios com entrada não acessível a cadeiras de rodas, correspondendo a 8,2% do total dos alojamentos familiares clássicos existentes no país.

Em Portugal existia, no ano de 2011, 797.851 alojamentos familiares habitados exclusivamente por pessoas idosas, representando cerca de 20% do total de alojamentos ocupados, representando um acréscimo de 28,3% nos últimos dez anos. Em termos regionais, as percentagens mais elevadas registaram-se no Alentejo com 27% e na Região Centro com 24%, as percentagens mais baixas observaram-se nas Regiões Autónomas: 13% nos Açores e 14% na Madeira. Em particular, o número de alojamentos familiares habitados por uma só pessoa idosa é de 400.964, o que significa 10% do total de alojamentos do país e um aumento de cerca de 29%, ao longo da última década. À semelhança dos números apresentados em 2001, é nas Regiões do Alentejo e do Centro que o peso relativo dos alojamentos habitados por uma só pessoa idosa é mais elevado, respetivamente 13,5% e 11,7%. As Regiões Autónomas continuaram, em 2011, a

evidenciar os valores mais baixos: 7% nos Açores e 8% na Madeira. O número de alojamentos familiares habitados por duas ou mais pessoas de 65 ou mais anos é de 396.887 o que significa igualmente 10% do total e um aumento de cerca de 28% ao longo da última década.

O número de pessoas que vivem sós tem vindo a aumentar, em particular ao longo das duas últimas décadas. Esta evolução ficou a dever-se não apenas ao envelhecimento da população, mas também às alterações na vida privada de indivíduos em idades mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados. Segundo os dados do INE, o número de famílias unipessoais tem vindo a aumentar paulatinamente, quase duplicando entre 1991 e 2011. De facto, nos últimos 20 anos, o número de pessoas que integravam o grupo das famílias unipessoais passou de 435.864 indivíduos para 866.827 indivíduos. Destes, 825.557 indivíduos ocupavam a totalidade do alojamento. Ou seja, o seu peso passou de 4,4% para 8,2% no conjunto da população residente. Esta evolução é também visível no peso crescente que as pessoas que vivem sós têm vindo a assumir no total das famílias. Se em 1991 as pessoas que viviam sozinhas representavam 12,4% do total de famílias, esse valor aumentou para 15,5% em 2001 e para 20,4% em 2011. Este crescimento foi similar para mulheres e homens. No entanto, a população do sexo feminino regista valores mais elevados de famílias unipessoais. Em 2011, 5,2% das mulheres e 3% dos homens residentes viviam em famílias unipessoais, o que representa um acréscimo face aos valores registados em 2001 (4% e 2,1%, respetivamente) e 1991 (3,1% e 1,3%, respetivamente).

A distribuição etária das pessoas a viver em família unipessoal cruzada por sexo permite observar três cenários distintos: o primeiro diz respeito à proporção similar de mulheres (3,8%) e homens (3,6%) a viver em famílias unipessoais com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, o segundo evidencia a predominância, ainda que pouco expressiva, de indivíduos do sexo masculino em idade ativa (13,8% homens face a 10,2% de mulheres); o terceiro representa um padrão inverso, passando a proporção de mulheres a ser superior à dos homens nas pessoas que habitam sós com idades entre os 50 e os 64 anos (12,7% face a 8,9%) e com 65 e mais anos (36,1% face a 10,8%). A proporção de mulheres a viver sós deve-se ao facto de estas estarem sobrerrepresentadas quanto a número de viúvas (83% face a 17% de viúvos). Menos expressivos são o número de solteiras (66% face a 34% de

solteiros) e divorciadas (57% face a 43% divorciados), estes valores invertem-se apenas quando se analisa o número de mulheres casadas (48% face a 52% de homens casados). Esta tendência intensifica-se à medida que a idade vai aumentando, caracterizando-se a população idosa em família unipessoal por um padrão claro de feminização, o que é indissociável do facto de a esperança média de vida ser, em média, superior no caso das mulheres.

Como vimos, apesar do que já foi feito ao nível da melhoria do parque habitacional em Portugal, muito está ainda por fazer. Por incrível que possa parecer, em pleno século XXI, existem ainda no país habitações que não possuem casa de banho, duche e redes de esgotos. Segundo Alfredo Bruto da Costa as habitações precárias podem ser de quatro tipos: o Habitat Espontâneo que se caracteriza “pela precariedade e inadequação da natureza do *status* da propriedade do solo; os bairros camarários de habitação social, de *status* ou condições precárias; os bairros de realojamento definitivo; e os prédios, moradias e casas velhas degradadas, pátios, vilas, «ilhas» de propriedade privada, dispersas no tecido da cidade” (Costa, 1989: 19).

## **2. 2. Viver na cidade: os desafios das políticas públicas urbanas**

Um dos grandes desafios da atualidade é, sem sombra de dúvida, a (in)capacidade de encontrar respostas para atender à fragmentação e à desordem, tanto do ponto de vista espacial como social, dada a complexidade crescente que os grandes centros urbanos apresentam, e os profundos impactos que podem advir da reestruturação do espaço. Como afirma François Ascher, a cidade é um “espaço distendido, descontínuo, heterogéneo, polarizado, em recomposição; espaço de mobilidades variadas e irregulares; (...) espaço especializado pelas múltiplas lógicas socioeconómicas; espaço de conflitos. A [cidade] é, no mínimo, complexa” (Ascher, 1998: 135).

O processo de urbanização que se verificou nas últimas décadas, na maioria das cidades, trouxe problemas que são especificamente urbanos, como o crescimento desordenado para a periferia, o trânsito caótico essencialmente em horas de ponta e a dificuldade de estacionamento nos centros urbanos, a degradação de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e centros históricos, por vezes com a persistência de segmentos da população

sem acesso condigno a habitação e a ausência/insuficiência de infraestruturas e serviços que consigam dar uma resposta, no mínimo satisfatória, para uma qualidade de vida que se deseja, dado o aumento da população que “usufrui” da cidade. Para François Ascher, o controlo das transformações e do desenvolvimento das cidades revelou-se um projeto com dificuldade acrescida tendo em conta o aumento da complexidade, da diversificação das funções sociais e económicas asseguradas pela cidade, da imprescindível flexibilidade dos espaços que acolhem atividades, em alteração constante, e da não correspondência entre territórios e instituições.

Desta forma, a intervenção nas cidades exige uma necessidade premente de (re)adaptar capacidades técnicas capazes de “ler” e de “interpretar” as dinâmicas no terreno e de identificar os elementos fundamentais que estruturam a cidade, a necessitar de maior atenção por parte dos políticos e das políticas públicas urbanas. Como defende François Ascher “a gestão urbana [é] um sistema complexo, [que] equivale a considerar que nem todos os mecanismos e iniciativas podem ser controlados e regulados, sendo embora possível fixar-lhes limites e utilizar uma parte da sua energia para atingir objetivos específicos” (*idem*: 149).

Desta forma, na atualidade, as cidades estão cada vez mais na ordem do dia, ocupando as questões urbanas uma posição cada vez mais central nas agendas políticas tanto internacionais como nacionais. Tendo em conta que em muitas cidades o crescimento estagnou, “as cidades europeias ensaiam uma inversão das políticas urbanas dominantes, privilegiando a reabilitação de áreas urbanas consolidadas em vez de promover a urbanização de novos espaços” (Peixoto, 2008: 77), que ao invés de valorizar a especificidade e a memória intrínseca desses locais, paradoxalmente, promovem a sua uniformização. Verifica-se assim, uma crescente uniformização da imagem das cidades históricas como se o objetivo fosse, através de uma lógica de estandardização e padronização, criar locais iguais ou semelhantes aos de outras cidades históricas que passam a ser globalmente divulgadas como cidades culturais ou turísticas, englobadas pela indústria do turismo, que passam a contribuir para a competitiva rede global das cidades-património. Para François Ascher existem quatro fatores que concorrem para a uniformização das cidades que lhes confere características comuns às das grandes empresas:

o seu desenvolvimento depende de fatores económicos; concorrem internacionalmente; administram múltiplos serviços «atividades de produção» e «postos de trabalho»; os seus responsáveis identificam-se amiúde com gestores. Como afirma Paulo Peixoto

“é inegável que a pressão para a mediatização e a adoção de estilos empresariais de governação tem levado a uma intensificação do sentimento de concorrência junto dos governantes locais, tornando-se, nesse âmbito, um dos eixos em que se estruturam as políticas urbanas. Neste cenário de crescente concorrência entre lugares, as cidades anunciam-se, exibem-se, apresentam-se e entram no palco da encenação. Acima de tudo elas procuram cada vez mais singularizar-se, de modo a posicionar-se no jogo da competição económica nacional e internacional. (...) A adoção de estilos de governação empresariais tem fixado como um dos objetivos mais importantes das políticas urbanas a construção e difusão de imagens positivas que permitem às cidades atrair não só turistas, mas também consumidores, investidores, serviços públicos e até indivíduos mais qualificados social e profissionalmente” (Peixoto, 2006: 172-174).

Para Fernando Ruivo o Poder Local aparenta estar estagnado no tempo, tudo “parece indicar a surda manutenção de absurdos antigos, repetidamente tornados novos” (Ruivo, 2000a: 12), porque parece ficar subjogado a um quadro redutor produzido em conjunto com o Poder Central. Segundo o autor, o Poder Local possui, por um lado, um discurso muitas vezes «paternalisticamente dissimulado» das razões evocadas pelo Poder Central, ou, por outro lado, centra-se nos atores do Poder Local e escuda-se na autovitimização pelo facto de não encontrar eco nas suas pretensões, ou ainda, quando enumera os princípios: éticos, financeiros, normativos e organizativos, que lhe confeririam o exercício efetivo do poder que lhe fora confiado. Na verdade, existem ambiguidades em matéria de legislação e dificuldades na articulação entre os dois Poderes que se repercutem na concretização de medidas e projetos, assim como na (in)capacidade de envolvimento com as comunidades locais, que em nada contribuem para uma melhoria da qualidade de vida da população residente nos centros das cidades. Como afirma Fernando Ruivo,

“a expansão do leque de atividades do Poder Local português tem vindo a desenrolar-se num processo marcado por fortes doses de ambiguidade. (...) O Poder Central não procurou (...) redefinir de forma clara e precisa, o campo de atuação autárquica, pelo que dois tipos de situações, ou, se quisermos, oscilações, se vieram a registar” (Ruivo, 2000b: 133-134).

A primeira situação prende-se, com a transferência de competências político-administrativas (materiais e humanas), que não foi acompanhada por uma correspondente transferência de suporte financeiro, ou seja, aumentou a legitimidade do Poder Local, mas dificultou a sua viabilidade financeira. A segunda situação, que resulta de certa forma da primeira, consiste na descoincidência entre as competências legais ou explícitas e as

competências assumidas sem a correspondente explicitação jurídica. Desta forma, a progressiva autonomização do Poder Local faz-se através do empenho para capitalizar dinâmicas de negociação procurando, assim, aumentar o seu grau de discricionariedade, acionando uma rede de relacionamentos, formais e informais, com o objetivo de fortalecer a sua influência sobre o Poder Central.

As debilidades estruturais patenteadas pelo Estado Português, que o colocam numa situação semiperiférica no panorama das cidades europeias<sup>17</sup>, como afirma Boaventura de Sousa Santos, mostram que “as sociedades semiperiféricas no contexto europeu caracterizam-se por uma descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social<sup>18</sup>” (Santos, 1990: 109). Entendemos que a implementação de políticas públicas nas áreas da habitação e nos espaços envolventes, dos centros históricos, se devem apoiar em duas razões de fundo: uma de ordem política e a outra de ordem social. A primeira prende-se com o facto de ser uma das áreas mais exigentes no que concerne ao planeamento, ao investimento técnico-financeiro e à coordenação e implementação de planos, projetos e programas nas áreas mais envelhecidas das cidades, quer em termos de habitabilidade, quer na população que aí reside, pois como afirmam Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paulo Peixoto, “não obstante a crescente atenção [política e] técnica conferida aos “centros históricos” (...) que remetiam em última instância para o estado de quase abandono a que foram votados, não parecem ter sido ainda resolvidas, tendo em muitos casos sido mesmo agravadas” (Fortuna, Ferreira, Peixoto, 2004: 20). A segunda prende-se com o facto de corporizar o direito ao bem-estar individual e coletivo, condição *sine qua non* para a realização de um conjunto mais vasto de outros direitos fundamentais para a qualidade de vida em sociedade.

Este conjunto de direitos remete-nos, como não podia deixar de ser, para a noção de *cidadania*, já que todos os cidadãos sem exceção, o direito à cidade é um direito à vida urbana e à qualidade de vida na cidade independentemente do local onde se habita, tendo

---

<sup>17</sup> Estes países têm modos de vida e hábitos de consumo idênticos aos países centrais e níveis de produtividade que se aproximam dos países periféricos no quadro global de desenvolvimento socioeconómico.

<sup>18</sup> Entendidas aqui como um conjunto de medidas que visam fornecer suporte de natureza material e financeiro, por parte do Estado Central e/ou Local direcionadas para os centros históricos, nas áreas da habitação e espaço envolvente, no que concerne aos planos, projetos e programas a implementar.



neste âmbito os decisores políticos e, por consequência, as políticas públicas urbanas, um papel decisivo. A reclamação de uma melhor cidadania pode e deve ser feita no quadro da reivindicação da urbanidade, pois o exercício da cidadania pressupõe direitos urbanos, como o direito à habitação, à mobilidade, aos espaços públicos e à intervenção do cidadão (direta ou indireta) na governação urbana. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), a cidadania acaba por ser lugar privilegiado de inclusão social, inclusão socialmente discriminada, politicamente controlada e ideologicamente condicionada. Mas, como salienta Isabel Guerra, “a anomia crescente das populações locais, traduzida frequentemente na baixa taxa de participação eleitoral, sobretudo ao nível autárquico, é sinal preocupante de uma separação entre o poder político e as preocupações quotidiana dos cidadãos” (Guerra, 2003: 291). Para Fernando Ruivo a participação eleitoral das populações, na generalidade, consiste na atribuição de «carta branca» aos políticos, colocando a «participação formal e organizada» em segundo plano, ou seja, a “hipertrofia do poder relacional, [entre o político e o cidadão], produz efeitos noutras esferas de exercício da política ao provocar a simultânea hipertrofia do voto, (...) que conduz ao enfraquecimento da capacidade de organização coletiva” (Ruivo, 2000a: 257).

Para nós, esta visão redutora da democracia coloca-nos perante o problema da qualidade dessa mesma democracia, pois como salienta Boaventura de Sousa Santos (2003: 37), continuamos a insistir na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, esquecendo que essa fórmula tem consigo associada uma enorme degradação das práticas democráticas. Esta degradação das (boas) práticas democráticas orienta a maioria das democracias liberais, nomeadamente a nossa, ao padecimento de uma dupla patologia: a patologia da participação tendo em conta o aumento sistemático e dramático do abstencionismo e a patologia da representação, pelo facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram.

Pensamos que a democracia fomenta a participação social<sup>19</sup>, no entanto, ainda que os cidadãos possam vir a participar num debate de um Plano Diretor Municipal, por exemplo,

---

<sup>19</sup> Entendida aqui na participação dos cidadãos, essencialmente idosos, na elaboração dos projetos, planos e programas de intervenção, pois são eles que vivem e convivem diariamente com os problemas sobejamente conhecidos destas áreas, que consideramos ser um dos mais elementares direitos de cidadania.

que pressupõe o entendimento técnico de instrumentos que a maior parte dos participantes não possui, já que

“a microlinguagem do urbanismo é imperativa e limitadora. Não só o habitante não participou na sua elaboração: tal é, em nossa sociedade, a situação dos usuários diante da maior parte dos sistemas semióticos constituídos. Mais ainda, está privado de liberdade de resposta. O urbanista monologa ou discursa; o habitante é obrigado a escutar, sem compreender sempre. Em resumo, está frustrado em toda a atividade dialética que a localização urbana deveria oferecer-lhe” (Choay, 1997: 53-54).

Para nós, não se trata apenas de reivindicar uma política urbana que enquadre mais intervenções (planos, programas, projetos) ou de uma mera questão de semântica, trata-se sobretudo da necessidade de redefinição das formas de elaborar os planos, os programas e os projetos, pois “o grande equívoco das políticas urbanas [é] que prestam mais atenção aos lugares e (...) dão mais importância à confiança devida às instituições que aquelas que é devida às pessoas” (Peixoto, sd: 142). Quanto a nós, e seguindo a linha de pensamento de Paulo Peixoto, julgamos ser justamente a dimensão social que não é equacionada na maioria das intervenções efetuadas na(s) cidade(s), já que consideramos ser fulcral existir uma maior coordenação e articulação entre os diferentes níveis de poder e saberes disciplinares, e entre estes e as populações, para se poder minimizar os desequilíbrios existentes e adaptar o espaço urbano de forma a responder às necessidades e problemas crescentes com que este se debate.

Defendemos que a utilização de métodos multidisciplinares na formulação das políticas públicas urbanas deveriam ser colocados em prática, pois a articulação entre diferentes saberes disciplinares constituiriam uma mais-valia para a compreensão de sistemas complexos (ao terem de ser equacionadas as componentes espaciais e sociais no seu conjunto), os quais solicitariam o emprego de métodos combinados de investigação para a compreensão de fenómenos, situações e processos. Ou seja, para nós, apostar na compreensão de sistemas que se apresentam com múltiplas variáveis de distinta natureza, para além das interações que ultrapassam os limites das fronteiras e compartimentos disciplinares, significa evidenciar aspetos diferenciados do objeto a estudar, respeitando a pluralidade de pontos de vista e colocando-os em relação.

Para nós, o diagnóstico para a elaboração de planos, programas e projetos de intervenção nas zonas históricas das cidades, deve integrar um conjunto de dimensões (espaciais e

sociais) que permitam compreender, identificar, definir e ordenar a origem e o sentido dos problemas que afetam essa realidade social, bem como evidenciar os recursos e as potencialidades. Pelo que, o diagnóstico deverá guiar-se no sentido de fornecer respostas às seguintes questões: Qual é a área que necessita mais urgentemente de intervenção? Que tipo de intervenção necessita? Como efetuar essa intervenção? Quais os atores que devem participar nessa intervenção? A adaptabilidade e a seleção criteriosa de estratégias de intervenção, que ponderem a escala de intervenção, as suas distintas fases e ações, no que concerne ao levantamento, ao diagnóstico, à avaliação, até à fase final de desenvolvimento dos estudos e dos projetos-base, são fulcrais para a garantia da qualidade dos objetivos e, como tal, do projeto, plano e/ou programa de intervenção<sup>20</sup>. Ou, como defende Carlos Fortuna,

“O planeamento e o desenvolvimento estratégico das nossas cidades, como qualquer ação de projeção, há de ser sempre e só um rascunho do futuro. Mas um rascunho tão exigente quanto possível, concebido e executado em equipa e a várias mãos, caucionando, sem desprezo pelo passado, por uma vigorosa avaliação do presente. Quero crer que só assim se porá em marcha uma boa política de revitalização dos centros das nossas cidades. De contrário, hipotecamos o nosso futuro pois que uma má política de revitalização da cidade pode ter efeitos tão negativos e irrecuperáveis como a sua simples inexistência” (Fortuna, 1995: 11).

Pensamos que uma «equipa a várias mãos» permite a possibilidade de elaborar projetos, planos e/ou programas de intervenção nas mais variadas perspetivas (engenheiro civil, arquiteto, sociólogo, economista, geógrafo, assistente social, etc.) porque, embora não olhem para o mesmo objeto de igual forma, permitem analisar o objeto utilizando variados ângulos de abordagem para o estudo de uma mesma problemática. Em geral, pensamos que diferentes visões do mesmo problema tenderão a ser semelhantes, quando se estuda o mesmo objeto de perspetivas diferentes, embora reflitam, em maior ou menor grau, os

---

<sup>20</sup> Segundo Marluci Menezes é importante criar condições de recolha continuada de informação, “Os recursos aos métodos (quantitativos e qualitativos), técnicas e instrumentos de recolha de informação comuns às Ciências Sociais são igualmente úteis aos diagnósticos socioculturais, tais como: inquéritos, questionários, entrevistas e histórias de vida com interlocutores privilegiados, observação dos contextos, pesquisa em fontes bibliográficas, jornalísticas e cartográficas, censos demográficos, etc. Existem ainda determinadas técnicas mais expeditas de recolha de informação que são muito utilizadas nos diagnósticos sociais; são elas o SWOT (identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e o walk-through (identifica problemas, aspetos positivos e potencialidades, viabilizando o controlo das intervenções e a sustentação das avaliações a posteriori). Repare-se ainda que, associada a esta condição, emerge a possibilidade de implementação de uma dinâmica de avaliação ou de monitorização continuada, permitindo a retroalimentação do sistema de ação ou de gestão. Isso, em outras palavras, permite criar condições para a correção ou afinação de eventuais incoerências ou deficiências nos projetos, planos e programas de ação” (Menezes, 2005; 2007).

diversos aspetos para o estudo de um mesmo fenómeno. Ou seja, pensamos que a melhor abordagem a esta problemática será apostar na interdisciplinaridade, aproveitando os diversos contributos dados para o estudo do mesmo fenómeno.

### **3. PODEREMOS CONTINUAR A CRESCER E ENVELHECER A ESTE RITMO?**

#### **3. 1. Demografia: crescimento e envelhecimento planetário**

O crescimento demográfico da população mundial tem vindo a acelerar nas últimas décadas. Segundo dados apresentados pela United Nations Population Fund (UNFPA), se há dois mil anos a população mundial se limitava a cerca de 300 milhões de indivíduos, nos 1.600 anos seguintes duplicou. A partir da década de 1950, assistiu-se a um rápido crescimento populacional, que se ficou a dever à melhoria das condições gerais de saúde, com particular incidência no que respeita à redução da mortalidade infantil e à luta contra as doenças de carácter epidémico, estimando-se que entre 1950 e o ano 2000, a população tenha aumentado quase duas vezes e meia, ou seja, em apenas cinquenta anos a população mundial passou a contar cerca de 6,1 bilhões de indivíduos.

O avanço da medicina, as melhores condições de vida, a introdução de métodos anticoncepcionais que provocam uma redução do número de nascimentos, sobretudo nos países mais desenvolvidos, a emancipação da mulher que passa a possuir mais habilitações literárias o que as leva a uma maior participação na vida ativa e à entrada no mercado de trabalho, os casamentos tardios, o aumento do número de divórcios, o planeamento familiar, as razões económicas e a centralidade que a criança passa a ter no seio familiar, são alguns dos motivos que estão na base do envelhecimento demográfico. Desta forma, no decorrer do século XX, assiste-se a um processo de transição demográfica. Passou-se de uma situação em que as taxas de natalidade e mortalidade se equilibravam a níveis muito elevados, para se equilibrar a níveis muito baixos, que originou um decréscimo do número de jovens e um envelhecimento progressivo da população.

O envelhecimento da população nos dias de hoje, é um dos aspetos mais marcantes na atualidade e que não tem paralelo na história da humanidade, segundo Nazareth (2009) este fenómeno, anunciado nos anos 1960, alertava que tenderia a evoluir lentamente até finais do século XX e que posteriormente conheceria uma aceleração. No presente, é possível verificar que em todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, a população idosa teve um aumento significativo não apenas em termos numéricos como

também em termos de longevidade. Assim, o número de pessoas que ultrapassa os 70 ou 80 anos aumentou exponencialmente e o que era uma exceção até ao início do século XX tornou-se regra no presente.

Segundo o relatório das Nações Unidas (2002) este fenómeno, invariavelmente, afeta ou afetará a longo prazo todas as sociedades mais ou menos desenvolvidas, pois o aumento constante dos grupos de idosos, tanto em valor absoluto como relativo em relação à população em idade ativa, tenderá a ter um impacto direto, nas relações familiares, na equidade entre as gerações, nos estilos de vida e na solidariedade familiar. O aumento do peso da população idosa tenderá igualmente a manifestar-se no crescimento económico, nas poupanças, no investimento e no consumo, no mercado de trabalho, nas pensões, nos impostos e nas transferências de riqueza, nos bens e nos cuidados de uma geração para outra. Também na saúde e nos cuidados de saúde, na composição das famílias e nas condições de vida, na habitação e nas migrações. Ou seja, esta nova estrutura populacional, tenderá a alterar não só a composição das gerações, como toda a vida em sociedade e da própria sociedade em toda a sua dinâmica.

Ainda, segundo o mesmo relatório, prevê-se que esta tendência se mantenha no decorrer de uma parte significativa do século XXI, pois, se em 1950 a população idosa representava apenas 8% da população, em 2000 aumentava para 10% e as projeções indicam que até 2050 os idosos sejam cerca de 21% da população, prevendo-se que nesta data, o grupo dos idosos seja superior ao da faixa etária que se situa entre os 0 e os 14 anos ou seja, a tendência para o aumento da população idosa é, em grande medida irreversível, sendo pouco provável que se assista a um aumento das populações mais jovens nas próximas décadas.

No entanto, o aumento e a composição dos grupos de idosos, quanto ao número e ao género, variam consoante o país, verificando-se que nos mais países desenvolvidos, a esperança média de vida é mais elevada e que, inversamente, nos países em desenvolvimento a esperança média de vida é muito mais baixa. Num Relatório das Nações Unidas referente às “Perspetivas da População Mundial”, alusivo à expectativa de vida ao nascer para o período de 2005 a 2010, é possível constatar essas assimetrias. Dos 198

países analisados apenas em 18 a expectativa de vida ao nascer se situa entre os 82.73 anos no Japão e os 80.00 anos na Coreia do Sul. Em mais de metade dos países, ou seja, 97, a expectativa de vida ao nascer situa-se entre os 79.85 anos na Alemanha e os 70.20 anos no Azerbaijão. Portugal está inserido neste grupo com uma expectativa de vida ao nascer de 78.59 anos. Com uma expectativa de vida ao nascer compreendida entre os 69.99 anos (Vanuatu) e os 60.03 anos (Eritreia) encontram-se 43 países. E por último, 24 países têm uma expectativa de vida ao nascer que se situa entre os 49.99 anos (Mali) e os 45.91 anos (República Centro-Africana).

Também é possível verificar que, na maioria dos países, as mulheres têm uma expectativa de vida ao nascer mais elevada que os homens ou seja, em 192 países. Dos 198 países analisados existem apenas em 6 que os homens têm uma expectativa de vida ao nascer superior às mulheres: Qatar com 78.07 anos para os homens e 77.29 para as mulheres; Botsuana com 53.80 anos para os homens e 52.54 para as mulheres; Malawi com 55.51 anos para os homens e 51.48 para as mulheres; Suazilândia com 47.56 anos para os homens e 45.18 para as mulheres; Zimbabué com 47.45 anos para os homens e 45.43 para as mulheres; Lesoto com 46.46 anos para os homens e 45.18 para as mulheres.

Estes dados evidenciam as diferenças existentes quer entre países, quer na própria composição dos grupos de idosos. De assinalar, que nos países subdesenvolvidos a expectativa de vida ao nascer apresenta valores muito reduzidos que estão associados às elevadas taxas de infeção pelo HIV e que apresentam igualmente elevadas taxas de mortalidade infantil ou seja, a esperança de vida ao nascer pode não refletir a expectativa de vida de um indivíduo que sobreviveu ao seu primeiro ano de vida. Inversamente, nos países desenvolvidos, onde a mortalidade apresenta valores reduzidos a expectativa de vida ao nascer representa valores não muito distantes dos reais.

Da mesma forma que a expectativa de vida ao nascer e a constituição dos grupos de idosos não é homogénea, também a definição de velhice varia no mesmo sentido. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificação cronológica dos idosos varia consoante o país, assim, em países desenvolvidos passa-se a ser considerado idoso a partir dos 65 anos de idade e nos países em desenvolvimento para os indivíduos com mais de 60

anos de idade. Percebe-se o caráter instrumental e social de tal classificação na medida em que ela é utilizada não só para a definição de políticas públicas como também para distinguir e situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade.

### **3. 2. O envelhecimento da população portuguesa**

A população mundial cresceu num ritmo acelerado, como já constatámos anteriormente, e embora a ritmos diferentes a evolução demográfica da população portuguesa não ficou indiferente e acompanhou a tendência mundial. Analisando o quadro 1, no anexo 2, da população residente por grandes grupos etários nas diversas regiões do país, entre o ano 2001 e 2011, pode constatar-se que nem todas as regiões, nem todas as faixas etárias apresentam a mesma evolução. Os resultados dos Censos 2011 indicam que a população residente em Portugal aumentou 147.729 indivíduos na última década, ou seja, no ano 2011 residiam no país 10.542.398 indivíduos e no ano 2001, o país detinha 10.394.669 habitantes. Mas o aumento da população não foi linear, entre o ano 2001 e 2002 existiu o aumento mais expressivo com um acréscimo de 49.923 habitantes e entre os anos 2010 e 2011 a redução mais significativa (menos 30.323 habitantes). Entre os anos 2003 e 2007 assiste-se a um aumento relativamente regular (28.458, 21.622, 17.316, 20.600 e 20.751 respetivamente), nos anos 2008 e 2009 um aumento pouco significativo (9.675 e 10.465 respetivamente) e no ano 2010, dá-se pela primeira vez uma redução de 758 habitantes.

Em termos regionais, a evolução demográfica da última década indica que a Região Centro registou a redução mais expressiva quanto ao número de habitantes, com menos 35.483 indivíduos, em comparação com década anterior. O Alentejo perdeu população, registando uma diminuição contínua da década de 2001 a 2011, somando-se no total de anos analisados uma diminuição de 22.111 indivíduos face a 2001. A região Norte manteve sensivelmente a mesma população ao longo da última década, com mais 9.109 indivíduos e as restantes regiões registaram acréscimos particularmente significativos: em Lisboa mais 148.355 indivíduos, no Algarve mais 45.203 indivíduos e na Região Autónoma da Madeira mais 16.224 indivíduos, a Região Autónoma dos Açores teve um aumento menos considerável com 4.650 indivíduos.



A evolução da população verificada na última década vem reforçar o padrão já evidenciado ao longo das últimas décadas, ou seja, continua a assistir-se à perda de população do interior do país e à concentração do litoral. Desta forma, constata-se que, em geral, o litoral mantém a capacidade de fixar e atrair população, já que se assiste a uma perda de população na Região Centro e no Alentejo e a um aumento expressivo na Região de Lisboa, o que leva ao aumento da desertificação a uma parte significativa do território, que vimos assistindo ao longo das últimas décadas, verificando-se um agravamento no desequilíbrio na distribuição da população pelo território.

A estrutura da população portuguesa evidencia, desde 2009, uma quebra da natalidade e um aumento da população mais velha, essa tendência já assinalada noutros países e que tende a persistir com o passar dos anos espelha o crescente envelhecimento de muitas sociedades, onde se inclui Portugal. No ano 2011, na faixa etária dos 0 aos 14 anos, assiste-se a uma diminuição muito significativa, com menos 106.592 indivíduos que na década transata<sup>21</sup>. Apenas o ano 2002 apresenta um saldo positivo (mais 3.269 indivíduos) e a partir do ano 2003 assiste-se a uma gradual diminuição desta faixa etária, que atinge o auge no ano 2010 com menos 22.820 indivíduos, sendo também expressivo o ano 2011 com menos 22.273 indivíduos. Segundo o INE, no ano 2013 Portugal bate um novo recorde negativo em termos de natalidade, nasceram apenas 83.121 crianças, menos 6.914 do que no ano anterior<sup>22</sup>. Regionalmente, entre a década de 2001 a 2011, o Norte, o Centro, o Alentejo, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira acompanharam esta tendência, com menos 99.761, 38.374, 5.019, 7.543 e 3.820 indivíduos respetivamente.

---

<sup>21</sup> Segundo os dados do INE, desde a década de 1960 que a taxa de natalidade em Portugal regista um decréscimo contínuo, passando de 24,1 % em 1960, para 9,2 % em 2011. Se em 1980, Portugal registava valores que lhe permitiam assegurar a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher), o rápido declínio da fecundidade portuguesa, a partir dos anos 1980, para níveis abaixo da substituição das gerações, põe em evidência as modificações na estrutura da população. Como se pode verificar no quadro 2, no anexo 3, o Índice Sintético de Fecundidade apresenta o valor mais baixo de sempre (1,35) apenas igualado nos anos 2007 e 2008. O índice mais baixo regista-se na região Centro (1,23) e o mais elevado na região de Lisboa (1,57).

<sup>22</sup> Em 2012 o país registou um saldo natural negativo sem precedentes, com menos 17.934 nascimentos do que mortes. Quanto aos óbitos de 2013, segundo o INE, cifraram-se em 106.874 e estes números evidenciam um saldo natural negativo de 23.753 indivíduos. Pensamos que estes dados traduzem uma realidade que já não faz manchetes nos meios de comunicação social: os portugueses têm menos filhos, o país deixou de garantir a substituição das gerações e a população envelhece a olhos vistos. Para uma análise mais detalhada, ver anexo 4.

Apenas as regiões de Lisboa e do Algarve apresentam um saldo positivo, com mais 38.067 e 9.858 indivíduos, respetivamente.

Também a faixa etária entre os 15 e os 64 anos apresenta uma redução do número de indivíduos, ou seja, no ano 2011 existiam no país menos 30.908 indivíduos que na década precedente. Apesar de nos anos 2002, 2003, 2005, 2006 e 2007 o saldo ter sido positivo, com mais 19.839, 5.676, 2.891, 9.549 e 11.223 indivíduos respetivamente, nos restantes cinco anos o saldo foi negativo, destacando-se os anos 2010 e 2011, com menos 23.964 e 39.274 indivíduos respetivamente. Em termos regionais, da passagem da década de 2001 a 2011, destaca-se a Região Centro com menos 42.688 indivíduos, seguida do Alentejo com menos 20.556 indivíduos, em terceiro a Região Norte com menos 12.853 indivíduos e a Região de Lisboa com menos 6.128 indivíduos. O Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira com mais 23.438, 11.586 e 16.275 indivíduos respetivamente.

Inversamente às anteriores faixas etárias, no ano 2011 o envelhecimento populacional acentuou-se e a faixa etária dos 65 e mais anos aumentou em 285.229 indivíduos em relação ao ano 2001. Na totalidade de anos analisados o crescimento foi regular, situando-se entre os 21.197 indivíduos no ano 2005 e os 46.026 indivíduos no ano 2010. A nível regional, é a Região de Lisboa que apresenta o maior aumento com mais 116.416 indivíduos, entre o ano 2001 e o ano de 2011, seguida pela Região Norte com mais 103.487 indivíduos e pela Região Centro com mais 45.579 indivíduos. As restantes Regiões apresentam valores mais modestos: Algarve mais 11.907, Madeira mais 3.769, Alentejo mais 3.464 e Açores mais 607 indivíduos.

Como podemos constatar, o fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, continua bem vincado nos resultados dos Censos 2011. Segundo os dados do INE, se em 1981, cerca de ¼ da população pertencia ao grupo etário mais jovem (0-14 anos), e apenas 11,4% estava incluída no grupo etário dos mais idosos (com 65 ou mais anos), na atualidade Portugal apresenta cerca de 15% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e 19% da população tem 65 ou mais anos de idade. Entre 2001 e 2011 verificou-se uma redução da população jovem (0-14 anos de idade) e da população jovem em idade ativa (15-24 anos)

de, respetivamente 5,1% e 22,5%, em contrapartida, aumentou a população idosa (com 65 anos ou mais), cerca de 19,4%, bem como o grupo da população situada entre os 25-64 anos, que cresceu 5,3%. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são as que apresentam uma maior percentagem da população no grupo etário mais jovem: respetivamente 17,9% e 16,4% da população encontram-se no grupo etário dos 0-14 anos, seguidas pelas regiões de Lisboa, Norte e Algarve com, respetivamente, 15,5%, 15,1% e 14,9%. No lado oposto, as regiões do Alentejo e Centro são as mais envelhecidas, com uma percentagem da população com 65 anos ou mais a rondar os 24,3% e 22,5%, respetivamente.

A melhoria das condições de vida contribui para o aumento da longevidade o que, grosso modo, é vivido com uma esperança de vida mais longa. Em Portugal, de acordo com os registos do Censos, em 2001 os indivíduos com 65 anos podiam esperar viver até aos 81,92 anos e em 2011 a esperança média de vida aumentou para os 84,75 anos, ou seja, existiu um aumento de 1,83 anos na última década. A nível regional foi Lisboa que mais aumentou (mais 2,01 anos), inversamente, a que menos aumentou foi a Região Autónoma da Madeira com mais 0,99 anos. No continente português a esperança média de vida é mais elevada: na Região Centro os indivíduos com 65 anos esperam viver até aos 83,85 anos; na Região do Algarve até aos 83,84 anos; na Região Norte até aos 83,82 anos; na Região de Lisboa até aos 83,8 anos; e na Região do Alentejo até aos 83,06 anos. Nas regiões autónomas a esperança média de vida é mais reduzida, nos Açores os indivíduos com 65 anos esperam viver até aos 81,02 anos e na Madeira até aos 80,87 anos.

Mas a esperança média de vida não é igual para ambos os sexos, na última década a tendência para alcançar uma idade mais avançada nas mulheres acentuou-se, como veremos a seguir. Como se pode verificar da análise do quadro 4, no anexo 5, se em 2001 os homens com 65 anos esperavam viver até os 80,14 anos e passaram a esperar viver até os 81,92 anos em 2011, as mulheres com 65 anos esperavam viver até aos 83,29 anos em 2001 e no ano 2011 passaram para os 85,2 anos, ou seja, de 2001 para 2011 os homens aumentaram em 1,78 anos a esperança de vida e as mulheres aumentaram 1,91 anos. À semelhança do aumento da esperança média de vida ao nível do país, o aumento mais significativo para ambos os sexos ocorreu na Região de Lisboa, com mais 2,15 anos para os homens e 1,99

anos para as mulheres e o menos significativo deu-se novamente na Região Autónoma da Madeira, com mais 0,45 anos para os homens e 1,17 anos para as mulheres. Ou seja, no ano 2011, enquanto na Região de Lisboa os homens com 65 anos esperavam viver até aos 81,97 anos e as mulheres até aos 85,23 anos, na Região Autónoma da Madeira os homens esperavam viver até aos 78,11 anos e as mulheres até aos 82,54 anos. A Região Norte lidera na esperança média de vida para os homens, com 81,92 anos e a Região Centro lidera na esperança média de vida para as mulheres, com 85,43 anos. À semelhança do que se constatou ao nível do país, também nas regiões autónomas a esperança média de vida é menos elevada para ambos os sexos: nos Açores os homens esperavam viver em 2011 até aos 79,04 anos e as mulheres até aos 82,6 anos e na Madeira os homens até aos 78,11 anos e as mulheres até aos 82,54 anos.

Da análise do quadro dos casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez, no quadro 5 do anexo 6, constatamos que a variação é muito pequena, já que em Portugal entre o ano 2004 com o menor registo de mortes (45.033) e o ano 2010 em que se registou o maior número de óbitos (46.988), existe apenas uma diferença de mais 1.955 falecimentos, podendo-se igualmente constatar pela variação da taxa bruta de viuvez, que se situa entre os 4,3‰ nos anos 2004 e 2001 e os 4,5‰ no ano 2003. A nível regional as diferenças também não são muito díspares, a Região Norte apresenta o valor mais elevado em todos os anos analisados, situando-se o valor mais alto no ano 2003, com 14.920 óbitos e, no outro extremo, o ano 2004, com 13.947 mortes, existindo uma diferença de 973 falecimentos e o valor mais baixo na Região do Algarve com uma diferença de 131 mortes, entre os anos 2010 com o número de óbitos mais baixo (1902) e o ano 2005 com o número de falecimentos mais elevado (2033). Da análise constata-se ainda que em Portugal os casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez se situam entre os 4,4‰ em 2001 e os 4,3‰ em 2011, existindo uma redução de 0,1‰ numa década. No ano 2011 a o Alentejo apresenta-se com o valor mais elevado (5,7‰), em segundo a Região Centro com 5‰, em terceiro o Algarve com 4,4‰, em quarto os Açores com 4,2‰, em quinto a Região Norte com 4‰, em sexto Lisboa com 3,9‰ e por último a Madeira com 3,8‰.

A taxa de viuvez é superior nas mulheres como se pode constatar da análise do quadro. Assim, em Portugal, na década compreendida entre os anos 2001 e 2011, as dissoluções

familiares por morte do cônjuge nos homens cifravam-se em 2,7‰ e nas mulheres atingiam 6,1 em 2001 e 5,8 em 2011 respetivamente, em cada mil mulheres. Ao nível regional, em todos os períodos analisados, os homens apresentam sempre taxas inferiores às mulheres em todas as regiões. No ano 2011, para os homens, o Alentejo apresentava uma taxa de (3,5‰), Centro (3,1‰), Algarve (2,6‰), Norte (2,5‰), Lisboa (2,4‰), Açores (2,3‰) e Madeira (2,2‰) e as mulheres taxas brutas de viuvez mais elevadas, com o Alentejo a ser novamente mais atingido, com 7,7‰ de mulheres viúvas, seguida pela Região Centro (6,7‰), o Algarve (6,2‰), os Açores (6,1‰), o Norte (5,3‰), Lisboa (5,2‰) e a Madeira (5,1‰).

Segundo os dados do INE entre o ano de 2001 e 2011, assistiu-se a um aumento generalizado do número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade a residir sozinhos ou na companhia de pessoas idosas, ou seja, cerca de 12% da população residente em Portugal e de 60% da população idosa vive só (400.964) ou em exclusiva companhia de pessoas igualmente idosas (804.577), refletindo um aumento na última década de 28%. Em todas as regiões do país, passou-se de 16,3% para 19,3%. O aumento mais significativo ocorreu na região Norte com mais 3,2% (eram 13,9% em 2001 e passaram a 17,1% em 2011), sendo seguida pela região Centro, que passou de 19,4%, para 22,41% e pela região de Lisboa, que aumentou 2,81% (passou de 15,4% para 18,21%), embora seja o Alentejo que possua o maior número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade a viver sós nos anos de 2001 e 2011, com 24,16% e 22,3% respetivamente. O Algarve apresentou um aumento mais modesto, com 0,86% (com 21% em 2011) e as regiões autónomas da Madeira mais 1,2% e dos Açores mais 0,22% (com 17% cada em 2011).

À semelhança do que se constata ao nível planetário, com maior incidência nos países mais desenvolvidos, Portugal também não foge a esta regra: o aumento absoluto e relativo de indivíduos com mais de 65 anos a ritmos nunca antes atingidos, reforça a ideia de que estamos perante o aumento significativo do número de idosos e a uma redução das gerações mais novas. O envelhecimento demográfico traduz-se no “aumento absoluto e relativo dos indivíduos considerados idosos, geralmente colocando-se para este efeito de classificação a fasquia nos 65 anos de idade” (Machado, 1994: 21). Os 65 anos como idade para a reforma, foi instituído num momento em que esta idade era superior em alguns anos à esperança

média de vida. Na atualidade a esperança média de vida em Portugal, à semelhança do que se passa noutros países, oscila entre os 18,75 anos, situando-se para os homens nos 16,92 anos e para as mulheres nos 20,2 anos, o que não deixa de ser significativo e que leva alguns estados mais desenvolvidos a alterar este padrão, aumentando a idade legal da reforma para idades superiores a 65 anos, como se verificou recentemente em Portugal. Este envelhecimento tem vindo a acentuar-se, não só no topo, pelo acréscimo da proporção de idosos, mas também na base, pela diminuição da proporção de jovens, tratando-se, assim, de um duplo envelhecimento da sociedade. Estas transformações convergiram numa modificação estrutural do perfil etário da população portuguesa evidenciado na pirâmide etária entre o ano 1991, o ano 2001 e o ano 2011 (figura 2, anexo 7).

Entre 1991 e 2011, a proporção de jovens dos 0 aos 14 anos de idade decresceu de 20,0% para 14,9% do total da população residente. No mesmo período, a proporção de indivíduos dos 15 aos 24 anos de idade também diminuiu de 16,3% para 10,8%, verificando-se simultaneamente um aumento da percentagem dos indivíduos dos 25 aos 64 anos de idade dos 50,1% para 55,1% e na população com 65 ou mais anos de idade de 13,6% para 19,1%. Estes dados evidenciam um estreitamento na base da pirâmide etária e um duplo envelhecimento no topo, ou seja, se em 1991 a proporção de jovens dos 0 aos 24 anos somavam um total de 36,3% e os indivíduos dos 25 aos 65 e mais anos somavam um total de 63,7% e no anos de 2011 a proporção de jovens dos 0 aos 24 anos somavam apenas um total de 25,7% e os indivíduos dos 25 aos 65 e mais anos somavam um total de 74,2% da população total, quer isto dizer que se inverteu o crescimento populacional com menos 10,6% de jovens dos 0 aos 24 anos e mais 10,5% de indivíduos dos 25 aos 65 e mais anos.

Em resultado destas alterações, o índice de envelhecimento<sup>23</sup> aumentou de 103 para 128 idosos por cada 100 jovens, entre 2001 e 2011, sendo o fenómeno do envelhecimento populacional mais acentuado nas mulheres, que reflete uma maior longevidade – 103 e 153 idosos por cada 100 jovens do mesmo sexo, respetivamente para homens e mulheres, em 2011. Segundo as previsões do INE esta tendência manter-se-á nas próximas décadas, como

---

<sup>23</sup> Número de idosos por cada 100 jovens.

é possível verificar nas pirâmides etárias projetadas para os anos 2040 (figura 3, no anexo 8) e 2060 (figura 4, no anexo 9).

Como se pode constatar, os índices de envelhecimento da população portuguesa evidenciam esta tendência: em Portugal passou-se de 102,6 idosos em 2001 para 127,6, em 2011, o que significa que em 2011 existem mais 25 idosos por cada 100 jovens do que no ano 2001. Tendencialmente verificou-se que em praticamente todas as sub-regiões do país o índice de envelhecimento cresceu: em primeiro lugar encontra-se a Região Norte que teve o crescimento mais significativo, passando de 80,7 no ano 2001, contra 114,1 no ano 2011 (mais 33,4 idosos por cada 100 jovens); em segundo lugar a Região Centro que também evidencia um grande crescimento, passando de 130,5 no ano 2001, o segundo maior índice de envelhecimento neste ano, para 160,7 no ano 2011, mantendo-se assim em segundo lugar, (mais 30,2 idosos por cada 100 jovens); em terceiro lugar aparece a Região de Lisboa com 102,4 em 2001 e 119,7 em 2011 (mais 17,3 idosos por cada 100 jovens); em quarto lugar encontramos a Região Autónoma da Madeira onde se pode verificar que de 72,1 em 2001, passa para 87 em 2011 (mais 14,9 idosos por cada 100 jovens); em quinto lugar a Região Autónoma dos Açores que passa de 60,6 no ano 2001, para 72,3 no ano 2011 (mais 11,7 idosos por cada 100 jovens); em sexto e último lugar encontra-se o Alentejo que evidencia o maior índice de envelhecimento nos dois períodos analisados com 163,6 em 2001 e 175 no ano 2011 (mais 11,4 idosos por cada 100 jovens). Inversamente, apenas a Região do Algarve apresenta uma diminuição (menos 0,7) no índice de envelhecimento, com 126 no ano 2001 e 125,3 no ano 2011). De destacar que apenas as duas Regiões Autónomas apresentam um índice de envelhecimento mais baixo do país, respetivamente 72,3 para os Açores e 87 para a Madeira, sendo as únicas regiões com mais jovens que idosos e no pólo oposto encontram-se as Regiões do Centro e Alentejo, como as regiões mais envelhecidas, com índices de 160,7 e 175 respetivamente, como se pode constatar no quadro 6, no anexo 10.

Segundo Maria João Valente Rosa, o envelhecimento abrange duas noções: o «envelhecimento demográfico», também conhecido por envelhecimento da população e o «envelhecimento societal ou da sociedade». Para a autora, o «envelhecimento demográfico» calcula-se por três categorias etárias (idades jovem, ativa e idosa), sendo

consensualmente aceite por todos esta distinção, não contribuindo para tal os atributos pessoais dos indivíduos (classe social, qualificação e competência, capacidade, saúde, vivência, idade exata, etc.). É da divisão das três categorias etárias que se constata a evolução da constituição de determinada sociedade e se desenvolve o conceito de envelhecimento demográfico: envelhecimento no topo e na base da pirâmide etária. Para a autora, existem ainda outros indicadores sintéticos através dos quais pode ser confirmado o envelhecimento demográfico: incremento da «idade média», alargamento do número de idosos ou do «índice de envelhecimento», mas “independentemente do indicador utilizado, e de uma forma simples, a ideia é sempre a mesma: a população envelhece quando a população em idade idosa passa a valer mais em termos estatísticos” (Rosa, 2012: 23).

Mas, segundo a autora, do envelhecimento demográfico não resulta, inevitavelmente, o envelhecimento societal ou da sociedade, contudo o envelhecimento demográfico é entendido como “uma catástrofe que se abateu sobre as sociedades modernas” (*idem*: 24). Para a autora, apesar das preocupações decorrentes do “agravamento das despesas sociais, [da] incerteza de sustentabilidade do sistema de Segurança Social, [com] o agravamento das despesas com as pensões de velhice ou de reforma e [do] aumento progressivo do esforço contributivo” (*idem*: 45), o envelhecimento demográfico deve ser festejado, pois resulta de alterações positivas: em termos sociais, económicos e médico-científicos. Segundo a autora é necessário entender que nos anos mais próximos esta tendência se irá manter e que é imprescindível pensar a sociedade portuguesa não como uma sociedade envelhecida, mas como uma sociedade com capacidade de “adaptar as suas estruturas sociais e mentais ao curso dos factos” (*idem*: 81).

### **3. 3. Ser velho não é fácil**

Segundo Maria João Valente Rosa, no final de 1980 o envelhecimento demográfico não era encarado como um problema relevante, mas vinte anos depois torna-se um tema central. Como a autora constata, na atualidade acusa-se o envelhecimento demográfico de estar na origem de uma parte significativa dos problemas «sociais, políticos, financeiros e mesmo culturais» que estão a afetar a sociedade. “Surge-nos como um processo que é urgente banir, uma «peste grisalha», como é por vezes referido, porventura mais grave que a



sobrevivência das sociedades do que outras pestes que devastaram populações no passado<sup>24</sup>” (Rosa, 2012: 13-14). No entanto, a autora pensa que o envelhecimento demográfico e os «problemas indesejáveis» inerentes ao envelhecimento da população não são a causa da outra «sociedade de risco». Perante esta realidade, os agentes políticos encetaram uma série de estratégias para combater este “flagelo”, entre as quais Maria João Valente Rosa destaca os «incentivos à natalidade» cuja eficácia considera terem-se revelado ambíguos e o “aumento da idade da reforma em função da esperança de vida, tendo em vista a sustentabilidade financeira da Segurança Social” (*idem*: 14). Se por um lado, a autora considera estas medidas necessárias, por outro lado, constata que a sociedade não se adaptou a esta realidade, já que existe “um reconhecimento do valor social de cada indivíduo que é independente das suas reais capacidades, estipulando que os mais velhos são, em qualquer circunstância, menos interessantes que os menos velhos” (*idem*: 15).

Ora, associado ao fenómeno do envelhecimento das sociedades e merecedor de ser sinalizado, sobressai o facto de o número de idosos com 80 anos ou mais estar a crescer significativamente, o que indica que a própria constituição da população idosa não é homogénea. Este facto evidencia que os idosos estão a envelhecer cada vez mais, utilizando-se, na atualidade, o conceito de 4.<sup>a</sup> idade para este segmento da população. Segundo Maria de Lourdes Quaresma “os progressos da longevidade humana ao longo dos últimos trinta anos têm sido de uma tal forma surpreendentes que nos interrogamos sobre os limites da biologia para tal evolução” (Quaresma, 2004: 29). Para a autora, o aumento da esperança de vida, ainda que num cenário otimista de retrocesso da morbilidade e da incapacidade, potencia “a possibilidade de deterioração do estado de saúde com dificuldades acrescidas pelo aumento do número de casos, por um lado, e a insuficiência das ajudas disponíveis sejam elas formais ou informais” (*idem*: 30) por outro. Uma maior longevidade, não significa apenas viver mais tempo, pode pôr em causa a qualidade de vida dos idosos e dos seus cuidadores, pois potencia “a probabilidade ocorrência de situações patológicas complexas suscetíveis de virem a desencadear incapacidades e dependência” (*idem*: 32). Se por um lado o aumento da esperança de vida é um resultado positivo do

---

<sup>24</sup> Para Nazareth “não se tratou de uma nova epidemia [porque] não existe nenhuma doença chamada «envelhecimento»” (Nazareth, 2009: 11).

progresso da humanidade, por outro lado, pode também provocar preocupações acrescidas, mais especificamente quanto ao aumento dos custos associados aos cuidados de saúde, primários e hospitalares, e ainda a necessidade de aumentar os recursos humanos e financeiros que decorrem da ampliação das situações de incapacidade e dependência.

O aumento da esperança de vida foi acompanhado por profundas alterações estruturais que transformaram os padrões tradicionais das relações familiares. O controlo da mortalidade em todas as idades e a redução da fecundidade são dois dos vetores centrais na estrutura da família. Enquanto os mais velhos tendem a sobreviver até muito mais tarde, os descendentes são cada vez em menor número. Desta forma, a morfologia em que assenta a vida familiar tem sido profundamente alterada tanto no seu contexto como na forma como se estruturam as relações. Contrariamente ao que sucedeu no passado, onde as relações intergeracionais tendiam a centrar-se na transmissão do património, atualmente valoriza-se a autonomia individual, concedendo aos seus membros um maior espaço de liberdade e de emancipação. Constatam-se que o próprio conceito de família se alterou: a taxa de nupcialidade entrou em acentuada queda, aumentou o número de casamentos civis, nasceram cada vez mais crianças fora do casamento, aumentaram as uniões de facto (relações temporárias com coabitação e vida a dois sem coabitação), cresceu o número de divórcios, diminuiu o número de filhos, aumentaram as famílias monoparentais, casais homossexuais e famílias recompostas. Sobretudo nas gerações mais velhas, verifica-se que existe uma maior probabilidade de ocorrência de viuvez, sendo esta mais frequente entre as mulheres, devido, sobretudo, à sobremortalidade masculina face à feminina.

Para Maria de Lourdes Quaresma a forma como é vivida a fase final do ciclo de vida resulta do contexto em que toda a trajetória de vida dos sujeitos se desenrolou e da forma como as relações de sociabilidade se estruturaram, familiares ou outras. Ao longo da vida criaram-se laços, sociabilidades e solidariedades de base, que resultaram das relações com o cônjuge, com os filhos, com os parentes, com vizinhos ou amigos e colegas de trabalho, que ao perdurarem no tempo poderão ser o garante da ajuda indispensável em situações de crise. Para a autora, os obstáculos relacionais que se mantiveram ao longo da vida são, em regra, fatores que podem levar na velhice ao isolamento, geradores “de estados psicóticos depressivos e patológicos” (Quaresma, 2004: 20).

Atualmente, a sociedade encontra-se num processo de redefinição de costumes e de comportamentos, o que leva ao estabelecimento de novos paradigmas das relações humanas. O processo de globalização, impelido pela revolução tecnológica é marcado pela instantaneidade e pela descartabilidade e promove o culto da juventude, da beleza, da virilidade e da força física em detrimento da velhice que está associada à improdutividade e à decadência. Neste cenário social, onde predomina a efemeridade e a não permanência, existe pouco espaço para os idosos que acabam por ser estigmatizados e marginalizados, levando, por vezes, a que o próprio idoso tenha dificuldade em aceitar o seu próprio envelhecimento. Ser velho representa toda uma conjuntura de atribuições e transformações negativas, ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social, o idoso fica diretamente relacionado com a exclusão da rede produtiva, com a inatividade, com o facto de se poder tornar, frequentemente, dependente de terceiros e com a inflexibilidade decorrente do apego a valores considerados desatualizados e cristalizados. Estas perdas levam frequentemente à rutura e ao isolamento social, à imagem negativa associada ao aposentado e à falta de capacidade pessoal para se adaptar à mudança de forma positiva.

Numa sociedade onde se valoriza o efémero, a bagagem de experiências de vida adquirida ao longo do tempo já não é útil nem valorizada. O que o idoso representava em anteriores gerações, já não tem espaço na nova sociedade onde a informação, com a disseminação das novas tecnologias de comunicação, chega a cada um em tempo real e a superficialidade do efémero invalida a profundidade da experiência de vida. Segundo Maria João Valente Rosa o conhecimento apresenta-se como um «valor» não «concorrencial» porque aumenta em função do elevado número de indivíduos que o possuam, tornando-se, com a sua ampliação, num elemento basilar para o «dinamismo económico e social», porque “não se compadece com barreiras artificiais fundadas na nacionalidade, no sexo ou na idade” (Rosa, 2012: 15). Como a autora afirma, “o capital de sabedoria ou de experiência, que também se adquire com a idade, pode até representar uma mais-valia importante para o sucesso coletivo e, aí, os mais velhos podem constituir um potencial humano decisivo. Porém, não é o que está a acontecer” (*ibidem*).

Desta forma, a construção social da velhice é baseada em crenças, mitos, preconceitos e estereótipos que se expressam nas representações depreciativas do fenómeno do

envelhecimento e do idoso, definidoras o seu lugar na sociedade. Segundo Pierre Bourdieu (1999) os grupos definem-se a partir do lugar social que ocupam, fundamentando-se a organização social na classificação dos sujeitos e que os leva a criar relações de poder ao promover a hierarquização e o domínio de determinados grupos sobre os outros. Assim, pode observar-se que na sociedade existe uma antinomia, pois se por um lado se estimula o prolongamento da vida, por outro lado pouco se valoriza quem envelhece. Como afirma Maria João Valente Rosa, “embora a idade cronológica seja um atributo indiscutível, a velhice não o é. É um estado difuso, vivido, sentido e percecionado de forma diversa, desde o seu enaltecimento até ao seu repúdio” (Rosa, 2012: 22). Existe o que apelidamos de uma «cobrança velada» no incentivo para que os idosos se mantenham autónomos, independentes, sem doenças, mas quando na presença destas, que se mantenham com capacidade funcional preservada, ou seja, que vivam mais anos mantendo o vigor e a frescura da juventude. Mas, não há como evitar o desgaste e a decadência do corpo que envelhece, assim como o de qualquer outro ser vivo. Quem não quer envelhecer? Não sonhamos todos com uma vida longa, saudável e alegre junto aos nossos entes queridos? Mas quantos de nós a irão ter?

Para Maria João Valente Rosa (2012) o termo «envelhecimento» refere-se a dois conceitos distintos, o «envelhecimento individual», que se reporta a épocas imemoriais e o «envelhecimento coletivo» que só adquiriu significado na atualidade. Ainda segundo a autora, o «envelhecimento individual» manifesta-se em duas situações distintas: o «envelhecimento cronológico» e o «envelhecimento biopsicológico». Enquanto o envelhecimento cronológico se reporta exclusivamente à idade, o envelhecimento biopsicológico, sendo um reflexo do envelhecimento cronológico, é menos linear do que este e é vivido por cada um de nós de modo diferente. É nesta dimensão do envelhecimento biopsicológico que se pode apurar o nível do desalento ou de frustração daqueles que enfileiram na visão negativa da falta de préstimo de que são alvo os idosos e há igualmente uma posição mais positiva onde se enquadra o chamado envelhecimento ativo.

Tem-se assistido, nos últimos anos, a uma crescente preocupação em torno do envelhecimento e das respostas de apoio às pessoas idosas. Em 1999 foi proclamado o “Ano Internacional dos Idosos” pelas Nações Unidas, com o intuito de consciencializar a

comunidade internacional para o envelhecimento da humanidade. Pretendia-se com esta iniciativa incentivar as nações a promoverem a participação dos idosos na vida da comunidade, em todas as suas vertentes, económica, social, cultural e política, em estreita comunhão com todas as outras gerações, dando particular ênfase aos seus espaços relacionais e garantindo a continuidade dos laços sociais e familiares.

A par com a crescente preocupação para o envelhecimento ativo, existe um estímulo para que os idosos se mantenham dinâmicos funcional e intelectualmente, responsabilizando-os pela aquisição de competências pessoais num processo que podemos apelidar de autogestão. Desta forma, todo um arsenal de produtos e serviços é colocado à disposição deste segmento da população para consumo. Proliferam as academias e as clínicas especializadas nesta faixa etária, que lhes permite o acesso ao ginásio, dietas, medicamentos, cosméticos, cirurgias plásticas, livros de autoajuda e a toda um série de estratégias que prometem, não só adiar o envelhecimento, como também eternizar a juventude. Os media, tornaram-se, em grande medida, grandes parceiros das representações fantasiosas criadas em torno de um envelhecimento bem-sucedido, transmitindo uma imagem de independência e de novas atividades que, supostamente, estarão ao alcance de todos indiscriminadamente, assim como a um adiamento interminável da velhice e à imposição de novos estilos de vida.

As preocupações internacionais em torno do envelhecimento ativo têm-se vindo a acentuar ao longo das últimas décadas, diversas Agendas<sup>25</sup> apresentam um tema de enquadramento para a compreensão da evolução que as políticas devem assumir nesta área. Neste sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem vindo a propor um entendimento sobre o envelhecimento ativo que integre os diversos domínios da vida pessoal e social, que

---

<sup>25</sup> Em 1982 decorreu em Viena a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento; em 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclama os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas; em 1993 foi decretado o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações, pelo Conselho da União Europeia; em 1999, a Assembleia Geral da ONU declara o Ano Internacional das Pessoas Idosas: uma sociedade para todas as idades; em 2002 decorreu a segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em Madrid, promovendo-se o conceito de “sociedade para todas as idades”; em 2012, decorreu o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações; e no ano 2013 decorreu em Dublin uma conferência onde foi assinada, por mais de 50 municípios, a Declaração de Dublin, no contexto da European Union Summit on Active and Healthy Ageing: an action Agenda for European Cities and Communities, na assunção de um compromisso político de uma Rede de Cidades, em promover a qualidade de vida, a acessibilidade, a inclusão e a participação na sociedade civil das pessoas idosas.

contrarie a tendência, mais ou menos generalizada, para uma visão redutora quase exclusivamente direcionada para a vertente da empregabilidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde “Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2002: 12). Certo é que, na atualidade, se tem vindo a assistir a uma crescente tentativa de alteração do paradigma na abordagem das questões relacionadas com o envelhecimento ativo, ainda que, aparentemente, estas sejam motivadas por vontades políticas de resposta à crise dos sistemas de solidariedade social.

As alterações verificadas na sociedade e o aumento da longevidade de uma larga franja da população, decorrente das conquistas alcançadas nos campos social e da saúde, colocam novos desafios às políticas encetadas pelo Estado-Providência<sup>26</sup> relativas ao envelhecimento e aos serviços direcionados a este segmento da população. Numa sociedade onde, na atualidade, o emprego escasseia e, conseqüentemente, aumenta o desemprego, a precariedade das relações de trabalho e da condição salarial aumentam. O crescimento do trabalho informal e o afastamento precoce dos trabalhadores mais velhos do mercado de trabalho, colocam em causa a resposta dos pressupostos políticos que fundamentaram o princípio da justa repartição do sistema de segurança social assente entre as gerações ativas e inativas.

Em consequência desta desarticulação entre o mercado de trabalho e de quem já não lhe pertence (os idosos), assiste-se a uma insuficiência ou inadequação de respostas por parte da organização social para dar resposta às necessidades a este estrato da população, pois os

---

<sup>26</sup> Segundo Boaventura de Sousa Santos (1990), o Estado-Providência resulta de um compromisso entre o Estado, o capital e o trabalho. Este compromisso assenta na renúncia dos capitalistas a parte dos seus lucros e da sua autonomia e os trabalhadores a parte das suas reivindicações, sendo esta dupla renúncia gerida pelo Estado. O excedente libertado é transformado pelo Estado em capital social, ou seja, os recursos financeiros advindos da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais são “devolvidos” à sociedade em investimento social (conjunto de despesas em bens e serviços que aumentam a produtividade do trabalho, por exemplo, autoestradas, portos e aeroportos, eletricidade para a indústria, planos de rega, telecomunicações, formação profissional, investigação científica aplicada) e consumo social (conjunto de despesas em bens e serviços cedidos gratuitamente ou a preços subsidiados pela população ativa, na assunção de despesas que desçam o custo da reprodução da mão de obra, aliviando a pressão sobre o capital para aumentos diretos nos salários e sobre a população inativa. Ou seja, os detentores de uma relação não salarial, como as crianças, os jovens, as domésticas, os desempregados, os velhos, os reformados, os produtores autónomos, etc., nas despesas que o autor designa por «políticas sociais» (por exemplo, educação, saúde, habitação, transportes urbanos, instalações de tempos livres, bolsas de estudo, pensões de reforma, etc.).

cenários de crise económica, como o que se assiste na atualidade, mais ou menos generalizado na Europa, significam sempre uma retração ao nível dos recursos disponíveis pelo Estado de bem-estar e recursos insuficientes representam uma menor efetivação das políticas sociais (Santos, 1990).

Na falta de um Estado-Providência eficaz, é a Sociedade-Providência que o substitui<sup>27</sup> e é essencialmente a família que procura dar resposta às necessidades dos mais velhos. No entanto, os papéis familiares na atualidade alteraram-se dada a complexidade de situações provocadas por fatores socioculturais e económicos que afetaram diretamente a dinâmica familiar. Oriundos de famílias numerosas, os idosos têm, na maioria das vezes, ainda enraizados valores básicos de reprodução, socialização, cuidado, proteção e ajuda económica que não se enquadram nos padrões atuais das famílias. Como afirma Anthony Giddens,

“De entre as mudanças que estão a acontecer por todo o mundo, nenhuma são mais importantes do que as que afetam a nossa vida pessoal: sexualidade, relações, casamento e família. Estamos no meio de uma revolução acerca da forma como pensamos de nós próprios e sobre a maneira como estabelecemos laços e ligações com os outros” (Giddens, 2000: 57).

Na atualidade, a família sofreu toda uma série de transformações, quer na sua composição, quer nos novos projetos de vida e valores pelos quais se definem as trajetórias individuais, essencialmente pelas mudanças culturais e socioeconómicas. Estas alterações ocorrem principalmente na sua composição, passou-se de famílias nucleares, para famílias recompostas e monoparentais, principalmente nos centros urbanos, perdendo capacidade de cuidar da saúde dos seus membros, essencialmente dos mais idosos, tornando-se bastante dependente dos profissionais da saúde.

### **3. 4. Fatores de risco na terceira idade**

O prolongamento da vida até idades muito avançadas, com a consequente perda de autonomia e de funcionalidade associada, coloca às famílias toda uma série de dificuldades

---

<sup>27</sup> O conceito de Sociedade-Providência é utilizado por Boaventura Sousa Santos ao referir-se aos benefícios sociais que são produzidos por uma sociedade relativamente rica em relações comunitárias e de ajuda mútua. “Entendo por sociedade-providência as redes de relações de inter conhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à relação de dom estudada por Marcel Mauss” (Santos, 1991;1999).

nas redes de entreaajuda familiar. Apesar de na atualidade os cuidados dos idosos mais dependentes estarem amplamente institucionalizados, as respostas sociais existentes não são ainda suficientes, nem em quantidade nem em qualidade, e os governantes apelam à responsabilização das famílias para a manutenção no lar dos seus elementos mais vulneráveis. Pensamos não existir qualquer dúvida que a permanência do idoso no seu meio familiar e social, interagindo com as pessoas que lhe são mais próximas, é o cenário ideal para o idoso porque lhe proporciona uma vida equilibrada e sem grandes descontinuidades. Com efeito, nos anos mais recentes o papel da família na prestação de cuidados aos idosos dependentes tem sido revalorizado e reequacionado assistindo-se, no entanto, a duas dinâmicas antagónicas: por um lado, reconhece-se a importância dos laços familiares no bem-estar individual dos idosos que só as famílias podem proporcionar e, por outro lado, assiste-se a uma perda de sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social, com uma insuficiência e/ou inexistência de articulação de respostas face às crescentes solicitações das famílias.

Ao longo da história, o cuidado informal prestado aos idosos foi sempre assegurado pela família no meio doméstico. Dados recentes sobre a produção de bem-estar têm demonstrado que são as famílias as principais produtoras de cuidados aos que lhes são mais próximos – parentes, amigos, vizinhos –, quando necessitam de apoio (Europe Commission, 2010). Por norma, esta forma de cuidado não assenta em nenhum contrato formal, ou em serviços específicos, mas na existência de laços e nas expectativas sociais dos sujeitos (Santos, 1993; 1999; Hespanha, 2001; Hespanha et al, 2001; Portugal, 2006). Os relatórios apresentados pela Comissão Europeia relativos ao sistema de cuidados de longa duração, vão no sentido de que, mesmo nos países com uma extensa rede formal de cuidados de longa duração, as contribuições dos cuidadores informais excedem a rede de serviços profissionais, porque o sistema formal não consegue, por si só, garantir o bem-estar dos cidadãos, sendo o sistema de cuidados informais decisivo para preencher a lacuna deixada pelo formal (Europe Commission, 2008). No entanto, o carácter quotidiano no apoio prestado aos idosos cria sempre impactos, em diversos domínios, na vida de quem cuida. A dificuldade em articular a assistência prestada com a rotina diária (atividades laborais e sociais) do prestador de cuidados pode criar impactos negativos como o desgaste físico e



psicológico, ou problemas económicos e sociais (Europe Comission, 2008; 2010; Portugal et al, 2010).

Os cuidados informais prestados por familiares estão associados a cada etapa do ciclo de vida familiar e pessoal dos elementos que constituem a família. No que concerne à questão dos cuidados, verificamos que, numa primeira etapa, a da formação da vida do casal, apesar de se esperar que a nova geração de casais possa partilhar as tarefas, a esposa constitui a principal fonte de suporte no que se refere aos cuidados domésticos. Na última fase da vida do casal, ou seja, a fase da terceira idade, a família torna-se prestadora e recetora de cuidados e como em todas as fases da vida conjugal, é a mulher que tendencialmente se mantém como principal cuidadora da família, seja ela esposa, cuidando do marido, filha e/ou nora cuidando dos pais e/ou dos sogros. Contudo, o principal fator que contribui para a prestação de suporte familiar às pessoas idosas é sem dúvida o tipo de relacionamento familiar, enquanto compromisso afetivo construído ao longo dos anos e o tipo de relação entre as pessoas, baseia-se no amor e no afeto, sobrepondo-se aos princípios e valores morais implícitos na ideia de dever cuidar enquanto “obrigação”. Desta forma, a mulher desempenha um papel basilar na manutenção da vida familiar exercendo, para além dos cuidados prestados aos familiares (cônjuge, filho(s), pais ou sogros, etc.), do trabalho doméstico, da participação no orçamento familiar com trabalho remunerado realizado dentro ou fora do lar, o que potencializa a sobrecarga física e psíquica, determinando negativamente o seu estado de saúde a longo prazo.

Na atualidade, as sociedades caracterizam-se por fenómenos globais, em que os espaços de relacionamento humano se desenvolvem numa dimensão em que o indivíduo se dilui nas decisões e nas opções tendencialmente generalizantes e despersonalizadas. Desta forma, as interações globais tornam-se cada vez mais intensas e implicam, segundo Boaventura de Sousa Santos (1993) uma desterritorialização das relações sociais, que ultrapassam fronteiras e transformam significativamente o alcance e a eficácia dos costumes tradicionais, afastando os indivíduos dos contactos afetivos. A globalização tem alterado, tendencialmente, todas as sociedades e a(s) crise(s) em que vivem muitos países atualmente levam a uma crescente mobilidade geográfica, contribuindo para o afastamento entre os potenciais elementos de solidariedade primária, dificultando os contactos frequentes e,

consequentemente, a construção de apoios efetivos em caso de necessidade. Desta forma, o quotidiano do idoso sem o suporte das redes sociais informais suficientemente ativas pode desembocar numa de três situações: isolamento social, institucionalização moderada (Centros de Dia e Apoio Domiciliário) ou institucionalização total (internamento em instituições de apoio social como Lares ou Residências para idosos).

Segundo Yves Gineste e Jérôme Pellissier (2007) existem duas formas de solidão: a «solidão escolhida», que permite ao idoso estar só, sendo esta escolha efetuada conscientemente e a «solidão imposta», isolamento que sofremos quando os que gostaríamos de ter conosco não estão presentes. Para os autores, apesar de existir uma propensão linear em toda a vida do ser humano para a solidão, existem dois períodos em que ela é mais frequente: na adolescência e idade adulta e durante a velhice, quando se perde o cônjuge e/ou os filhos e os amigos. Os autores evidenciam ainda alguns traços distintivos de solidão:

“Os homens velhos que nos falam da sua solidão distinguem, frequentemente, três sentimentos diferentes: um sentimento de solidão existencial (aquele que todo o homem pode experimentar, quando sente que ninguém o consegue compreender como ele próprio se compreende, que ninguém pode ser ele), um sentimento de solidão emocional (aquele que todo o homem pode sentir quando perde o ser ou seres que mais amava), um sentimento de solidão social e de isolamento (aquele que todo o homem pode experimentar quando ninguém se interessa por ele). Aos dois primeiros, os homens velhos fazem-lhe face como todos os outros homens, com mais ou menos dificuldade. O último, segundo o que nos dizem, é o mais duro de viver: ele avalia o sentimento de ser ignorado pelos outros, de já não estar vivo para eles. Aceitar que uma pessoa morta não está presente é, por vezes, menos doloroso para nós do que aceitar que os vivos nos abandonam” (Gineste e Pellissier, 2007: 104).

Outra das mudanças que concorre para potencializar o risco de situações de isolamento familiar e social, é o aumento de situações de incapacidade e de menor mobilidade a que o idoso está exposto, tornando, muitas vezes, bastante difíceis a reciprocidade das visitas entre amigos ou entre membros das famílias e as trocas de serviços. Desta forma, o sentimento de solidão nos idosos, pode ser considerado como uma das mais penosas e problemáticas situações a que estão sujeitos, já que não ocorre apenas em casos de vivências isoladas, este fenómeno também está presente no seio das suas próprias famílias, ou em instituições<sup>28</sup>, onde os idosos sofrem profundamente por falta de comunicação e de

---

<sup>28</sup> Como José Machado Pais salienta, “a admissão dos idosos em lares significa, frequentemente, rutura de laços conviviais que se mantinham com familiares, amigos e vizinhos e a tentativa de inserção numa vida comunitária que lhes é estranha. O distanciamento de referentes espaciais conhecidos e de velhas redes de sociabilidades origina, depois do ingresso nos lares, uma desvinculação que não é facilmente reposta. Aliás,

participação social e afetiva, numa sociedade em que os laços de convivalidade e os afetos se desvalorizam permanentemente, perante a importância crescente a quase exclusiva dos bens materiais, da superficialidade das aparências e do sucesso social e económico.

Os Lares para idosos são estabelecimentos vocacionados para o desenvolvimento de atividades de apoio através do alojamento coletivo, fornecendo alimentação, cuidados de higiene pessoal e saúde, podendo a sua utilização ser de carácter temporário ou permanente. Devido ao aumento do número de idosos e à insuficiência de lares estatais<sup>29</sup> têm-se verificado uma enorme proliferação de lares privados, tendo em vista a obtenção exclusiva do lucro, funcionando, na sua maioria, clandestinamente. Segundo José Machado Pais “(...) há lares em que os idosos contam com uma voz amiga por parte de quem os cuida – com responsabilidade, profissionalismo, sobretudo dignidade e humanismo. Noutros casos, contudo, nem sempre assim acontece” (Pais, 2005: 146), esta é, sem dúvida uma questão que não deve ser menosprezada, pois pode pôr em risco a saúde e a dignidade do idoso.

A institucionalização parcial consiste no recurso a Centros de Dia, sendo determinado pela falta de redes de suporte: pela indisponibilidade dos familiares de cuidar do idoso durante o dia, devido ao facto de os filhos exercem as suas atividades profissionais, ou porque o

---

essa desvinculação, se muitas vezes pode ser olhada como consequência, outras vezes é causa do internamento. Alguns idosos justificam-no por más relações familiares, receio de «morrerem abandonados», sentimento de que representam um «fardo» para a família, temor de solidão. Frequentemente, os idosos despejados em asilos apenas têm para partilhar esse sentimento comum de solidão” (Pais, 2006: 164).

<sup>29</sup> Segundo Cláudia Joaquim *et al* (2014), numa tentativa de colmatar a crescente procura, o Governo aprova a Portaria n.º 67/2012, de 21 de março, tendo em vista de não só aumentou o número de vagas admissível, como eliminar a distinção entre Lar de Idosos e Estrutura Residencial, passando todas estas respostas sociais a ser reconhecidas como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Verificando-se que o aumento de vagas anunciado nas estruturas residenciais, se sustenta numa alteração legislativa, sendo portanto um aumento administrativo, porque o número máximo utentes passou de 60, para 120 utentes. Outro mecanismo que permitiu aumentar o número de vagas de forma administrativa foi a possibilidade de 20% dos quartos poderem ser triplos (anteriormente só eram autorizados quartos individuais ou duplos), bem como a redução do número mínimo de quartos individuais de 25% para 20%. Importa ainda referir que, aquela que parece ser uma medida em que as metas são facilmente alcançadas, uma vez que se limitou em alterar o número máximo de utentes em lar de idosos, face ao que estava anteriormente estabelecido, não estando associada a um aumento da rede de equipamentos sociais existentes, pode não ser de fácil concretização porque, para que a capacidade aumente, é necessário que as condições físicas dos equipamentos sociais o permitam. Acresce ainda que, os quartos individuais podem passar a duplos, e os duplos a triplos, desde que tenham determinadas dimensões. Em suma, o aumento de vagas estabelecido como meta, nos “lares de idosos”, depende em grande medida das condições físicas dos equipamentos sociais. Para os autores, é importante salientar um ponto adicional sobre estas duas medidas, que se prende com o facto, de não estar associado a um eventual aumento do número de utentes, um aumento dos recursos humanos afetos às respostas sociais, desconhecendo-se os impactos efetivos de uma medida desta natureza no funcionamento diário e na qualidade dos serviços prestados nestas respostas sociais (Joaquim *et al* 2014: 100-102).

idoso, normalmente, viúvo se encontra só. Os idosos que beneficiam deste apoio são, na sua maioria, idosos com média dependência, que para além de necessitarem de supervisão, necessitam igualmente de cuidados básicos (higiene pessoal, alimentação e controle da medicação). Os Centros de Dia, para além de proporcionarem ao idoso um espaço de convívio, animação sociocultural e recreação, têm como principais objetivos fornecer serviços que podem suprimir algumas carências socioeconómicas, como a refeição, o tratamento de roupas e a higiene pessoal, permitindo ainda a possibilidade de o manter no seu meio familiar e social. Desta forma, consideramos que o Centro de Dia é uma opção alternativa para diminuir o isolamento e a solidão, constituindo-se como o mais importante apoio formal que o idoso recebe no sentido de colmatar a ausência de relacionamento pessoal e social.

Para José Machado Pais o “maior sonho [dos idosos] era morrerem na sua própria casa, com a família por perto” (*idem*: 169). Para o idoso, a manutenção no lar, ainda que por vezes com limitações, permite reviver o seu passado e manter perto de si os “tarecos” e as

“Fotografias que oscilam entre a relíquia e o fetiche, objetos de culto que potencializam uma nostalgia do passado feita de recordações embalsamadas no tempo (...) instantes do tempo que se constituem em minúsculas eternidades. Elas alimentam a saudade, são marcas do que resta de outros que apenas deixaram marcas de solidão” (*idem*: 147-148).

A escolha deste tipo de valência está relacionada com a vontade dos idosos em não ter uma relação direta e presencial com a(s) instituição/ões, usufruindo apenas dos seus serviços para colmatar as suas necessidades. Neste sentido, o Serviço de Apoio Domiciliário consiste numa resposta social que proporciona às pessoas idosas que se mantenham no(s) seu(s) lar(es), em situação total ou parcial de dependência, mediante o fornecimento de refeições, tratamento de roupas, higiene pessoal e doméstica. A prestação deste serviço valoriza a perspetiva médica, projetando maior relevância à manutenção dos cuidados de saúde e menor relevância à dimensão social, já que, normalmente, os idosos que usufruem do apoio domiciliário que se encontram dependentes da rede social de apoio, principalmente, da rede de apoio familiar. No entanto, o Instituto de Segurança Social aponta algumas limitações deste tipo de serviços:

“Refletindo sobre o atual sistema de serviços de apoio domiciliário, em Portugal, considera-se que o reforço de um sistema de provisão de serviços, estruturado numa lógica social, aliada a uma vertente de saúde e de reabilitação, permitirá, de forma mais eficaz, responder ao público-alvo, que como se

conclui através das fontes disponíveis, é uma população com necessidades crescentes de saúde e de apoio social. Assim, apostar em serviços onde impere a diversidade da oferta e a liberdade de escolha de um pacote de serviços, que não se reduzam ao simples “banho ou à marmita”, mas coloquem à disposição, transporte, acompanhamento ao exterior, companhia, reparação de eletrodomésticos e habitacionais, cabeleireiro, atividades ocupacionais e serviços de âmbito mais especificado, como os cuidados médicos, enfermagem e de reabilitação, parece-nos uma forma de ultrapassar o modelo vigente. Apostar na amplitude e diversidade de serviços, baseado na comparticipação nominal de serviços usufruídos e de acordo com as necessidades individuais, previamente identificadas por uma equipa médico-social” (2009: 4).

O ingresso nos Lares nem sempre é pacífico. As razões que estão na origem do recurso ao(s) Lar(es) prendem-se com a falta de retaguarda familiar, perda de autonomia, solidão, doença, más condições de habitação, iniciativa própria, perda do cônjuge, conflitos familiares e isolamento geográfico. Desta forma, o ingresso ou é feito por “empurrão” quando os familiares dos idosos decidem, prepotentemente, pelo seu internamento, ou mediante “negociação” quando os próprios idosos por viverem sós, por não quererem ser um fardo para os familiares ou porque estes não lhes prestam a ajuda pretendida e acolhem o internamento como inevitável. Em muitas instituições os idosos coabitam com o sofrimento, o abandono e os maus-tratos, são despersonalizados, destituídos de qualquer poder e vontade, faltando-lhes alimentação, higiene e cuidados médicos adequados, sofrendo profundamente por falta de comunicação e de participação social e afetiva.

Parece ser relativamente consensual que o conceito de maus-tratos<sup>30</sup> aos idosos se refere a um comportamento destrutivo, dirigido a um adulto idoso, que ocorre num contexto de confiança e cuja frequência, única ou regular, não só provoca sofrimento físico, psicológico e emocional, como represente também uma séria violação dos direitos humanos. É consensual ainda, que o conceito integra vários tipos de maus-tratos, designadamente o abuso físico, psicológico, material e a negligência.

Na atualidade, as instituições conhecem uma certa sobrelotação, que se traduz numa menor qualidade dos serviços prestados e num número elevado de idosos a cuidar por profissional, aumentando desta forma o risco de ocorrência de práticas abusivas e negligentes. Este risco é mais acentuado quando o estado de saúde do idoso é precário e ele se encontra isolado da

---

<sup>30</sup> Em Portugal, somente através do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica é que se faz referência à violência que é praticada na família contra os idosos. Contudo, neste Plano não existe uma autonomização de medidas especificamente dirigidas a este grupo social. No seu conjunto, elas são aplicáveis às vítimas consideradas como sendo particularmente vulneráveis à violência doméstica, nomeadamente às crianças, mulheres e idosos.

sua rede de parentesco, dos amigos e, por vezes, da própria comunidade. Os abusos mais frequentemente praticados sobre os idosos em contexto institucional são a existência de restrições excessivas, a sub ou sobre medicação, a agressão verbal e o abuso material ou financeiro. Os idosos são vistos, em muitos casos, apenas como meros ocupantes de um leito, o que leva a uma deterioração da identidade, que “oscila frequentemente entre a infantilização (tratamento do idoso como se fosse uma criança irresponsável) e a despersonalização (menosprezo por necessidades particulares)” (Pais, 2006: 162), a desumanização (são ignorados e não respeitam a sua privacidade) e a vitimação (são agredidos na sua intimidade física e emocional). Como José Machado Pais enfatiza os idosos estão juntos, mas sós nos asilos e lares de solidão.

As alterações nas famílias não se verificaram apenas ao nível da sua constituição. Na verdade, o funcionamento interno das famílias sofreu mudanças profundas, acompanhando o advento de uma sociedade cada vez mais individualizada, que promove a constituição de famílias tipologicamente nucleares, incentivando, de certa forma, o progressivo distanciamento entre as diferentes gerações que a compõem. Atualmente é inegável o lugar central que a violência doméstica<sup>31</sup> ocupa tanto no discurso científico e dos *media*, como no discurso político<sup>32</sup>, transformando-se em objeto de diligências científicas e em medidas de

---

<sup>31</sup> Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a violência doméstica engloba diferentes tipos de abuso, tais como: violência emocional – qualquer comportamento do(a) companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente inclui comportamentos como ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros; violência social – qualquer comportamento que intenta controlar a vida social do(a) companheiro(a), através de, por exemplo, impedir que este(a) visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefónicas, trancar o outro em casa; violência física – qualquer forma de violência física que um agressor(a) inflige ao companheiro(a). Pode traduzir-se em comportamentos como esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o(a) companheiro(a) obtenha medicação ou tratamentos; violência sexual – qualquer comportamento em que o(a) companheiro(a) força o outro a protagonizar atos sexuais que não deseja (exemplos: pressionar ou forçar o companheiro para ter relações sexuais quando este não quer; pressionar, forçar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas; forçar o outro a ter relações com outras pessoas); violência financeira – qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do(a) companheiro(a) sem que este o deseje. Alguns destes comportamentos podem ser controlar o ordenado do outro; recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto; ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo; perseguição – qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro (exemplo: seguir o(a) companheiro(a) para o seu local de trabalho ou quando este(a) sai sozinho(a); controlar constantemente os movimentos do outro, quer esteja ou não em casa).

<sup>32</sup> Em Portugal só em 1999 foi criado um Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, com a resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, que para além de incidir sobre as mulheres, passou a incluir, pela primeira vez, as crianças e os idosos. O nosso país, ainda está numa fase muito incipiente ao nível do conhecimento destes fenómenos, embora já existam alguns estudos sobre a violência conjugal e os maus tratos às crianças, a violência contra os idosos permanece um domínio ainda muito desconhecido.

política social. Apesar de se tratar de um facto histórico, trata-se de um fenómeno que, paradoxalmente, se alimenta, entre outros fatores, da natureza privada e íntima da família moderna, pois esta ao resguardar-se do olhar da comunidade criou, simultaneamente, condições para o casal se poder comportar romanticamente e para a emergência de situações de opressão e de violência. Esta é sem dúvida uma das suas maiores contradições, na medida em que, ao emergir como lugar de autenticidade, é também na família que as crianças, as mulheres e os idosos são vítimas preferenciais de violência. Embora não seja um fenómeno novo, a questão da violência sobre os idosos ganhou maior visibilidade social com o aumento da proporção do grupo social dos idosos, apesar de ainda se verificar um grande vazio ao nível da intervenção.

Os idosos mais vulneráveis a maus-tratos são, por norma, dependentes física ou mentalmente, principalmente, os que possuem deficits cognitivos, alterações de sono, incontinência ou dificuldades de locomoção, necessitando por isso de cuidados acrescidos nas suas atividades da vida diária e os grupos de idosos tipicamente agredidos, são sobretudo as mulheres e os chamados «grandes idosos» (com mais de 75 anos). Entre o agressor e a vítima existe normalmente uma relação de grande proximidade: o cônjuge ou o companheiro da vítima é, regra geral, o seu principal agressor, embora possa existir também uma relação de consanguinidade: o filho, a filha ou os netos, ou de dependência: a nora ou o genro. As situações que representam riscos elevados de abuso relacionam-se essencialmente com fatores sócio-situacionais, ou seja, dependência de álcool e/ou drogas, desemprego e isolamento social, com a transmissão da violência através das gerações (exposição à violência durante a infância, testemunho na família da prática de maus-tratos sobre os membros mais velhos). Mesmo diante da constatação da violência diária nas mais diferentes formas, grande parte dos idosos maltratados não toma a iniciativa de denunciar o agressor, por temerem ser alvo de retaliações ou por não terem consciência do evento como agressão ou violência.

## **4. COIMBRA CIDADE COM PATRIMÓNIO**

### **4. 1. Uma visita do passado ao presente**

Localizada na sub-região do Baixo Mondego, Coimbra foi berço de seis reis, guarda as lendas da Rainha Santa Isabel e os amores de Pedro e Inês, local por onde passaram poetas, escritores e cantores portugueses ilustres, como Miguel Torga, Zeca Afonso ou Carlos Paredes por exemplo, cidade onde se canta o Fado ou a Canção de Coimbra, cidade do Mondego e cidade dos Estudantes e dos Doutores.

A sua história remonta ao ano 714 e a sua topografia e posição geográfica contribuíram decisivamente para o seu desenvolvimento, a cidade caracterizava-se pelas ruas estreitas, templos, pátios e arcos medievais. No século XII, a cidade já não se limitava apenas à vida intramuros, possuía nesta data dois bairros junto à porta de Almedina em torno das Igrejas S. Tiago e S. Bartolomeu, que constituíam o arrabalde e um terceiro um pouco mais afastado junto a Santa Justa e de um ribeiro no qual havia várias azenhas, o que indicava o seu carácter mais industrial. Evidenciava já uma estrutura urbana que assentava em duas zonas distintas na cidade, a Alta, onde residiam os aristocratas, os clérigos e algum povo, e a Baixa, local que se caracterizava, essencialmente, pelo comércio e pelo artesanato.

Em 1537 e até à instalação definitiva da Universidade, a história da cidade é coincidente com o despovoamento da Alta rumo ao arrabalde, de tal forma, que no último quartel do século XIV, D. Fernando na tentativa de reter os seus habitantes, isenta os moradores da zona Alta da cidade de pagar a sisa dos artigos comprados e vendidos intramuros e outorga uma feira franca anual na cidade dentro da muralha. Com a instalação da Universidade Almedina anima-se, mantendo-se até à atualidade como o núcleo intelectual e cultural da cidade acentuando a bipolaridade entre as duas zonas, a Alta liga-se definitivamente ao meio académico, onde proliferam as residências de estudantes e professores e os serviços necessários à comunidade intelectual, e a Baixa ligada comércio tradicional e aos serviços, reforçando-se, desta forma, a dualidade morfológica que se sobrepõe a uma diferenciação funcional. Desta forma, a zona Alta da cidade gravita em torno da Universidade, local onde se encontra o paço episcopal e as instalações escolares, já na Baixa, inversamente, concentram-se as atividades industriais e comerciais. Esta dualidade é perceptível no nome



das ruas, na Alta encontramos ruas associadas aos estudantes, como a Rua dos Estudos, de Entre-Colégios e na Baixa os nomes das ruas associam-se à atividade comercial que nela era exercida, como a Rua dos Sapateiros, a Rua da Moeda, a Rua da Louça ou o Largo das Olarias, por exemplo. Como afirma Teresa Barata Salgueiro “Coimbra é um dos raros exemplos de recuperação do núcleo alcandorado depois de um longo período de decadência” (Salgueiro, 1992: 158-159), contrariamente ao que sucedeu noutras localidades<sup>33</sup>, conseguiu manter a vitalidade, quer na Alta, quer na Baixa da cidade ao longo do tempo.

Segundo Teresa Barata Salgueiro (1996) no decurso da segunda metade do século XIX, no contexto nacional da Regeneração, implementaram-se infraestruturas e produziram-se equipamentos coletivos que permitiram à cidade crescer e desenvolver-se, como por exemplo: o cemitério da Conchada, o caminho-de-ferro Americano, o Mercado D. Pedro V, a ponte da Portela, a Penitenciária, mas também alguns arranjos urbanísticos na Baixa e na beira-rio e o alargamento da cidade com o projeto de urbanização da Quinta de Santa Cruz. Ainda segundo a autora, no dia 1 de janeiro de 1911, inaugura-se o transporte com carros elétricos que permite e acompanha o crescimento da cidade ligando definitivamente o antigo centro urbano às novas zonas residenciais de Celas, Santo António dos Olivais, Penedo da Saudade e Calhabé. Já no decorrer do século XX a cidade cresce aceleradamente e a construção civil passa a ser uma atividade económica em franco crescimento, surgem novos locais de residência em Montes Claros, na Arregaça, na Cumeada e no Calhabé ou, como hoje é conhecida, a Solum.

Ao longo do século XX, quer na Alta, quer na Baixa, equacionam-se e concretizam-se diversas ações de transformação da cidade, Etienne de Groër, no seu Anteprojecto de Urbanização, baseado no modelo das cidades-jardim propõe diversas ações de embelezamento e ampliação. Etienne de Groër defendia que a zona da Alta deveria ser preservada porque possuía o “bairro mais característico da cidade [que] encaramos como um bairro-museu emoldurando o palácio universitário de seu vértice, é necessário conservá-

---

<sup>33</sup> Segundo a autora, Montemor-o-Novo progrediu para norte e intramuros existem apenas ruínas; Tomar perdeu a povoação alcandorada, após D. Manuel promover o realojamento dos moradores no exterior da muralha; Estremoz e Lamego possuem poucas casas habitadas no interior da muralha.

lo preciosamente para os tempos futuros” (Rosmaninho, 1996: 29), contrariamente, propõe que a zona da Baixa seja remodelada conservando-lhes os alinhamentos e os edifícios antigos e suprimindo, só com o fim de arejar as partes mais densas, o mínimo de construções. Na década de 1940 a 1950, o Estado Novo estabelece um programa geral de intervenção e avança com um plano de demolições de parte da zona residencial da Alta da cidade, para a construção do complexo monumental da Universidade de Coimbra que obriga ao realojamento da população em novos bairros como é o caso do Bairro de Celas, o Bairro das Sete Fontes e o Bairro de Marechal Carmona, atual Bairro Norton de Matos. Desta forma, consideramos que, quer o esvaziamento de uma boa parte do património da Alta, quer as alterações efetuadas no Bota-Abaixo são uma réplica das intervenções de haussmannização<sup>34</sup> ocorridas em Paris no século XIX.

Ao longo das décadas de 60, 70 e 80 a expansão do espaço urbano consolida-se e surgem prédios residenciais em novas zonas da cidade, este crescimento foi acompanhado pela construção de novas vias de comunicação e infraestruturas. O núcleo primitivo da cidade passa a ser ocupado sobretudo por comércio e serviços, perdendo progressivamente a sua função residencial. A Universidade expande-se com a construção de novos pólos universitários, o Pólo II na Quinta da Boa-Vista e o Pólo III em Celas, impulsionando o crescimento da cidade para a periferia. Com este crescimento Coimbra ganha novas centralidades, como por exemplo, Celas, Solum e Vale das Flores que assumem uma nova dinâmica que se fica a dever, essencialmente, à construção de grandes superfícies comerciais, perdendo dinamismo o pequeno comércio da zona da Baixa pouco competitivo em termos de acessibilidades.

Para além do património de grande valor arquitetónico a Universidade marcou profundamente a dinâmica social, cultural e económica da cidade. Criou-se toda uma série de serviços que orientavam a sua atividade económica, entre os quais se destacam os arrendamentos de imóveis, em função das necessidades da população estudantil. As festas

---

<sup>34</sup> A haussmannização refere-se a um projeto de modernização e embelezamento estratégico da cidade realizado pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, que pretende intervir no espaço urbano de modo a controlar, disciplinar e a higienizar os comportamentos, assim como a criar referências e marcadores do espaço através da monumentalização, o que lhe grangeou o estatuto de “artista demolidor” por diversos autores.

académicas seriam, desde sempre, adotadas pela cidade, a "Latada" ou receção ao caloiro no início de cada ano letivo e a "Queima das Fitas" no mês de maio, acabaram por ser consideradas como festas da cidade, trazendo a esta milhares de visitantes todos os anos. As atividades da Associação Académica sejam elas desportivas ou culturais, como por exemplo as tunas, os grupos corais e teatrais e os clubes foram igualmente considerados como sendo dos conimbricenses. A canção de Coimbra ou o fado, celebrizado pelos estudantes, acabou por ficar nas tradições da cidade, constituindo atualmente uma atração turística. Segundo Teresa Barata Salgueiro (1996) até meados do século XX a economia da cidade esteve sempre muito dependente da Universidade, apesar de ainda nos dias de hoje ter ainda algum significado, no entanto este é menor que no passado.

A partir da década de 1990 a cidade conhece um novo dinamismo com a construção do Parque Verde do Mondego e a construção da ponte pedonal Pedro e Inês, levada a cabo no quadro da Política de Cidades POLIS XXI e a construção da Ponte Rainha Santa Isabel. Segundo Carina Gomes (2008) a desvitalização socioeconómica do centro histórico promove ações regenerativas que procuram transformar Coimbra numa cidade turística a partir da década de 1990. Na verdade, a cidade acolhe um património com um valor arquitetónico, cultural e natural de grande interesse que reflete os grandes momentos da história, não só de Coimbra, como de Portugal e, quiçá, do mundo, como se veio a verificar com a elevação de Coimbra a Património Mundial da Humanidade.

Após um longo e complicado trajeto, a candidatura da Universidade de Coimbra foi reconhecida a 22 de junho de 2013, como Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)<sup>35</sup>. O Comité do Património Mundial, reunido em Phnom Penh, no Camboja, justificou a sua classificação num texto publicado no site da UNESCO (2013):

“Situada numa colina sobranceira à cidade, a Universidade de Coimbra, com as suas faculdades, cresceu e evoluiu no interior da velha cidade durante mais de sete séculos. Os edifícios ilustres da universidade incluem a Igreja de Santa Cruz, do século XII, e algumas faculdades do século XVI, o Paço Real da Alcáçova, que albergou a Universidade desde 1537, a

---

<sup>35</sup> Ver mapa com a área considerada Património Mundial, zonas de proteção, edifícios/zonas de proteção e zonas especiais de proteção de edifícios classificados ou em vias de classificação e graus de proteção, no anexo 11.

Biblioteca Joanina com a sua rica decoração barroca, o Jardim Botânico do século XVIII e a Imprensa da Universidade, bem como a ‘Cidade Universitária’ criada durante os anos 1940.

Os edifícios da universidade tornaram-se uma referência no desenvolvimento de outras instituições de estudos superiores no mundo que fala português, no qual exerceu grande influência quer no ensino, quer na literatura.

Coimbra é um exemplo notável de uma cidade universitária integrada com uma tipologia urbana específica, com as suas cerimónias próprias e tradições culturais que foram sendo mantidas vivas ao longo do tempo” (tradução nossa).

Encarados como repositórios e como propulsores de atividades culturais diversas, os centros históricos tornam-se, desta forma, objeto de uma idealização no âmbito das políticas urbanas. A conjugação do reconhecimento do valor patrimonial de lugares e legados do passado, com a necessidade de modernização e funcionalização, tem estado na origem de intervenções no espaço de ordenamento urbano. É desta conjugação que resultam reabilitações de espaços devolutos, destruídos ou com funções desajustadas ao tempo presente e a restauração física permite a renovação das atividades e a atração de um público lúdico-turista, enquanto o envolvimento institucional e a intervenção dos poderes públicos promove os procedimentos de classificação e a proteção regulamentar necessária para se conseguir um impacto sócio espacial através da patrimonialização. Estes projetos são em simultâneo um produto turístico, vendável a uma sociedade cada vez mais competitiva globalmente, sendo um meio para atingir um fim, ou seja, uma forma que as cidades históricas descobriram para minorar os efeitos da sua perda de competitividade ou, por outro lado, uma forma de maximizar o seu potencial turístico, como uma estratégia de *marketing* que, eventualmente, permite alguma preocupação com o património e com os costumes e tradições. Estas políticas de turistificação da cidade e do seu património, segundo Lopes e Peixoto “ajudam a intumescer um espelho que precisa de muito brilho dada a profusão de focos num mercado que se tornou bastante concorrencial e proximo em imagens e mensagens promocionais” (Lopes, 2000; Peixoto, 2006).

#### **4. 2. Coimbra em números**

Coimbra é uma cidade média à escala nacional, delimitada a Norte pelo município da Mealhada, a Leste por Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a Sul por Condeixa-a-Nova, a Oeste por Montemor-o-Velho e a Noroeste por Cantanhede. Situa-se na sub-região do Baixo-Mondego e em termos territoriais e administrativos, é a principal

cidade da Região Centro de Portugal. Capital de um Distrito composto por dezassete concelhos, com uma área de 319,41 km<sup>2</sup>, subdivide-se em e trinta e uma freguesias<sup>36</sup>.

No centro da cidade, situadas na zona da Alta encontram-se as freguesias de Almedina e da Sé Nova e na zona da Baixa as freguesias de Santa Cruz e São Bartolomeu<sup>37</sup>. Conjuntamente com estas quatro freguesias, o perímetro urbano fica delimitado por Santo António dos Olivais e Santa Clara. Embora não estejam inseridas no perímetro da cidade, nas freguesias de Eiras e São Martinho do Bispo encontramos um misto de características urbanas e periféricas, já as restantes vinte e três freguesias são notoriamente periféricas em relação à cidade.

Em termos demográficos, a população residente no concelho de Coimbra cresceu paulatinamente (como se pode verificar no quadro 7 do anexo 13), à exceção da passagem da década de 1970 para a década de 1980, onde se verificou um aumento de 28.377 indivíduos e da passagem da década de 2001 para a década de 2011, assistindo-se a uma diminuição de 4726 indivíduos. Como é possível verificar nos dados apresentados na tabela, passou-se de 62.870 indivíduos em 1920 para 143.396 indivíduos a residir no concelho em 2011, ou seja, em 90 anos passaram a habitar no concelho de Coimbra mais 80.526 indivíduos. No entanto, o crescimento não foi linear em todas as áreas do concelho, pois se em vinte e sete freguesias se verificou um aumento da população em todos os períodos analisados, destacando-se a freguesia de Santo António dos Olivais, que desde a década de 1920 até à década de 2011 teve o aumento de habitantes mais significativo do total das freguesias (mais 32.687 habitantes), ou seja, possuía 38.936 em 2011 contra os 6.249 que detinha em 1920, o que muito contribuiu para o aumento significativo da população no concelho de Coimbra. De assinalar que a freguesia de Santo António dos Olivais cresceu não apenas em termos demográficos, mas também na diversificação de funções, infraestruturas e equipamentos de apoio à população, e que, conjuntamente com as

---

<sup>36</sup> Almalaguês, Almedina, Ameal, Antanhol, Antuzede, Arzila, Assafarge, Botão, Brasfemes, Castelo Viegas, Ceira, Cernache, Eiras, Lamarosa, Ribeira de Frades, Santa Clara, Santa Cruz, St. António dos Olivais, S. Bartolomeu, S. João do Campo, S. Martinho da Árvore, S. Martinho do Bispo, S. Paulo de Frades, S. Silvestre, Sé Nova, Souselas, Taveiro, Torre de Vilela, Torres do Mondego, Trouxemil e Vil de Matos (ver mapa no anexo 12).

<sup>37</sup> Estas freguesias foram extintas em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, tendo sido agregadas para formar uma nova freguesia denominada União das Freguesias de Coimbra.

freguesias de Eiras e São Martinho do Bispo, detêm cerca de metade da população do concelho de Coimbra.

A análise da tabela permite verificar que inversamente, as quatro freguesias pertencentes às zonas da Alta e da Baixa da cidade, a população decresceu significativamente, passando de 30.196 indivíduos em 1950, para apenas 13.971 em 2011, ou seja, ficou reduzida a menos metade da população entre 1950 e 2011. A freguesia da Sé Nova, em todos os anos analisados, apresenta o maior número de residentes, à exceção das décadas de 1960 e 1981, onde a freguesia de Santa Cruz apresenta um maior número de habitantes (mais 1.320 e 36 indivíduos respetivamente), tendo no entanto o seu número sido reduzido drasticamente, já que entre as décadas de 1920 e 2011 apresentam um saldo negativo de 336 indivíduos, apesar do aumento significativo entre as décadas de 1920 e 1930 (mais 3.850 indivíduos), as décadas de 1940 e 1950 (mais 1.787 indivíduos) e das décadas de 1970 e 1981 (mais 1.769 indivíduos). A freguesia de Santa Cruz é a segunda maior em termos de população residente, mas tal como a freguesia da Sé Nova apresenta avanços e recuos quanto à população residente, tendo-se verificado igualmente um saldo negativo da sua população em 1.075 indivíduos entre as décadas de 1920 e 2011. As freguesias de Almedina e São Bartolomeu são as que possuem o menor número de população residente em todos os períodos analisados e, inversamente às anteriores perderam paulatinamente população entre as décadas de 1940 e 1950 respetivamente e 2011, destacando-se São Bartolomeu que em 2011 tinha apenas 627 habitantes, contra os 3.585 indivíduos que possuía em 1920 (menos 2.958 indivíduos). Ou seja, a população destas quatro freguesias foi perdendo significativamente peso no concelho de Coimbra, pois se na década de 1930 eram 35,3% da população, na década de 2011 eram apenas 9,7% da população residente.

A crescente desertificação verificada nas quatro freguesias espelha a tendência que se verifica nas cidades europeias. Com a Revolução Industrial passou-se de um espaço multifuncional, de acentuada diversidade social, onde era difícil descortinar a separação entre as áreas residencial, de comércio, da administração, ou de produção, “tal era a imbricada malha que as interrelacionava” (Fortuna, 1995: 2), para uma clara separação das funções, mantendo-se no centro da cidade funções administrativas e algum comércio, essencialmente ligados ao setor mais tradicional ou em declínio, remetendo algumas das

atividades aí sediadas para a periferia. Estes espaços mantiveram, no entanto, a sua função residencial mas “esta surge agora, extremamente fraturada, do ponto de vista social”. Permanecendo os grupos sociais mais vulneráveis e as velhas elites, empurrando largas franjas da população da classe média e “elites recém-construídas ou em emergência” (*ibidem*) para a periferia, como se pode verificar nas tabelas que se apresentam nos anexos 14 e 15.

Da análise da tabela é possível verificar que no concelho de Coimbra existiu uma redução dos grupos etários entre os 0 e os 24 anos, tendo-se verificado a diminuição mais significativa na faixa etária entre os 15 e os 24 anos (menos 31,02% de indivíduos), tendo a faixa etária entre os 0 e os 14 anos sofrido uma redução de 13,08% de indivíduos e um aumento pouco significativo na faixa etária entre os 25 e os 64 anos (mais 0,16% de indivíduos) e um aumento mais significativo do número de indivíduos na faixa etária dos 65 ou mais anos com mais 17,31% de indivíduos.

Podemos verificar ainda, que das trinta e uma freguesias, a faixa etária compreendida entre os 0 e os 14 anos, vinte e três apresentam valores negativos e apenas sete apresentam valores positivos, sendo a freguesia de Vil de Matos a que mais aumentou (mais 51,55% indivíduos) e a que mais diminuiu foi a freguesia de Almedina (menos 59,51% indivíduos). Na faixa etária dos 15 aos 24 anos apenas a freguesia de Assafarge apresenta um valor positivo (mais 19,35% indivíduos), tendo as restantes apresentado valores negativos, destacando-se a freguesia de Almedina com a impressionante redução de 65,94% indivíduos. A faixa etária entre os 25 e os 64 anos apresenta-se mais equilibrada, pois das trinta e uma freguesias, catorze apresentam valores positivos, com a freguesia de Assafarge a encabeçar com mais 24,59% indivíduos e, no outro extremo, a freguesia de Almedina com menos 32,51% indivíduos. Na faixa etária dos 65 ou mais anos apenas cinco freguesias apresentam valores negativos tendo a freguesia de Almedina uma redução de 59,51% indivíduos e, inversamente, a freguesia de Torre de Vilela que viu o seu número aumentar em 44,74% indivíduos.

De assinalar que nas freguesias de Almedina, Santa Cruz, São Bartolomeu e Sé Nova existiu uma tendência semelhante na alteração da estrutura da população, com uma redução mais ou menos significativa de todas as faixas etárias. Ou seja, todas apresentaram uma

redução do número de indivíduos na faixa etária dos 0 aos 14 anos, sendo a mais significativa na freguesia de Almedina (menos 59,51% indivíduos) e a freguesia de Santa Cruz que menos reduziu (menos 25,41% indivíduos). Na faixa etária dos 15 aos 24 anos destaca-se claramente a freguesia de Almedina com menos 65,94% indivíduos, e a faixa etária dos 65 anos ou mais é encabeçada pela freguesia de São Bartolomeu com uma redução de 26,75% indivíduos e, no outro extremo encontramos a freguesia da Sé Nova, com uma redução de apenas 2,32% indivíduos.

As alterações verificadas no concelho de Coimbra reforçam, de certo modo, a antinomia que se verifica em muitas cidades europeias, que a literatura especializada vinha denunciando como um dos desequilíbrios gerados pela expansão e desenvolvimento territoriais de muitas cidades, cuja tendência tem vindo a ser assinalada por diversos autores, existindo um rejuvenescimento, mais ou menos acentuado, das periferias e um envelhecimento progressivo nas zonas mais centrais. No geral, é possível verificar no quadro 10 no anexo 16, que as freguesias de Almedina, Santa Cruz, São Bartolomeu e Sé Nova nos valores apresentados, quanto ao índice de envelhecimento<sup>38</sup>, de longevidade<sup>39</sup> e de dependência<sup>40</sup> são largamente superiores à média apresentada para o concelho de Coimbra, embora exista um ligeiro rejuvenescimento desta área nos meses letivos relacionado com a presença de estudantes do ensino superior, como se pode constatar na tabela apresentada no anexo 17<sup>41</sup>.

Com o envelhecimento gradual da população não é de estranhar que 28,5% da população viva da pensão ou da reforma, como se pode constatar no anexo 18, sendo este número apenas suplantado pelo trabalho (50%), apresentando-se em terceiro plano os indivíduos a cargo da família (14,4%), sendo este número claramente influenciado pela população

---

<sup>38</sup> O Índice de Envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

<sup>39</sup> O Índice de Longevidade é a relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

<sup>40</sup> O Índice de Dependência dos Idosos é a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

<sup>41</sup> Da análise da tabela constatamos que existem apenas mais 6029 residentes no total, que consideramos ser um número que fica muito aquém da realidade.



estudantil a residir no concelho. Quanto aos outros meios de vida, a sua proporção remete-nos para valores inferiores a 3%: Outros 2,7%; Subsídio de Desemprego 2,2%; Rendimento Social de Inserção 0,9%; Rendimento da Propriedade ou de Empresa 0,5%<sup>42</sup>; e Apoio Social 0,4%.

Quanto à caracterização da população, a variável sexo apresenta, como aliás se verifica tendencialmente à escala nacional, uma clara preponderância de mulheres. Da análise da tabela do anexo 19, é possível verificar, não só, que as mulheres estão representadas em maior número em relação aos homens (mais 9.514 mulheres), mas também, que há mais mulheres solteiras (437), casadas (170), viúvas (6.645) e divorciadas (2.195), apresentando as juntas de freguesia de Almedina, Santa Cruz, São Bartolomeu e Sé Nova, a mesma tendência, com mais 241, 229, 5.837 e 1.642, respetivamente. De assinalar que existem 7.302 viúvas nas vinte e sete freguesias do concelho e que nas quatro freguesias do centro do concelho habitam no total 1.087 viúvas e que das 5.800 mulheres divorciadas a residir no concelho, 12,6% residem no centro da cidade.

Como constatámos anteriormente, o número de indivíduos na faixa etária dos 65 ou mais anos tem vindo a aumentar<sup>43</sup>, com uma clara preponderância das mulheres<sup>44</sup>, o que nos leva a apresentar os dados referentes à população residente segundo o nível de escolaridade atingido com 65 ou mais anos em 2011<sup>45</sup>. Em termos de educação, os contrastes são bem vincados, apesar de as mulheres possuírem mais habilitações no ensino superior (53,7%)<sup>46</sup>, também estão sobre representadas quanto ao número de analfabetos (80%). O facto de tantas mulheres serem analfabetas no grupo etário dos 65 ou mais anos, poderá estar relacionado com o papel que as mulheres desempenhavam no seio familiar tradicional, uma vez que está associado a atividades domésticas, onde as mulheres eram consideradas elementos responsáveis pela educação das crianças e pela manutenção do lar, ficando a escolaridade em segundo plano. No que respeita ao centro histórico, constata-se que as

---

<sup>42</sup> Este número refere-se ao total da população residente no concelho de Coimbra, como aliás todos os outros, salientando-se que o rendimento de propriedade ou de empresa tem nas freguesias centrais (21%) que se refere a pequenas unidades de restauração ou comércio tradicional.

<sup>43</sup> No ano de 2011, representavam 19,4% da população residente no concelho de Coimbra.

<sup>44</sup> No ano 2011 representavam 53,3% da população residente no concelho.

<sup>45</sup> Em 2011, as mulheres representavam 59,3% da população residente no concelho nesta faixa etária.

<sup>46</sup> Para estes dados contribui o número de mulheres que residem na freguesia de Santo António dos Olivais, que possuem o ensino superior (10.410), contra 8322 homens. Para uma análise mais detalhada ver anexo 20.

mulheres se encontram em número superior ao dos homens nos três níveis analisados: ensino básico (mais 753), ensino secundário (mais 27), ensino superior (mais 147), mas também encontramos mais 251 mulheres analfabetas que os homens, como se pode constatar da análise do quadro 14, no anexo 21.

Mas o crescimento de Coimbra, como não podia deixar de ser, não se cingiu apenas à sua população<sup>47</sup>, pois num cenário de expansão contínua, que se verificou ao longo das últimas décadas, novas áreas floresceram em torno do centro antigo da cidade. Desta forma, as áreas mais recentes da cidade transformaram-se em novas centralidades urbanas, contrastando, em larga medida, com as zonas mais antigas da cidade. Assim, na atualidade, a cidade apresenta-se mais diversificada, dotada de novas especificidades morfológicas, funcionais e equipamentos essenciais à população, que representam importantes pólos de atração no contexto urbano.

De forma global, o aumento da população foi acompanhado pelo crescimento do tecido edificado, passou-se de 141.206 edifícios em 1919 para 282.412 edifícios em 2011, como se pode verificar no quadro 15 no anexo 22. Das quatro freguesias centrais, do ano 2000 para o ano 2011, Almedina e São Bartolomeu aumentaram o número de construções, sendo significativa a redução apresentada pela Sé Nova que diminuiu o número de construções para cerca de 1/3 que na época transata. O maior aumento do conjunto edificado, à semelhança do crescimento populacional, deu-se nas freguesias de Santo António dos Olivais, São Martinho do Bispo e Eiras, de detêm no conjunto perto de metade das habitações, com 77.052, 27.836 e 24.004 respetivamente.

Da análise do quadro 15 pode ainda constatar-se que embora a ritmos distintos a cidade foi crescendo, verificando-se que o crescimento mais acentuado se deu num primeiro anel à volta do centro histórico, tendo crescido mais tarde nas zonas fronteiriças do concelho. Desta forma, verifica-se um duplo processo: ao mesmo tempo que o centro antigo da cidade perde o seu parque edificado, assiste-se ao crescimento da periferia. No entanto,

---

<sup>47</sup> Apesar de os dados que acima apresentamos marcarem um novo ciclo, com uma diminuição da população residente no concelho de Coimbra, a densidade populacional também assinala esta diminuição: em 2001 tinha 462,2 habitantes por Km<sup>2</sup> e no ano 2011 passa a 435,7 habitantes por Km<sup>2</sup>, ou seja, perdeu 26,5 habitantes por Km<sup>2</sup>.

acreditamos, por se tratar da zona mais antiga da cidade, se “perderam” alguns edifícios no centro histórico devido ao avançado estado de degradação, quer por derrocadas provocadas por intempéries ou degradação muito avançada, que em casos extremos e mais pontuais, culminou na sua demolição, resultando na construção de novas moradias em processos de reabilitação ou renovação do tecido edificado. No conjunto, as quatro freguesias, passaram de 28,8% construções de alojamentos familiares para apenas 3,7%. Como se pode constatar pelos dados apresentados, as freguesias de Almedina e São Bartolomeu, são detentoras do menor parque edificado das quatro freguesias centrais, apresentando um comportamento semelhante, com avanços e recuos na construção de novas moradias até atingirem no ano 2001 o número de construções mais baixo do conjunto das trinta e uma freguesias. Quanto às freguesias de Santa Cruz e Sé Nova, a construção de novas moradias processou-se a ritmos distintos, lhes conferiu, no ano 2011, o parque edificado mais expressivo do conjunto das quatro freguesias centrais.

Ao avançado estado de degradação dos edifícios soma-se a inexistência de dispositivos básicos que conferem às habitações a condignidade que se requer para ter uma vida com um mínimo de qualidade. Da análise do quadro 16 que se apresenta no anexo 23, pode constatar-se que ainda existem no centro da cidade habitações que não possuem algo tão elementar como a água, retrete ou duche, como é o caso de Santa Cruz que possui três habitações sem qualquer destes dispositivos, somando-se ainda a inexistência de banho: Almedina (8), Sé Nova (16), São Bartolomeu (25) e Santa Cruz (50); inexistência de retrete: Sé Nova (2), São Bartolomeu (3) e Santa Cruz (6); inexistência de retrete mas existente no edifício: Almedina (2) e Santa Cruz (3); com retrete sem dispositivo de descarga: Sé Nova (7), Almedina (10), São Bartolomeu (11) e Santa Cruz (20).

A distribuição da forma de ocupação do parque edificado não residencial, no anexo 24, permite verificar a monofuncionalidade que nas franjas do conselho se estabeleceu, como é o caso de Vil de Matos, São João do Campo, Lamarosa e Arzila. Inversamente é no centro da cidade e nas freguesias contíguas (Santo António dos Olivais, São Martinho do Bispo e Eiras) que predominam os edifícios não residenciais, que demonstra o preponderância de funções relacionadas com atividades económicas, das quais se destaca o comércio e os serviços. Da análise do quadro é possível constatar que a grande maioria dos edifícios não

residenciais se situam no centro da cidade (50,4%), Santa Cruz possui a maioria destes edifícios (67), seguida de São Bartolomeu (44), Sé Nova (32), Almedina (24). Esta distribuição espelha a bipolaridade que se mantém entre as duas zonas, embora a Alta se mantenha ligada ao meio académico, sendo a zona onde se encontra a maioria dos edifícios de grande valor arquitetónico e cultural, esta zona maximizou o seu potencial turístico concentrando também algum comércio direcionado ao turismo, já a Baixa tradicionalmente ligada ao comércio tradicional e aos serviços manteve a dianteira no que concerne à distribuição de edifícios não residenciais. Assim, na zona da Alta, as freguesias da Sé Nova e Almedina somam 56 edifícios não residências e na zona da Baixa encontramos 111 edifícios não residenciais.

Da análise da tabela é possível verificar, que nas quatro freguesias centrais se encontram muitos edifícios residenciais desabitados, sendo 257 para venda, 369 para aluguer e 12 para demolição. Expressivo é o número de edifícios que não se enquadram nas anteriores categorias e aparecem com a categoria “Outros”, totalizando os edifícios residenciais – 1.014 e os edifícios não residenciais – 43, que representam 17,7% e 45,3% da totalidade dos edifícios existentes no concelho de Coimbra, que nos remete para o projeto de investigação “Dinâmicas de recomposição sócio-económica dos centros históricos: o caso de Coimbra” efetuado por Fortuna, Ferreira e Peixoto que constataram que a zona da Alta e da

“Baixa [são] um objeto de estudo que apela à imaginação sociológica, [já que a] malha imbricada obrigou a um permanente vai e vem para confirmação e retificação de situações no terreno. Exigiu que se desvendassem acessos a residências e apartamentos que aparentemente não existiam enquanto tal. Forçou os investigadores a mergulhar na densidade [destes locais], confrontando-os com a impossibilidade constante de reduzir a complexidade que resulta da sobreposição da construção e da rentabilização de espaços exíguos ao aspeto normativo da representação cartográfica” (Fortuna, Ferreira, Peixoto, 2004: 21).

Como constámos acima, existem muitos edifícios desabitados no concelho de Coimbra. Comparando os dados dos anos 2001 e 2011, podemos verificar que analogamente ao aumento do número de edifícios construídos existiu uma diminuição de edifícios ocupados e concomitantemente um aumento de edifícios vagos, como se pode constatar no quadro 18 que se apresenta no anexo 25. Construíram-se no concelho de Coimbra mais 16% de edifícios e nas quatro freguesias centrais 3,7% entre os anos 2001 e 2011, no entanto

apenas o total das trinta e uma freguesias teve um saldo positivo quanto a edifícios ocupados e no conjunto das quatro freguesias centrais o saldo foi negativo em 4,5%, destacando-se Almedina com um saldo negativo de 23,8%. Almedina toma a dianteira também quanto a edifícios vagos (mais 31,3% que em 2001) e o conjunto das quatro freguesias centrais apresenta mais edifícios desocupados em relação a 2001 (35,7%) que o total das trinta e uma freguesias (mais 34,3% que no anos 2001).

Como temos vindo a constatar muitos dos habitantes das zonas centrais são idosos e os dados que apresentamos no quadro 19 no anexo 26 corroboram este facto. Segundo os dados do INE (2011) no ano de 2011 no concelho de Coimbra de um total de 143.396 indivíduos 28.786 tinham 65 ou mais anos de idade, ou seja, 20,1% da população tem 65 ou mais anos de idade. As quatro freguesias centrais possuem 3.666 residentes com 65 anos ou mais anos, ou seja 12,7% de indivíduos com 65 ou mais anos do concelho: a Sé Nova apresenta o número mais significativo com 43,6%, de seguida apresenta-se Santa Cruz com 42,2% e, por último as freguesias de Almedina com 7,9% e São Bartolomeu com 6,3%. No que respeita aos indivíduos com 65 ou mais anos a viver sós ou com outros do mesmo grupo etário 13,% habitam nas quatro freguesias centrais, sendo o número mais expressivo apresentado pela Sé Nova (44,5%), de seguida apresenta-se Santa Cruz (42,1%), Almedina (8,1%) e São Bartolomeu (5,3%). De um total de 70.249 alojamentos familiares do concelho de Coimbra 11.545 são habitados por só por indivíduos com 65 ou mais anos de idade, nas quatro freguesias centrais existem 1.643 alojamentos onde residem apenas indivíduos com 65 ou mais anos de idade, sendo 43,5% da Sé Nova, 42,3% de Santa Cruz, 8,1% da Almedina e 6,1 de São Bartolomeu. No que concerne aos alojamentos habitados só com indivíduos com 65 ou mais anos de idade nas freguesias centrais, no conjunto das trinta e uma freguesias o número torna-se mais significativo com 14,2% de indivíduos sendo a estrutura semelhante às anteriormente apresentadas. Mais expressivo é o número de alojamentos habitados apenas por uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, no total das trinta e uma freguesias as quatro freguesias do centro da cidade somam 17,6% de indivíduos, tomando agora Santa Cruz a dianteira com 42,9%, seguida de perto pelas Sé Nova com 41% e mais distanciadas, como aliás já se verificou nos dados anteriormente apresentados, Almedina com 8,1% e São Bartolomeu com 8%.

Como constatámos, nas quatro freguesias do centro da cidade, habitam muitos idosos sozinhos, em habitações desajustadas à sua idade, como sabemos em Coimbra a zona antiga da cidade caracteriza-se por ruas estreitas e sinuosas de declives muito acentuados, essencialmente nas freguesias da Sé Nova e Almedina que se situam na zona da Alta, que podem representar a diferença entre a independência e a dependência especialmente para quem vive num processo de envelhecimento. Os idosos que residem em ambientes ou em áreas consideradas de risco com múltiplas barreiras físicas, como é o caso, saem com menos frequência da sua habitação e, por isto, estão mais propensas ao isolamento, depressão e a problemas de mobilidade. Como podemos constatar, pela análise do quadro 20 no anexo 27, o total de indivíduos que apresenta muita dificuldade ou não conseguem andar ou subir degraus representa 33,7% do total da população que habita no concelho de Coimbra. A distribuição dos indivíduos pelas diversas faixas etárias não é homogénea, em 2011: em primeiro encontramos a faixa etária dos 75 aos 79 anos com 2.280, em segundo lugar a faixa etária dos 80 aos 84 anos com 2.126 indivíduos, em terceiro a faixa etária dos 70 aos 74 anos com 1.839 indivíduos, em quarto a faixa etária dos 85 aos 89 anos com 1.443 indivíduos, em quinto a faixa etária dos 65 aos 69 anos com 1.313 indivíduos e por último a faixa etária do 90 ou mais anos com 710 indivíduos, que representam 20,1% do total da população residente no concelho de Coimbra nesta faixa etária. Dos dados apresentados é possível constatar que a maioria dos indivíduos de todas as faixas etárias têm muita dificuldade em andar ou subir degraus, embora seja também bastante significativo o número dos que não conseguem andar ou subir degraus, nas quatro freguesias do centro da cidade o número é também relevante, sendo que encontramos as taxas mais elevadas nos grupos etários mais avançados.

Tendo em conta os dados apresentados, concluímos que o concelho de Coimbra apresenta muitas diferenças decorrentes de distintas delimitações geográficas que o relevo assimetricamente distribuído pelo território lhe imprimiu, mas também que possui uma população muito heterogénea, apresentando-se os espaços físicos muito dispares essencialmente no centro antigo da cidade.

### 4. 3. Uma obra inacabada

Como acima constatámos, a partir de 1974 iniciou-se em Portugal, ainda que incipientemente, o ordenamento do território, trazendo consequências graves para os núcleos urbanos consolidados, pelo facto de os proprietários dos imóveis privados passarem a garantir uma componente social do arrendamento urbano (com o congelamento das rendas), sem qualquer compensação financeira. Esta medida levou a uma deterioração do parque edificado, com o conseqüente agravamento da qualidade das habitações dos cascos urbanos consolidados, promovendo uma crescente desertificação e uma grande insegurança nestas áreas, com constrangimentos ao nível do comércio tradicional, traduzindo-se também numa deficiente política ambiental, com a expansão desordenada das cidades, consumo exagerado e desnecessário de solo e necessidade de afetar verbas avultadas às políticas sociais por parte dos poderes locais.

Ao longo dos últimos 20 anos o Município de Coimbra tem promovido um conjunto de intervenções urbanísticas, sobretudo na zona histórica, por considerar que esta questão é tanto mais pertinente por se tratar de um núcleo histórico, possuindo elementos caracterizadores e definidores da identidade das cidades, que *per si* devem ser preservados, evitando assim a desertificação e a estagnação nas várias vertentes, incluindo a económica e ambiental. Como salienta Paulo Peixoto,

“Encarados como repositórios e como propulsores de atividades culturais diversas, (...) os centros históricos tornam-se objeto de uma idealização no âmbito das políticas urbanas. Na medida em que alimentam com frequência uma visão predominante culturista da cidade, vertida em campanhas e criação e de difusão de imagens, os centros históricos tornam-se uma espécie de hipercentro das cidades” (Peixoto, 2006: 95).

Essas intervenções foram enquadradas nos seguintes programas (que não trataremos aqui exaustivamente, por já terem sido abordados anteriormente): Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas<sup>48</sup> (PRAUD/Obras), Programa de Reabilitação Urbana<sup>49</sup> (PRU),

---

<sup>48</sup> A primeira candidatura da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), destinava-se ao “Quarteirão Almedina” (Alta de Coimbra), delimitado pelas Ruas Fernandes Tomás, Joaquim António de Aguiar, Sobre Ribas, da Estrela e Arco da Almedina, as intervenções destinavam-se a imóveis habitacionais, equipamentos e espaços públicos e mobiliário urbano, mais tarde a CMC candidata-se novamente e efetua intervenções na escola de Almedina, na Torre de Almedina) e no Pavilhão Multifuncional e Balneário anexo à escola de Almedina, entre outros.

<sup>49</sup> Destinava-se a intervenções em equipamentos sociais, culturais e económicos e espaços públicos nas zonas mais degradadas da Baixa, nomeadamente na Rua da Sofia, Pátio da Inquisição e na denominada Baixinha.

Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Degradados<sup>50</sup> (RECRIA), Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal<sup>51</sup> (RECRIPH), Programa de Apoio à Modernização do Comércio<sup>52</sup> (PROCOM/URBCOM), Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades<sup>53</sup> (POLIS) e o programa “Coimbra com Mais Encanto<sup>54</sup>”. Estes programas contemplaram intervenções em equipamentos e espaços públicos, habitações e locais de comércio.

As grandes metas do Programa POLIS em Coimbra consistiam na revitalização do centro urbano, centrando a cidade no rio, na promoção da aproximação das duas margens, a par do aproveitamento das condições naturais e paisagísticas oferecidas pelo Mondego. Paralelamente pretendia-se melhorar as acessibilidades no centro da cidade, reforçar a ligação pedonal do património edificado, valorizando-o e tornando-o mais atrativo. Como Coimbra possui um relevo bastante pronunciado, a implementação do Programa POLIS favoreceu a implementação de estratégias, para facilitar o acesso a partir da Baixa para a zona da Alta da cidade e vice-versa.

Se como afirma François Ascher “o ditado medieval, “o ar da cidade liberta”, a contrapartida é que a cidade é também o lugar de todos os perigos, físicos e morais” (Ascher, 2010: 75). De facto, “a nossa época não é mais perigosa – não é mais arriscada – do que as épocas anteriores, mas o equilíbrio entre riscos e perigos alterou-se” (Giddens, 2000: 42). Na verdade as cidades produzem riscos concretos, pois ao desenvolverem-se criam desequilíbrios e cada espaço gera e reproduz determinados riscos em diferentes graus de profundidade, potenciando sentimentos de insegurança que são construídos a partir de experiências individuais de vitimização e/ou de experiências coletivamente partilhadas, que

---

<sup>50</sup> As intervenções abrangiam obras de conservação ordinária e extraordinária nas zonas da Alta e da Baixa.

<sup>51</sup> Obras de conservação e beneficiação ordinária e extraordinária das partes comuns de edifícios antigos, na Couraça dos Apóstolos e Rua das Flores.

<sup>52</sup> Visava a revitalização de certas zonas de forte atividade comercial em declínio, na zona da Baixa, no Mercado Municipal D. Pedro V e no Centro Comercial Sofia,

<sup>53</sup> Abrangia um conjunto de ações: elaboração dos Planos de Pormenor e realização das diversas fases do Parque Verde, reestruturação viária e urbana (incluindo a requalificação do espaço público da Av. Inês de Castro e da Av. João das Regras e o desnivelamento/variante à Av. João das Regras), bem como o Parque de Ciência, Cultura e Lazer e a recuperação, restauro e valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

<sup>54</sup> Este programa fornece gratuitamente material de pintura (primário, tinta ou cal) destinando-se ao tratamento de fachadas, isentando do pagamento das taxas e licenças de ocupação do espaço público para a montagem dos andaimes/tapumes, destinou-se às zonas da Alta e da Baixa.



nem sempre são reais. Por vezes os indicadores relativos à insegurança urbana são exacerbados na medida em que, sobretudo quando se trata de uma população que devido à idade avançada e que vive em habitações que não estão adaptadas à sua condição física (exiguidade do espaço, escadas muito íngremes, casas de banho pouco funcionais, entre outros), estando mais expostas a uma morte que resulta de uma queda, do que a uma morte que resulta de um ato violento. Como Paulo Peixoto afirma os “riscos, as ameaças e as violências que pairam sobre o mundo urbano e o facto de o termo ser facilmente compreensível e assimilável propiciam, por um lado, uma nítida instrumentalização da insegurança para fins políticos [e] por outro lado, uma instrumentalização para fins mediáticos” (Peixoto, 2006: 202-203).

Neste sentido, a Câmara Municipal de Coimbra, montou no ano 2009 um sistema de videovigilância composto por 17 câmaras (12 para vigilância de pessoas e 5 para o tráfego) que funciona entre as 21h00 e as 7h00, nas zonas da Baixa e da Alta, por considerar que a segurança de pessoas e bens constitui um fator chave em qualquer núcleo urbano, essencialmente por serem zonas com poucos residentes e as ruas se apresentam habitualmente desertas no período noturno. Com esta medida pretendia aumentar a perceção de segurança e a segurança efetiva, criar formas de impedir a fuga da população do centro e diminuir a criminalidade. Mas, como salienta Michel Foucault, estes “mecanismos de poder [encarregam-se] de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância” (Foucault, 2009: 75-76), que podem levar a que “além da insegurança, [seja] possível que desapareçam também das cidades as principais atrações da vida urbana, como a espontaneidade, a maleabilidade, a capacidade que a caracterizam de surpreender e de ser ocasião de aventura” (Bauman, 2006: 65).

No ano de 2010, a CMC procedeu à beneficiação e conservação de passeios, em calçada em arruamentos em diversas freguesias do Concelho, onde se incluem as Freguesias de Santa Cruz, São Bartolomeu e Sé Nova, o objetivo consistia na melhoria das condições de comodidade e segurança na circulação pedonal, procedendo igualmente ao rebaixamento dos lances junto às passagens pedonais, de modo a facilitar a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, tendo sido executados cerca de 5.144 m<sup>2</sup> de pavimentos em

calçada e assentes cerca 629 metros de lancil. No mesmo ano, a CMC procedeu à semaforização de cruzamentos e controlo de velocidade em diversos locais do Concelho, de entre os quais de destaca a Rua D. Manuel I e a Avenida Armando Gonçalves da Freguesia de Santo António dos Olivais, a Avenida Fernão de Magalhães na freguesia de Santa Cruz e a Avenida da Guarda Inglesa na freguesia de Santa Clara. Esta medida visou atenuar o significativo aumento do volume de tráfego, que consistiu num agravamento de pontos de conflito em diversas artérias existentes na cidade, bem como na saturação das vias principais de acesso ao espaço urbano interior.

A CMC lançou ainda um conjunto de iniciativas direcionadas aos idosos e/ou à população em situação de vulnerabilidade social. O projeto “Croché Social” que consistia na promoção do bem-estar dos utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social recorrendo a pequenas intervenções artísticas, para promover a autoestima de forma ligar as pessoas recorrendo a dinâmicas positivas, fomentando a participação de indivíduos de formação e situação socioeconómica distinta, recorrendo ao valor principal que é o da partilha de recursos e o estabelecimento de uma relação afetiva entre as pessoas e o espaço em que se movimentam e habitam. O projeto “Velhos Amigos, Novos Sorrisos” que tinha como objetivo suprimir algumas das necessidades básicas da população com 65 e mais anos em situação de solidão, dependência e/ou isolamento de uma forma geral e pessoas que embora não enquadradas na faixa etária descrita, por motivos de doença sejam dependentes e com limitações graves a nível físico e/ou psíquico, consistindo na criação de um grupo de voluntários que, de forma coordenada e junto dos idosos, os apoiavam nas tarefas do dia-a-dia<sup>55</sup>. O projeto “Uma mesa para os avós” consistia em suprimir uma das necessidades mais básicas da população idosa carenciada, isolada e sem suporte familiar, tratando-se de um programa de apoio domiciliário tinha como função a distribuição de refeições ao domicílio aos fins-de-semana e feriados. O projeto “Teleassistência ao Domicílio” tinha como objetivo apoiar a população idosa do concelho com a implementação de uma central de assistência permanente, pronta a responder a qualquer situação de emergência, 24h por dia,

---

<sup>55</sup> No acesso a infraestruturas básicas de saúde, religiosas e de lazer, etc.; facilitar o relacionamento na comunidade; contribuir para a estabilidade emocional e de segurança; proporcionar momentos de lazer e ocupação. No domicílio: através da leitura, escrever cartas, preenchimento de documentação, organização de documentos, conversar. No exterior: acompanhar aos CTT, ir à igreja, ao banco, ao médico, fazer exames médicos, ao museu, a casa de amigos ou familiares, à farmácia, ou simplesmente passear.

através de um sistema de comunicação rápido e seguro, que consistia na instalação de um equipamento na linha de telefone fixo e que permitia acionar, através de uma chamada telefónica, um conjunto de serviços<sup>56</sup>.

A CMC promoveu ainda o “Encontro Inter-Generacional do Município de Coimbra” no Parque Manuel Braga que tinha como público-alvo os utentes das IPSS do concelho de Coimbra com respostas sociais de Centro de Convívio, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Lar e as crianças dos Jardins de Infância da Rede Solidária do concelho de Coimbra, tendo como objetivo diminuir o isolamento da população idosa através de uma vida ativa, assim como permitir e partilhar contatos com outras pessoas quebrando rituais do dia-a-dia e convivendo com as crianças, permitindo contribuir para que as crianças convivam com os idosos e troquem experiências passando um dia agradável na sua companhia. Outra iniciativa no mesmo âmbito, consistiu no “Chá das Cinco” no Museu Militar de Santa Clara, associada ao programa da Queima das Fitas que visava promover a solidariedade e o convívio entre jovens e seniores. Esta iniciativa foi dirigida também a IPSS que desenvolvem respostas sociais nos Centros de Dia, Centros de Convívio, Lares e Serviço de Apoio Domiciliário, assim como aos seniores que usufruíam do serviço de teleassistência.

De assinalar, que no ano 2013 Coimbra foi distinguida pela União Europeia (UE) com a classificação de cidade e região referência, a nível europeu, para o Envelhecimento Ativo e Saudável. Esta distinção foi aprovada durante o encontro European Innovation Partnership on Active and Healthy Ageing, projeto-piloto da UE de inovação para o envelhecimento ativo e saudável, que visa aumentar a esperança média de vida saudável dos europeus por dois anos, em 2020, através da melhoria da saúde e qualidade de vida e da garantia da sustentabilidade dos sistemas de cuidados de saúde e sociais. A cidade e região de Coimbra é a única área portuguesa classificada com esta distinção e passa a estar incluída no conjunto de 32 regiões europeias de referência para o Envelhecimento Ativo e Saudável. A

---

<sup>56</sup> Envio urgente de médicos, enfermeiros, ambulâncias, polícia, bombeiros, contactos com familiares, amigos ou outras pessoas, bem como, combater a solidão; assessoria médica por telefone, informação sobre unidades de saúde e farmácias de serviço; envio de profissionais para a resolução de avarias domésticas; apoio psicológico e jurídico presencialmente ou por telefone, por parte da "Humana Global" (Organização Não Governamental (ONG) que colabora com a CMC).

candidatura de Coimbra, foi coordenada pelo Doutor João Malva, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (UC) e envolveu a parceria institucional entre a Câmara Municipal, a UC, o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, a Administração Regional de Saúde do Centro e o Instituto Pedro Nunes. Segundo o Dr. João Paulo Barbosa de Melo este “galardão confirma os argumentos de que a cidade dispõe, em termos de qualidade de vida, de serviços de saúde, de equipamentos e infraestruturas desportivas e de serviços municipais de apoio aos idosos, entre outros”.

#### **4. 4. A importância que os SMTUC assumem na mobilidade da população**

Inserido no Programa POLIS a CMC e os SMTUC implementaram conjuntamente um sistema de transportes essencialmente vocacionado para uma população envelhecida com problemas de locomoção, como é o caso da população residente na zona da Alta da cidade, onde as ruas são muito estreitas, sinuosas e de declives muito acentuados, com o objetivo de melhorar a mobilidade da população residentes na zona histórica, a qualidade de vida e ainda como incentivo à fixação de novos residentes. Desta forma, condicionou-se o acesso de viaturas particulares a esta zona nas entradas com a colocação de pilares retráteis com acionamento controlado por cartão apenas fornecido aos moradores e transportes públicos (ver figura n.º 5, no anexo 28), com a clara intenção de preservar o ambiente e ainda para uma melhor gestão da via pública quanto ao estacionamento, desocupando esse espaço de forma a permitir a locomoção pedonal.

Criou-se a “Linha Azul<sup>57</sup>” de transporte coletivo de passageiros de forma a facilitar o acesso às pessoas idosas e/ou de mobilidade reduzida, utilizando para o efeito uma viatura isenta de emissões de produtos de combustão e apta a circular em ruas muito estreitas: um mini-autocarro elétrico que “batizaram” de “Pantufinhas<sup>58</sup>”. A introdução dos mini-autocarros elétricos “Gulliver” em Coimbra, em setembro de 2003, foi pioneira no país, já que apenas em 2004 se criou um circuito em Portalegre, sendo igualmente adotado em Bragança, Viseu e Viana do Castelo em 2005. Este circuito funciona na zona histórica do centro da Cidade sem paragens previamente estabelecidas (parando em qualquer local a

---

<sup>57</sup> O conceito de “Linha Azul” nasceu na cidade de Bordéus, em França, e consiste num circuito intraurbano para autocarros que se encontra sinalizado no pavimento por uma linha azul.

<sup>58</sup> Devido ao facto de ser silencioso.

pedido dos utentes), tem uma frequência de 10 minutos e um tarifário idêntico ao praticado na restante rede de transportes (o que permite uma maior rentabilidade, já que é acessível à restante população, onde se incluem também os turistas que visitam esta zona da cidade), sendo gratuito apenas para os habitantes da zona da Alta da cidade.

O “Pantufinhas” efetua um percurso de 2,4 Km, iniciando a carreira na Portagem, seguindo para a Câmara Municipal em direção ao Mercado Municipal D. Pedro V, dirigindo-se à Sé Velha, descendo a Rua da Alegria e regressando novamente à Portagem (como se pode verificar no flyer<sup>59</sup> do anexo 29). Tem lotação para 20 pessoas, permitindo que apenas 10 pessoas viagem sentadas, inclui ainda uma rampa e apenas local para uma cadeira de rodas (como se pode constatar nas figuras 6 e 7, nos anexos 30 e 31).

De pequena dimensão, que lhe permite circular em meios urbanos com vias estreitas, nomeadamente nas zonas históricas, o “Pantufinhas” tem 5,30 metros de comprimento, 2,07 metros de largura e 2,75 metros de altura, apresenta um desempenho de 33 Km/h de velocidade máxima, tem um motor elétrico com 2 baterias de chumbo com carga para circular 5 a 6 horas seguidas. Esta viatura apresenta algumas vantagens que devem ser sublinhadas, tais como: a contribuição para a redução de impactos ambientais negativos, a fácil adaptação à circulação em ruas estreitas, apresentando uma maior mobilidade e flexibilidade do que outras viaturas de maiores dimensões no planeamento de percursos alternativos, na adaptabilidade aos desvios ocasionais devido a perturbações na via e na lotação significativa para um tamanho tão reduzido.

Com o intuito de avaliar a opinião dos utilizadores do “Pantufinhas”, os SMTUC aplicaram dois inquéritos, o primeiro em janeiro de 2004 e o segundo em junho do mesmo ano, estruturado em três partes distintas: a primeira consistia em perceber a opinião do inquirido quanto ao veículo; a segunda pretendia indagar quanto ao uso de energias alternativas; e na terceira pretendia-se caracterizar os utilizadores quanto à regularidade da utilização da carreira, tipo de título utilizado e motivo que está na origem da sua utilização (ver anexo 32).

---

<sup>59</sup> De forma a diferenciar o percurso foram criadas cinco zonas distintas: Zona 1 (vermelha) – entre a Portagem e a Câmara Municipal de Coimbra; Zona 2 (amarela) – entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Mercado Municipal D. Pedro V; Zona 3 (verde) – entre o Mercado Municipal D. Pedro V e a Sé Velha; Zona 4 (azul) – entre a Sé Velha e a Rua da Alegria; Zona 5 (cinzenta) – entre a Rua da Alegria e a Portagem.

Da análise dos valores apresentados, conclui-se que a opinião dos utentes é bastante positiva quanto às características do veículo, sendo a média dos dois inquéritos de 4,4 num máximo de 5, pese embora o “Nível de Ventilação” que apresenta, na segunda fase do inquérito, uma queda significativa que se prende com o facto o mini-autocarro não estar equipado com ar condicionado, uma vez que se trata de um veículo elétrico e que esta característica iria aumentar o seu consumo, prejudicando a sua autonomia. Quanto ao funcionamento da carreira num aspeto global, foi dada pelos utentes uma qualificação média de 4,6 num máximo de 5, o que sugere um grau de satisfação elevado face ao serviço prestado.

Cerca de 63,5% dos inquiridos utiliza esta carreira mais de cinco vezes por semana, tendo esta tendência aumentado na segunda fase de inquéritos, constatando-se que o motivo da viagem se deve maioritariamente a necessidades ocasionais (85%), o que reflete o preenchimento de um serviço inexistente. Esta carreira serve principalmente pessoas com mais de 65 anos (50%), já que 25% dos utilizadores se situam na faixa etária dos 51 aos 65 anos e os outros 24,5% se encontram nas faixas etárias dos 19 aos 26 anos (6,5%), dos 26 aos 35 anos (4%) e dos 36 aos 50 anos (14%), constatando-se ainda que na faixa etária dos 12 aos 18 anos a percentagem é residual (0,5%) e que não se verificou nenhuma utilização por parte de utilizadores com idades inferiores a 12 anos. Quanto à distribuição por género constatou-se ser relativamente equilibrada, existindo no entanto uma maior utilização deste serviço pelo sexo feminino (59%).

O preenchimento do “Registo de Ocupação Diária do Pantufinhas” pelos inquiridores, permitiu ainda chegar à seguinte repartição de entradas e saídas de passageiros por zona que se pode verificar nos gráficos 1 e 2, no anexo 33. Da análise dos gráficos, constata-se que a maioria dos utilizadores entra no percurso compreendido entre a Portagem e a Câmara Municipal (43%), que 33% de utilizadores entra no percurso compreendido entre a Câmara Municipal e o Mercado Municipal D. Pedro V e que a menor percentagem se encontra na Rua da Alegria com 3% dos utilizadores, o que evidencia uma grande utilização que se destina ao Mercado Municipal D. Pedro V e à Sé Velha. Como se pode constatar na repartição de saída de passageiros por zona, que nos permite verificar que o valor mais elevado quanto à saída de utilizadores da viatura se situa no percurso compreendido entre o Mercado Municipal D. Pedro V e a Sé Velha (34%), seguido pelos

utilizadores que saem entre a Sé Velha e a Rua da Alegria (29%) e que a Rua da Alegria detém novamente o valor mais baixo (9%).

No ano 2011, os SMTUC efetuaram uma análise quanto aos títulos utilizados pelos utentes da “Linha Azul” que se apresenta no quadro 23, no anexo 34. Da análise da tabela é possível constatar que 75,5% do total de utilizadores da “Linha Azul” utiliza o cartão de residente, 19,4% utiliza passe, 3,9% viaja com pré-comprado e apenas 1,2% adquire bilhete de bordo, o que evidencia a grande procura deste transporte pelos habitantes das zonas envolventes e a necessidade de um serviço de transportes públicos para esta população.

Inserido igualmente no Programa POLIS, no ano 2001, é inaugurado o Elevador do Mercado que liga a Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes (junto ao Mercado Municipal D. Pedro V) e a Rua Padre António Vieira, num percurso misto composto por um elevador vertical nos primeiros 20 metros e por um elevador em plano inclinado até ao topo, aos 51 metros. Constitui uma estrutura fundamental para a deslocação das pessoas entre a Baixa de Coimbra e a Alta e devido à sua localização estratégica (ver figuras n.ºs 8 e 9, no anexo 35). O elevador destina-se a todos os utentes das carreiras regulares dos SMTUC, no entanto todos os munícipes recenseados e residentes na zona da Alta podem viajar gratuitamente mediante a apresentação aos ascensoristas, do passe social especial<sup>60</sup> “Centro Histórico<sup>61</sup>”, com carregamento gratuito.

Os SMTUC são uma estrutura municipal vocacionados para assegurar o serviço público de transporte rodoviário de passageiros no município de Coimbra e têm como missão garantir uma oferta de transporte público adequado às necessidades da população e ao desenvolvimento ações que privilegiam a excelente opção de uso do transporte público. Segundo os dados do recenseamento geral da população do INE o concelho de Coimbra tinha, no ano 2011, uma população residente de 143.396 e 149.425 de população presente,

---

<sup>60</sup> Este passe permite também o acesso gratuito à Linha Azul.

<sup>61</sup> Para o efeito é necessária a apresentação de uma declaração das Juntas de Freguesia atestando o recenseamento e a residência. Junta de Freguesia de Almedina, tendo como limites a Couraça de Lisboa, Rua da Estrela, Rua Fernandes Tomás, Rua de Sobre Ripas, Rua de São João, Rua de São Pedro e Rua da Alegria (até ao n.º 99); Junta de Freguesia da Sé Nova, tendo como limite a Couraça dos Apóstolos, incluindo-se também a Rua Padre António Vieira desde a confluência da Couraça dos Apóstolos até ao edifício da Polícia Municipal (n.º 10A inclusive); e Junta de Freguesia de São Bartolomeu, apenas para os residentes na Rua do Colégio Novo.

que em muito se fica a dever aos estudantes que habitam na cidade em tempo de aulas, apresentando uma grande dispersão das áreas residenciais e uma forte presença de população não residente que leva a importantes movimentos pendulares, como se pode verificar no mapa 4, do anexo 36.

A importância crescente que assume a mobilidade, nas últimas décadas, a comodidade e a segurança, orientou os SMTUC num esforço acrescido, tendo em vista, a melhoria dos padrões de mobilidade de uma população muito heterogénea, pois, se por um lado, o município de Coimbra, apresenta uma população envelhecida que habita, maioritariamente no centro da cidade, por outro lado, possui também uma larga franja de população flutuante, muito jovem, que habita a cidade durante grande parte do ano (estudantes), atuando ainda como centro polarizador de uma larga franja da população em idade ativa que trabalha essencialmente na área dos serviços (escolas e hospitais) e um grande número de doentes que se deslocam diariamente do exterior da cidade para os dois hospitais centrais. Desta forma, a frota dos SMTUC têm-se renovado, dentro do possível, exigindo um esforço crescente, por parte da CMC e dos SMTUC quanto ao número e diversidade das viaturas que compõem a frota. Assim, no ano 2013, a frota era composta por 116 viaturas urbanas (8 mini-autocarros, 22 autocarros médios, 85 autocarros standard e 1 autocarro articulado), 4 carrinhas transporte especial, 3 mini-autocarros elétricos Gulliver, de entre as quais se destacam 41 com piso rebaixado (Low Floor), como se pode constatar na figura 10 no anexo 37, 30 com entrada rebaixada (Low Entry), 27 que permitem o uso de utentes em cadeiras de rodas com rampa de acesso (autocarro “Cito” e “Pantufinhas”), como nos mostra a figura 11 no anexo 38, do autocarro Cito, 33 com o sistema de ajoelamento em que o autocarro se inclina em direção ao passeio, como se pode verificar na figura 12, no anexo 39, com ar condicionado. De salientar, que os autocarros com piso rebaixado, entrada rebaixada, rampa de acesso, exceto o Pantufinhas, e com sistema de ajoelamento efetuam, por norma, as carreiras dos hospitais e dos centros de saúde.



## 5. PROBLEMÁTICA

### 5. 1. Fundamentação

Assumirmo-nos como investigadores, implica posicionarmo-nos na nossa investigação com todas as nossas características pessoais, utilizar a nossa sensibilidade para encontrar pistas que nos guiem e caminhar (per)seguindo vestígios com o intuito de valorizar os pormenores. Todo o trabalho de construção teórica e empírica em torno dos idosos que habitam na zona antiga da Alta e da Baixa da cidade de Coimbra implicou um processo constante de escolhas epistemológicas que, entre avanços e retrocessos, conduziram ao conjunto de ilações apresentadas nesta dissertação. A identificação pessoal<sup>62</sup> com o objeto de estudo e a constatação de que todos caminhamos no mesmo sentido, porque todos os dias envelhecemos, significa que as preocupações sobre os idosos não dizem respeito apenas a eles mas que se referem igualmente a nós, porque partilhando o mesmo espaço social, cultural e político, podemos antever no seu presente o que, muito provavelmente, encontraremos no nosso futuro.

Para Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt a problemática, ou problematização, assenta, num primeiro momento, no balanço efetuado entre as diversas problemáticas, elucidando os seus pressupostos, comparando-os, refletindo nas suas implicações metodológicas. Num segundo momento, escolhe-se e constrói-se a problemática elaborando-se “progressivamente em função da dinâmica própria do trabalho de investigação, apoiando-se nesse confronto crítico das diversas perspetivas que se afiguram possíveis” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 90). Ou seja, “na prática, construir a (...) problemática equivale a formular os principais pontos de referência teóricos da sua investigação; a pergunta que estrutura finalmente o trabalho, os conceitos fundamentais e as ideias gerais que inspirarão a análise” (*ibidem*).

---

<sup>62</sup> Pelo facto de os meus pais, se fossem vivos, se encontrarem na mesma faixa etária da população-alvo, a minha mãe teria 91 anos e o meu pai 88 anos. A minha identificação com esta problemática vai para além de um simples estudo, pois, para além de aumentar a saudade que deles tenho, acresce o facto de sentir que os problemas que os idosos vivenciam todos os dias também seriam, muito provavelmente, extensíveis a eles.

Segundo os mesmos autores a “problemática é uma etapa-charneira da investigação” (*idem*: 89), que adotamos para que possamos tratar o problema formulado pela questão de partida, que se situa entre a rutura e a construção que nos permite interrogar os fenómenos estudados. Desta forma, a problemática do nosso estudo desenrolou-se em torno das seguintes questões: Será Coimbra uma *cidade amiga dos idosos*? Que configuração e conteúdo têm as políticas locais direcionadas para os idosos? Que alterações ocorreram no quotidiano dos idosos após a implementação de diversos programas pela CMC quanto à sua qualidade de vida? Pois, como os autores afirmam “uma boa pergunta de partida deve poder ser tratada, isto significa que se deve poder trabalhar eficazmente a partir dela e, em particular, deve ser possível fornecer elementos para lhe responder [ou seja,] terá de ser unívoca e tão concisa quanto possível” (*idem*: 34-36).

Como acima constatámos, o país está a envelhecer e Coimbra também não foge a esta realidade, torna-se então pertinente perceber, ao nível local, que papéis têm as políticas adotadas pela CMC, através da implementação de diversos programas e que impacto tiveram na qualidade de vida destes cidadãos. Consideramos ser fulcral perceber na primeira pessoa quais as alterações que estas medidas trouxeram, trazem ou podem vir a assumir, pois é através dos relatos dos idosos que vivenciam estes espaços diariamente que se podem tirar ilações para perceber se as medidas adotadas foram proporcionais às suas expectativas e/ou necessidades, ou se, por outro lado, os confinaram ainda mais ao seu espaço residencial.

No que respeita aos procedimentos metodológicos, tendo em conta o conhecimento aprofundado desta problemática adquirido ao longo das leituras efetuadas previamente, sem a pretensão de extrapolar os resultados obtidos para outras populações que não a estudada e não ambicionando uma representatividade estatística, optou-se por se recorrer a entrevistas semidiretivas, privilegiando-se uma abordagem micro, utilizando-se uma metodologia qualitativa, como principal instrumento de recolha de dados. Esta técnica assenta numa troca de pontos de vista entre entrevistador e entrevistado, sobre um tema de mútuo interesse, permitindo recolher os testemunhos e as opiniões dos indivíduos, baseados nas suas crenças, nos seus sentimentos, nas suas experiências e nos seus saberes, que valorizam e dão sentido à descrição do fenómeno. Como Luc Albarello et al afirmam, “trata-se de

fazer com que o interlocutor se exprima o mais livremente possível e forneça as informações mais completas e precisas sobre o assunto tratado”, porque nos permite que o entrevistado nos preste informações “sobre o pensamento da pessoa que fala e, secundariamente, sobre a realidade que é objeto do discurso” (Albarello *et al*, 2011: 85-86).

Assim, a pesquisa centrou-se no testemunho do idoso e na exposição da sua história de vida procurando traçar uma perspectiva diacrónica que nos permitisse compreender os processos de interação familiar no passado e no presente, tendo, no entanto, a consciência de que a sua narrativa é sempre articulada em função da interpretação que dá dos acontecimentos e das diferentes trajetórias vivenciadas por cada um, que poderão não incorporar no seu discurso determinados factos ou condições que lhe tenham passado despercebidas ou que ele, conscientemente ou inconscientemente, rejeite. Segundo Luc Albarello *et al*, “o relato de vida permanece uma história singular, é sempre uma história única, mas essa história individualiza a história social coletiva de um grupo ou de uma classe, é ao mesmo tempo o produto e a expressão dessa classe” (*idem*: 207). Também existe a possibilidade, como nos alerta Henri Peretz, que no decurso de uma entrevista “as pessoas [possam] formular respostas contrárias ao seu comportamento habitual e pronunciarem-se ou sentirem-se obrigadas a adotar pontos de vista conformes ao que pensam ser a expectativa do inquiridor ou ao que parece convir à opinião corrente” (Peretz, 2000: 24).

Desta forma, o significado atribuído pelo entrevistado a situações ou factos, evidenciam a sua importância, a partir do momento em que são percebidas e interpretadas, podendo condicionar a sua atuação, pois a pluralidade de opiniões sobre um mesmo tema pode diferir substancialmente. É neste sentido que consideramos que este trabalho funciona como uma exploração da diversidade de opiniões e situações sobre um mesmo tema, porque cada entrevista pode transportar-nos para um novo cenário, mesmo quando os idosos manifestam semelhantes opiniões, pois estas podem reportar-se a diferentes contextos e trajetórias. Frequentemente os idosos interpretam as mesmas questões de diferentes formas, ou seja, cada um a interpreta à sua maneira, decorrendo deste facto é possível que a resposta faça surgir novos elementos em cada entrevista. Neste caso, compete ao entrevistador ter uma capacidade de adaptação que lhe permita contextualizar

toda a informação e dela tirar o melhor proveito, devendo “tomar resolutamente a decisão de não se deixar intimidar pelos resultados que levam as suas investigações, se forem metodologicamente conduzidas” (Durkheim, 1980: 7).

A conceitualização é uma das dimensões essenciais para a construção de um modelo de análise, “sem ela é impossível imaginar um trabalho que não se torne vago, impreciso e arbitrário, (...) é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstrata que visa dar conta do real” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 111, 121). Para os autores “construir um conceito é precisar os indicadores graças aos quais as dimensões poderão ser medidas. O seu objetivo é conduzir-nos ao real e confrontar-nos com ele. Os indicadores são manifestações objetivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito” (*idem*: 122). Tendo em conta o que anteriormente foi dito, os conceitos são: idosos (pessoas com 65 anos ou mais); qualidade de vida; mobilidade; sedentarização; relações sociais de vizinhança; meio envolvente amigo do idoso; equipamentos (Elevador da Alta/Pantufinhas); centro histórico; políticas públicas; isolamento.

Segundo os mesmos autores, os conceitos por si só, não nos permitem analisar os fenómenos, sendo esta função garantida pelas hipóteses, desde que se apresente “sob a forma de preposições de resposta às perguntas postas pelo investigador”, pois elas constituem, de alguma forma, a “respostas provisórias e relativamente sumárias que guiarão o trabalho de recolha e análise dos dados e que terão, por sua vez, de ser testadas, corrigidas e aprofundadas por ele” (*idem*: 111). Quer isto dizer, que para estudar um fenómeno concreto é necessário que a hipótese estabeleça uma relação entre dois conceitos.

A melhor forma de conduzir uma investigação ordenada e rigorosa, assenta na construção da(s) hipótese(s) de trabalho, porque esta(s) fornecem-nos critérios para seleccionar e recolher dados pertinentes relativos a um determinado assunto de entre uma infinidade de dados. Como Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt enfatizam a “hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente, [pois elas dão] amplitude e asseguram a coerência entre as partes

do trabalho” (*idem*: 119-120). Assim, esta investigação assenta em torno das seguintes hipóteses:

1) A análise das trajetórias quotidianas dos idosos é fundamental para perceber as suas vivências e expetativas. A concentração de idosos nas zonas antigas da cidade intensifica as relações de vizinhança e os laços de solidariedade entre si. As relações de vizinhança estruturam a vida quotidiana dos idosos. Com esta hipótese pretende-se perceber se os idosos utilizam espaços de socialização no quotidiano, no que concerne às relações de vizinhança e à maior ou menor utilização de espaços verdes.

2) As dificuldades que os idosos sentem no meio em que vivem, provocam um grande impacto sobre a mobilidade e a qualidade de vida. Os idosos, no seu quotidiano, utilizam os meios de transporte ao seu dispor, basicamente para adquirir bens essenciais e nas deslocações ligadas com a saúde. Esta hipótese permite-nos compreender a relação que os idosos têm com ambientes exteriores às habitações (praças públicas, locais onde efetuam compras, etc.), na medida em que estes exercem um impacto essencial à mobilidade, à independência e à qualidade de vida. Entender as dificuldades que sentem quando se movimentam na cidade no que se refere aos passeios (estreitos, desnivelados, rachados, com bermas altas, congestionados ou com obstáculos), aos semáforos (sinais sonoros e visuais) e às passadeiras que representam perigos potenciais e afetam a capacidade dos idosos para se movimentarem. Perceber a facilidade ou dificuldade que sentem na utilização dos transportes públicos, quanto à acessibilidade, aos preços, à localização das paragens, aos lugares prioritários e a autocarros com piso rebaixado ou rampas de acesso.

3) O envelhecimento da população e a concentração de idosos em zonas urbanas sujeitas a processos de desvalorização funcional e simbólica tem originado políticas públicas especificamente dirigidas a esse segmento populacional. Em Coimbra, essas políticas públicas têm sido concentradas, particularmente, nas zonas da Alta e da Baixa da cidade. Com esta hipótese pretende-se perceber em que medida as políticas públicas incidiram sobre a melhoria das habitações e se estas se adequam às necessidades dos idosos (possuem superfícies planas, são suficientemente amplas de forma a possibilitar a mobilidade e se as cozinhas e casas de banho têm uma disposição apropriada). No que concerne aos edifícios

públicos, perceber que grau de dificuldade ou facilidade sentem os idosos na sua utilização quanto à acessibilidade (elevadores, escadas rolantes, rampas, portas e passagens largas, escadas adequadas não demasiado altas nem íngremes com corrimãos, pavimentos antiderrapantes, zonas de descanso com bancos confortáveis, sinalização adequada).

4) A tendência para a segregação espacial dos idosos tende a gerar sentimentos de insegurança que confina os idosos a práticas marcadas pela domesticidade e pelo isolamento residencial. Este fenómeno é particularmente marcante nos casos dos idosos que vivem sozinhos, e ainda mais quando se trata de idosas. Esta hipótese deve fornecer dados que nos permitam compreender a relação que os idosos têm com a cidade no que respeita à segurança que sentem em suas casas e nas deslocações diurnas ou noturnas (iluminação pública, violência, criminalidade) e iniciativas de Organizações Públicas ou de IPSS que desenvolvam respostas sociais nos Centros de Dia, Centros de Convívio, Lar e Serviço de Apoio Domiciliário.

## **5. 2. Caraterização dos entrevistados**

Esta pesquisa circunscreveu-se geograficamente à zona da Alta à qual pertencem as juntas de freguesia de Almedina e Sé Nova e à zona da Baixa com as juntas de freguesia de Santa Cruz e de São Bartolomeu. A seleção da população a entrevistar incidiu sobre os idosos com mais de 65 anos, existindo, no entanto, a preocupação de escolher quem possuísse boa capacidade de comunicação, compreensão e aptidões físicas para se deslocar com relativa facilidade. Dado que a amplitude de idades que caracteriza esta faixa etária é muito extensa (a partir dos 65 anos) optou-se por restringir a nossa amostra, de forma a conseguir, dentro do possível, uniformizar os padrões de vida desta geração, apesar de o estudo incidir sobre o total da população idosa, é aqui que o todo “em larga medida, forma a parte; por conseguinte, é impossível procurar explicar o todo sem explicar a parte, pelo menos por via indireta” (Durkheim, 1970: 289) como é o caso. Desta forma, realizaram-se 10 entrevistas a idosos com idades entre os 79 e 91 os anos de idade, sendo composta por 5 mulheres e 5 homens. A heterogeneidade entre os sujeitos e os seus espaços não nos deve fazer esquecer que grande parte destes homens e mulheres não nasceram nestas freguesias, pois apenas uma idosa é natural de Coimbra. A dispersão de origem é muito grande, sendo estes

“conimbricenses” oriundos essencialmente da zona Centro (80%) e Norte do país (20%), existindo uma clara predominância do distrito de Coimbra (50%), seguido de Vila Real (20%) e Guarda (20%) e, por último, Aveiro (10%). Ou seja, os “locais” das 4 freguesias apresentam apenas 10% do total de idosos. Residindo, em média, há 50 anos na zona, estes idosos, com uma idade média de 84,4 anos, carregam nas suas histórias de vida, maioritariamente, a expressão dos fatores de desfavorecimento social. Ou seja, 90% não melhoraram a condição adquirida à nascença: 70% mantiveram-se na classe baixa, 10% na classe média, 10% na classe média alta e apenas 10% passou da classe baixa para a classe média. Uma parte significativa são solteiros (40%), 30% são casados, 20% são viúvos e 10% são divorciados. 30% são analfabetos ou sabem ler ou escrever mas sem ter concluído a 4.<sup>a</sup> classe, 60% concluiu a 4.<sup>a</sup> classe e apenas 10% tem um grau académico do ensino superior. 30% vivem de uma pensão social de sobrevivência e 70% recebem reforma. Todos os inquiridos (100%), revelaram a existência de algumas dificuldades associadas à sua mobilidade, essencialmente na zona da Alta. 50% declarou não frequentar locais de lazer. A maioria (70%) vive só e apenas 30% vive acompanhado apenas pelo cônjuge. Ou seja, todas as idosas vivem sós, 3 solteiras, 1 viúva e 1 divorciada. Dos idosos, 3 vivem com as suas esposas, 1 é viúvo e 1 é solteiro. 50% não tem familiares a viver perto, 40% tem os filhos a viver na cidade e apenas 10% tem o filho a viver perto de si. 90% utiliza os transportes públicos, 90% utiliza o Pantufinhas e 80% utiliza o Elevador. 60% frequenta um Centro de Dia, 30% não frequenta e 10% têm apoio domiciliário.

### **5. 3. Análise e discussão das entrevistas**

É universalmente aceite que família é o lugar privilegiado no cuidado informal e nas trocas intergeracionais, pois uma das principais funções da família é a solidariedade. Por conseguinte, a família assume um importante papel no suporte para o idoso. No entanto, os resultados obtidos nas entrevistas efetuadas revelam que prevalece um afastamento físico geracional, já identificado por Boaventura de Sousa Santos (1993) quando nos fala da desterritorialização das relações sociais, que correspondem ao domínio das situações em que os filhos ou outros familiares se encontram maioritariamente fora da zona de residência dos inquiridos, noutra local da cidade ou mesmo fora desta, exceto no caso de Alice, uma vez que o filho habita na mesma rua:

Sou viúva e agora vivo só, casei por amor, vivi com o meu marido 60 anos menos 9 dias, apesar de o meu filho viver na mesma rua, duas casas acima da minha. Vejo o meu filho todos os dias da semana quando ele me leva à missa de manhã ou para ir a consultas. A minha nora também é muito minha amiga, nem às compras preciso de ir, eles fazem tudo. Também tenho um neto a viver no Norton de Matos, mas raramente o vejo. Os meus irmãos já faleceram todos e com o tempo perdi todo o contacto com a restante família.

José Maria vive com a esposa, não teve filhos, não tem nenhum familiar a viver perto de si e perdeu todo o contacto com a família “Os mais velhos que conhecia melhor já morreram e os mais novos ou imigraram ou vivem muito longe, já não estou com ninguém há muitos anos, é pena, enfim...”.

Maria divorciou-se há 50 anos, teve uma filha. Agora vive só, mas já viveu em casa da filha para cuidar da neta, porque a filha é professora e dava aulas noutras localidades. Este é um dos dados, que aparece com uma expressão residual, no que respeita aos compromissos familiares, ou seja, nas tarefas ligadas com os filhos e os netos, ainda que no passado. Com efeito, estas tarefas apareceram com uma expressão congruente quer com a fraca referência à intergeracionalidade no discurso dos inquiridos, quer com a inexistência de idosos que vivem com filhos:

Vivi em casa da minha filha desde que a minha neta tinha 3 meses até fazer 14 anos. Depois tive de me vir embora porque o meu genro tem mau feitio e não me queria lá em casa. Agora vou todos os dias da semana a casa dela, na Quinta de S. Jerónimo. Quando saio do Centro de Dia a carrinha vai-me lá pôr e depois a minha filha vai-me levar a casa. Não tenho outros familiares a viver perto de mim. Eramos 7 irmãos, agora já morreram 3 e os outros imigraram e ficaram por lá, raramente tenho notícias deles. Quanto ao resto da família já perdi todo o contacto há muitos anos.

Teresa é solteira, não tem irmãos, viveu com a mãe até esta falecer. Criou uma menina órfã que entretanto teve uma filha e não tem familiares a viver próximo de si, já que apenas sabe que os seus pais eram oriundos da Beira Alta. Teve 3 irmãos que faleceram ainda pequenos e nunca teve qualquer contacto com a restante família. Ainda “experimentou” viver com a sua “filha” que entretanto imigrou, mas regressou posteriormente. O seu discurso demonstra claramente que a inserção da mulher no mercado de trabalho dificulta ou impossibilita a prestação de cuidados aos idosos:

Ainda vivemos a três durante alguns anos, bons anos... Depois quando nasceu a minha netinha vivemos as 4 até à minha mãe falecer. Bons tempos em que eu passeava com a minha netinha no



Parque Manuel Braga. Mas depois ela casou e foram todos viver para a Suíça, ainda fui viver um ano com eles mas não me adaptei. Lá estava sozinha durante todo o dia e não falava aquela língua, nem para poder comprar medicamentos. Ainda lhe disse que estava muito tempo sozinha, mas ela disse que tinha de trabalhar, que não podia ser de outra maneira. Aproveitei as férias e vim de vez para Portugal e por cá fiquei. Ao menos aqui toda a gente me entende.

Albertina foi mãe solteira. Não casou porque o “rapaz por quem me apaixonei era rico e a família dele não nos deixou casar”. Agora vive só. O filho vive na Solum, mas pouco contacto tem com ele “telefona-me todas as semanas para saber se estou bem, mas quase não o vejo”. Neste caso é perceptível que a iniciativa para o estabelecimento de contactos é maioritariamente do descendente, o que significa que esta idosa parece assumir uma atitude de expectativa em relação a essa interação. Não obstante a curta distância que ambos vivem, a avaliação da relação com o filho é satisfatória. Ainda mantém o contacto com alguns familiares, primos e sobrinhos, que apesar de não viverem próximos a visitam no seu aniversário e no Natal. Teve uma neta que faleceu e o seguinte excerto da entrevista permite perceber porque nunca fez o luto:

Ela chamava-se Isabel Cristina, mas a família chamava-lhe Bequinhas. Era formada em Bioquímica e trabalhou nos laboratórios da Universidade de Coimbra durante 18 anos. Um dia aconteceu ... a minha neta apareceu morta em casa. Parece que me deram uma facada no coração. Não foi morte súbita, não foi morte natural, de doença que tivesse, não... apareceu morta em casa de um dia para o outro. No dia anterior à noite, por volta das 20h00 telefonou-me do trabalho para saber se eu estava bem. Ainda por cima foi cremada e que eu saiba ela nunca pediu para ser cremada, será que alguém quis esconder alguma coisa? Não sei. Só Sei que não tenho onde por uma flor nem nada. Só tenho as minhas memórias e algumas fotografias.

Ana Sofia vive só, não sai de casa há 6 anos, nunca namorou e nunca casou. O facto de ter trabalhado como interna na casa de uma família abastada e, apesar de ainda ser uma criança, ter a seu cargo quatro crianças, algumas de idades próximas da sua, condicionou as suas opções para constituir família no futuro, Neste caso, não podemos deixar de salientar que o facto de o idoso viver só está relacionado com um conjunto de opções que este tomou ao longo da vida e pelo afastamento geográfico dos restantes elementos da família. Neste caso concreto encontramos uma das formas de solidão apontadas por Yves Gineste e Jérôme Pellissier (2007), a «solidão escolhida», já que Ana Sofia optou conscientemente por viver sozinha:

Gosto de crianças, mas nunca casei por causa dos filhos, não sabia se os iria ter, mas como aturei tantos filhos dos outros não fiquei com vontade de ter filhos meus. Já não vou à aldeia há muitos anos e perdi todo o contacto que tinha com as pessoas da terra. Os meus sobrinhos estão em França, em Espanha, no Brasil e na América. A minha irmã está na América e o meu sobrinho em Lisboa, é quem me vale. Sabe que ele é doutorado! Quando vem a Coimbra para dar conferências vem-me visitar com frequência. Traz-me muita coisa. Às vezes vem com a mulher que também é doutorada. Nem parece um rapaz do seu tempo. Ganha prémios nas aulas ... é muito inteligente.

Francisco vive com a esposa, da sua união nasceram dois filhos. A filha vive em Elvas e o filho em Sta. Apolónia, perto de Coimbra, tem um irmão mais velho que vive em Sta. Clara, um sobrinho na Cruz dos Morouços e não tem outros familiares a viver perto de si. O afastamento geográfico dos amigos e da filha fica bem patente no seu discurso, colmatado apenas pela assistência que o filho lhe presta por viver mais próximo:

No Paião tenho muitas pessoas minhas amigas com quem me dou muito bem. Tenho uma boa casa onde fiz obras, mas fica muito caro ir para lá. Está fora de questão ir para lá viver porque em Coimbra, apesar de tudo, tenho mais condições para viver. Estou perto do hospital, vivo perto do meu filho e tenho o Centro de Dia perto se um dia precisar. A minha filha pouco a vejo, porque ela tem um estabelecimento e não pode vir visitar-nos com frequência. Tenho o meu irmão a viver em Sta. Clara, mas é mais velho do que eu e já pouco o vejo. Também tenho um sobrinho, filho de outro irmão, a viver na Cruz dos Morouços, mas esse nunca vejo, tirando estes não tenho mais ninguém a viver perto.

João vive com a esposa e tem duas filhas que vivem em Trancoso e Santarém. Devido à distância geográfica, a intensidade das relações entre os elementos da família são cada vez menos frequentes e intensas, ocorrendo uma desagregação dos laços afetivos, assim como uma rutura ao nível da integração familiar e social dos idosos. No entanto, um dos genros vive com ele e administra o seu estabelecimento. Não tem outros familiares a viver perto de si:

Atualmente o meu genro, que está desempregado há 2 anos, vive connosco durante a semana, na minha casa lá em baixo, e vai passar o fim-de-semana a casa com a mulher e os filhos. Não tenho familiares a viver perto de mim, porque a minha irmã e os meus sobrinhos vivem em Lisboa e raramente nos vemos. Já as minhas filhas visitam-nos com pouca regularidade, é só no Natal e nos aniversários quando podem.

Nesta fase da vida, a rede de relações familiares sofre, por norma, um conjunto de transformações. Neste caso concreto, Joaquim já passou pela experiência do luto e pela perda do

cônjuge e optou por viver sozinho. Tem dois filhos que habitam em Coimbra e o visitam com bastante regularidade, não tem outros familiares a viver perto de si:

O meu filho almoça comigo todos os dias da semana, exceto à quarta-feira. Mesmo depois de casar o meu filho almoçou sempre comigo e com a minha mulher enquanto ela foi viva. Quando o meu filho casou, como a esposa era professora e não estava em Coimbra, ele ia almoçar connosco. Quando a minha mulher morreu, o meu filho começou a fazer a comida para os dois. Às quartas-feiras quem faz a comida é uma empregada. Ao sábado a minha filha, que trabalha no IPO, e o marido almoçam comigo, vão lá a casa fazer o almoço e companhia. Ao domingo o filho vem buscar-me para passar o dia em casa dele. Quanto à restante família já perdemos todo o contacto.

Sebastião não casou e nunca teve filhos. Não tem família a viver perto de si, em Coimbra só tinha a tia que o criou quando a sua mãe faleceu e nunca teve contacto com os familiares de Oliveira do Hospital, de onde seus pais eram oriundos, “Eles nunca quiseram saber de mim, por isso tive de vir para Coimbra viver com a minha tia. Nunca senti nenhuma ligação com eles”.

Procurámos compreender quais as alterações que os idosos identificam na zona onde habitam e de que forma os idosos percecionam os mecanismos de solidariedade baseados em relações de vizinhança, já que em contexto urbano, as redes familiares estão, por norma, desenraizadas como acima constatámos. Na falta de suporte familiar a intervenção das redes de comunidade constituídas por vizinhos e amigos, assume particular importância, sendo uma fonte inesgotável de apoio direto e presencial, proporcionando um apoio mais instrumental baseado na proximidade geográfica, respondendo de forma mais eficaz em situações de crise e de emergência. De facto, as entrevistas demonstram que as redes de vizinhança são quase inexistentes, como se pode verificar nos relatos dos entrevistados:

Considero que viver aqui antigamente era bom, porque a vizinhança se dava toda muito bem. À noite estávamos à porta a conversar e quando precisávamos de qualquer coisa sabíamos que podíamos bater à porta da vizinha e que nos ajudavam. Agora não há ninguém, morreram todos, só fiquei eu. (Ana Sofia)

A vida das pessoas que aqui vive mudou para pior, porque o principal problema é serem velhos e não terem familiares a viver perto. Muitos dos mais velhos, com quem tinha uma boa relação de vizinhança, já morreram e os poucos que ainda por lá estão ficaram muitos sós e com problemas de saúde, que os mantém em casa. Viver aqui mudou muito nos últimos anos, porque agora já mora aqui

menos gente da antiga e os novos vizinhos não conversam com ninguém, às vezes nem bom dia, nem boa tarde. (Alice)

A vida das pessoas que aqui vivem mudou muito nos últimos anos, já não há quem ajude em caso de necessidade, o que me vale são as meninas do Ateneu, estou completamente sozinha, pois os vizinhos com quem me dava já morreram, é uma tristeza. Se precisar não há quem me ajude, fico para aqui esticada, só espero morrer depressa e não sofrer. (Ana Sofia)

A vida das pessoas que aqui vive mudou muito nos últimos anos, antes as pessoas conheciam-se melhor, agora já morreram quase todos, só ficaram alguns, poucos. Já não se vê crianças, só estudantes e velhos, mais nada. Não conheço os vizinhos, exceto um casal que lá vive ... antigo, porque o resto é tudo estudantada. No prédio onde vivo é tudo estudantes. Os estudantes é ... um hoje e outro amanhã, a gente nem sabe quem é, nem os conheço. Vejo-os entrar e sair. (Teresa)

A vida das pessoas mudou muito nos últimos anos. Antigamente havia mais gente, agora não se vê ninguém. Durante o fim-de-semana, então, não se vê mesmo ninguém. Ao fim de semana ficam todos em casa. Quem vive na zona é velho e não sai de casa e os mais novos não querem saber de nós. Ficamos esquecidos à espera da morte que um dia há de chegar. Dou-me bem com os vizinhos, mantenho relações cordiais com todos, porque os vizinhos com quem me dava melhor já morreram todos. Agora, dos antigos já há poucos. Tenho vizinhos que vivem ali há poucos anos e nunca consegui encontrar o tipo de relações que tinha antigamente com os outros. (Francisco)

A descapitalização demográfica e o envelhecimento dos centros históricos estão bem presentes nos discursos dos entrevistados, quando se referem tanto ao facto de a maioria dos habitantes serem idosos como à falta de crianças a viver na sua área de residência. Os entrevistados referem ainda o facto de para além da fraca representatividade, as crianças estarem confinadas no espaço doméstico, impossibilitando o convívio com os restantes habitantes da zona:

A vida das pessoas que aqui vivem mudou um bocadito para melhor, mas não foi muito. Considero que viver aqui antigamente era muito bom. Tinha muitos amigos da minha idade. Só que depois muitos foram embora, outros morreram e agora já não sobra quase ninguém da minha juventude. Os poucos que existem ou estão em lares, ou os filhos os levaram. O que se nota mais é que há muitas pessoas mais velhas. Antes existiam mais crianças e jovens. Agora há jovens, mas são estudantes. Antigamente as crianças brincavam na rua. Agora não há nada disso. Quase só há velhos e já não são muitos. Há novas famílias, mas já não é como antigamente. As pessoas já não vêm para a entrada da porta conversar como antigamente. Enfiam-se em casa, só saem para ir trabalhar ou ir às compras. Conheço os vizinhos de vista, mas não me dou com muita gente. Jogo às cartas com um grupo há muitos anos,

mas não mantenho nenhuma relação de amizade. Só nos encontramos para jogar e falar de política ou futebol e pouco mais. (Sebastião)

A vida das pessoas que aqui vive mudou muito nos últimos anos porque os idosos vivem quase todos sem os filhos perto. E, como nesta zona não tem condições para gente nova, também não há crianças. Aqui na Alta vivem muitos idosos ainda, apesar de já serem muito menos, porque muitos já morreram. Mas nada é como antigamente. Já lá vai o tempo em que as crianças brincavam na rua e se ouviam os seus risos. Dou-me muito bem com todos os vizinhos, mas como sempre passei os dias no meu estabelecimento não criei relações com a vizinhança, é lá que tenho os meus amigos. (João)

Para mim a vida das pessoas que aqui vivem mudou muito nos últimos anos. Antigamente as pessoas conversavam à noite e os miúdos brincavam na rua. Agora não se vê ninguém da vizinhança e muito menos crianças. Havia mais estudantes, agora já aqui há poucos. Foram viver para outros lados onde têm mais comodidade. Considero que me relaciono bem com todos os vizinhos. Quando vejo que merecem é só bom dia e boa tarde. Mas não meto ninguém em minha casa, nem vou para casa de ninguém. Fiz isso a uma mãe e uma filha e arrependi-me. Mas tirando isso dou-me bem com toda a gente, mesmo com estudantes. (Albertina)

Nos discursos dos entrevistados uma das alterações enunciada refere-se à melhoria da qualidade de vida dos idosos, que se fica a dever à atribuição de pensões e aos Centros de Dia. No entanto, também são sinalizadas as dificuldades sentidas nos anos mais recentes, fruto da crise económica e o facto de os idosos já não estarem inseridos no mercado de trabalho, tornando-os mais vulneráveis à precariedade económica por usufruírem reformas e pensões muito baixas:

A vida das pessoas mudou para melhor, já que os idosos vivem das reformas. Vivem melhor que antigamente, que não havia nada, reformas nem nada. Mas a principal diferença que existe neste local é que antigamente havia mais crianças. Agora não se veem nenhuma, só estudantes e velhos. Na rua onde moro, considero que não me dou mal com ninguém, mas meto-me em casa e não falo com ninguém para além da boa tarde ou o bom dia. Já não conheço muita gente na zona onde moro, porque quando regresssei da casa da minha filha as pessoas com quem mantinha um bom relacionamento já tinham morrido. Já morreu tanta gatinha desde que lá estou, ou então estão em Lares. É com os vizinhos da minha filha que me dou melhor, mas já lá não vivo, não é! Se precisar de alguma coisa de repente não tenho ninguém que me acuda. (Maria)

Nos últimos anos a vida das pessoas que aqui vive mudou um bocadito para melhor, mas não foi muito, porque antes havia aqui mais pobreza. Antigamente não havia Centros de Dia nem nada, agora já há. Já é muito melhor, sempre dão subsídios. Mas também mudou para pior, pois há mais velhos e muito poucas crianças, antigamente viam-se mais crianças na rua, agora há poucas e nunca se veem,

estão sempre enfiadas em casa. Quanto aos vizinhos dou-me bem com toda a gente, mas dava-me melhor com os vizinhos da casa onde vivia antes. Mas a minha mulher quis sair de lá e agora não conhecemos ninguém, porque os vizinhos com quem nos dávamos já morreram todos. Depois de mudar de casa a minha mulher arrependeu-se porque deixou lá as amigas. (José Maria)

A vida das pessoas que aqui vivem não mudou muito nos últimos anos, embora tenham mais problemas por causa dos cortes nas pensões. É que o problema principal das pessoas que vivem na zona é a velhice e viverem com mais dificuldades. Não é fácil ser-se velho e sem dinheiro. Os mais novos ainda podem arranjar um emprego, ou uma carroça. Os mais velhos não. Conheço bem os meus vizinhos, considero que a gente da zona é muito boa, aliás na zona de Coimbra só vive gente boa. Em Lisboa era muito pior, gosto mais da gente de Coimbra por comparação. É gente dada, mesmo os estudantes, e então as meninas que vivem na minha casa são todas boas raparigas. (Joaquim)

Os espaços verdes desempenham um relevante papel na qualidade de vida dos idosos, pois têm uma importância social, por ser espaço de encontro e de convívio, podendo ainda contribuir para a participação dos idosos em atividades exercidas pelas demais faixas etárias. No entanto, as entrevistas revelam que apenas dois dos entrevistados frequentam espaços verdes regularmente, como se pode verificar pelos seus discursos:

Costumo ir a outras zonas da cidade, corro tudo. Ainda ontem estive no Parque Verde a ver os tropas, depois fui para Sta. Cruz porque estavam lá a tocar, mas fui sozinho porque a minha mulher já não tem muita saúde, antes ela ainda ia comigo de vez em quando, agora vou sempre só. (José Maria)

Costumo ir a outras zonas da cidade, vou a todo o lado, como tenho o passe ando pela cidade toda no autocarro, especialmente ao fim de semana, como não vem ninguém jogar às cartas não tenho mais que fazer e para estar em casa a olhar para as paredes prefiro ir no autocarro por aí. Também vou a consultas ao hospital e às festas na zona da Baixa, sim porque as festas são quase todas na zona da Baixa, na Alta não há quase nada. Também costumo frequentar as zonas verdes da cidade, o Parque Manuel Braga e o Parque Verde. (Sebastião)

Francisco frequenta esporadicamente os espaços verdes, utiliza essencialmente os transportes públicos para se deslocar, por ter pouca mobilidade. Segundo o seu discurso, tenta “enganar” a solidão desta forma, já que os seus dias são passados maioritariamente em casa com a esposa:

Estou sempre com a minha mulher. Mas de manhã, quando ela anda nas lides domésticas, apanho o autocarro de vez em quando, mas é raro. O meu filho é que costuma uma vez por mês fazer-me as compras mais pesadas e vem-mas trazer de carro. Custa-me andar a pé muito tempo por causa das pernas. Costumo passear de autocarro por outras zonas da cidade, não é tão cansativo, não é! Vou ao

médico e também vou às compras, mas não posso trazer muita coisa porque ando de canadianas. Vou ao Rei da Fruta ao pé do Mini Preço, mas há fruta que não posso trazer porque se estraga ao embater nas canadianas. (Francisco)

Como se pode atestar pelo seu discurso, Teresa tem um medo de frequentar os espaços verdes, talvez a solidão lhe amplie este sentimento, por isso utiliza apenas os transportes públicos quando pretende “matar” a solidão e ter um pouco de companhia sem correr riscos desnecessários:

Costumo ir a outras zonas da cidade porque tenho passe e percorro toda a cidade. Para a gente estar sozinha, pelo menos vai-se distraindo nos autocarros, assim sempre vejo e estou com pessoas e não corro o risco de ser assaltada, não é? Vou sempre de autocarro, não tenho outro meio de transporte. Entro num, depois saio e entro noutra e assim vai passando o tempo. Já para os parques não vou, ainda no outro dia assaltaram lá umas pessoas e quando se é velho tem de se evitar essas situações, nunca se sabe o que pode acontecer, não é!. (Teresa)

Nos testemunhos que se seguem, é possível verificar que os entrevistados não têm por hábito frequentar espaços verdes, ou utilizar os transportes públicos em atividades recreativas. Joaquim vai muito raramente outras zonas da cidade. “Antigamente passeava mais porque andava de carro, mas agora tenho o carro na garagem porque não há como estacionar, uso mais o autocarro, tenho o passe para esse efeito. Às zonas verdes nunca tive o hábito de ir, nem quando era mais novo”. “Só vou ao hospital para as consultas, a casa da minha filha e para ir à missa a Sta. Cruz ou à Sé Nova. Não posso ir a outras zonas da cidade por causa dos problemas relacionados com a minha saúde” (Maria). “Não costumo frequentar os espaços verdes, quando saio é para ir ao hospital, às consultas e à Clínica do Dr. Fonseca por detrás dos blocos de Celas fazer fisioterapia. Vou de autocarro, tenho de comprar o passe todos os meses, são € 17.50”. (Albertina),

Não costumo ir passear nas zonas verdes, antigamente ia muita vez mas agora não vou. Ia com o meu marido, porque ele gostava muito de sair para passear no parque. O médico aconselhou-me a ir todos os dias com ele de manhã e à tarde para ele não perder o andar. Mas com a sua morte, há 8 anos, deixei de o fazer. Aliás, nem costumo ir a outras zonas da cidade, não sou pessoa de andar a passear por aí. Agora não saio nem para fazer compras, quando era mais nova ainda saía, agora é o meu filho que vai comprar tudo e me traz para casa. Mas já pouco necessito porque como no Centro de Dia. Até mesmo para ir a consultas ao hospital o meu filho ou a minha nora vão comigo. (Alice)

Não saio de casa há 6 anos. Sabe que é esse o principal problema das pessoas que aqui vive, é que são todos muito velhos e as ruas que até metem medo, por isso é que eu não saio de casa, sou muito doente das pernas e tenho muito medo de cair, por isso não vou a lado nenhum. (Ana Sofia)

Atualmente só saio para ir ao médico. Há dois anos e meio parti uma perna na rua e custa-me muito a andar. Antigamente ia até ao Jardim Botânico, até à Baixa, à Praça da República, corria tudo. Ainda se fosse na Baixa... até podia sair mais vezes, mas aqui em cima não posso, porque as ruas são muito irregulares e o piso é muito irregular, não quero partir mais nenhuma vez a perna. (João)

Os transportes assumem no quotidiano dos idosos, um fator particularmente importante ao nível do uso do espaço e do tempo, bem como das atividades realizadas. Essencialmente na zona da Alta, os transportes públicos podem significar a diferença entre sair de casa ou ficar prisioneiro nela, pois o relevo e as barreiras físicas podem desencorajar os idosos. O caso de Ana Sofia transmite-nos justamente a mensagem das barreiras que os idosos, por vezes, não conseguem transpor. De todos os entrevistados Ana Sofia é a única que, na atualidade, não utiliza qualquer transporte público, embora recorde o tempo em que os utilizava e a imagem que deles guarda é positiva:

Não saio porque tenho medo de cair, as pedras da rua matam uma pessoa e as ruas são muito perigosas, posso cair e matar-me. Até quando vou ao médico vou na carrinha do Centro de Dia, vêm-me buscar e pôr a casa. Do que ainda me lembro, penso que os transportes públicos estavam muito bons. Já os motoristas, uns eram bons e outros maus, havia de tudo. Recordo que, quando ainda saía, andei muitas vezes no Pantufinhas e era muito bom, se não fosse o Pantufinhas certamente que não sairia de casa há mais tempo. No Elevador ainda cheguei a andar algumas vezes e gostei muito. Penso que só trouxeram vantagens pelo menos para os mais velhos que não tinham transporte na zona, pelo menos os que vivem na Sé Velha.

Tentámos perceber em que medida a acessibilidade, os preços, a localização das paragens, os lugares prioritários, os autocarros com piso rebaixado ou com rampas de acesso e os motoristas promoveria a utilização dos transportes públicos e que impactos têm no dia-a-dia dos entrevistados. Porque a maior ou menor capacidade dos idosos se movimentarem na cidade pode afetar a participação social e cívica e permitir ou impossibilitar o acesso a serviços comunitários ou a serviços de saúde. Tentámos perceber também quais as alterações que o Pantufinhas e o Elevador da Alta trouxeram para o quotidiano dos idosos. No discurso de todos os entrevistados ficou demonstrado que estes dois equipamentos foram uma mais-valia e fizeram toda a diferença no seu dia-a-dia, já que os utilizam com bastante regularidade:

Quando saio utilizo o Pantufinhas, essencialmente para ir para o Centro de Dia. Não tenho razão de queixa dos transportes públicos no geral, pelo menos no Pantufinhas, porque apesar de não utilizar



muito os outros transportes pelo que consigo ver está muito bom. Quanto aos motoristas são todos muito delicados. Penso que o Elevador do Mercado e o Pantufinhas foram muito bons para os idosos, só vejo vantagens, considero que os velhos da zona da Alta ficaram a ganhar, até saem mais à rua. Para mim, trouxeram alterações muito positivas ao meu quotidiano e à minha mobilidade, pois, se o Pantufinhas não existisse era mais complicado, pelo menos para mim faz-me muita falta, todos os dias da semana ando nele para ir para o Centro de Dia. (Alice)

Quando vou ao médico vou de autocarro, mas ainda gosto de andar a pé quando posso e o piso permite, sempre gostei muito de andar a pé. Penso que os transportes melhoraram muito nos últimos tempos, em todos os aspetos. Pelo menos quando vou sou bem atendido e não tenho razão de queixa. Só vejo vantagens no Pantufinhas e no Elevador, utilizo-os sempre que vou à Baixa. (João)

Penso que os transportes públicos melhoraram nos últimos anos em todos os aspetos. Quanto aos motoristas há alguns que às vezes não são competentes a andar, os SMTUC deviam fazer uma seleção mais cuidadosa dos motoristas. Às vezes não têm cuidado nenhum com as pessoas, especialmente com os mais velhos, porque arrancam com muita velocidade, só não caímos mais vezes porque já estamos a contar e agarramo-nos aos varões. Só vejo vantagens quanto ao Elevador do Mercado e ao Pantufinhas, sim, sim, muito, muito bom. Nós vínhamos carregadinhas da Praça e tínhamos de dar uma volta ali pelo Castanheiro, onde é a Faculdade de Psicologia, carregadas e agora já ficamos quase à porta de casa. Para mim trouxeram muitas alterações ao meu quotidiano e há minha mobilidade, porque se não existissem não sei como faria para sair de casa, se calhar não saía. (Albertina)

O facto de o passe mensal lhe permitir viajar em toda a rede e aumento da oferta dos transportes públicos é assinalada por Maria de forma muito positiva. No entanto tem uma imagem um pouco negativa de alguns motoristas, referindo serem pouco atenciosos, assinalada também por outros entrevistados:

Andei no Elevador muito poucas vezes, mais por curiosidade, mas utilizo o Pantufinhas com bastante frequência. Quando vou para o Centro de Dia utilizo o Pantufinhas, optei por não usar o transporte do Ateneu de manhã para não estar condicionada ao horário. Considero que estes dois equipamentos são uma mais-valia para os idosos. Para ir ao hospital vou de autocarro porque tenho o passe que me dá para todo o lado, posso andar as vezes que quero. Considero que há muitos transportes e que melhoraram em todos os aspetos, porque daqui há um tempo para cá já há transportes onde antigamente não havia, como é o caso da Alta com o Pantufinhas, o Elevador e para rua da Casa da Cultura com a linha n.º 6. Os carros são bons e têm boas condições, só algumas vezes as pessoas que lá vão é que não são, já uma vez dei lá uma queda que me ia matando, como tinha de andar muito devagarinho porque tinha sido operada há pouco tempo, o motorista não me deixou sair pela frente. Alguns motoristas são muito bons e outros não. Penso que o Elevador e o Pantufinhas foram muito

bons porque havia muitas pessoas que não tinham transportes nenhuns, velhinhos e tudo, espero que nunca acabe. Trouxeram alterações muito positivas, se não fosse assim não sei como seria. É muito bom! (Maria)

Joaquim é o único dos entrevistados que possui viatura própria e por esse motivo refere a falta de estacionamento, que o levou a optar por utilizar os transportes públicos. Refere ainda a melhoria dos transportes no geral e o facto de o valor do passe mensal não ter aumentado nos últimos anos:

Já adiro o passe há muitos anos, comecei por tirar o passe porque quando ainda andava com o carro e ia à Baixa, mas muitas vezes tinha de voltar a casa para o pôr na garagem porque não arranjava estacionamento, comecei a chatear-me com isso e tirei o passe. Utilizo muito os transportes públicos, saio de uns autocarros e entro noutros, para isso é que serve o passe, não? Penso que os transportes públicos melhoraram em todos os aspetos nos últimos anos, veja lá que há vários anos que os preços dos transportes não aumentam. Quanto aos motoristas são como sempre foram, uns são bons e outros são maus. Quanto ao Elevador do Mercado e ao Pantufinhas penso foram uma mais-valia para os habitantes da Alta. Utilizo mais o Pantufinhas, todos os dias de manhã apanho-o na Sé velha e vou à Baixa fazer compras e dar umas voltas. Por vezes vou à Igreja de Sta. Cruz à missa e no sentido inverso, vou no 103 ou o 28 porque fica mais próximo da minha habitação. Quando a minha esposa era viva utilizava mais o Elevador para ir à Baixa, atualmente já pouco ando nele, nessa altura como ia com ela utilizava mais. Considero que só trouxeram vantagens, porque tínhamos de andar por estas ruas esburacadas e à medida que envelhecemos cansamo-nos mais por ser uma zona muito íngreme. Agora é melhor, isso acabou. Se trouxeram alterações ao meu quotidiano e há minha mobilidade? É uma coisa que nem sequer tem discussão, já devia existir há muito tempo. Antigamente tinha de ir para a Baixa a pé, agora saio de casa e dou dois passos e apanho o Pantufas e está tudo dito. (Joaquim)

José Maria foi o único dos entrevistados que referiu assistir/intervir nas reuniões efetuadas na CMC, exercendo desta forma o seu direito à intervenção nos debates. Apesar da ausência deste equipamento ser sentida pela população em geral, José Maria reivindicou o transporte que considerava essencial para a mobilidade da população que vive nesta zona da cidade:

Costumo ir ao hospital às consultas, para me deslocar utilizo os transportes públicos. Considero que os transportes estão bem organizados, que na atualidade há transportes para quase todas as zonas da cidade. Mas durante muitos anos a Alta era a única zona na cidade que não tinha transportes. Fui eu que disse numa reunião da Câmara que metade da cidade estava sem transportes, perguntaram qual era a metade da cidade que estava sem transportes e eu disse: Olhe do cimo do Mercado D. Pedro V até lá em baixo à entrada da cidade na Portagem, a Alta não tem transportes nenhuns. O carro passa lá por trás mas a gente está aqui em baixo. Então lá resolveram fazer um carrito para passar aqui, o

Pantufinhas. Ele é pequeno, mas quando tinha aqui o talho a rua era estreita e o carro também passava para levar a carne, por isso era sempre possível arranjar um carro para passar por aqui, só é preciso ter vontade. O Elevador do Mercado e o Pantufinhas só me trouxeram vantagens, apesar de considerar que o Elevador serve mais para as pessoas que vão para a Alta, já que o Pantufinhas que não vai à Universidade. Mas o Pantufinhas faz tanta falta como faz o Elevador. Para as pessoas que moram na Alta só trouxeram vantagens. Por exemplo, vamos à Praça e vamos no Elevador e estas pessoas desta área de cima utilizam muito o Elevador. Eu ando lá muitas vezes. (José Maria)

Apesar de considerarem que existe uma melhoria significativa no que respeita aos transportes públicos, no geral, Francisco e Teresa são os únicos entrevistados que referem a pouca frequência de transportes públicos ao fim de semana e à noite, que afeta a sua mobilidade:

Quando saio utilizo os autocarros, não tenho outro meio de transporte. No que respeita aos autocarros penso que melhoraram muito, mas só tem um senão, durante a semana ainda há muitos autocarros, mas durante o fim-de-semana há poucos. Não se lembram da velhada, por isso não saio de casa, só saio durante a semana. Utilizo habitualmente o Pantufinhas e o Elevador, considero que estes dois equipamentos só lhe trouxeram vantagens, se não existissem certamente não sairia tanto de casa. (Francisco)

Penso que os autocarros melhoraram em quase todos os aspetos, exceto na programação das carreiras, não têm em consideração os restantes residentes. Por exemplo, agora nesta altura de férias da época escolar há menos autocarros aqui em cima, tiraram muitos autocarros porque não há escola. Tiraram o 34, tiraram o 28, que iam para o Pólo II. Mas pronto a gente compreende, mas há poucos autocarros. Por exemplo o 103 há só até às 18h00, depois dessa hora já não há mais nenhum. A gente ou tem de vir a pé ou no Elevador. E ao sábado ainda são menos. Uma hora é só o 103, depois chega à Estação Nova e muda para o 4, depois noutra hora muda para o 103, a gente nunca sabe qual é um e qual é outro, termos de perguntar. Quanto aos motoristas não tenho muita razão de queixa, exceto uma alteração pontual. Para mim o Elevador do Mercado e o Pantufinhas fazem muita falta, porque contribuíram muito para a minha mobilidade. Quando o Elevador para faz-me muita falta, porque saio daqui e quando está tempo bom e vou direita a Sta. Cruz, à missa, e depois à vinda para cima dá-me jeito, porque fica pertinho de casa, até porque o Pantufas só anda até às 18h15 e depois já não há mais, já o Elevador é até às 21h00. Ando no Elevador e no Pantufinhas, porque o passe dá para tudo. Tenho o passe dos mais caros, € 17,50, mas posso entrar em todos os autocarros com o mesmo passe, para não estar tanta hora fechada em casa. (Teresa)

Sebastião é o único dos entrevistados que menciona os autocarros com piso rebaixado e rampa de acesso como uma mais-valia, tanto nos autocarros que servem as zonas hospitalares como à rampa de acesso do Pantufinhas:

Quando saio utilizo os autocarros ou vou a pé. Também utilizo o Pantufinhas diariamente para ir para o Centro de Dia do Ateneu, apanho-o na Rua Visconde da Luz, ou na Praça 8 de Maio, onde me apetece. Penso que os transportes estão bem organizados, há transportes para quase todos os lados da cidade. Até na Alta que não existia agora também há, por acaso foi uma boa ideia. Os preços estão bons, eu pago € 12,00 por ano, porque tenho a pensão mínima, o que é muito bom, só pago € 1,00 por mês, se não fosse assim, não sei como seria. As paragens, dentro da cidade estão bem localizadas e os autocarros são bons, especialmente os que vão para o hospital, são mais baixos e custa menos a subir. Já vi usar a rampa do Pantufinhas algumas vezes e sei que os autocarros que vão para o Hospital Novo também têm, mas esses nunca vi usar. Quem usa é uma senhora que anda numa cadeira de rodas e vive aqui na Baixa e de vez em quando vai dar uma voltinha, entra e sai na Baixa. Por acaso acho que é uma boa ideia, assim permite que toda a gente possa viajar, não é? Quanto aos lugares prioritários, as pessoas nem sempre respeitam, pelo menos quando o autocarro vai mais cheio, às vezes os motoristas têm de chamar a atenção dos mais novos, é uma tristeza. Há motoristas bons e motoristas maus, como em todo o lado. Só vejo vantagens no Elevador do Mercado e no Pantufinhas, pelo menos para as pessoas mais velhas. Para mim trouxeram alterações ao meu quotidiano e à minha mobilidade, porque não seria tão independente, tinha de começar a usar o transporte do Centro de Dia e não podia vir à hora que me apetece, agora que sou velho já não gosto muito de cumprir horários. Se eu tivesse de vir a pé todos os dias, nem quero imaginar. (Sebastião)

À medida que as cidades envelhecem existe necessidade de as (re)adaptar às necessidades da sua população, já que as infraestruturas públicas, nas quais se insere o espaço público, podem influenciar fortemente a mobilidade individual, a segurança, a proteção, a independência, a prevenção de acidentes e a qualidade de vida dos idosos. Procurámos perceber as alterações que a cidade sofreu nos últimos anos quanto às escadas, semáforos, passadeiras antiderrapantes e com rampas, passeios estreitos, desnivelados, rachados, com bermas altas, congestionados ou com obstáculos. Uma constante no discurso dos entrevistados é o antagonismo existente entre a zona da Baixa e da Alta, pois se por um lado é reconhecido por todos que a Baixa melhorou nos anos mais recentes, por outro lado reconhece-se que na Alta se deveria efetuar intervenções de fundo: “Existe uma diferença muito grande entre a Alta e da Baixa, lá em baixo está tudo muito melhor, haviam de fazer aqui em cima como fizeram lá em baixo, é só o que tenho a dizer”. (Albertina) “Quanto a isso está tudo bem, o Manuel Machado fez umas obras de categoria, pôs pedra na Baixa e ficou muito bom, mas na Alta já não, continua tudo muito mau, é mais difícil andar na Alta do que na Baixa, especialmente para mim que ando de canadianas”. (Francisco)

Com certeza que mudou para melhor, para mim está tudo bom, pelo menos na Baixa, na Alta já não é assim. Isso faz com que as pessoas na Baixa tenham mais mobilidade e qualidade de vida do que na Alta, não é? Na Baixa, a Câmara fez alterações e melhorou bastante, em todos os aspetos. Já na Alta continua tudo muito mau. Enquanto na Baixa as ruas são pavimentadas em condições, a Alta que é um Património Mundial, é uma vergonha. Tem umas ruas que é uma vergonha, arranjam a rua ao pé da ponta do Elevador e está jeitosa, mas o que fizeram naquela também deviam ter feito nas outras. Aqui andam a pôr umas lajes de pedra de Ançã que está toda partida. Quando as puseram eu avisei que a pedra não prestava para o efeito, deviam ter posto granito. A pedra de Ançã é para decorações, para painéis, para coisas do género, agora para pôr no chão só há uma solução, o granito. A Alta precisava de uma reforma muito grande. A Baixa tem ruas muito boas, o Manuel Machado foi um grande Presidente da outra vez, desta vez espero que seja a mesma coisa. O que está na Baixa deve-se a ele, porque aquelas ruas estavam uma vergonha e ele mandou arranjar aquilo tudo mais ou menos, não foi bem porque depois andaram a acabar. Mas o que ele fez foi tudo obra perfeita nessa altura e era o que a Alta precisava. (Joaquim)

A cidade melhorou nos últimos anos, só que são duas realidades, a zona da Baixa e a zona da Alta. Se vivesse na Baixa, certamente que ainda sairia de casa. Para mim na zona da Alta sempre foi mais difícil andar, mesmo quando era mais nova e nunca vi fazer obras nenhuma. Já na Baixa considero que as ruas ficaram melhor quando fizeram obras, ainda hoje me lembro, ficou muito bom, assim fosse na Alta que as pessoas, pelo menos as mais velhas, até se matam ao andar por aqui. (Ana Sofia)

A cidade melhorou muito lá em baixo na Baixa. Aqui em cima não, tirando o Elevador e o Pantufinhas está tudo mais ou menos na mesma como antigamente, para pior. Porque antigamente os habitantes eram mais novos e agora que estão mais velhos custa-lhes mais andar por aqui. Aqui não há nada de bom, só mau. Mas agora já não costumo sair muito desde que parti a perna. (João)

Quando se percorrem as ruas da zona da Alta facilmente se percebe que as pedras irregulares da calçada são o reflexo de um espaço físico povoado de contrastes, onde a beleza rapidamente se mistura com a degradação. As condições em que se encontram, têm um óbvio impacto (negativo) sobre a mobilidade, representando perigos potenciais que afetam a capacidade dos idosos em se movimentarem. Os entrevistados apontam esta falha à falta de intervenção da CMC em obras de recuperação da calçada, por comparação com a zona da Baixa da cidade, como se pode verificar pelos discursos dos entrevistados:

Considero que na zona da Alta está tudo muito mal quanto às calçadas, que têm pedras caídas, pedras tiradas, buracos grandes e não as colocam no sítio, são muito esburacadas e falta há intervenção da Câmara. Até as senhoras que andam nas carrinhas do ATENEU se queixam da trepidação que lhes

causa problemas na coluna. Já na Baixa a cidade melhorou muito em todos os aspetos, está tudo muito bom, é muito diferente, é como o dia e a noite, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Aqui em cima também podiam arranjar como fizeram lá em baixo. É muito diferente para quem vive aqui e quem vive lá em baixo, os idosos aqui não saem tanto de casa porque têm medo de cair. Já lá em baixo vê-se mais idosos na rua, pelo menos durante o dia. (Alice)

Aqui em cima está tudo muito mau, é muito pior que na Baixa. Lá em baixo mudou para melhor, aqui em cima está tudo na mesma, não fizeram alterações nenhuma de jeito, só puseram uns marcos de volta da Sé Velha, mais nada. Eu havia de pedir na Câmara para arranjam o piso da rua que é só buracos. Uma pessoa de idade mete um pé no buraco e vai ao chão num instante, o piso que fizeram ao meio está tudo muito bem, mas é cada buraco e então quando passam carros, porque é o próprio pneu que faz aquele buraco, os da Câmara não se importam com isso. E aqui para cima há tanta gente idosa, e até para os mais novos. Para a gente ir pelo piso liso, quando está a chover não podemos, aquilo parece manteiga, escorrega muito. (Teresa)

O crescente volume de tráfego rodoviário e a velocidade, podem representar um obstáculo para os idosos e a possibilidade em atravessar a rua em segurança passou a fazer parte da agenda da CMC, que dotou (algumas) passadeiras de piso antiderrapante, com rebaixamento dos lancis e temporizador, de modo a facilitar a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada. Mas, uma vez mais, os idosos identificam uma dualidade de critérios por parte da CMC entre a zona da Alta e da Baixa da cidade, que se percebe claramente nos seus discursos:

Na Rua Joaquim António de Aguiar está muito mal, haviam de lá por uma passadeira pelo menos, ou então fazer uma rua como deve de ser porque aquilo... passam por lá os turistas e aquilo é uma vergonha. Mesmo para vir para o Centro de Dia é uma desgraça. Eu já disse ao Presidente da Câmara para pôr lá uma passadeira, mas ele fez que não ouviu. Se vir bem na zona da Alta não há espaços públicos, pelo menos como lá em baixo, não há árvores nem nada. Não há passadeiras nem semáforos, não há nada. As ruas estão cheias de buracos e quando chove ainda é mais difícil andar na Alta. Não é preciso dizer mais nada não é? Já lá em baixo na Baixa melhorou bastante, aliás como no resto da cidade. (José Maria)

A cidade melhorou bastante nos últimos anos já há mais algumas passadeiras e melhorou. Mesmo em Celas já há daquelas rampas para as pessoas mais velhas. Na zona da Baixa também melhorou em todos os aspetos, já na Alta é exatamente o contrário, parece que parou no tempo. Está tudo muito mal, as ruas estão muito esburacadas e é muito difícil andar por aqui a pé, especialmente quando chove, porque as pedras ficam mais escorregadias. Penso que o principal problema daqui se prende com o piso, pois quem tem problemas de saúde como eu e tem dificuldade em andar, não se desloca com

facilidade, já dei três quedas e parti algumas vertebraas. A gente quer por um pé e vai logo ao chão.  
(Maria)

Apenas um dos entrevistados refere o calcetamento das Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, que se insere nas políticas adotadas pela CMC, mais concretamente numa das metas do Programa POLIS, que consistia na revitalização do centro urbano e no incentivo à mobilidade:

A cidade melhorou pelo menos na zona da Baixa, foi muito bom terem acabado com o trânsito pela Rua Ferreira Borges e Visconde da Luz, agora podemos andar à vontade, os semáforos têm temporizador, o que é bom, têm rampas nas passeadeiras, piso antiderrapante e o Parque Manuel Braga ficou muito bom quando tiraram as sebes, agora dá gosto lá passear e também no Parque Verde. Acho que essas alterações foram muito boas agora que sou mais velho. Já a Alta não tem nada a ver, é o dia e a noite, se eu vivesse aqui em cima passava os dias em casa, nem saía com medo de cair, aqui a qualidade de vida das pessoas é muito pior. (Sebastião)

É consensual a opinião de que em muitos centros históricos, as condições das habitações são na maioria das vezes precárias, com problemas de acessibilidade devidas às características tipológicas dos edifícios. A própria manutenção e desadequação dos edifícios para os seus usos que, aliadas a materiais igualmente desadequados, contribuem para o estado deficiente das habitações. Nas entrevistas efetuadas encontramos situações díspares nas quanto às condições de habitabilidade. Os entrevistados que adquiriram a sua habitação e efetuaram obras desfrutam de equipamentos e condições de habitabilidade compatíveis com as suas necessidades, como se pode verificar nos seus discursos:

Vivo numa casa só de um piso, no 1.º andar, para entrar e sair tenho de subir e descer 19 degraus, mas tem corrimão, sempre ajuda. A casa tem um hall, três quartos, uma boa sala, uma boa cozinha e uma boa casa de banho. A cozinha é completa, máquina de lavar roupa, só não tem máquina de secar porque não quis, apesar de quando fizeram obras terem feito a instalação. Tem sistema de esgotos, rede pública de abastecimento de água, eletricidade, só não tem gás natural, ainda é de botija. Desde que vim viver para Coimbra, não vivi sempre nesta casa, mas foi sempre na mesma zona. Viemos para cá para o meu filho vir estudar e fomos para um sítio que ficasse perto do D. João III. Inicialmente arrendei a casa, posteriormente adquiri-a. De renda e tudo vivo nela há mais de 50 anos. As obras de beneficiação realizadas após a aquisição foram efetuadas pelo meu filho, porque ele tirou o curso de engenheiro civil, e quem as pagou fomos nós. Gosto muito da minha casa, porque já estou tão habituada a esta zona, se saísse dali estranhava, estou pertinho de tudo, até para ir à missa. Mesmo a pé para ir à praça era um instante também. Estou perto de tudo. (Alice)

Vivo numa casa de um só piso, no 3.º andar há 30 anos, comprei-a e gosto muito da casa e de viver ali. A habitação tem 4 quartos, sala, cozinha e casa de banho, as divisões são boas, são normais... a cozinha e a casa de banho são completas. Tem sistema de esgotos, rede pública de abastecimento de água, eletricidade, só não tem gás natural. Fiz obras 3 ou 4 vezes e como a casa me pertencia paguei-as.  
(João)

Comprei a primeira casa em Coimbra há 32 anos, passados poucos anos comprei a segunda. O primeiro edifício comprei-o e reconstruí-o, serve de residência a estudantes. O segundo edifício, devido a estar em muito mau estado, tive de o demolir e construí um novo com três pisos para dar um apartamento a cada filho e ficar com o outro piso para mim, dei o último piso há minha filha e o do meio ao meu filho que ainda lá viveram uns anos. Mas como não tinha garagem o meu filho foi viver para outro apartamento maior que o sogro lhe ofereceu e a minha filha comprou também um apartamento noutra zona da cidade. Na atualidade sou o que único resido do edifício. No total, o edifício tem 6 quartos, 3 salas e uma saleta, 3 casas de banho, 3 cozinhas, 1 quarto de costura, 1 escritório, uma garagem que construí posteriormente e uma espécie de discoteca que os meus filhos fizeram na garagem. Umas divisões são grandes e outras não. Tem máquina de lavar roupa e louça, sistema de esgotos, rede pública de abastecimento de água, tem eletricidade, só não tem gás natural.  
(Joaquim)

Já nas habitações arrendadas o panorama é completamente distinto, exceto no caso de Albertina. Apesar de a sua habitação possuir boas condições de habitabilidade, Albertina pensa ficou a perder com o acordo que efetuou com o senhorio, pois abdicou de uma parte da casa, tendo o seu senhorio transformado esta habitação em duas completamente independentes, como se pode verificar no seu testemunho:

Moro há 61 anos na mesma casa que é arrendada e já conheci três senhorios. Inicialmente a casa tinha dois andares, mas fiz um acordo com o senhorio e dei-lhe o andar de cima e ele fez duas casas. Em contrapartida não me aumenta a renda nem me cobra a água. Nestes anos todos só fiz uma interrupção de 7 meses quando o senhorio efetuou obras de beneficiação e passei a habitar na Rua do Loureiro nessa altura. Foi o senhorio que me fez a mudança e me pagou a renda que era num valor muito superior. Atualmente a habitação tem apenas um quarto, cozinha, casa de banho e não tem sala, a sala é a cozinha, quando vêm os meus sobrinhos não cabemos lá todos. Às vezes até costumo dizer que qualquer dia ponho a mesa em cima da cama. O quarto tem duas janelas para a rua, a cozinha tem uma janela para trás, a casa de banho tem uma janelinha para trás, tem um poliban, tem uma sanita e tem um lavatório. O que é que eu preciso mais? Tem um bom lava louças. Tenho tiragem, tem um extrator para o esquentador e outro para o fogão, mas não tenho gaz canalizado, tirando isso tenho tudo, sistema de esgotos e rede pública de abastecimento de água. As obras que fiz foram de pouca monta,



só uma vez é que caíram lá duas paredes e eu é que paguei. Apesar de a casa ter melhorado, considero que fiquei a perder, porque anteriormente alugava quartos a meninas e esse dinheiro faz-me muita falta. (Albertina)

A maioria dos entrevistados mora numa habitação com condições precárias, assinaladas por Marlucci Menezes (1994: 5), onde a ausência de conforto e as barreiras arquitetónicas, criam condições para que as suas próprias casas funcionem como autênticos “labirintos”, contribuindo para diminuir a capacidade de mobilidade dos idosos e para a sua qualidade de vida. Os casos de José Maria e Sebastião são similares, já que ambos efetuaram obras por sua iniciativa, tendo sido também alvo de intervenção da CMC. Em ambos os casos para além de não terem sido questionados quanto às alterações que deveriam ser efetuadas, ainda as pagam na atualidade à CMC num valor quase residual, como comprova o recibo que exibem taciturnamente:

Habito há 44 anos esta casa que é arrendada, só de um piso. Agora temos de viver nesta casa e subir degraus, são poucos mas são muito estreitos e pequenos, mas tem um corrimão e temos de subir para o 1.º andar. Não vivi sempre nesta casa. Quando me estabeleci em Coimbra vivia ali perto, num beco qualquer mas estive lá pouco tempo, porque a dona quis vender a casa e a minha mulher não quis comprar e fui viver para a casa onde vivo hoje, se não fosse ela tinha-a comprado. Porque esta casa tem poucas condições para a minha idade, tem um quarto bom, a sala é pequena e tem mais dois quartitos mas não prestam para nada, são pequenos e a casa de banho também é pequerrucha, mas se serviu até agora, também há de servir. Agora também já não saio de lá, já não merece a pena. A Câmara já a arranjou, mas também não a arranjaram muito bem, eu também não percebia muito bem daquilo, podiam ter feito muito melhor, mas serve para agora. Não tem banheira e não tem poliban, eles não quiseram fazer, tenho de tomar banho numa bacia para não molhar a casa. Ainda no outro dia mandei pôr lá um duche novo para tomar banho, porque o outro se estragou. A cozinha serve mas é pequenina, mas agora praticamente não comemos em casa, porque comemos no Centro de Dia. As obras de beneficiação na habitação foram efetuadas pela Câmara, ainda hoje ando a pagá-las, tenho como comprova o recibo do pagamento da renda. Nunca fui questionado quanto às alterações que deveriam ser efetuadas. Eles é que decidiram, eu só falei por causa do telhado e disse que ia fazer queixa ao Presidente e eles puseram um telhado novo. Mas se eu soubesse o que sei hoje... Foi 7.600\$00 que eles levaram pelas obras e fizeram tudo aldrabado, o que era de pintar não pintaram nada, o que era de madeira tive de ser eu de pintar tudo. (José Maria)

Vivo num primeiro andar só de um piso. A casa tem um quarto, uma sala, uma espécie de cozinha e casa de banho só com sanita e lavatório, habituei-me a tomar banho na bacia. As divisões são todas muito pequenas. Quando a minha tia era viva dormia na sala porque a minha tia não tinha dinheiro para uma casa maior. A casa tem sistema de esgotos, rede pública de abastecimento de água,

eletricidade, mas não tem gás natural. Vivo nesta casa desde os meus 4 anos, quando vim viver com a minha tia. A casa é de renda. O que gosto mais nela é da sua localização, mas considero que não tem grandes condições de habitabilidade. As poucas obras realizadas na habitação foram efetuadas pela Câmara e por mim. A Câmara fez algumas obras que ainda ando a pagar, no recibo vem a renda e as obras, mas não fizeram nada de jeito. Eles é que decidiram, eu ainda falei para ver se mudavam o chão que estava todo podre e se faziam um duche, mas nada, arranjaram as janelas e pouco mais, ainda tive de pintar a casa toda por dentro. Quando tinha saúde e era novo ainda fui arranjando qualquer coisita, pus o lava louça na cozinha, mas paguei do meu bolso. Agora também não faço mais nada, já não vale a pena, se deu até agora também há de dar, já não vou viver muito mais tempo, não é? (Sebastião)

Os casos de Maria, Teresa e Francisco são semelhantes. Sendo arrendatários de há longa data, por falta de intervenção, quer dos proprietários quer da CMC, optaram por efetuar as obras que consideraram necessárias e pagaram-nas na totalidade:

Vivo num primeiro andar, a casa tem uma sala e dois quartos, cozinha e casa de banho, com divisões não muito grandes. A cozinha e a casa de banho têm sistema de esgotos, rede pública de abastecimento de água, e eletricidade, mas o gás é de botija. A casa é de renda. Gosto da minha casa, porque fiz as obras há minha maneira e é aqui que tenho as minhas coisitas. Não gostava de viver noutra sítio, a não ser em casa da minha filha, mas por causa do meu genro não posso. Quando passei a viver em casa dela levei a maior parte da mobília, agora tenho o essencial e não compro mais porque considero que não necessito. Não deixei a minha casa quando estive em casa da minha filha, por isso regressei após esse tempo. Gastei muito dinheiro nas obras de beneficiação, tive de fazer a instalação da água, arranjar a casa de banho e a cozinha, colocar as persianas e o chão. Pedi dinheiro emprestado ao banco para pagar as obras quando para lá fui viver. Investi numa casa que não era minha, mas o senhorio não fez lá nada. (Maria)

Habito num sótão no 3.º andar e subo 50 degraus, já me custa um bocadito. A casa tem 2 quartos, sala, cozinha, hall e duas casas de banho, uma na cozinha com sanita, lavatório e bidé e outra com poliban, mas as divisões são muito pequenas e não têm janelas. O poliban é muito alto, as meninas que me levam o almoço ao fim de semana até me levaram um banquinho muito jeitoso, só para eu não ter de subir, porque tenho de me agarrar à torneira para me alçar para o poliban que tem quase meio metro de altura do chão. Às vezes tenho medo de tomar banho só com medo de cair. As meninas até me disseram que se tivesse medo que aguardasse que elas ajudavam, mas graças a Deus ainda não preciso, mas estou sujeita. Já não é primeira vez que caio por causa do tapete do duche. As meninas até me disseram para fazer obras, mas eu não tenho posses para isso. Tinha de mexer na canalização e tudo e por baixo vive gente... Tenho e gás mas não é canalizado, é de botija. Vivo nesta casa há 43 anos, antes vivi por baixo das Criaditas dos Pobres, na Rua de S. Cristóvão com a minha mãe, foi aí que meu pai faleceu. Numa casa que também não tinha janelas, só tinha a porta com dois postigos, a casa era

metida para dentro, mas nunca lá adoeci e nesta já apanhei bronquite. Esta casa é muito quente no verão e fria no inverno, tem piso, mas entra o calor todo. A casa não é minha, é arrendada. Não gosto de ali viver mas não tenho outra, tenho de lá viver. Se pudesse escolher habitaria numa casa de piso térreo porque já me custa subir com as compras, tenho de me remediar até que Deus queira, passo tanta hora fechada em casa e agora com o calor parece um forno, basta ser um sótão rente ao telhado. Eu no sábado julguei de morrer, tinha tudo fechado, só tinha a porta da escada aberta, mas não me posso deitar com a porta aberta, com medo de vir alguém. Quando fui para lá viver tinha 30 anos, era mais nova e não me custava subir. Vinha da Universidade a casa e às vezes vinha à rua aviar algum recado e ver se a minha mãe estava bem, subia e descia e nem notava as escadas, agora é que eu noto, na altura não. Agora noto porque a idade já vai avançada. Na habitação nunca foram efetuadas obras de beneficiação, exceto quando caiu uma parte do telhado e pedi à Câmara para os Bombeiros colocarem um oleado, porque eu estava na cama e via o céu, mas depois lá consegui, lá me arranjaram aquilo. Quem arranjou foi um pedreiro que andava numa casa em frente, foi lá no fim-de-semana pôr-me aquela parede falsa, que aquilo já nem é uma parede como estava, é uma parede mas é feita com rede e com cimento e já não tem tijolo, por isso se torna mais fria no inverno e mais quente no verão. Mas depois tive de pagar ao homem por três vezes. Ainda pedi na Câmara mas eles não ajudaram. Quando é para ajudar um pobre nunca se pode. Se pudesse mudava o poliban porque o que tem é muito alto e um dia ainda me mato para tomar banho. (Teresa)

A minha casa é de um só piso, no 1.º andar, habito nela há 50 anos. Tem 3 divisões, sala, cozinha, dois quartos e uma espécie de casa de banho. Não tem banheira nem bidé, tem um lavatório porque o pus lá. O duche é um depósito onde coloco a água e depois tomo banho para uma bacia. As divisões são todas pequenitas. Remedeia, agora também já não mudo. A casa é arrendada, o que me vale é que a renda da casa é baixa. Fui para lá pagar 400\$00, na altura era muito dinheiro, mas a renda nunca foi aumentada, mas já quiseram. Quiseram aumentar a renda para € 80,00 mas eu disse que então tinham de fazer obras, como não as fizeram também não me aumentaram a renda. Depois fiquei a saber que o máximo que me podiam aumentar era para € 70,00, mas como quiseram aumentar para € 80,00 não paguei e não saio e também não me podem pôr na rua, por isso continuo a pagar € 2,00 por mês. Paguei todas as obras de beneficiação na habitação, nunca fui questionado para serem feitas obras, por isso é que eu as fiz. Nunca fiz muitas obras porque a casa não era minha e porque não tinha muito dinheiro. Para mim este é um problema recorrente, porque a maioria das casas não tem condições de habitabilidade. Vou-lhe dar o exemplo da minha cunhada que vivia na Rua da Moeda e voltou para a terra porque a casa onde vivia não tinha condições e o senhorio não fez obras, como não conseguiu arranjar uma casa com uma renda compatível como a que tinha não teve outra hipótese. (Francisco)

Ana Sofia vive numa casa sem o mínimo de condições. Foi a única de todos os entrevistados que se recusou a ser entrevistada noutra local, por esse motivo a entrevista foi efetuada na sua

habitação, que me permitiu verificar a gritante falta de condições de salubridade que possuí. A casa é de um só piso na cave do edifício o que a torna muito húmida. Tem apenas um quarto separado da sala por uma cortina de pano, a casa de banho tem sanita e autoclismo, o duche não tem água quente e a cozinha é também muito pequena sem o mínimo de condições, com a mobília toda esburacada pelos ratos, segundo a entrevistada:

A minha casa tem rede pública de abastecimento de água, eletricidade, mas não tem gás natural. Arrendei a casa há 40 anos, nunca ganhei o suficiente para comprar uma casa. Quando vim para cá ainda era propriedade de um particular e era toda de renda, agora já não. Na parte de cima viviam estudantes e na parte de baixo era arrendada a casais. Todas as divisões tinham gente, era como as formigas. Gosto de aqui viver porque já me habituei e não trocava esta casa por nenhuma outra. As obras de beneficiação que foram realizadas na minha habitação foram efetuadas pela Justiça e Paz que puseram um teto falso por causa da humidade e porque me caiu metade do estuque em cima da cama. O resto do edifício esteve à espera mais de 5 anos que a Câmara fizesse obras. Mas fizeram obras no resto do edifício e em minha casa não. Quando vim para cá viver a casa de banho era só sanita, mas eu comprei o autoclismo, o lavatório e os azulejos para o chão. A cozinha só tinha buracos de ratos, a casa estava toda esburacada porque o chão era em soalho. Fui eu que paguei tudo do meu bolso. Ainda hoje tenho buracos no chão mas tapei-os com o sofá e os móveis. O chuveiro não tem água quente e a cozinha não tem grandes condições, mas remedeia. Também não preciso muito dela, só para fazer um chá e pouco mais porque do Ateneu trazem-me a comida durante a semana e ao fim de semana é a Câmara que trás. Nunca me questionaram quanto às obras efetuadas mas como também não paguei acho que não tinha nada a dizer. Hoje se pudesse punha água quente no duche porque no inverno custa-me muito tomar banho de água fria e já não posso ir ao Ateneu tomar banho, só por isso não saio de casa. (Ana Sofia)

Os edifícios públicos devem permitir um fácil acesso aos seus utilizadores, essencialmente aos que têm mobilidade reduzida, como é o caso dos idosos, para que os possam utilizar com segurança e sem limitações. Nesse sentido, os entrevistados foram inquiridos quanto ao grau de dificuldade ou facilidade que sentem na utilização dos edifícios públicos, quanto à acessibilidade, elevadores, escadas rolantes, rampas, portas e passagens largas, escadas adequadas não demasiado altas nem íngremes com corrimãos, pavimentos antiderrapantes, zonas de descanso com bancos confortáveis e sinalização adequada. Em todos os testemunhos, foi possível apurar que os entrevistados não utilizam os edifícios públicos com regularidade, exceto os edifícios ligados à área da saúde. A título de exemplo apresentaremos apenas alguns testemunhos para que a análise se torne menos exaustiva, porque que são muito semelhantes:

“Melhoraram bastante, pelo menos para pessoas com mobilidade reduzida, embora não os frequente com regularidade, exceto o Hospital Novo ou o Centro de Saúde quando tenho consultas”. (José Maria) “Não necessito de os frequentar, só vou Hospital e ao centro de saúde às consultas e à Clínica do Dr. Fonseca fazer fisioterapia e aí as condições são muito boas”. (Albertina)

Não costumo frequentar edifícios públicos, exceto o Hospital Novo e o Centro de Saúde, onde tenho consultas, aí considero que tem todas as condições para pessoas com mobilidade reduzida, como é o meu caso. Vou lá fazer o quê? À Câmara nunca lá fui, exceto antigamente quando ia lá à casa de banho, porque na Igreja não há casas de banho e quando ia à missa tinha de lá ir porque ficava perto. Mas agora já não vou. (Alice)

Apenas um dos entrevistados mencionou o facto existirem edifícios estatais abandonados, que ao invés de se promover a sua reconstrução/recuperação, sejam votados ao abandono e, conseqüentemente, à degradação e se arrendem edifícios de entidades particulares:

Relativamente aos edifícios públicos, penso que estão melhores do que há uns anos atrás. Mas há uma série deles que estão abandonados, a maioria deles devolutos, é uma vergonha que haja edifícios públicos desabitados e que o Estado pague rendas a particulares em vez de reabilitar esses edifícios. Não deviam investir no que têm? É este o país que temos não é? (Joaquim)

Tentámos perceber qual a relação que os idosos têm com a cidade, mais concretamente com as zonas da Alta e da Baixa, no que respeita à segurança que sentem em suas casa e nas deslocações diurnas e noturnas, à iluminação pública, à criminalidade e à limpeza das ruas. Mais uma vez o testemunho dos entrevistados aponta para a dualidade que existe entre a zona da Alta e da Baixa da cidade, em todos os aspetos, como atesta o testemunho de Alice:

Se virmos bem existe uma grande diferença entre a Baixa e a Alta, eu sei porque costumo andar pela Baixa e venho para aqui todos os dias. Na Baixa há mais pessoas nas ruas à noite, pelo menos aos fins-de-semana e em dias de festa, há mais polícias, as ruas têm mais iluminação e estão mais limpas. Na Alta é exatamente o contrário, até mete dó, as ruas são sujas e não se vê polícias nenhuns por aqui, por isso é que há mais assaltos do que lá em baixo. É em tudo pior que lá em baixo. (Alice)

Para além da falta de higiene nas ruas, outro dos problemas apontados à zona da Alta é a falta de policiamento e a proliferação de assaltos, como se percebe nos seus discursos:

Um dos principais problemas das pessoas que vivem na zona prende-se com a falta de higiene nas ruas, porque nunca são limpas como deve de ser e o que contribui para isso é a inexistência de intervenção da Câmara, pois se houver uma coisa qualquer não há ninguém que veja que aquilo está mal para arranjar. Está um candeeiro ao pé da minha porta que está todo sujo, não são capazes de o ir limpar, é uma miséria, não têm nenhuma consideração pela Alta, se for na Baixa eles fazem, se for na Alta não fazem nada. Passam aí os turistas e não de dizer bem disto. Penso que existe uma grande diferença entre as zonas da Alta e da Baixa. Considero que lá em baixo é tudo muito melhor, antes tivesse ido viver para lá, agora que sou velho era mais fácil. Já na zona da Alta às vezes andam por aí uns moicanos. Assaltaram lá umas rapariguinhas que andam a estudar, roubaram os computadores. Abriam a porta sem a arrombar, mas a polícia parece que os apanhou. E depois assaltaram outra rapariguinha, mas ela estava em casa e gritou. Quando foi a ver estava um gajo dentro de casa e ele deixou as luvas e uma faca junto à janela que saltou e a polícia apanhou-o. (José Maria)

Na Baixa está tudo muito melhor, já na Alta não é assim em todos os aspetos, até as ruas estão muito mais sujas. Ainda a semana passada me contaram que ouviram um grito à 4 da manhã, até meteu polícia, por causa de uma rapariguinha que lhe roubaram o carro e dois computadores. Outra vez às 5 horas roubaram uma mala a uma estudante que ia a passar na rua. Então ouro já roubaram várias vezes, uma vez uma senhora teve de ir ao hospital com um golpe no pescoço porque lhe roubaram um fio. (Maria)

É uma porcaria as ruas. Estão muito sujas, é um cheiro que não se pode, na minha rua as pessoas são limpas/porcas. São limpas em casa e porcas na rua, porque põem o lixo na rua em vez de o porem nos contentores. Porque vêm turistas e às vezes vamos por aí a fora e veem-se ruas que se podem lambar o chão. No outro dia encontrei um funcionário da Câmara e disse-lhe: Só a Baixa é que é cidade, que o resto não é? Penso que, relativamente a tudo o que perguntou, existe uma grande diferença entre a Alta e a Baixa. Aqui em cima é tudo péssimo, em todos os aspetos. Só para lhe dar um exemplo, já foi muita gente roubada. Aqui há tempos foi uma senhora que vive em frente a mim, havia lá ao lado da casa quartos para alugar e tocaram-lhe à campainha e ela tinha um fio grosso de ouro com uma cruz e um senhor todo engravatado roubou-lho. Mas depois prenderam o fulano, já passava uma temporada e o fio apareceu. Só nos transportes é que agora estamos melhor, no resto está tudo mal. (Albertina)

O facto de Ana Sofia apesar de não sair de há vários anos não a impediu de ser assaltada na sua residência, como comprova o seu discurso:

Agora não sei muito bem como está, por isso não posso responder. Mas já fui assaltada, até os óculos me roubaram, mas também não levaram muita coisa porque eu sempre fui muito pobrezinha. Não tenho ouro e só tinha uns troquitos em casa, que também levaram. (Ana Sofia)

Francisco apenas sublinha a disparidade que existe entre as duas zonas da cidade, a Alta e a Baixa, já que habita na zona da Baixa e todos os dias da semana frequenta uma “tasca” onde confraterniza com amigos de há longa data. Nunca foi assaltado, mas à sua esposa foi-lhe furtada uma carteira:

Penso que na zona da Baixa está tudo muito melhor do que na Alta. Sei o que digo porque venho aqui todos os dias de semana, já frequento este estabelecimento há mais de 50 anos e vejo as diferenças. Só nos transportes é que a zona da Alta agora está melhor, mas durante muitos anos não foi assim. Nunca fui assaltado, mas a minha esposa já foi ao pé do Bota Abaixo e roubaram-lhe a carteira. (Francisco)

Dos dez entrevistados, quatro afirmam não sair de casa à noite. No caso de Joaquim tratou-se uma escolha que efetuou após envelhecer. No entanto a sua crítica em relação à limpeza das ruas vai mais longe que os restantes inquiridos, já que para ele não faz sentido que uma zona considerada Património da Humanidade não tenha sido contemplado pelos decisores políticos:

Quanto a esses aspetos considero que existe uma dualidade entre a Baixa e a Alta. Esta Alta, falam em Património da Humanidade, mas é um Património da tristeza. Porque às vezes os baldes do lixo e outras coisas estão aí dias encostados às paredes, é uma vergonha. Passam os estrangeiros e até estranham. Na parte Alta da cidade, era preciso que eles agarrassem nisso e fizessem o que é necessário fazer, arranjar as ruas. As fachadas ainda vá lá, a Câmara começou a tomar conta destes prédios que as pessoas não tinham condições para os arranjar e começaram a pintar as casas. Agora o chão é que está precisado. Até disse ao Manuel Machado: A Alta é Património Mundial de quê, do lixo? Tem umas ruas que são uma vergonha. Quanto à segurança nunca tive nenhum problema, mas também não sou pessoa de andar à noite na rua. Depois de envelhecer não saio à noite, antes de escurecer vou para casa. Mas a situação de assaltos é no país inteiro, não é só em Coimbra. (Joaquim)

No entanto, para João, Sebastião e Teresa, esta opção está diretamente ligada com a criminalidade que se faz sentir nestas zonas. O efeito que a criminalidade reflete nos idosos passa, com o tempo, por transformar-se numa angústia individual, que por vezes se expande ao círculo de amizades mais próximo e à comunidade como um todo, como é o caso:

Considero que os principais problemas das pessoas que vivem neste local se prendem com a falta de higiene das ruas e tem uma calçada onde é difícil andar, há muita falta de condições na Alta. Relativamente a todos os aspetos que perguntou penso que existe uma grande diferença entre as duas zonas. Tirando os transportes de dia, na Baixa está tudo muito melhor que na Alta, em todos os aspetos. Já fui assaltado 3 vezes, está a ficar muito complicado aqui na zona da Alta e tenho medo. Ando sempre sobressaltado. Antes de partir a perna tinha de ir para casa por volta das 23h00 ou 24h00

a pé porque não tinha transportes, mas como era mais novo andava mais ligeiro e nada me metia medo. Agora alugámos um quarto por cima do estabelecimento porque tenho medo de ir para casa. Só vou a casa no fim-de-semana. E é aqui quase ao lado. Já viu onde cheguei? (João)

É tudo melhor na Baixa, mesmo a acessibilidade automóvel, apesar de não haver muitos estacionamento e os transportes públicos estão em mais quantidade. Na Baixa tem mais equipamentos de lazer do que na Alta. Quanto a ambiente noturno não sei porque não costumo sair de noite, tenho medo por causa dos assaltos, só quando há festas pela zona da Praça 8 de Maio é que vou lá um bocadito e tenho gostado. Na Baixa também tem mais segurança, pelo menos veem-se mais polícias. Aqui na Alta há muita gente a ser assaltada e nas casas também pelo menos aqui no Centro de Dia já foram 3 assaltados. Sabe que quando uma pessoa é mais velha tem mais medo, mas na Alta não se veem polícias nenhuns. A Baixa também tem melhor iluminação pública e as ruas estão mais limpas, já na Alta não é assim. (Sebastião)

No caso de Teresa, o medo tornou-se patológico pois transformou-se numa angústia exacerbada. O facto de já ter sido assaltada, fê-la viver com uma sensação de ansiedade permanente que produz um estado de alerta em face de uma percepção de risco ou perigo eminente. No entanto, a sua percepção da criminalidade pode estar baseada tanto em fatores reais quanto imaginários, caracterizados pela ausência de correlação direta entre ele e a incidência real, como percebemos no seu discurso:

Considero que os principais problemas das pessoas que aqui vivem se prendem com a falta de policiamento, era o que a gente precisava. Ainda na 5.<sup>a</sup> feira roubaram um carro a uma aluna que o deixou estacionado à porta e às 4h30 da manhã. O namorado ia a sair e não encontrou o carro no sítio, com dois computadores no banco de trás, o que é que eles queriam? Também deixam as coisas mal acauteladas. O rapaz alarmou a rua e a vizinhança aos gritos, eu até pensava que estava alguém para morrer e levantei-me assustada. Quanto ao resto penso que existe uma diferença muito grande entre a Baixa e a Alta, exceto nos transportes públicos porque já temos o Elevador e o Pantufinhas. Na Baixa está tudo muito melhor que aqui em cima, basta passear nas ruas e percebe-se logo, nem é preciso fazer mais comentários. Apesar de todas as diferenças que existem, para mim é a segurança que mais me preocupa, aqui na Alta estamos muito mal de polícias, eles vêm de carro quando os chamaram. Apesar de compreender que não há polícias para todas as zonas considero que na zona da Alta é péssimo, estas ruazitas estreitas por aqui... Já fui assaltada ali ao pé da rua da Igreja de S. Salvador, na rua da parte de baixo, fui assaltada às 10h30 um dia quando vinha para o Centro de Dia, por isso já pode ver. Saí do autocarro e vinha por ali abaixo e fui apanhada ao pé da fonte, por um rapazote que vinha a correr atrás de mim, que eu nem sei quem era. Ele arrumou-me contra a parede e levou-me a carteira e fiquei sem saber quem era. Já lá vai uns 2 anos, ainda fui à polícia mas não o encontraram. A



gente acaba por ter medo de andar na rua sozinha. Sobretudo à noite, a partir das 18h00 já não se pode vir à rua e então no inverno ainda pior. De inverno escurece muito cedo e a gente sai daqui e vai logo para casa. A gente acaba por ter medo porque a idade também já conta. Uma pessoa agora apanha medo de tudo, eu pelo menos tenho medo. Agora para a Baixa que há muita gente vou. Agora até tenho notado, eu antes costumava ir ao sábado à missa e ia também ao domingo de manhã, mas ontem de manhã tive medo de ir da minha rua a Sta. Cruz, não vi viva alma, só vi dois rapazes que iam para cima de mochila, isto às 10 da manhã e eu disse, não volto à missa a esta hora. Sabe? A gente acaba por ter medo. Não me fizeram mal, mas olharam, olharam e pediram-me dinheiro e eu levava até um saquinho de plástico, nem levei a carteira. Mas levava as chaves, se me tirassem o saco levavam as chaves de casa. Até fiquei admirada por ter medo de ir à missa ao domingo. (Teresa)

O Ateneu é uma IPSS com ação no âmbito cultural, recreativo e de solidariedade social. É um Centro de Dia vocacionado para que os idosos possam usufruir não só de alimentação, mas também de convívio e prática de atividades de caráter cultural, artístico e de estimulação física, intelectual e psicológica. Desenvolve também serviço de apoio domiciliário. Procurámos perceber se os idosos que frequentam o Centro de Dia do Ateneu gostam de o fazer e qual o grau de importância que tem para o seu quotidiano, pois com o aumento da longevidade e a diminuição das relações familiares e interpessoais, os Centros de Dia surgem para muitos idosos como uma alternativa ou solução para o isolamento. Neste sentido, dos dez entrevistados, seis frequentam diariamente o Centro de Dia e a sua opinião é muito positiva como se pode verificar:

Gosto muito de frequentar o Centro de Dia do Ateneu. Foi neste espaço que encontrei novas amigas, em compensação das que perdi perto de minha casa. Após a morte do meu marido, o meu filho telefonava-me muitas vezes porque tinha medo que me acontecesse alguma coisa e eu caísse no chão sem ter ninguém que me ajudasse. Um dia perguntou-me se não queria ir para um Centro de Dia e eu concordei. Para a Graça de S. Filipe não quis ir porque é muito longe. Depois um vizinho meu que já morreu e que andava aqui indicou-me para vir aqui ver. O meu filho veio cá e tratou de tudo. Já frequento o Centro de Dia há 7 anos. Venho de manhã, depois de ir à missa das 9h00 e saio às 16h30 depois do lanche. Vou para casa onde me mantenho até ao dia seguinte. Não tenho ajuda de mais nenhuma instituição, porque sou eu com as minhas mãos que arrumo a casa. A minha casa é muito boa de arrumar e não sei quem lá meto. Porque arranjei uma mulher para fazer limpeza em casa do meu filho e apanhei-a a roubar. Mas se um dia precisar que remédio, terei de pedir que vão lá a casa. (Alice)

Gosto de andar no Centro de Dia. Aqui sinto-me melhor, pelo menos não passo os dias sozinha em casa, mas conto os minutos para ir ter com a minha filha. Ao fim de semana levam-me a refeição a casa, se não fosse assim era muito complicado para mim, já me basta viver sozinha. (Maria)

Gosto de frequentar o Centro de Dia do Ateneu, já aqui ando há muito tempo, se não fosse isto para me distrair não sei como seria. No fim-de-semana é a Câmara que me fornece a refeição, aos sábados e aos domingos levam-me lá o comer, dizem que é da Câmara, não sei. Porque isto está fechado e depois lá arranjam com a Câmara e vão-me levar o almoço que dá também para o jantar. (Sebastião)

Gosto de frequentar o Centro de Dia. Considero que se assim não fosse eu e minha esposa, que tem andado muito doente com uma dor nas costas e um bocado mal da cabeça, não teríamos a mesma qualidade de vida. Nunca dominei as lides domésticas, por isso aos sábados e aos domingos levam-nos a refeição, dizem que é da Câmara, não sei, porque não fui eu que tratei disso, foi no Ateneu. Porque isto está fechado e depois lá arranjam com a Câmara e vão levar o almoço e o jantar. (José Maria)

Gosto de todas as funcionárias do Ateneu, elas são todas muito boazinhas, até me arranjam os medicamentos que tomo diariamente, trazem-me as refeições todos os dias da semana e quando é necessário até me levam ao médico. Tenho apoio domiciliário há 6 anos. Anteriormente frequentava o Centro de Dia, quando podia andar, agora não posso, são elas que me valem, porque agora tenho medo de cair e não vou lá. Ao fim de semana como o Centro está fechado lá me arranjam com a Câmara e vão levar o almoço que dá também para o jantar. (Ana Sofia)

No caso de Teresa e Albertina, para além de terem uma opinião muito positiva do Centro de Dia, foi aqui que fizeram novas e duradouras amizades e encontraram uma “filha” que partilham. Francisca apesar da idade que tem, 32 anos, frequenta o Centro de Dia há 5 anos, nasceu com nanismo e foi abandonada pela mãe ainda pequena, foi o pai que a criou sozinho, mas entretanto faleceu e este facto agravou o seu estado de saúde já débil, provocando-lhe um AVC. O estado debilitado em que se encontrava quando começou a frequentar o Centro de Dia, fez emergir o instinto maternal de Teresa e Albertina, como se percebe nos seus discursos:

Gosto muito de frequentar o Centro de Dia. Já cá estou há 9 anos, se não fosse isto custava muito mais a passar a nossa vida, eu vim para cá porque não aguentava um dia inteiro sozinha em casa. É muito triste, a solidão custa muito, o que vale é a televisão acesa todo o dia. Olhe a gente sempre vai ouvindo falar, mesmo que vá à cozinha tratar da minha vida tenho-a ligada na sala e de vez em quando vou espreitando e vou vendo o que se passa e assim passam as horas. No fim-de-semana também temos a casita para limpar, a roupa para lavar e passar e vai-se à Praça comprar alguma coisita e assim passa o fim-de-semana. Mas é tão grande e nunca mais passam as horas. Nós estamos sempre à espera que o fim-de-semana nunca chegue. Sabe, aqui criei laços com o pessoal e até com os diretores. Relaciono-me muito bem com os outros idosos, mas nutro especial afeição com a minha amiga Francisca, é como se fosse minha filha. Visito-a aos fins-de-semana ou aos feriados para lhe fazer companhia ou suprir qualquer necessidade. Somos as únicas que não temos ninguém, eu vou lá de vez em quando fazer uma

visita, porque ela vive sozinha na Rua das Flores. Ela coitadita não pode fazer as coisas e às vezes vou lá só para perguntar se ela precisa de alguma coisa da Praça, porque ela tem comer só ao sábado e trazem-lhe também para domingo, mas quando há um feriado não se lembram que esta infeliz tem de comer. Ela leva comer daqui, mas às vezes falta-lhe um bocadito de fruta e depois eu vou comprar. Já lhe disse muita vez: Quando faltar alguma coisa apita. Temos de ser uns para os outros. Eu às vezes vou lá procurar, mas como ela vive sozinha e está sempre deitada, custa-me ir lá cedo porque tenho medo que ela se assuste, porque ela também já foi assaltada. Estava aqui e foi assaltada, arrombaram-lhe a porta e roubaram-lhe a televisão, foi gente que sabia que ela estava aqui e como ela é, e por isso vou lá perguntar se precisa de alguma coisa. Tenho refeição fornecida pela Câmara ao fim de semana e quando estou doente, vão-me lá levar o almoço, eu telefono para aqui e vão-mo levar. Fazem isso a todos, quando estamos doentes e não podemos vir vão a nossa casa, é muito bom saber que há quem se preocupe connosco. (Teresa)

Gosto muito de frequentar o Centro de Dia do Ateneu. Considero que foi aí que encontrei a verdadeira amizade, uma vez estive muito doente e foi uma utente que me levou para casa dela e até me deu a própria cama, tenho com ela uma eterna gratidão. Também ajudo a Francisca, é como se fosse minha filha, ajudo-a no que posso. Ainda é muito bom ter amigos. Exceto do Centro de Dia não tenho outro apoio, ainda faço tudo. (Albertina)

Os restantes entrevistados não têm apoio de nenhuma Instituição na atualidade. No entanto, não excluem esta opção em caso de necessidade no futuro. Francisco antevê, que se um dia for necessário ponderará frequentar um Centro de Dia, “mas para já não preciso a minha esposa ainda faz tudo”. João considera que ainda não necessita de frequentar um Centro de Dia, mas se um dia precisar pensa que terá de o fazer. Já para um Lar “não ponho sequer a hipótese de ir porque isso significa ter de deixar a minha casa e as minhas coisas que me custaram tanto a comprar.” Joaquim considera que não precisar ainda da ajuda de uma instituição, “mas se um dia for necessário logo se vê”.

## 6. Conclusão

São a conta-gotas as vidas dos idosos que escutei ao longo das entrevistas efetuadas, viver um dia de cada vez sem fazer planos para o futuro faz parte do seu dia-a-dia. As suas narrativas deixam transparecer as suas vivências (ou a falta delas) e as dificuldades com que se debatem permanentemente no quotidiano. As suas longínquas memórias estão tão presentes, como se estivessem a ser vividas no imediato. É com elas que exprimem os sentimentos de alegria, da família, do tempo da infância e das amizades que tinham à porta de suas casas. As lacunas de conhecimento sobre os modos de vida e a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade, aguçaram a minha curiosidade, mobilizando-me a tentar perceber as suas vivências, inquietações e qualidade de vida, impelindo-me a elaborar esta dissertação.

Da análise das entrevistas efetuadas, conclui-se que prevalece um afastamento físico geracional, que correspondem predominantemente a situações em que os filhos ou outros familiares se encontram maioritariamente fora da área de residência dos inquiridos, noutra local da cidade ou mesmo fora desta. É perceptível que devido à distância geográfica, a intensidade das relações entre os elementos da família são cada vez menos frequentes e intensas, ocorrendo uma desagregação dos laços afetivos, assim como uma rutura ao nível da integração familiar e social dos idosos.

Os discursos dos entrevistados também deixam transparecer que as redes de vizinhança são quase inexistentes. Ou seja, em situações de crise e de emergência, os idosos sentem não ter qualquer suporte para suprir uma eventual necessidade. Ficou igualmente comprovado que a descapitalização demográfica e o envelhecimento dos centros históricos estão bem presentes nos discursos dos entrevistados, quando se referem tanto ao facto de a maioria dos habitantes serem idosos como à falta de crianças a viver na sua área de residência. Os entrevistados referem ainda o facto de, para além da fraca representatividade, as crianças estarem confinadas ao espaço doméstico, impossibilitando o convívio com os restantes habitantes da zona.

Percebe-se pelo discurso dos entrevistados que os espaços verdes já não desempenham um relevante papel na vida dos idosos, deixando de ser espaço de encontro e de convívio para a maioria, exceto para dois entrevistados que os utilizam com alguma assiduidade. Alguns idosos utilizam-nos esporadicamente, preferindo utilizar os transportes públicos como espaço de lazer, pois sentem-se mais seguros, não correndo assim riscos desnecessários.

Todos os entrevistados, sem exceção, têm uma opinião bastante positiva do Pantufinhas e do Elevador da Alta, considerando que foram uma mais-valia e fizeram toda a diferença no seu dia-a-dia, já que os utilizam com bastante regularidade. Já os autocarros, são utilizados maioritariamente nas deslocações ligadas com os serviços de saúde. Os entrevistados consideram que nos últimos anos a oferta tem vindo a melhorar, mencionado também os preços diminutos dos passes mensais, que consideram uma mais-valia e lhes permitem viajar em toda a rede. No entanto constata-se, no discurso de alguns entrevistados, que têm uma imagem um pouco negativa de alguns motoristas, referindo serem pouco atenciosos. Apesar de a maioria dos entrevistados considerar que existe uma melhoria significativa no que respeita aos transportes públicos, também foi referido que existe pouca frequência ao fim de semana e à noite, que afeta a sua mobilidade. Foram também mencionados os autocarros com piso rebaixado e rampa de acesso como uma mais-valia, tanto nos autocarros que servem as zonas hospitalares como a rampa de acesso do Pantufinhas.

Uma constante no discurso dos entrevistados é o antagonismo existente entre a zona da Baixa e da Alta, pois se por um lado é reconhecido por todos que a Baixa melhorou nos anos mais recentes, por outro lado reconhecem que na Alta se deveriam efetuar intervenções de fundo, existindo necessidade de a (re)adaptar às necessidades da sua população. Os entrevistados apontam esta falha à falta de intervenção da CMC em obras de recuperação da calçada, limpeza das ruas, lixo amontoado junto às habitações, assim como à falta de passadeiras. Outra dualidade entre as duas zonas que é apontada pelos entrevistados, prende-se com a falta de policiamento e a proliferação de assaltos na zona da Alta, fator que contribui para que não saiam à noite de casa.

No entanto, apesar da disparidade assinalada pelos entrevistados entre as duas zonas, constata-se que apesar do descontentamento generalizado, o direito à cidadania não é exercido pela maioria dos entrevistados, existindo apenas um caso, em que o entrevistado referiu assistir/intervir nas assembleias municipais, exercendo desta forma o seu direito à intervenção nos debates.

Nas entrevistas efetuadas encontramos situações díspares quanto às condições de habitabilidade. Os entrevistados que adquiriram a sua habitação e efetuaram obras desfrutaram de equipamentos e condições de habitabilidade compatíveis com as suas necessidades. Já nas habitações arrendadas o panorama é completamente distinto, exceto num caso, porque apesar de a habitação possuir

boas condições de habitabilidade, a entrevistada abdicou de uma parte da casa e do rendimento do aluguer a estudantes, tendo o seu senhorio transformado esta habitação em duas completamente independentes. A maioria dos entrevistados mora numa habitação com condições precárias, onde a ausência de conforto e as barreiras arquitetónicas, criam condições para que as suas próprias casas funcionem como autênticos “labirintos”, contribuindo para diminuir a capacidade de mobilidade dos idosos e para a sua qualidade de vida. Existem também dois casos em que foram efetuadas obras por sua iniciativa, tendo sido igualmente alvo de intervenção da CMC. Em ambos os casos para além de não terem sido questionados quanto às alterações que deveriam ser efetuadas, ainda pagam as obras atualmente à CMC num valor quase residual. Existem também mais dois casos em que por falta de intervenção, quer dos proprietários quer da CMC, os entrevistados optaram por efetuar as obras que consideraram necessárias e pagaram-nas na totalidade.

Em todos os testemunhos, foi possível apurar que os entrevistados não utilizam os edifícios públicos com regularidade, exceto os edifícios ligados à área da saúde. Apenas um dos entrevistados mencionou o facto existirem edifícios estatais abandonados, que ao invés de se promover a sua reconstrução/recuperação, sejam votados ao abandono e, conseqüentemente, à degradação e se arrendem edifícios de entidades particulares.

Seis dos dez entrevistados frequentam um Centro de Dia e a sua opinião é muito positiva, o que lhes permite fazer novas e duradouras amizades, já que foram perdendo as que tinham à sua porta. Uma das entrevistadas já frequentou o Centro de Dia e agora, como se recusa a sair da sua habitação, são as funcionárias desta instituição que se deslocam para ter todo o acompanhamento de que necessita. Quanto aos restantes entrevistados não colocam de parte, em caso de necessidade, terem de recorrer a um Centro de Dia no futuro.

Estou certa de que muitas outras interpretações poderiam ser construídas a partir dos discursos que aqui apresentei ou, por outro lado, de discursos de outros residentes com características diferentes. Não se tratando, de todo, de um produto acabado, espero, ainda assim, que este trabalho possa contribuir para esclarecer e clarificar elementos que, por vezes sem a investigação e fundamentação suficientes, são atribuídos à Baixa e à Alta, à população que aí reside e às condições de vida que a zona proporciona.

Considero que muito ainda está por fazer, essencialmente na zona da Alta e, partilhando da opinião de Carlos Fortuna (2002: 123), reconheço que, “ao longo das próximas décadas, se torna absolutamente inevitável construir não apenas mais cidade, mas também melhor cidade”.

## Referências Bibliográficas

Albarello, Luc *et al.* (2011), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 3.<sup>a</sup> Edição, pp. 85-86.

Ascher, François (1998), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.

Ascher, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.

Bauman, Zigmunt (2006), *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, p. 65.

Bauman, Zigmunt (2007), *A Vida Fragmentada: Ensaio Sobre a Moral Pós-Moderna*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, p. 133.

Bourdieu, Pierre (1999), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, A.S.

Choay, Françoise (1997), *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Editora Perspetiva, 4.<sup>a</sup> Edição.

Costa, Alfredo Bruto da (1989), *Pobreza urbana em Portugal: Um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*. Centro de Reflexão Cristã e Departamento de pesquisa Social, Cáritas Portuguesa, p. 19.

Costa, António Firmino da e Machado, Fernando Luís (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social” in Costa, António Firmino da e Viegas, José Manuel Leite *Portugal que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora, pp. 18.

DGOTDU (2007), Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Página consultada a 20 de fevereiro de 2014, disponível em <http://dgotdu.pt/>.

Durkheim, Émile (1970) *A ciência social e a ação*. Lisboa: Livraria Bertrand, p. 289.



Durkheim, Émile (1980), *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, p. 7.

Europe Commission (2008), *Long-term care in the European Union*. Brussels: European Commission. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. Página consultada a 27 de fevereiro de 2014, disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=6&ved=0CFcQFjAF&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fsocial%2FBlobServlet%3FdocId%3D768%26langId%3Den&ei=8vsxU7ebH9SShgevYHQDg&usg=AFQjCNEZD9bjMjLmb5KmosAUqQ\\_tV96QAw](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=6&ved=0CFcQFjAF&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fsocial%2FBlobServlet%3FdocId%3D768%26langId%3Den&ei=8vsxU7ebH9SShgevYHQDg&usg=AFQjCNEZD9bjMjLmb5KmosAUqQ_tV96QAw)

Europe Commission (2010), *Caring and post caring in Europe*. Brussels: European Commission. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. Página consultada a 27 de fevereiro de 2014, disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.lifeaftercare.eu%2Fdocs%2FOverviewReportFinalSept2010.pdf&ei=0\\_kxU5CyBmiHhQfktoH4Bg&usg=AFQjCNHR-Lay4hPC5KOxBWdpxQ4Yi7KMA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.lifeaftercare.eu%2Fdocs%2FOverviewReportFinalSept2010.pdf&ei=0_kxU5CyBmiHhQfktoH4Bg&usg=AFQjCNHR-Lay4hPC5KOxBWdpxQ4Yi7KMA)

Fortuna, Carlos (1995), “Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência”. *Oficina do CES*, n.º 62.

Fortuna, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, p. 123.

Fortuna, Carlos; Ferreira, Claudino; Peixoto, Paulo (2004), *Centros das cidades e políticas de requalificação urbana. Observações sobre o caso da baixa de Coimbra*. Atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Atelier: Cidades, Campos e Territórios. Consultada a 28 de abril de 2014, disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aps.pt%2Fcms%2Fdocs\\_prv%2Fdocs%2FDPR460eb](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aps.pt%2Fcms%2Fdocs_prv%2Fdocs%2FDPR460eb)

[a9de09e0\\_1.pdf&ei=nEFYU8WtD-yg7Ab\\_74DwBg&usg=AFQjCNHNLSS6Z88t-0S4bzkOkca6su5ASQ&sig2=adDcJpvKVnJ7zktv4uu5jQ](#)

Fortuna, Carlos e Meneguello, Cristina (2013), “Escombros da Cultura: O cine-Édene e o Teatro de Sousa Bastos”. In Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.) *Diálogos Urbanos: Territórios, Culturas, Patrimónios*. Coimbra: Edições Almedina, S. A., p. 233.

Foucault, Michel (2009), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 36.<sup>a</sup> Edição, pp. 75-76.

Giddens, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Gineste, Yves e Pellissier, Jérôme (2007), *Humanidade: Cuidar e Compreender a Velhice*. Lisboa: Tadinence AG, p. 104.

Girardet, Herbert (2007) *Criar Cidades Sustentáveis*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé, pp. 12.

Gomes, Carina (2008), *A (re)criação dos lugares. Coimbra: cidade e imaginário turístico*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Gonçalves, Jorge Manuel (2006), *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Coleção TESES, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Guerra, Isabel (2003), “O território como espaço de ação coletiva: paradoxos e virtualidades de «jogo estratégico de atores» no planeamento territorial em Portugal” in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

Glass, Ruth (1964), *Aspects of Change*. London: University College, Centre for urban Studies.

Hespanha, Pedro; et al (2001), “Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local” in Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*. Porto: Afrontamento.

Hespanha, Pedro (2001), “Desigualdades e exclusão num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.

Hobsbawm, Eric (1998), “A revolução social”. in *idem*, *A era dos extremos*. Lisboa: Editorial Presença, p. 286.

INE (1920), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1930), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1940), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1950), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1960), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1970), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1981), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (1991), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (2001), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (2011), *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

INE (2013) XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação.

Serviço de Apoio Domiciliário: oferta e custos mercado privado (2009), *Pretextos*. Instituto de Segurança Social, I.P., p. 4.

Joaquim, Cláudia *et al* (2014), “Os problemas e as soluções para a Segurança Social”. *Observatório sobre as crises e alternativas*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 100-102.

Lefebvre, Henri (2012 [2000]), *O direito à cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre.

Leite, Rogério Proença (2010), “A exaustão das Cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, n.º 72. Página consultada a 29 de agosto de 2013, disponível em <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fbcsoc%2Fv25n72%2Fv25n72a06.pdf&ei=vOPJUrHOYvg7Qa14YHoDw&usg=AFQjCNF3097afIx2x8yR8AIN-6dPUKI0Dw&bvm=bv.58187178,d.ZGU>.

Lopes, João Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura - Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.

Machado, Paulo (1994), “A (c)idade maior – para uma sociologia da velhice na cidade de Lisboa”. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 15, p. 21.

Mela, Alfredo (1999) *A Sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., pp. 57, 168.

Menezes, Marlucci (1994), *Ecologia social e reabilitação urbana. Curso de Introdução à Reabilitação Urbana*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Menezes, Marlucci (2000), *Da construção social do espaço à prevenção sócio-urbanística*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Menezes, Marlucci (2005), *Uma metodologia de projeto interativo à invenção de um projeto social de cidade – Tópicos de reflexão*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Menezes, Marlucci (2007), *A importância da realização de diagnósticos socioculturais multidimensionais e interdisciplinares no âmbito dos processos de reabilitação urbana*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Nações Unidas (2002), “Construir uma sociedade para todas as idades”. Página consultada em 20 de setembro de 2014. Disponível em <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unric.org%2Fhtml%2Fportuguese%2Fecococ%2Fage>

[ing%2FIdososFactos.pdf&ei=1jvHUsjZAdLb7AailYG4Cw&usg=AFQjCNGR8YCNhSJB1I7MYcpnumGGMFGoQ.](#)

Nazareth, J. Manuel (2009), *Cescer e envelhecer – Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.

OMS (2002), “Active ageing. A policy framework”. Página consultada a 5 de janeiro de 2014. Disponível em [http://www.who.int/ageing/publications/active\\_ageing/en/](http://www.who.int/ageing/publications/active_ageing/en/).

Pais, José Machado (2006), *Nos rastros da solidão: Deambulações Sociológicas*. Lisboa: Ambar – Ideias no Papel, SA.

Pais, José Machado (2010), *Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaio sobre a cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 54.

Paiva, Flávio (1997), “Situações de pobreza em Habitat Urbano degradado” in Barros, Carlos Pestana e Santos, J. C. Gomes *A Habitação e a Reintegração Social em Portugal*. Lisboa: Editora Vulgata, 231, 233.

Peixoto, Paulo (sd.) *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*. Atas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Atelier: Cidades, Campos e Territórios, p. 142. Página consultada a 29 de abril de 2013, disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aps.pt%2Fcms%2Fdocs\\_prv%2Fdocs%2FDPR46118320a6050\\_1.pdf&ei=xj5YU9OOGLGw7AaZ1YGwCA&usg=AFQjCNGj5vAWJkB6jssj\\_R8GndOB2ZYUaw&sig2=vU2hSGt\\_SfHn0K5\\_NXxeGg&bvm=bv.65177938,d.bGQ](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aps.pt%2Fcms%2Fdocs_prv%2Fdocs%2FDPR46118320a6050_1.pdf&ei=xj5YU9OOGLGw7AaZ1YGwCA&usg=AFQjCNGj5vAWJkB6jssj_R8GndOB2ZYUaw&sig2=vU2hSGt_SfHn0K5_NXxeGg&bvm=bv.65177938,d.bGQ)

Peixoto, Paulo (2003), “Centros históricos e sustentabilidade cultural nas cidades”. *Centro de Estudos Sociais*. Página consultada em 27 de agosto de 2013. Disponível em [https://www.google.pt/search?/complete/search?client=serp&hl=ptPT&gs\\_rn=32&gs\\_ri=serp&pq=Segrega%C3%A7%C3%A3o%20residencial%20e%20segmenta%C3%A7%C3%A3o%20social%3A%20o%20E2%80%9Cfeito%20de%20vizinhan%C3%A7a%20E2%80%9D&cp=58&gs\\_id=7&xhr=t&q=Centros%20hist%C3%B3ricos%20e%20sustentabilida](https://www.google.pt/search?/complete/search?client=serp&hl=ptPT&gs_rn=32&gs_ri=serp&pq=Segrega%C3%A7%C3%A3o%20residencial%20e%20segmenta%C3%A7%C3%A3o%20social%3A%20o%20E2%80%9Cfeito%20de%20vizinhan%C3%A7a%20E2%80%9D&cp=58&gs_id=7&xhr=t&q=Centros%20hist%C3%B3ricos%20e%20sustentabilida)

[de%20cultural%20nas%20cidades&ech=1&psi=6N\\_JUuW7GITVswaV4oD4Aw.1388962062777.1&emsg=NCSR&noj=1&ei=89\\_JUozyOMPy7Ab65ICIDQ.](http://www.un.org/esa/population/publications/pop_challenges/Population_Challenges.pdf)

Peixoto, Paulo (2006), *O passado ainda não começou: Funções e estatutos dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Peixoto, Paulo (2008), “Liftings, peelings e outras plásticas. As cidades antigas querem parecer novas?”, in Domingos Vaz (org.), *Cidade e Território. Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*. Lisboa: Celta, 73-86.

Peretz, Henri (2000), *Métodos em sociologia*. Lisboa: Temas e Debates, 1.ª Edição, p. 24.

Pimentel, Luísa (2001), *O lugar do idoso na família: contextos e trajetórias*. Coimbra: Quarteto Editora, p. 238.

Population Challenges and Development Goals (2005). Página consultada em 20 de abril de 2013. Disponível em [http://www.un.org/esa/population/publications/pop\\_challenges/Population\\_Challenges.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/pop_challenges/Population_Challenges.pdf).

Portas, Nuno (1986), “O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 18/19/20.

Portugal, Sílvia (2006), *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Portugal Sílvia, et al (2010), *Estudo de avaliação dos custos financeiros e sociais da deficiência*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Quaresma, Maria de Lurdes (2004), *O sentido das idades da vida: Interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa: Tipografia Peres.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda., 4.ª Edição.

Ribeiro, Luiz César de Queiroz (2005), “Segregação residencial e segmentação social: o “efeito de vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras”. *Cadernos Metrópole*, n.º 13, pp. 47- 70. Página consultada em 20 de agosto de 2013. Disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernosmetropole.net%2Fdownload%2Fcm\\_artigos%2Fcm13\\_64.pdf&ei=89JUozyOMPy7Ab65ICIDQ&usg=AFQjCNH621ChYQAjJLfi9oOFg5\\_QgdLg1g&bvm=bv.58187178,d.Yms](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernosmetropole.net%2Fdownload%2Fcm_artigos%2Fcm13_64.pdf&ei=89JUozyOMPy7Ab65ICIDQ&usg=AFQjCNH621ChYQAjJLfi9oOFg5_QgdLg1g&bvm=bv.58187178,d.Yms).

Rosa, Maria João Valente (2012), *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Guide Artes Gráficas, Lda.

Rosmaninho, Nuno (1996), *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)*. Coimbra: Minerva Editora.

Ruivo, Fernando (2000a), *O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, p. 12.

Ruivo, Fernando (2000b), *Poder Local e Exclusão Social*. Coimbra: Edições Quarteto, pp. 133-134.

Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

Salgueiro, Teresa Barata (1996) *Do comércio à distribuição. Roteiro de uma mudança*. Celta Editora, Oeiras.

Salgueiro, Teresa Barata (1997) *Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XXXII: 179.

Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1991), “State, Wage Relations and Social Welfare in the Semiperiphery: the Case of Portugal”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 23.p. 37.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português.”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 17-56.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002), *Projeto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

Savage, Mike e Warde, Alan (2002), *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Serviço de Apoio Domiciliário: oferta e custos mercado privado (2009), *Pretextos*. Instituto de Segurança Social, I.P., p. 4.

Smith, Neil (2006), “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global” in Catherine Bidou- Zachariasen *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, p. 62.

UNESCO (2013), University of Coimbra – Alta and Sofia. Página consultada a 9 de março de 2014. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1387>.

United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division World Urbanization Prospects: The 2011 Revision. Página consultada em 20 de abril de 2013. Disponível em [http://esa.un.org/unup/pdf/WUP\\_Highlights.pdf](http://esa.un.org/unup/pdf/WUP_Highlights.pdf).



## ANEXO 1

**Figura 1:** Fotografia noturna de Portugal



**Fonte:** Jornal o Público

## ANEXO 2

**Quadro 1:** População residente por grandes grupos etários, de 2001 a 2011

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>População total</b>								
2001	10 394 669	3 696 333	2 351 652	2 678 695	776 496	400 937	242 544	248 012
2002	10 444 592	3 708 294	2 355 304	2 702 293	776 131	408 029	243 303	251 238
2003	10 473 050	3 713 740	2 354 349	2 719 233	774 276	413 611	243 916	253 925
2004	10 494 672	3 716 870	2 352 891	2 732 440	773 134	418 530	244 491	256 316
2005	10 511 988	3 718 061	2 350 150	2 745 623	770 869	423 539	245 118	258 628
2006	10 532 588	3 719 898	2 348 308	2 759 501	769 333	428 798	245 671	261 079
2007	10 553 339	3 719 773	2 345 981	2 775 675	767 535	434 556	246 373	263 446
2008	10 563 014	3 712 554	2 341 807	2 792 105	764 652	440 088	246 670	265 138
2009	10 573 479	3 705 980	2 337 787	2 808 205	762 068	445 824	246 900	266 715
2010	10 572 721	3 693 585	2 331 642	2 822 761	758 707	451 304	246 757	267 965
2011	10 542 398	3 687 224	2 316 169	2 827 050	754 385	446 140	247 194	264 236
<b>População jovem (0-14 anos)</b>								
2001	1 679 492	649 105	355 265	408 743	107 466	59 582	51 780	47 551
2002	1 682 761	644 189	353 943	417 481	107 230	61 206	51 013	47 699
2003	1 680 841	637 231	352 072	423 618	106 944	62 804	50 374	47 798
2004	1 675 752	629 407	349 789	427 976	106 925	64 139	49 673	47 843
2005	1 668 980	620 728	347 263	431 757	106 803	65 667	48 984	47 778
2006	1 656 988	609 927	343 873	434 371	106 108	66 827	48 097	47 785
2007	1 643 835	598 290	339 965	436 991	105 416	68 186	47 433	47 554
2008	1 630 985	586 299	336 159	440 612	104 894	69 322	46 658	47 041
2009	1 617 993	575 081	332 147	443 605	104 525	70 460	45 866	46 309
2010	1 595 173	561 737	324 531	443 945	103 676	70 919	44 874	45 491
2011	1 572 900	549 344	316 891	446 810	102 447	69 440	44 237	43 731
<b>População em idade ativa (15-64 anos)</b>								
2001	6 992 760	2 523 648	1 532 624	1 851 391	493 256	266 270	159 404	166 167
2002	7 012 599	2 530 159	1 533 105	1 857 057	491 737	270 603	161 089	168 849
2003	7 018 275	2 533 082	1 529 447	1 858 520	489 660	273 709	162 577	171 280
2004	7 015 481	2 533 643	1 524 320	1 857 039	486 937	276 219	163 990	173 333
2005	7 018 372	2 535 822	1 520 842	1 857 512	484 754	278 755	165 281	175 406
2006	7 027 921	2 540 647	1 518 463	1 859 172	483 863	281 782	166 617	177 377
2007	7 039 144	2 543 879	1 517 197	1 862 414	482 971	285 144	167 971	179 568
2008	7 033 726	2 538 611	1 513 215	1 862 338	480 916	288 336	168 910	181 400

Viver a conta-gotas:  
um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra

2009	7 025 090	2 531 922	1 509 237	1 861 162	478 468	291 413	169 588	183 300
2010	7 001 126	2 516 869	1 501 939	1 857 562	475 482	294 397	170 067	184 810
2011	6 961 852	2 510 813	1 489 936	1 845 263	472 700	289 708	170 990	182 442
População idosa (65 e mais anos)								
2001	1 722 417	523 580	463 763	418 561	175 774	75 085	31 360	34 294
2002	1 749 232	533 946	468 256	427 755	177 164	76 220	31 201	34 690
2003	1 773 934	543 427	472 830	437 095	177 672	77 098	30 965	34 847
2004	1 803 439	553 820	478 782	447 425	179 272	78 172	30 828	35 140
2005	1 824 636	561 511	482 045	456 354	179 312	79 117	30 853	35 444
2006	1 847 679	569 324	485 972	465 958	179 362	80 189	30 957	35 917
2007	1 870 360	577 604	488 819	476 270	179 148	81 226	30 969	36 324
2008	1 898 303	587 644	492 433	489 155	178 842	82 430	31 102	36 697
2009	1 930 396	598 977	496 403	503 438	179 075	83 951	31 446	37 106
2010	1 976 422	614 979	505 172	521 254	179 549	85 988	31 816	37 664
2011	2 007 646	627 067	509 342	534 977	179 238	86 992	31 967	38 063

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

### ANEXO 3

**Quadro 2:** Índice sintético de fecundidade, de 2001 a 2011

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice sintético de fecundidade								
2001	1,45	1,42	1,37	1,56	1,37	1,49	1,67	1,62
2002	1,47	1,43	1,38	1,57	1,4	1,56	1,62	1,58
2003	1,44	1,38	1,36	1,57	1,38	1,58	1,63	1,59
2004	1,41	1,33	1,34	1,53	1,42	1,6	1,58	1,48
2005	1,42	1,27	1,34	1,58	1,39	1,64	1,58	1,47
2006	1,38	1,23	1,29	1,54	1,31	1,59	1,47	1,44
2007	1,35	1,24	1,26	1,55	1,29	1,6	1,49	1,34
2008	1,4	1,28	1,28	1,61	1,36	1,6	1,49	1,33
2009	1,35	1,24	1,23	1,57	1,32	1,55	1,48	1,17
2010	1,39	1,28	1,26	1,64	1,37	1,57	1,45	1,26
2011	1,35	1,24	1,23	1,57	1,35	1,52	1,48	1,24

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 4

**Quadro 3: Óbitos por grupos etários e sexo, de 2001 a 2011**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Número de óbitos – Homens</b>											
Total	54 838	55 377	55 966	53 202	55 493	53 471	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544
<1	333	316	234	248	198	209	186	184	210	129	175
01-04	97	99	68	85	63	66	48	46	51	34	44
05-09	64	59	61	56	58	45	39	37	33	37	36
10-14	86	83	68	55	52	63	41	45	40	47	39
15-19	303	253	213	187	213	178	155	139	131	104	104
20-24	550	443	414	367	345	300	279	232	227	193	181
25-29	751	622	550	524	434	371	365	332	291	258	218
30-34	797	737	752	665	698	579	549	512	434	409	375
35-39	1 040	1 001	923	883	875	841	771	677	679	650	601
40-44	1 295	1 342	1 265	1 229	1 252	1 227	1 116	1 064	1 029	1 056	922
45-49	1 580	1 649	1 677	1 611	1 575	1 668	1 583	1 583	1 569	1 523	1 511
50-54	1 926	2 049	2 077	2 045	2 098	2 050	2 135	2 138	2 131	2 087	2 204
55-59	2 508	2 539	2 568	2 467	2 717	2 682	2 604	2 614	2 605	2 731	2 670
60-64	3 648	3 484	3 446	3 303	3 252	3 237	3 349	3 276	3 392	3 403	3 386
65-69	5 496	5 515	5 392	4 958	5 025	4 718	4 440	4 312	4 233	4 275	4 223
70-74	7 535	7 415	7 491	7 119	7 190	6 865	6 746	6 489	6 292	6 276	5 828
75-79	9 123	9 284	9 399	8 871	9 207	8 791	8 602	8 820	8 591	8 607	8 195
80-84	7 945	8 443	9 028	8 965	9 697	9 269	9 561	9 637	9 522	9 571	9 273
85-89	6 394	6 435	6 490	5 919	6 306	6 309	6 690	7 176	7 614	8 141	7 855
90 e +	3 367	3 609	3 850	3 645	4 238	3 979	4 104	4 257	4 212	4 668	4 694
<b>Número de óbitos – Mulheres</b>											
Total	50 254	50 881	52 829	48 810	51 971	48 519	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301
<1	234	258	232	172	186	140	167	156	152	126	126
01-04	65	68	58	57	31	49	38	33	38	36	26
05-09	50	45	42	39	38	39	23	26	26	28	29
10-14	56	57	53	49	32	30	45	48	29	24	14
15-19	97	87	85	88	72	69	57	57	56	53	59
20-24	131	141	139	108	114	88	101	86	87	101	78
25-29	190	191	210	161	145	128	114	120	102	106	90
30-34	252	249	241	248	228	195	191	208	183	201	146
35-39	355	350	349	320	322	334	312	271	325	315	242
40-44	564	532	486	475	479	463	465	456	458	439	426
45-49	774	734	709	677	717	619	689	693	690	661	623

Viver a conta-gotas:  
um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra

---

50-54	964	970	967	917	950	845	872	844	958	902	886
55-59	1 229	1 268	1 315	1 255	1 239	1 165	1 196	1 235	1 145	1 120	1 211
60-64	1 898	1 841	1 777	1 640	1 659	1 695	1 567	1 576	1 703	1 567	1 632
65-69	3 063	2 954	2 987	2 851	2 874	2 471	2 481	2 394	2 352	2 234	2 225
70-74	5 228	4 983	5 150	4 733	4 764	4 467	4 379	4 241	4 079	4 007	3 796
75-79	7 923	7 958	8 235	7 419	7 848	7 037	7 145	7 135	6 945	6 775	6 706
80-84	9 283	9 644	10 314	10 010	10 879	10 071	10 450	10 422	10 653	10 681	9 966
85-89	9 936	10 044	10 119	9 071	9 836	9 370	10 091	10 626	11 092	11 696	11 422
90 e +	7 962	8 507	9 361	8 520	9 558	9 242	9 747	10 063	10 045	10 649	10 596

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 5

**Quadro 4:** Esperança média de vida aos 65 anos, por sexo, de 1999 a 2011

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>Esperança média de vida aos 65 anos - Ambos os sexos</b>								
1999 - 2001	16,92	17	17,26	16,79	16,92	17,14	14,43	14,88
2000 - 2002	17,13	17,18	17,4	17,14	16,88	17,23	14,8	14,86
2001 - 2003	17,24	17,29	17,46	17,26	16,94	17,52	14,86	15,14
2002 - 2004	17,48	17,3	17,77	17,6	17,34	17,77	14,98	15,18
2003 - 2005	17,64	17,67	17,85	17,75	17,3	17,62	15	15,23
2004 - 2006	17,94	17,97	18,13	17,97	17,55	17,85	15,55	15,39
2005 - 2007	18,06	18,04	18,21	18,11	17,7	18,05	15,97	15,49
2006 - 2008	18,21	18,23	18,33	18,39	17,92	18,3	16,08	15,55
2007 - 2009	18,28	18,3	18,43	18,51	17,95	18,44	16,16	15,58
2008 - 2010	18,59	18,6	18,63	18,68	18	18,73	16,16	15,67
2009 - 2011	18,75	18,82	18,85	18,8	18,06	18,84	16,02	15,87
<b>Esperança média de vida aos 65 anos – Homens</b>								
1999 - 2001	15,14	15,21	15,51	14,82	15,13	15,29	12,86	12,66
2000 - 2002	15,24	15,35	15,68	15,08	15,13	15,41	13,09	12,83
2001 - 2003	15,35	15,36	15,71	15,26	15,27	15,79	12,73	13,07
2002 - 2004	15,6	15,42	15,85	15,63	15,53	16,07	12,78	13,04
2003 - 2005	15,72	15,76	15,87	15,66	15,63	16,05	13,02	12,8
2004 - 2006	16,02	16,05	16,33	16	15,81	16,1	13,64	12,63
2005 - 2007	16,16	16,13	16,34	16,18	16,04	16,24	14,1	12,64
2006 - 2008	16,35	16,23	16,47	16,48	16,28	16,48	14,3	12,72
2007 - 2009	16,48	16,32	16,67	16,65	16,06	16,69	14,34	12,73
2008 - 2010	16,74	16,68	16,68	16,76	16,13	16,97	14,11	12,78
2009 - 2011	16,92	16,92	16,86	16,97	16,32	17,11	14,04	13,11
<b>Esperança média de vida aos 65 anos – Mulheres</b>								
1999 - 2001	18,29	18,35	18,61	18,24	18,15	18,73	15,78	16,37
2000 - 2002	18,6	18,57	18,67	18,56	18,18	18,82	16,04	16,53
2001 - 2003	18,69	18,86	18,9	18,59	18,4	19,05	16,54	16,42
2002 - 2004	18,94	18,92	19,27	19	18,62	19,21	16,54	16,67
2003 - 2005	19,11	19,15	19,32	19,24	18,84	19,1	16,68	16,78
2004 - 2006	19,42	19,4	19,6	19,54	18,92	19,3	17,06	17,05
2005 - 2007	19,55	19,5	19,64	19,6	19,11	19,54	17,51	17,26
2006 - 2008	19,7	19,78	19,82	19,83	19,33	19,81	17,66	17,28

Viver a conta-gotas:  
um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra

---

2007 - 2009	19,74	19,8	19,95	20	19,39	19,9	17,58	17,38
2008 - 2010	20,03	20,06	20,18	20,21	19,54	20,18	17,76	17,42
2009 - 2011	20,2	20,23	20,43	20,23	19,53	20,38	17,6	17,54

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011



## ANEXO 6

**Quadro 5:** Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez, de 2001 a 2011

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>Número de casamentos dissolvidos por morte</b>								
2001	46 042	14 450	12 211	10 683	4 451	1 940	1 070	1 225
2002	46 140	14 283	12 496	10 553	4 541	1 949	1 145	1 173
2003	46 902	14 920	12 447	10 544	4 667	1 978	1 140	1 206
2004	45 033	13 947	11 889	10 760	4 272	1 945	1 070	1 150
2005	46 428	14 598	12 055	10 989	4 553	2 033	1 048	1 152
2006	45 210	14 494	11 621	10 777	4 326	1 923	961	1 108
2007	46 040	14 542	12 116	10 869	4 393	1 998	964	1 157
2008	46 749	14 558	12 285	11 160	4 655	2 030	981	1 080
2009	46 634	14 587	12 190	11 154	4 562	1 998	1 039	1 104
2010	46 988	14 736	12 216	11 376	4 565	1 902	1 035	1 158
2011	45 592	14 644	11 676	10 946	4 298	1 986	1 035	1 007
<b>Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) – Total</b>								
2001	4,4	3,9	5,2	4	5,7	4,9	4,4	5
2002	4,4	3,9	5,3	3,9	5,8	4,8	4,7	4,7
2003	4,5	4	5,3	3,9	6	4,8	4,7	4,8
2004	4,3	3,8	5,1	3,9	5,5	4,7	4,4	4,5
2005	4,4	3,9	5,1	4	5,9	4,8	4,3	4,5
2006	4,3	3,9	4,9	3,9	5,6	4,5	3,9	4,3
2007	4,4	3,9	5,2	3,9	5,7	4,6	3,9	4,4
2008	4,4	3,9	5,2	4	6,1	4,6	4	4,1
2009	4,4	3,9	5,2	4	6	4,5	4,2	4,2
2010	4,4	4	5,2	4	6	4,2	4,2	4,3
2011	4,3	4	5	3,9	5,7	4,4	4,2	3,8
<b>Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) – Homens</b>								
2001	2,7	2,4	3,2	2,4	3,4	2,7	2,3	3
2002	2,6	2,3	3,3	2,3	3,5	2,7	2,5	2,6
2003	2,7	2,4	3,3	2,3	3,4	2,8	2,4	2,7
2004	2,6	2,2	3,1	2,3	3,2	2,7	2,2	2,7
2005	2,7	2,4	3,1	2,4	3,5	2,7	2,3	2,3
2006	2,5	2,3	2,9	2,3	3,3	2,5	2,2	2,3
2007	2,6	2,3	3,2	2,4	3,4	2,6	2,2	2,2
2008	2,7	2,4	3,3	2,4	3,7	2,5	2,3	2,4

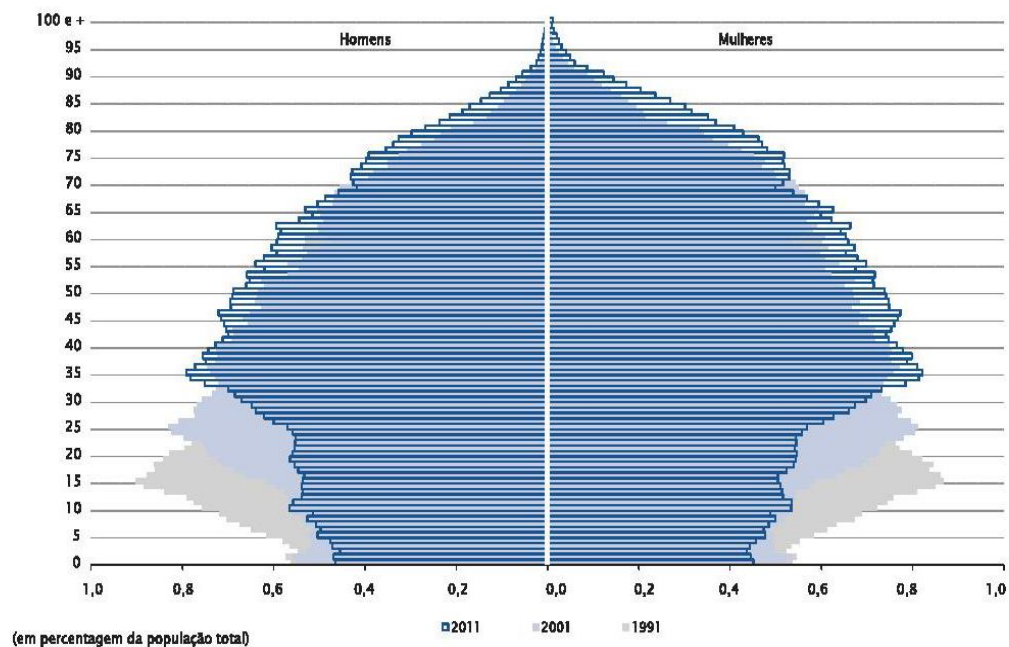
Viver a conta-gotas:  
um estudo sobre a qualidade de vida dos idosos que habitam na zona histórica da cidade de Coimbra

2009	2,7	2,5	3,2	2,4	3,7	2,7	2,3	2,3
2010	2,7	2,4	3,2	2,5	3,8	2,3	2,1	2,5
2011	2,7	2,5	3,1	2,4	3,5	2,6	2,3	2,2
<b>Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) – Mulheres</b>								
2001	6,1	5,3	7,1	5,5	8	7	6,5	6,8
2002	6,1	5,3	7,2	5,4	8,1	6,9	6,9	6,5
2003	6,2	5,5	7,2	5,4	8,5	6,8	6,9	6,6
2004	5,9	5,2	6,9	5,4	7,7	6,6	6,5	6,1
2005	6,1	5,3	7	5,5	8,2	6,9	6,2	6,4
2006	5,9	5,4	6,8	5,4	7,8	6,4	5,6	6
2007	6	5,4	7	5,3	7,9	6,6	5,6	6,4
2008	6	5,3	7,1	5,5	8,3	6,7	5,7	5,6
2009	6	5,3	7	5,4	8,1	6,2	6,1	5,8
2010	6	5,4	7,1	5,4	8,1	6,1	6,2	5,9
2011	5,8	5,3	6,7	5,2	7,7	6,2	6,1	5,1

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 7

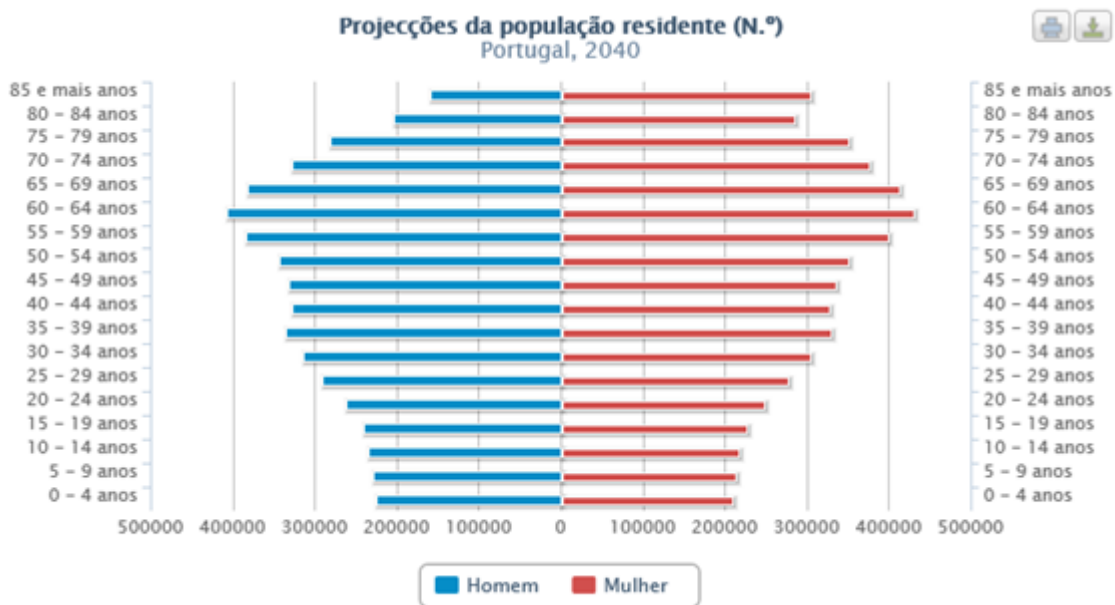
**Figura 2:** Estrutura etária da população residente em Portugal, de 1991, 2001 e 2011.



**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 8

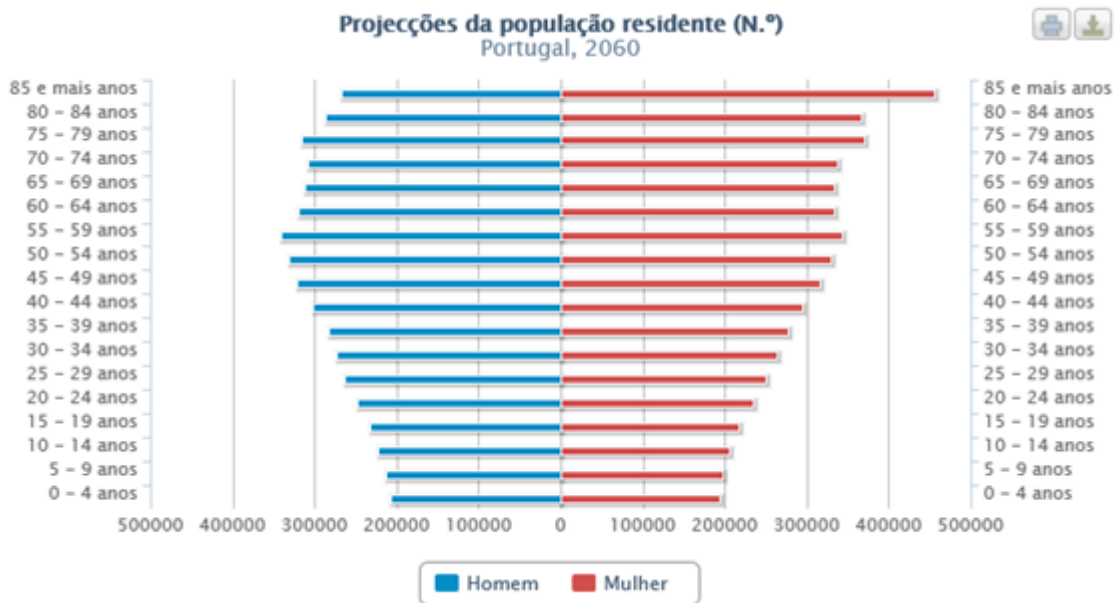
**Figura 3:** Projeções da estrutura etária da população residente em Portugal, em 2040.



**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 9

**Figura 4** – Projeções da estrutura etária da população residente em Portugal, em 2060.



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 10

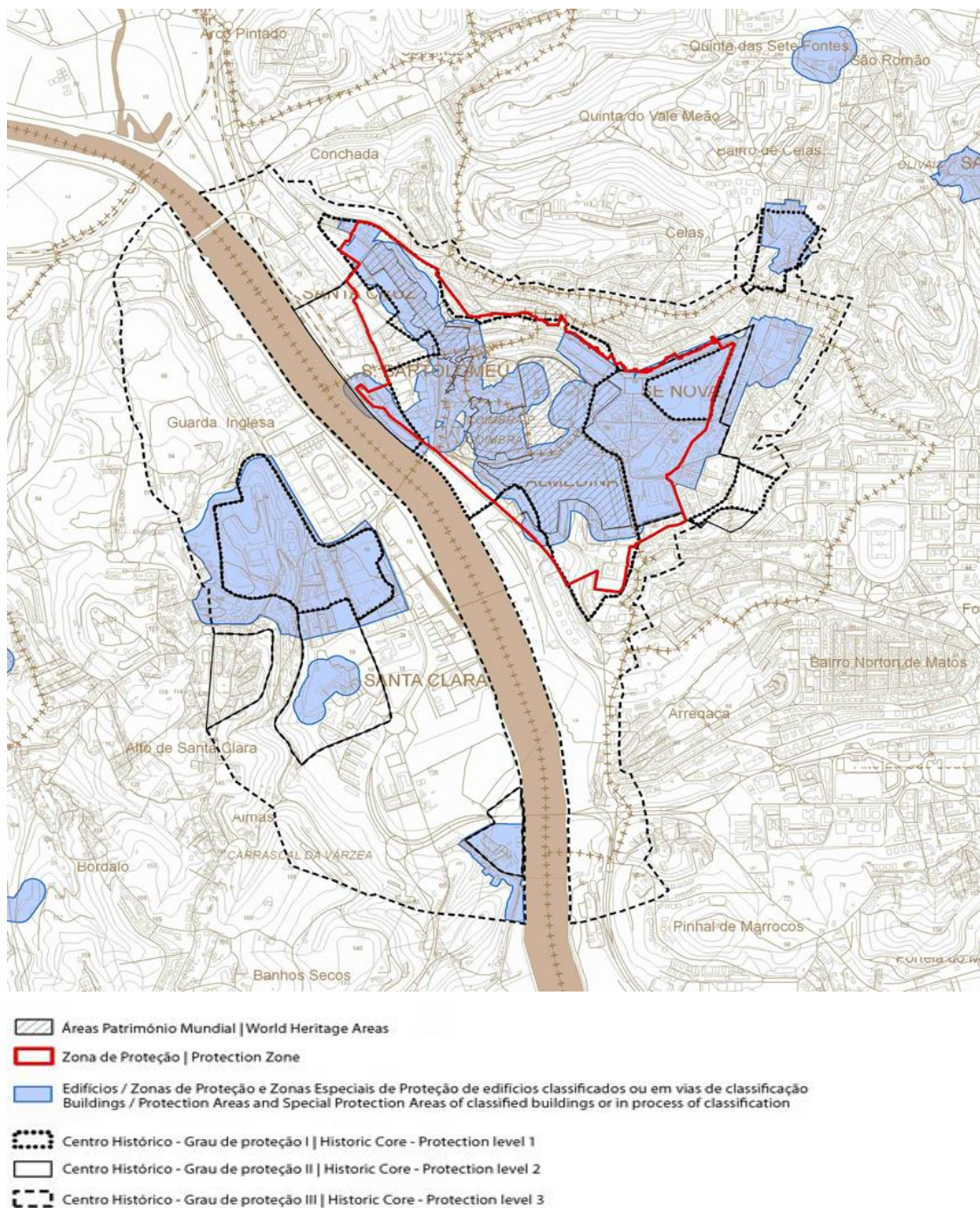
**Quadro 6:** Índice de Envelhecimento, de 2001 a 2011

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice de Envelhecimento								
2001	102,6	80,7	130,5	102,4	163,6	126	60,6	72,1
2002	104	82,9	132,3	102,5	165,2	124,5	61,2	72,7
2003	105,5	85,3	134,3	103,2	166,1	122,8	61,5	72,9
2004	107,6	88	136,9	104,5	167,7	121,9	62,1	73,4
2005	109,3	90,5	138,8	105,7	167,9	120,5	63	74,2
2006	111,5	93,3	141,3	107,3	169	120	64,4	75,2
2007	113,8	96,5	143,8	109	169,9	119,1	65,3	76,4
2008	116,4	100,2	146,5	111	170,5	118,9	66,7	78
2009	119,3	104,2	149,5	113,5	171,3	119,1	68,6	80,1
2010	123,9	109,5	155,7	117,4	173,2	121,2	70,9	82,8
2011	127,6	114,1	160,7	119,7	175	125,3	72,3	87

**Fonte:** INE, Estatísticas Demográficas, 2011

## ANEXO 11

**Mapa 1:** Zonas de proteção, edifícios/zonas de proteção e zonas especiais de proteção de edifícios classificados ou em vias de classificação e graus de proteção



Fonte: Universidade de Coimbra

## ANEXO 12

**Mapa 2:** Freguesias do Concelho de Coimbra



**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população em 2011.



## ANEXO 13

**Quadro 7:** População residente nas freguesias do Concelho de Coimbra, de 1920 a 2011

Freguesias de Coimbra	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>62870</b>	<b>77439</b>	<b>85702</b>	<b>98027</b>	<b>108404</b>	<b>110553</b>	<b>138930</b>	<b>139052</b>	<b>148122</b>	<b>143396</b>
Almalaguês	1180	2617	3013	3166	3131	3287	3552	3512	3441	3111
Almedina	3045	4158	4121	4332	3507	2960	2112	1953	1544	904
Ameal	472	1195	1406	1505	1635	1690	1722	1756	1799	1662
Antanhol	782	912	1021	1176	1317	1369	1831	2127	2450	2556
Antuzede	994	1085	1233	1421	1624	1737	2256	2002	2263	2276
Arzila	529	568	617	663	653	706	974	711	727	655
Assafarge	1064	1171	1299	1398	1447	1498	1714	1866	2272	2746
Botão	1272	1333	1410	1522	1489	1571	1721	1625	1686	1588
Brasfemes	876	1069	1127	1249	1353	1508	1758	1695	1843	1969
Castelo Viegas	585	612	657	1039	1613	1096	1577	1833	1764	1695
Ceira	2594	2817	3217	3366	3504	2618	4293	4485	4199	3701
Cernache	2814	2949	3010	2964	3030	3101	3496	3650	3866	4048
Eiras	1571	2235	2780	3538	3988	4811	8364	9655	11949	12097
Lamarosa	1642	1651	1909	1910	2078	1958	1906	1989	2195	2069
Ribeira de Frades	809	940	1124	1381	1683	1848	2068	1945	2057	1902
Santa Clara	2920	3406	4135	5473	5706	6028	9826	8609	9643	9929
Santa Cruz	6774	8592	9483	9572	11476	8824	10890	8239	6885	5699
Sto. António dos Olivais	6249	8762	9419	13189	18015	24416	32268	35807	38991	38936
São Bartolomeu	3585	3656	3810	3707	3451	2484	2172	1395	900	627
S. J. Campo	1077	1372	1413	1485	1708	1850	2196	2261	2308	2073
S. Martinho Árvore	423	502	562	693	717	770	922	978	1001	1033
S. Martinho Bispo	5124	6023	6225	7666	8534	9581	12318	12484	14331	14147
S. Paulo Frades	1412	1626	1836	2.055	2469	3115	3913	4732	5938	5824
S. Silvestre	655	1355	1609	1748	1982	2141	2541	2544	3082	3122
Sé Nova	7077	10927	10798	12585	10156	9085	10854	8609	8308	6741
Souselas	2814	1587	1770	2004	2221	2412	3058	3159	3144	3902
Taveiro	1126	1319	1429	1617	1681	1818	2152	1924	2064	1948
Torre de Vilela	374	440	478	505	579	687	906	1085	1145	1242
T. do Mondego			2372	2401	2556	2636	2976	2739	2557	2402
Trouxemil	1212	1421	1731	1931	2160	2294	1864	2952	2995	2712
Vil de Matos	638	669	688	766	743	656	730	731	775	870

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

## ANEXO 14

**Quadro 8:** População residente segundo grupos etários e sua evolução, entre 2001 e 2011

Freguesias de Coimbra	População residente											
	Em 2001						Em 2011					
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários			
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>148443</b>	<b>69589</b>	<b>20521</b>	<b>21727</b>	<b>81656</b>	<b>24539</b>	<b>143396</b>	<b>66941</b>	<b>17837</b>	<b>14987</b>	<b>81786</b>	<b>28786</b>
Almalaguês	3440	1647	454	478	1877	631	3111	1452	381	283	1687	760
Almedina	1521	678	205	276	649	391	904	405	83	94	438	289
Ameal	1678	807	235	219	882	342	1682	800	202	181	898	401
Antanho	2447	1198	348	345	1361	393	2556	1259	362	261	1487	446
Antuzede	2265	1095	370	364	1219	312	2276	1098	296	236	1321	423
Arzila	728	362	96	97	394	141	655	319	84	60	348	163
Assafarge	2268	1094	363	279	1285	341	2746	1336	403	333	1601	409
Botão	1683	795	226	258	925	274	1588	750	203	147	900	338
Brasfemes	1847	900	246	280	1054	267	1969	949	277	202	1151	339
Castelo Viegas	1771	871	213	226	1008	324	1695	818	196	150	955	394
Ceira	4207	2063	534	567	2354	752	3701	1792	361	361	2070	909
Cernache	3871	1870	550	500	2039	782	4048	1922	560	410	2262	816
Eiras	12052	5578	2082	1782	6921	1267	12097	5578	1706	1363	7218	1810
Lamarosa	2189	1082	333	316	1135	405	2069	1003	299	202	1146	422
Ribeira de Frades	2064	973	266	289	1137	372	1902	908	237	186	1062	417
Santa Clara	9637	4509	1236	1411	5311	1679	9929	4583	1288	914	5843	1884
Santa Cruz	6866	3086	787	905	3537	1637	5699	2544	587	595	2969	1548
Sto. Ant. Olivais	39516	18071	5136	6076	22070	6234	38936	17659	4491	4221	22324	7900
S. Bartolomeu	856	355	69	93	380	314	627	252	45	48	304	230
S. J. do Campo	2309	1149	346	385	1224	354	2073	1010	274	214	1193	392
S. Mart. Árvore	1003	491	139	154	555	155	1033	512	152	105	582	194
S. Mart. Bispo	14246	6749	2166	1959	7856	2265	14147	6618	1800	1500	8188	2659
S. Paulo Frades	5912	2807	939	886	3341	746	5824	2744	829	653	3386	956
S. Silvestre	3092	1529	499	466	1732	395	3122	1564	461	332	1790	539
Sé Nova	8295	3651	853	1389	4416	1637	6741	3133	608	672	3862	1599
Souselas	3146	1564	462	422	1791	471	3092	1514	428	299	1725	640
Taveiro	2064	979	295	282	1096	391	1948	923	250	219	1121	358
Torre de Vilela	1146	555	181	145	668	152	1242	607	194	132	696	220
T. do Mondego	2550	1229	287	326	1430	507	2402	1142	260	207	1325	610
Trouxemil	2999	1470	508	445	1596	450	2712	1324	373	334	1464	541
Vil de Matos	775	382	97	107	413	158	870	423	147	73	470	180

Fonte: INE – Recenseamentos gerais da população de 2001 e 2011.

## ANEXO 15

**Quadro 9:** População residente segundo grupos etários e sua evolução, entre 2001 e 2011

Freguesias de Coimbra	População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Variação Total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou +
	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>-3,4</b>	<b>-13,08</b>	<b>-31,02</b>	<b>0,16</b>	<b>17,31</b>
Almalaguês	-9,56	-16,08	-40,79	-10,12	20,44
Almedina	-40,57	-59,51	-65,94	-32,51	-26,09
Ameal	0,24	-14,04	-17,35	1,81	17,25
Antanhol	4,45	4,02	-24,35	9,26	13,49
Antuzede	0,49	-20	-35,16	8,37	35,58
Arzila	-10,03	-12,5	-38,14	-11,68	15,6
Assafarge	21,08	11,02	19,35	24,59	19,94
Botão	-5,64	-10,18	-43,02	-2,7	23,36
Brasfemes	6,61	12,6	-27,86	9,2	26,97
Castelo Viegas	-4,29	-7,98	-33,63	-5,26	21,6
Ceira	-12,03	-32,4	-36,33	-12,06	20,88
Cernache	4,57	1,82	-18	10,94	4,35
Eiras	0,37	-18,06	-23,51	4,29	42,86
Lamarosa	-5,48	-10,21	-36,08	0,97	4,2
Ribeira de Frades	-7,85	-10,9	-35,64	-6,6	12,1
Santa Clara	3,03	4,21	-35,22	10,02	12,21
Santa Cruz	-17	-25,41	-34,25	-16,06	-5,44
Santo António dos Olivais	-1,47	-12,56	-30,53	1,15	26,72
S. Bartolomeu	-26,75	-34,78	-48,39	-20	-26,75
S. João do Campo	-10,22	-20,81	-44,42	-2,53	10,73
S. Martinho de Árvore	2,99	9,35	-31,82	4,86	25,16
S. Martinho do Bispo	-0,69	-16,9	-23,43	4,23	17,4
S. Paulo de Frades	-1,49	-11,71	-26,3	1,35	28,15
S. Silvestre	0,97	-7,62	-28,76	3,35	36,46
Sé Nova	-18,73	-28,72	-51,62	-12,55	-2,32
Souselas	-1,72	-7,36	-29,15	-3,69	35,88
Taveiro	-5,62	-15,25	-22,34	2,28	-8,44
Torre de Vilela	8,38	7,18	-8,97	4,19	44,74
Torres do Mondego	-5,8	-9,41	-36,5	-7,34	20,32
Trouxemil	-9,57	-26,57	-24,94	-8,27	20,22
Vil de Matos	12,26	51,55	-31,78	13,8	13,92

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2001 e 2011.

## ANEXO 16

**Quadro 10:** População residente segundo índice de envelhecimento, longevidade e dependência, em 2011

Freguesias de Coimbra	Índice de envelhecimento			Índice de longevidade			Índice de dependência
	H/H	H	M	H/M	H	M	H/M
	%	%	%	%	%	%	%
<b>Coimbra</b>	<b>161,4</b>	<b>129,8</b>	<b>193,7</b>	<b>48,19</b>	<b>43,55</b>	<b>51,37</b>	<b>28,8</b>
Almedina	348,2	247,5	441,9	53,98	53,54	54,21	54,3
Santa Cruz	263,7	182,1	349,7	54,39	49,27	57,2	43,4
São Bartolomeu	511,1	277,3	734,8	64,35	55,74	67,46	65,3
Sé Nova	263	172,9	356,7	54,6	49,63	57,1	35,3

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 17

**Quadro 11:** População residente e presente, em 2011

Freguesias de Coimbra	População residente em 2011			População presente em 2011			Diferença			
	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	% (H/M)
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>143396</b>	<b>66941</b>	<b>76455</b>	<b>149425</b>	<b>68691</b>	<b>80734</b>	<b>6029</b>	<b>1750</b>	<b>4279</b>	<b>4,2</b>
Almedina	904	405	499	1219	563	656	315	158	157	34,8
Santa Cruz	5699	2544	3155	6071	2658	3413	372	114	258	6,5
Bartolomeu	627	252	375	812	335	477	185	83	102	29,5
Sé Nova	6741	3133	3608	9870	4317	5553	3129	1184	1945	46,4
Centro	13971	6334	7637	17972	7873	10099	4001	1539	2462	28,6
Resto	129425	60607	68818	131453	60818	70635	2028	211	1817	1,7
Centro (%)	9,7	9,5	10	12	11,5	12,5				
Resto (%)	90,3	90,5	90	88	88,5	87,5				

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 18

**Quadro 12:** População residente segundo o principal meio de vida, em 2011

Freguesias de Coimbra	Total		Trabalho		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de inserção		Pensão ou Reforma		Rendimento da propriedade ou da empresa		Apoio Social		Cargo da família		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Coimbra</b>	<b>125559</b>	<b>100</b>	<b>62773</b>	<b>100</b>	<b>2763</b>	<b>100</b>	<b>1127</b>	<b>100</b>	<b>35802</b>	<b>100</b>	<b>610</b>	<b>100</b>	<b>453</b>	<b>100</b>	<b>18031</b>	<b>100</b>	<b>3402</b>	<b>100</b>
Almedina	821	6,5	297	5,5	11	4,5	29	11	295	7,3	14	11	16	19	98	5,5	58	8,7
Santa Cruz	5112	40,4	2208	40,9	121	49,6	119	44	1761	44	31	24,2	34	41	660	36,9	161	24
Bartolomeu	582	4,6	194	3,6	16	6,6	42	16	248	6,2	6	4,7	4	4,8	52	2,9	17	2,6
Sé Nova	6133	48,5	2703	50	96	39,3	79	29	1726	43	77	60,1	29	35	979	54,7	429	65
Centro	12648	10,1	5402	8,6	244	8,8	269	24	4030	11	128	21	83	18	1789	9,9	665	20
Resto	112911	89,9	57371	91,4	2519	91,2	858	76	31772	89	482	79	370	82	16242	90,1	2737	81

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 19

**Quadro 13:** População residente segundo o estado civil, em 2011

Freguesias de Coimbra	Estado Civil										
	População total			Homens				Mulheres			
	HM	H	M	Solt.	Cas.	Viúvo	Div.	Solt.	Cas.	Viúva	Div.
<b>Coimbra</b>	<b>143396</b>	<b>66941</b>	<b>76455</b>	<b>28223</b>	<b>33402</b>	<b>1744</b>	<b>3605</b>	<b>28660</b>	<b>33573</b>	<b>8389</b>	<b>5800</b>
Almedina	904	405	499	221	139	13	32	261	138	63	37
Santa Cruz	5699	2544	3155	1166	1110	87	181	1246	1111	479	319
Bartolomeu	627	252	375	128	89	9	26	144	92	95	44
Sé Nova	6741	3133	3608	1557	1264	76	241	1617	1203	450	333
Centro	13971	6334	7637	3072	2602	279	480	3268	2544	1087	733
Resto	129425	60607	68818	25151	30800	1465	3125	25392	31029	7302	5067
Centro (%)	9,7	9,5	10	10,9	7,8	16	13,3	11,4	7,6	13	12,6
Resto (%)	90,3	90,5	90	89,1	92,2	84	86,7	88,6	92,4	87	87,4

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 20

**Quadro 14:** População residente segundo o sexo e nível de escolaridade atingido, em 2011

Freguesias de Coimbra	População residente segundo o sexo e nível de escolaridade atingido										Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
	Populaçãp residente		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior		HM	H	%
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	N	N	
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	
<b>Coimbra</b>	<b>143396</b>	<b>66941</b>	<b>64835</b>	<b>31394</b>	<b>22394</b>	<b>11527</b>	<b>1023</b>	<b>569</b>	<b>43008</b>	<b>18620</b>	<b>4754</b>	<b>1093</b>	<b>3,60</b>
Almalaguês	3111	1452	1839	900	511	272	21	11	454	162	162	44	5,60
Almedina	904	405	409	172	149	69	7	4	279	140	23	4	2,68
Ameal	1682	800	949	501	275	138	9	5	236	95	138	26	8,83
Antanhol	2556	1259	1302	671	434	228	21	14	546	240	89	23	3,81
Antuzede	2276	1098	1392	726	343	167	18	9	280	120	128	24	6,06
Arzila	655	319	370	206	103	53	3	2	71	25	72	9	11,84
Assafarge	2746	1336	1271	639	471	253	23	16	754	341	72	14	2,88
Botão	1588	750	1023	524	230	113	14	7	160	52	89	16	6,12
Brasfemes	1969	949	1109	564	348	172	17	11	338	134	43	16	2,39
Cast. Viegas	1695	818	908	458	267	146	15	5	330	138	100	33	6,33
Ceira	3701	1792	2174	1108	605	328	20	12	552	208	183	45	5,27
Cernache	4048	1922	2164	1054	650	325	26	14	823	372	183	45	4,94
Eiras	12097	5578	5465	2618	2190	1096	123	67	3361	1375	275	68	2,49
Lamarosa	2069	1003	1242	647	296	154	15	7	191	57	156	48	8,32
Rib. de Frades	1902	908	1081	551	274	133	14	6	301	135	142	33	8,10
Santa Clara	9929	4583	4001	1858	1613	822	69	45	3410	1500	204	42	2,25
Santa Cruz	5699	2544	2845	1273	878	455	41	26	1475	626	206	28	3,87
Sto. Ant. Oliv.	38936	17659	12153	5404	5368	2737	248	146	18732	8322	547	112	1,52
S. Bartolomeu	627	252	369	154	80	43	10	4	78	29	63	9	10,55
S. J. do Campo	2073	1010	1289	673	284	154	18	7	204	76	145	36	7,64
S. Mart. Árvore	1033	512	597	305	166	95	4	1	130	52	67	18	7,18
S. Mart. Bispo	14147	6618	6895	3342	2384	1255	104	59	3466	1462	530	133	4,07
S. Paulo Frades	5824	2744	3138	1535	1049	554	48	20	1101	444	183	39	3,44
S. Silvestre	3122	1564	1787	929	542	285	24	15	429	188	157	49	5,55
Sé Nova	6741	3133	1930	934	868	431	30	17	3588	1612	103	30	1,62
Souselas	3092	1514	1946	998	477	244	28	12	331	136	156	41	5,50
Taveiro	1948	923	1016	506	329	170	14	7	381	163	99	23	5,55
Torre Vilela	1242	607	689	364	225	121	6	2	198	78	42	6	3,75
T. Mondego	2402	1142	1337	687	421	231	11	5	345	129	197	38	8,79
Trouxemil	2712	1324	1630	833	427	216	17	9	347	157	158	31	6,38
Vil de Matos	870	423	515	260	137	67	5	4	117	52	42	10	5,51

Fonte: INE – Recenseamentos gerais da população de 2011



## ANEXO 21

**Quadro 15:** População residente segundo o nível de escolaridade atingido com 65 ou mais anos, em 2011

Freguesias de Coimbra	População residente segundo o nível de escolaridade atingido com 65 ou +												Analfabetos			Taxa de analfabetismo
	População residente			Ensino básico			Ensino secundário			Ensino superior						
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	
<b>Coimbra</b>	<b>28786</b>	<b>11706</b>	<b>17080</b>	<b>19261</b>	<b>8245</b>	<b>11016</b>	<b>1528</b>	<b>868</b>	<b>660</b>	<b>3784</b>	<b>1752</b>	<b>2032</b>	<b>4213</b>	<b>841</b>	<b>3372</b>	<b>3,6</b>
Almedina	289	99	190	202	65	137	23	10	13	45	23	22	19	1	18	2,68
Santa Cruz	1548	548	1000	1107	406	701	103	55	48	171	67	104	167	20	147	3,87
Bartolomeu	230	61	169	150	48	102	6	5	1	10	1	9	64	7	57	10,55
Sé Nova	1599	536	1063	750	209	541	153	59	94	623	260	363	73	8	65	1,62
Centro	3666	1244	2422	2209	728	1481	285	129	156	849	351	498	323	36	287	
Resto	25120	10461	14658	17052	7517	9535	1243	739	504	2935	1401	1534	3890	805	3085	
Centro %	12,7	10,6	14,2	11,5	8,8	13,4	18,7	15	23,6	22,4	20	24,5	7,7	4,3	8,5	
Resto %	87,3	89,4	85,8	88,5	91,2	86,6	81,3	85	76,4	77,6	80	75,5	92,3	96	91,5	

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 22

**Quadro 16:** Alojamentos familiares clássicos por época de construção, de 1919 a 2011

Freguesias de Coimbra	Alojamentos familiares clássicos por época de construção								
	Total	Até 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011
	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Coimbra	141206	2538	5230	12117	14715	24739	30393	25575	25899
Almalaguês	3111	12	46	291	366	790	529	610	467
Almedina	760	379	57	44	38	117	58	15	52
Ameal	1682	4	35	161	139	369	338	283	353
Antanhol	2556	41	66	191	309	374	496	546	533
Antuzede	2275	21	37	80	202	518	411	575	431
Arzila	655	9	45	114	97	62	99	85	144
Assafarge	2476	108	106	131	182	256	414	657	892
Botão	1580	50	48	70	143	397	297	251	324
Brasfemes	1969	48	46	86	239	345	318	369	518
Castelo Viegas	1546	32	40	194	231	274	248	267	260
Ceira	3697	62	283	519	745	813	589	306	380
Cernache	3918	95	126	138	246	523	908	958	924
Eiras	12002	21	377	758	1450	1914	2505	2712	2265
Lamarosa	2069	22	21	106	227	480	442	331	440
Ribeira de Frades	1897	15	92	326	379	454	174	179	278
Santa Clara	9834	155	247	755	998	1564	2098	1350	2667
Santa Cruz	5554	287	653	913	762	987	580	885	487
Sto. Ant. Olivais	38526	270	613	3780	3699	6358	10058	6762	6986
S. Bartolomeu	554	122	189	57	10	96	17	12	51
S. João Campo	2073	7	41	205	219	603	352	383	263
S. Mart. Árvore	1032	12	1	18	98	206	215	213	269
S. Mart. Bispo	13918	326	749	841	1289	1996	3493	2815	2409
S. Paulo Frades	5819	49	177	388	540	1349	1353	1124	839
S. Silvestre	3106	48	62	161	334	640	553	589	719
Sé Nova	6161	149	609	801	518	1149	1612	952	361
Souselas	3052	25	44	164	333	704	711	515	556
Taveiro	1945	2	28	136	159	250	271	527	572
Torre de Vilela	1223	0	9	26	71	142	290	312	373
Torres Mondego	2402	49	156	247	276	469	430	369	406
Trouxemil	2674	104	201	358	325	349	418	480	439
Vil de Matos	870	4	26	58	91	191	116	143	241

Fonte: INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 23

**Quadro 17:** Alojamentos familiares clássicos, segundo existência de retrete, dispositivo de descarga, água canalizada e instalação de banho ou duche, em 2011

Freguesias de Coimbra	Com retrete com dispositivo de descarga	Com retrete sem dispositivo de descarga	Sem retrete mas existente no edifício	Sem retrete	Com água canalizada no alojamento	Sem água canalizada no alojamento mas existente no edifício	Sem água canalizada no alojamento	Com instalação de banho ou duche	Sem instalação de banho ou duche	Sem água, retrete e banho ou duche
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>56750</b>	<b>573</b>	<b>37</b>	<b>197</b>	<b>57128</b>	<b>29</b>	<b>107</b>	<b>56496</b>	<b>768</b>	<b>53</b>
Almedina	400	10	1	0	408	0	0	400	8	0
Santa Cruz	2552	20	2	6	2570	2	3	2525	50	3
Bartolomeu	287	11	0	3	297	0	0	272	25	0
Sé Nova	2896	7	0	2	2902	0	0	2886	16	0
Centro	6135	48	3	11	6177	2	3	6083	99	3
Resto	50615	525	34	186	50951	27	104	50413	669	50
Centro (%)	10,8	8,4	8,1	5,6	10,8	6,9	2,8	10,8	12,9	5,7
Resto (%)	89,2	91,6	91,9	94,4	89,2	93,1	97,2	89,2	87,1	94,3

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 24

**Quadro 18:** Forma de ocupação dos edifícios, em 2011

Freguesias de Coimbra	Residência habitual		Para venda		Para aluguer		Para demolir		Outros	
	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente não residenciais (até 49%)	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente não residenciais (até 49%)	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente não residenciais (até 49%)	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente não residenciais (até 49%)	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente não residenciais (até 49%)
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>49085</b>	<b>232</b>	<b>2189</b>	<b>9</b>	<b>1499</b>	<b>7</b>	<b>454</b>	<b>2</b>	<b>5716</b>	<b>95</b>
Almalaguês	1039	2	33	1	5	0	2	1	201	11
Almedina	340	22	8	0	43	0	0	0	198	4
Ameal	372	5	3	0	10	0	37	0	38	0
Antanhol	872	3	33	0	12	0	4	0	39	0
Antuzede	787	5	9	0	15	0	11	0	56	0
Arzila	242	0	1	0	4	0	1	0	32	0
Assafarge	928	1	63	0	4	0	10	0	117	0
Botão	544	2	11	0	13	0	4	0	105	2
Brasfemes	690	1	15	0	5	0	1	0	92	2
Castelo Viegas	580	4	23	0	15	1	7	0	33	0
Ceira	1415	2	57	0	12	0	28	0	251	3
Cernache	1408	0	56	0	17	0	14	0	245	2
Eiras	4121	22	167	1	133	0	31	0	350	4
Lamarosa	696	0	12	0	5	0	34	0	35	0
Ribeira de Frades	704	1	29	1	26	0	19	0	41	9
Santa Clara	3671	7	222	0	71	0	15	1	430	3
Santa Cruz	1912	48	81	2	158	5	8	0	297	12
Sto. Ant. Olivais	13013	22	818	1	400	0	64	0	1376	13
S. Bartolomeu	110	30	0	1	5	0	0	0	80	13
S. J. do Campo	714	0	2	0	7	0	2	0	65	0
S. Mart. Árvore	335	1	5	0	2	0	0	0	34	1
S. Mart. Bispo	5168	12	201	1	262	1	61	0	414	0
S. Paulo Frades	1985	2	53	0	18	0	12	0	211	0
S. Silvestre	1026	1	14	0	2	0	15	0	78	0
Sé Nova	2108	17	168	1	163	0	4	0	439	14
Souselas	1058	7	28	0	30	0	6	0	143	2
Taveiro	695	1	11	0	24	0	15	0	77	0
Torre de Vilela	406	1	9	0	1	0	0	0	54	0
Torres Mondego	913	4	19	0	14	0	38	0	117	0
Trouxemil	932	9	25	0	22	0	11	0	53	0
Vil de Matos	302	0	12	0	1	0	0	0	15	0

Fonte: INE – Recenseamentos gerais da população de 2011

## ANEXO 25

**Quadro 19:** Edifícios ocupados e vagos, em 2001 e 2011

Freguesias de Coimbra	Edifícios em 2001			Edifícios em 2011					
	Total	Ocupados	Vagos	Total		Ocupados		Vagos	
	N	N	N	N	%	N	%	N	%
<b>Coimbra</b>	<b>68096</b>	<b>60524</b>	<b>7572</b>	<b>79193</b>	<b>+ 14</b>	<b>67442</b>	<b>+ 10</b>	<b>11571</b>	<b>+ 34,6</b>
Almedina	957	773	184	865	+ 9,7	597	- 23,8	268	+ 31,3
Santa Cruz	3997	3384	613	4030	+ 0,8	3221	- 5,9	809	+ 24,2
Bartolomeu	613	459	154	619	+ 1	430	- 6,3	189	+ 18,7
Sé Nova	4973	4452	521	5435	+ 8,5	4413	- 0,9	1022	+ 49
Centro	10540	9068	1472	10949	+ 3,7	8661	- 4,5	2288	+ 35,7
Resto	57556	51456	6100	68244	+ 16	58781	+12,5	9283	+ 34,3
Centro (%)	15,5	15	19,4	13,8		12,8		19,8	
Resto (%)	84,5	85	80,6	86,2		87,2		80,2	

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 26

**Quadro 20:** Alojamentos familiares de residência habitual, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, em 2011

Freguesias de Coimbra	Total de alojamentos familiares		População residente com 65 ou mais anos		Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário		Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos		Alojamentos com uma pessoa com 65 ou mais anos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Coimbra	79249	100	28786	100	17470	100	11548	100	5770	100
Almedina	866	7,9	289	7,9	184	8,1	133	8,1	82	8,1
Santa Cruz	4031	36,8	1548	42,2	961	42,1	695	42,3	437	42,9
Bartolomeu	620	5,7	230	6,3	121	5,3	101	6,1	81	8
Sé Nova	5437	49,6	1599	43,6	1017	44,5	714	43,5	418	41
Centro	10954	13,8	3666	12,7	2283	13	1643	14,2	1018	17,6
Resto	68295	86,2	25120	87,3	15187	87	9905	85,8	4752	82,4

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 27

**Quadro 21:** População residente segundo a dificuldade em andar ou subir degraus, por grupos etários, em 2011

Freguesias de Coimbra	População residente com 65 ou mais anos	Grupo Etário											
		65-69 anos		70-74 anos		75-79 anos		80-84 anos		85-89 anos		90 ou + anos	
		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação		Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação	
		N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
<b>Coimbra</b>	<b>28786</b>	<b>1251</b>	<b>63</b>	<b>1715</b>	<b>124</b>	<b>2103</b>	<b>177</b>	<b>1905</b>	<b>221</b>	<b>1221</b>	<b>222</b>	<b>553</b>	<b>158</b>
Almedina	289	9	0	6	0	17	0	21	1	10	1	9	0
Santa Cruz	1548	60	5	100	10	115	13	100	11	70	19	47	14
Bartolomeu	230	12	0	10	2	26	3	18	2	13	6	6	3
Sé Nova	1599	37	1	64	4	74	6	100	4	70	3	54	10
Centro	3666	118	6	180	16	232	22	239	18	163	29	116	27
Resto	25120	1133	57	1535	108	1871	155	1666	203	1058	193	437	131
Centro (%)	12,7	9,4	9,5	10,5	12,9	11	12,4	12,5	8,1	13,3	13	21	17,1
Resto (%)	87,3	90,6	90,5	89,5	87,1	89	87,6	87,5	91,9	86,7	87	79	82,9

**Fonte:** INE – Recenseamentos gerais da população de 2011.

## ANEXO 28

**Figura 5:** Máquina que retrai os pilares



**Fonte:** SMTUC



## ANEXO 29

Mapa 3: Flyer informativo do percurso do “Pantufinhas”



Fonte: SMTUC

## ANEXO 30

**Figura 6:** Rampa de acesso ao “Pantufinhas”



**Fonte:** SMTUC

## ANEXO 31

**Figura 7:** Fixação das cadeiras e comandos nos “Pantufinhas”



**Fonte:** SMTUC

## ANEXO 32

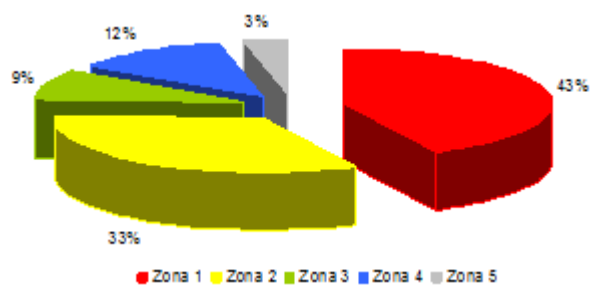
**Quadro 22:** Resumo dos resultados dos inquéritos dos utilizadores da “Linha Azul”

	Somatório das Respostas “Bom” e “Muito Bom”		
	1.ª Fase	2.ª Fase	Média 2 fases
	%	%	%
Nível de ruído	96	95	95,5
Nível de conforto/espço	90	83	86,5
Nível de ventilação	82	43	62,5
Grau de segurança	93	95	94
Imagem	98	96	97
Imagem	95	97	96
Média das características do “Gulliver” (min=1 máx=5)	4,6	4,2	4,4
Funcionamento da Linha Azul	95	93	94
Opinião global sobre a carreira	97	96	96,5
Utilização de energias alternativas em transportes urbanos	97	99	98
Média global da carreira (min=1 máx=5)	4,7	4,4	4,55
<b>Perfil do utilizador</b>			
Utiliza mais de 5 vezes por semana	57	70	63,5
<b>Motivo da Viagem</b>			
Tratar de assuntos	43	60	51,5
Compras	22	22	22
Escola	5	3	4
Emprego	18	4	11
Lazer	12	11	11,5
Ocasionais	77	93	85
<b>Distribuição Etária</b>			
< 12	0	0	0
12 – 18	1	0	0,5
19 – 25	7	6	6,5
26 – 35	4	4	4
36 – 50	15	13	14
51 – 65	23	27	25
> 65	50	50	50
<b>Distribuição Por Género</b>			
Feminino	65	53	59
Masculino	35	47	41

Fonte: SMTUC

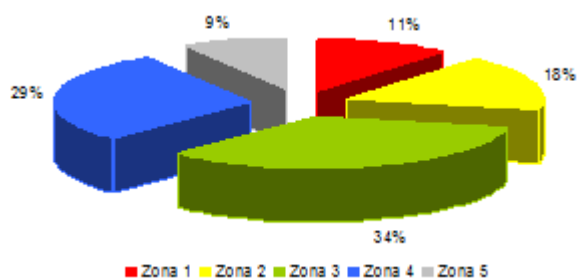
### ANEXO 33

**Gráfico 1:** Repartição de entrada de passageiros por zona



Fonte: SMTUC

**Gráfico 2:** Repartição de saída de passageiros por zona



Fonte: SMTUC

## ANEXO 34

**Quadro 23:** Passageiros transportados com pré-comprados, passes, bilhetes de bordo e cartões de residente

Mês	Pré-comprados	Passes	Bilhete de Bordo	Total - Pré-comprados, passes e bilhetes de bordo	Cartão de residente	Total geral
	N	N	N	N	N	N
<b>Janeiro</b>	312	1555	42	1909	5520	<b>7249</b>
<b>Fevereiro</b>	292	1624	37	1953	5715	<b>7668</b>
<b>Março</b>	315	1772	62	2149	6133	<b>8282</b>
<b>Abril</b>	385	1651	91	2127	6042	<b>8169</b>
<b>Maió</b>	371	1844	139	2354	6617	<b>8971</b>
<b>Junho</b>	298	1774	104	2176	6224	<b>8400</b>
<b>Julho</b>	363	1708	89	2160	6162	<b>8322</b>
<b>Agosto</b>	362	1479	191	2032	6124	<b>8156</b>
<b>Setembro</b>	346	1675	181	2202	6343	<b>8545</b>
<b>Outubro</b>	274	1326	74	1674	5400	<b>7074</b>
<b>Novembro</b>	109	612	38	759	4224	<b>4983</b>
<b>Dezembro</b>	160	772	13	945	4579	<b>5524</b>
<b>Total</b>	<b>3587</b>	<b>17792</b>	<b>1061</b>	<b>22440</b>	<b>69083</b>	<b>91523</b>

Fonte: SMTUC

## ANEXO 35

**Figura 8:** Elevador da encosta



**Fonte:** SMTUC

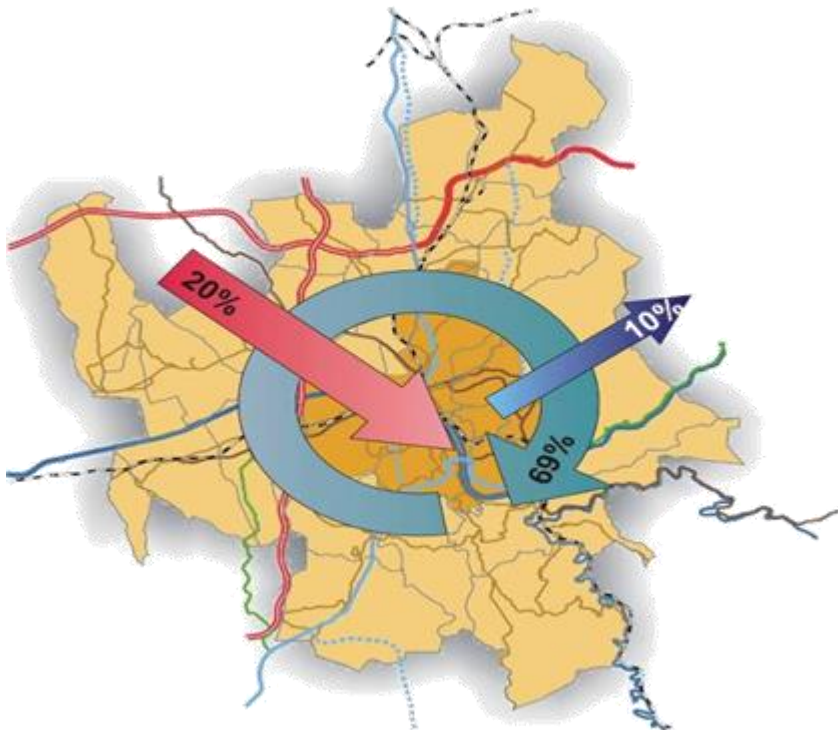
**Figura 9:** Elevador vertical



**Fonte:** SMTUC

## ANEXO 36

**Mapa 4:** Movimentos pendulares da população na cidade de Coimbra



**Fonte:** SMTUC



## ANEXO 37

**Fotografia 10:** Viatura sem degraus de piso rebaixado (Low-Floor)



**Fonte:** SMTUC

## ANEXO 38

**Figura 11:** Rampa de acesso em autocarro Cito



**Fonte:** SMTUC

## ANEXO 39

**Figura 12:** Sistema de ajoelamento



**Fonte:** SMTUC